

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**



**IMPrensa E PODER NO BRASIL – 1901/1915**

Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais

Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS).

Luiz Antônio Farias Duarte

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre  
2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**IMPrensa E PODER NO BRASIL – 1901/1915**

Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais  
Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS).

Luiz Antônio Farias Duarte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karla Maria Müller

---

Porto Alegre  
2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação **Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915**, elaborada por Luiz Antônio Farias Duarte, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Comissão Examinadora

---

Profª Drª Virginia Pradelina Fonseca

---

Profª Drª Beatriz Dornelles

---

Profª Drª Maria José Barreras

## SUMÁRIO

Resumo .....	5
Abstract .....	6
Lista de quadros .....	7
Lista de figuras .....	8
Preâmbulo.....	9
Introdução.....	13
1. Panorama sócio-histórico.....	24
1.1 A República em consolidação.....	30
1.2 Pinheiro Machado e a República.....	35
2. Imprensa e poder.....	39
2.1 Breve recorte histórico sobre a imprensa brasileira.....	43
2.2 O <u>Correio da Manhã</u> e <u>A Federação</u> na trajetória da imprensa brasileira	56
2.3 Pinheiro Machado e a imprensa.....	63
2.4 O crime de Manço de Paiva.....	71
2.5 Imprensa e poder no Brasil até 1915.....	79
3. O senador e os dois jornais.....	92
3.1 Primeiro momento: 15 a 20 de junho de 1901.....	94
3.2 Segundo momento: 20 a 25 de maio de 1906.....	100
3.3. Terceiro momento: 24 de fevereiro e 1º de março de 1910.....	103
3.4 Quarto momento: 1º a 08 de março de 1914.....	111
3.5 Quinto momento: 09 a 20 de setembro de 1915.....	116
4. A personagem (des)construída.....	131
5. Considerações finais.....	142
Referências.....	150
Outras obras consultadas.....	154
Anexos.....	157

## RESUMO

Entre 1890 e 1915 José Gomes Pinheiro Machado foi senador pelo Partido Republicano Rio-Grandense no Senado, exercendo um poder crescente que alcançou o ápice no governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Foi um período em que a imprensa o teve como uma fonte autorizada, inclusive em Porto Alegre, onde o PRR mantinha desde 1884 um órgão oficial, A Federação. No Rio de Janeiro, a capital brasileira à época, essa harmonia passou a sofrer contestação a partir de 1901, com o surgimento do Correio da Manhã, que fez oposição aos governos e a quem os sustentava, transformando o político sulino num alvo freqüente de seus ataques. Em 8 de setembro de 1915, declarando-se inspirado pelo que lia nos jornais e sentindo ser sua responsabilidade livrar o Brasil de um tirano, Francisco Manoel de Paiva Coimbra assassinou o senador. Valendo-se dos estudos sobre os efeitos da mídia, recorrendo à Hermenêutica de Profundidade e examinando as relações entre o poder e os meios de comunicação nos 15 primeiros anos do Século XX - inseridos no período histórico conhecido como Primeira República ou República Velha (1889-1930) – busca-se aqui investigar como esses dois jornais atuaram na construção da personagem Pinheiro Machado.

Palavras-chave: Jornalismo e Política; Imprensa e Poder; História da Imprensa.

## ABSTRACT

Between 1890 and 1915, José Gomes Pinheiro Machado was a senator for the Republican Party for Rio Grande do Sul and exercised an increasing power that reached the apex during the administration of Field Marshal Hermes da Fonseca (1910-1914). That was a time when the press considered him an authorized source, including in Porto Alegre, where the PRR had maintained an official organ called A Federação since 1884. In Rio de Janeiro, the Brazilian capital at that time, that harmony was to be contested from 1901 onwards when a new vehicle, Correio da Manhã, started opposing to governments and those supporting them, and turned the southern politician a frequent target for its attacks. On September 8, 1915, Francisco Manço de Paiva Coimbra assassinated the senator stating that he was inspired by the press and that he considered it to be his mission to free Brazil from a tyrant. This paper investigates how those two newspapers acted in constructing the personage of Pinheiro Machado. It is based on studies on the effect of the media and resorts to Depth Hermeneutics while it looks into the relations between power and communication media in the first 15 years of the 20<sup>th</sup> Century, the historic period known as the First Republic or Old Republic (1889 – 1930).

Key words: Journalism and Politics; the Press and the Power; History of the Press.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise sócio-histórica.....	27
Quadro 2 – Trajetória do jornalismo no Brasil e no Rio Grande do Sul e no Rio Grande do Sul até 1940.....	55
Quadro 3 – Imprensa e poder nas redações brasileiras no início do Século XX .....	91
Quadro 4 – Momentos da pesquisa.....	133
Quadro 5 – Ficha técnica da pesquisa .....	157
Quadro 6 – Cobertura do <u>Correio da Manhã</u> , de 15 a 20/6/1901 .....	178
Quadro 7 – Cobertura de <u>A Federação</u> , de 15 a 20/6/1901 .....	179
Quadro 8 - Cobertura do <u>Correio da Manhã</u> , de 20 a 25/5/1906 .....	180
Quadro 9 – Cobertura de <u>A Federação</u> , de 20 a 25/5/1906 .....	180
Quadro 10 – Cobertura do <u>Correio da Manhã</u> , de 24/2 a 1º/3/1910 .....	181
Quadro 11 – Cobertura de <u>A Federação</u> , de 24/2 a 1º/3/1910 .....	184
Quadro 12 – Cobertura do <u>Correio da Manhã</u> , de 1º a 6/3/1914 .....	185
Quadro 13 – Cobertura de <u>A Federação</u> , de 1º a 8/3/1914 .....	187
Quadro 14 – Cobertura do <u>Correio da Manhã</u> , de 9 a 20/9/1915 .....	188
Quadro 15 – Cobertura de <u>A Federação</u> , de de 9 a 20/9/1915 .....	189

**LISTA DE FIGURAS**

Capa do <u>Correio da Manhã</u> de 9/9/1915, capa de <u>A Federação</u> de 10/9/1915 e fotografia de Pinheiro Machado .....	1
Caricatura de Pinheiro Machado, por Raul .....	13
Pinheiro Machado entre o Marechal Hermes e Nair de Teffé .....	24
Capa da Revista <u>Caretas</u> , de 24/7/1915 .....	39
Matéria do <u>Correio da Manhã</u> de 7/9/1915.....	92
Fotografia de Manço de Paiva .....	131
Fotografia dos funerais de Pinheiro Machado em Porto Alegre .....	142
Capa do <u>Correio da Manhã</u> de 11/9/1915 .....	192
Página interna do <u>Correio da Manhã</u> de 12/9/1915 .....	193
Parte da capa de <u>A Federação</u> de 16/9/1915 .....	194
Capa de <u>A Federação</u> de 20/9/1915 .....	195



## PREÂMBULO

Integro famílias originárias do município gaúcho que desde outubro de 1915 se chama Pinheiro Machado em substituição à denominação original de Cacimbinhas<sup>1</sup>. A mudança decidida em gabinetes oficiais palacianos à revelia do desejo dos cerca de 14 mil habitantes da então vila foi uma homenagem compulsória ao general honorário e senador José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), uma personagem fascinante do Brasil republicano, assassinado a 8 de setembro de 1915 no Rio de Janeiro por um antigo morador de Cacimbinhas, o padeiro Francisco Manço de Paiva Coimbra. Nem uma luta civil deflagrada pela população após o ato da surpreendente alteração do nome nem campanhas sucessivas organizadas nas cinco décadas seguintes foram capazes de retomar a denominação inicial do município que desde 1878 havia se emancipado da histórica Piratini.

Histórias ouvi sobre esse episódio que impôs a uma população inteira um gesto de força tomado pelos detentores do poder formal<sup>2</sup>. Meu avô e minha avó maternos, Juca e Sírnia Farias, costumavam reunir os filhos mais jovens e os muitos netos em torno da cama do casal, nas noites frias da fronteira sul-rio-grandense, para contar causos que invariavelmente conduziam para a expulsão do intendente provisório – Ney de Lima Costa<sup>3</sup>, o apadrinhado do presidente estadual Borges de Medeiros, enviado à vila para “pacificar” as facções divergentes da representação local do Partido Republicano Rio-Grandense, e autor do ato da mudança de nome do município pouco mais de 50 dias após a morte do senador. Já os avós paternos, Nico Duarte - que por anos trabalhou na Intendência de Pinheiro Machado – e Zizi Duarte, mostravam recortes de jornais locais e regionais sobre o enfrentamento de 1915 e início de 1916, quase sempre acompanhados da exclamação de que tudo aquilo daria um livro.

Só na maturidade é que percebo o quanto essas influências estão presentes na minha própria trajetória pessoal. Cresci entre as imagens de um Pinheiro Machado distante e

---

<sup>1</sup> O município de Pinheiro Machado localiza-se 350 quilômetros a Sudeste de Porto Alegre e tem atualmente 14 mil habitantes.

<sup>2</sup> A decisão foi tomada em meio à comoção pelo assassinato, avalizada pelo presidente em exercício do Rio Grande do Sul, o general Salvador Pinheiro Machado, irmão do senador.

<sup>3</sup> Ney de Lima Costa (1884-1933): rábula que reivindicou o cargo de juiz em Cacimbinhas e na crise entre as facções locais do PRR acabou sendo nomeado intendente provisório. Depois de expulso da vila, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Passo Fundo.

praticamente ignorado além da condição de vítima e de denominador da cidade de meus pais, avós e bisavós; de um Manço Paiva malvado, mas filho, irmão, tio e tio-avô de pessoas com quem convivi estreitamente enquanto morei no município, com parte das quais ainda mantenho laços de parentesco ou de amizade; e com um Ney de Lima Costa pusilânime e justamente expulso da Intendência e do território pela maioria indignada com seus atos bajuladores aos poderosos. E ponto final, porque da expulsão do provisório em diante nada mais sabiam meus avós e seus contemporâneos, nem porque, com tanta reação, a comunidade jamais alcançou o objetivo de décadas – voltar a chamar-se Cacimbinhas em honra à lenda segundo a qual as águas de seus mananciais fizeram o milagre de dar de volta a visão a um cego devoto de Nossa Senhora - da Luz – até hoje a sua padroeira.

Entre as histórias da infância e da adolescência e a opção profissional pelo jornalismo, essas personagens enriquecidas pela criatividade dos avós circularam e circulam na minha imaginação, como herança familiar. Origem familiar, vida em pequena comunidade, transferência da cidade, estudos, opção profissional pelo Jornalismo, retorno à atividade estudantil: esse caldo cultural que recebi, assimilei, esqueci, ignorei, quem sabe até rejeitei, se me impõe agora, bem mais de meia vida andada, como estímulo de repórter e pesquisador. Faz já algum tempo que me pus a campo. Primeiro como profissional de comunicação, valendo-me das técnicas de entrevista e de reportagem para aproximar-me do desafio lançado lá atrás pelo avô paterno. E depois, aprofundada essa apuração jornalística, vendo a partir dela e emulado pela orientação da Professora Karla Maria Müller uma possibilidade científica de investigação muito além dos episódios de Cacimbinhas/Pinheiro Machado.

É a que se propõe esta dissertação, em que pretendo contemplar meu envolvimento como pinheirense de origem, meu aprendizado e exercício profissional como jornalista e minha atual condição de acadêmico, no estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelo Correio da Manhã, que a ele se opunha; e por A Federação, por ele fundada (entre outros) e às idéias dele alinhada, à luz da (s) teoria (s) da Comunicação, por suas contribuições à análise do poder da mídia; e da *Hermenêutica de Profundidade* (THOMPSON, 2002), por permitir o exame da relação entre as formas simbólicas e a ideologia e por sua tríplice instrumentalização de análises, pelas vias sócio-histórica, formal ou discursiva e de interpretação/reinterpretação.

Para ambos venho contando com a contribuição de muitos, entre eles a própria população da atual Pinheiro Machado, a quem expresseo gratidão idêntica à que registro a memória dos avós já citados, referindo particularmente Luíza Helena, Henrique e Isabela Barbosa, familiares de um dos personagens da crise de 1915 na então vila; Maria de Lourdes Dutra Dias; Ewerton Duarte Dutra, guardião do arquivo de seu pai, o advogado e jornalista Catulino Dutra, pai também de Airton Duarte Dutra, a quem igualmente expresseo gratidão extensiva a seu o filho Roberto Dutra; Érico Britto, sobrinho de Manço Paiva, tal como Mário Britto, hoje morador de Rio Grande; e Rubem Dutra, que aos 94 anos é memória viva da disputas entre chimangos e maragatos que envolveram sua própria família nos rincões cacimbinhenses. Sou igualmente grato a Juarez e Tabajara Dutra pelo acesso ao acervo do antigo cartório por décadas dirigido por seu pai, Bernardino Dutra, em Pinheiro Machado; e às (minhas) tias Lídia e Zoleny Farias, facilitadoras de contatos com fontes históricas.

Agradeço também ao ministro Adylson Motta, do Tribunal de Contas da União, cuja carta de apresentação facilitou o acesso deste pesquisador a fontes em São Luiz Gonzaga, a sua terra natal e a adotiva de Pinheiro Machado. E ainda a Renan Proença e Paulo Tigre que, em períodos sucessivos na presidência da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, compreenderam, como empregadores, a importância da preparação científica de um profissional então a serviço da entidade que dirigiam. Pelas mesmas razões sou grato ao Irmão Joaquim Clotet, Reitor da PUCRS a quem sou atualmente subordinado. Uma gratidão especialíssima à Professora Zélia Leal Adghirni, da Universidade de Brasília, que legitimou em sua condição de amiga e de colega deste pesquisador a justa pressão que fez ao longo dos anos para a seqüência de uma trajetória acadêmica uma vez antes ensaiada, outra adiada e agora finalmente realizada.

Muitos colegas tiveram e continuam tendo importância bem além do limite profissional nesta trajetória que já se alonga por mais de três décadas no exercício jornalístico – sendo justo destacá-los em meio a outros tantos com quem tenho convivido: Sérgio Lotufo, Eloydi Rodrigues, Euclides Torres, Rogério Mendelski, João Borges de Souza, Thomas Irineo Pereira, Francisco Oliveira, Adão Oliveira, Antoninho Gonzáles, Ana Amélia Lemos, Edegar Lisboa e dois que muito me instigam, muito me ensinam e muito me auxiliam na incessante busca por informações para textos jornalísticos ou

acadêmicos: Jayme Copstein, de quem recebi o primeiro livro de Comunicação ainda antes de ingressar na Faculdade de Comunicação, graças, então, à amizade com sua filha Lucy, hoje estendida à toda a família; e Walter Galvani, autor de um desafio em 1981 cujo atendimento foi muito mais fruto da sua generosidade do que do acerto da minha aceitação.

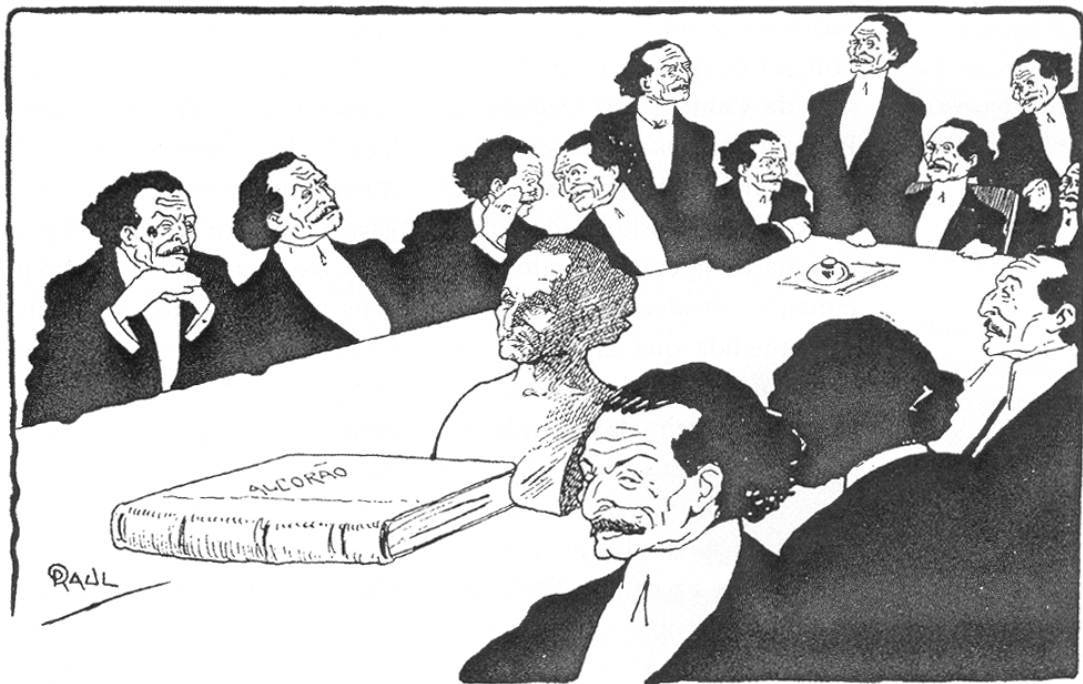
Bolívar Madruga Duarte - um dos cinco filhos dos já referidos Nico e Zizi - meu pai de fato o sendo tio de direito, sempre está na raiz das minhas opções, a começar pelo patrocínio da formação profissional na distante década de 70 do século passado. A ele, mais que um agradecimento, o meu carinho filial, idêntico ao que dirijo à minha mãe, Necilda Farias Duarte, até hoje moradora de Pinheiro Machado e recurso sempre à mão para a checagem das informações orais.

A outro Bolívar Duarte, sobrinho-neto do acima citado e meu filho; a Bernardo Duarte, filho também; e a Carla Sampaio Avila, com quem exerço meus amores cotidianos, registro muito mais do que os agradecimentos de praxe: também as minhas desculpas, pelas horas *roubadas* e pelos programas frustrados; e o meu reconhecimento pela compreensão exercida.

Assinalo e agradeço as contribuições sempre oportunas, pertinentes e sensatas da orientadora Karla Maria Müller a quem tento, neste trabalho, atender às expectativas. Também ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial às professoras Márcia Benetti Machado e Maria Helena Weber.

Por certo este é um trabalho singelo, uma mínima contribuição às Ciências da Comunicação e ao estudo do poder do jornalismo nos primórdios da vida republicana brasileira. Mas o produzo na plena convicção de que através dele exerço simultaneamente as condições de cientista, buscando atender as exigências acadêmicas; e o que julgo ser minha obrigação como originário da Cacimbinhas-que-virou-Pinheiro-Machado, a cuja população dedico tanto esta quanto a obra jornalística ainda em andamento.

## INTRODUÇÃO



Pinheiro Machado onipresente, motivação para a caricatura da época (ALVIM, 1985).

Esta pesquisa tem por tema “Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915”, tratado através do estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, e A Federação, de Porto Alegre, em cinco momentos específicos, compreendidos entre 15 de junho de 1901, data que marca o nascimento do jornal carioca; e 20 de setembro de 1915, dia posterior aos funerais do senador gaúcho na capital de seu Estado: 1) 15 a 20 de junho de 1901; 2) 20 a 25 de maio de 1906; 3) 24 de fevereiro a 1º de março de 1910; 4) 1º a 8 de março de 1914 e 5) 9 a 20 de setembro de 1915 – escolhas que serão explicadas logo a seguir.

Como se verá em capítulo à frente, José Gomes Pinheiro Machado foi um republicano histórico, agente político de um momento fundador do Brasil, exercendo vida pública como senador pelo Rio Grande do Sul entre 1890 e 1915. Já os jornais aqui analisados igualmente alcançam relevância como objetos de estudo, o primeiro por propor-se independente em relação aos poderes constituídos e às agremiações partidárias e por ser considerado um marco de transição dos periódicos brasileiros no caminho da sua profissionalização (SODRÉ, 2004); o segundo como veículo partidário durante toda a sua existência, embora também se adaptando às exigências empresariais que passaram a dominar a imprensa brasileira desde os anos finais do Século XIX (DILLENBURG, s/d). Um era meio de comunicação que por ser sediado na então Capital Federal alcançava importância nacional; outro tinha âmbito regional, funcionando na capital do Rio Grande do Sul, estado natal do parlamentar nascido em Cruz Alta a 8 de maio de 1851 e criado em São Luiz Gonzaga (à época, das Missões).

O período de que trata esta pesquisa foi marcado por permanente enfrentamento entre o Correio da Manhã e o político – este, por sua vez, cultuado nas páginas do vespertino porto-alegrense -, com o jornal carioca justificando sua postura de oposição sistemática aos governantes republicanos. Propagandista da República durante o Império, Pinheiro Machado era, desde a proclamação pelo Marechal Deodoro da Fonseca<sup>4</sup> em 15 de novembro de 1889, portanto, um de seus conservadores, avançando a influência sobre os governantes, iniciada com sua eleição como representante do Rio Grande do Sul (ALVIM,

---

<sup>4</sup> Deodoro da Fonseca (1827-1892) nasceu em Alagoas, hoje Marechal Deodoro da Fonseca (AL). Assumiu a presidência em 15 de novembro de 1889, por força do movimento que mudou o sistema de governo no Brasil. Governou até 25 de fevereiro de 1891.

1985). Natural, portanto, que contra ele se voltasse o diário fundado pelo conterrâneo - mas adversário - Edmundo Bittencourt.

Em junho de 1901, quando surgiu – primeiro momento desta pesquisa (15 a 20/06/1901) - o Correio da Manhã proclamou-se um jornal a serviço do povo, introduzindo uma prática de confronto até então inédita na República, implantada menos de 12 anos antes. O Brasil era governado por seu segundo presidente civil: o paulista Campos Salles<sup>5</sup>, que conduzia o terceiro ano de seu mandato, enfrentando um processo de saneamento das dívidas públicas, as dissensões regionais no seio republicano (CALÓGERAS, 1957) e assumidamente dirigindo para a imprensa uma política específica que visava à preservação de seu governo:

O meu governo – não cessarei de repetir – ia ser necessariamente um governo de combate: teria de empenhar luctas tremendas, atacar preconceitos arraigados, destruir vícios que levavam a paralytia á administração, affrontar a colligação dos interesses feridos, impor severas restricções á despesa publica e dar novo vigor ao regimen tributario. Os menos clarividentes teriam lóbrigado a necessidade de adquirir instrumentos de acção adequados á natureza de semelhante empreendimento. Era inevitavel e fatal o recurso á imprensa industrial (SALLES, 1908, p. 346-347)

Registrava-se, nesse comportamento governamental em relação à mídia impressa, única então existente, o tácito reconhecimento de um poder influente numa sociedade ainda majoritariamente alheia às letras e afastada dos processos de decisão pela limitação ao direito de voto – de que o Rio de Janeiro, contudo, era uma razoável exceção. O presidente Campos Salles, que marcou a sua administração pela renegociação da dívida externa brasileira e pela implantação da chamada “política de governadores” (CAMPELLO DE SOUZA, 1995), deixou registrada no livro de memórias “Da propaganda á Presidencia”, acima citado, sua política para com os jornais e os jornalistas, que em

---

<sup>5</sup> Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913): paulista, advogado e jornalista; propagandista da República, presidiu a comissão central do Partido Republicano de São Paulo (1889), foi deputado provincial ministro da Justiça do governo provisório e senador por São Paulo à Assembléia Nacional Constituinte. Governou São Paulo entre 1894 e 1898 e foi eleito presidente da República em 15 de novembro de 1898, permanecendo no cargo até 15 de novembro de 1902..

síntese buscava tê-los ao seu lado, mesmo que à custa de investimentos públicos – daí o uso, por ele da expressão “imprensa industrial”.

O quadriênio Campos Salles (1898-1902) coincidiu com o avanço da ascensão de Pinheiro Machado junto ao Palácio do Catete, ele que desde sua eleição vinha de uma participação protagonista na Revolução de 1893 e em 1897 de um encarceramento temporário em navio atracado na Baía de Guanabara, sob suspeita de participação em atentado contra o então presidente Prudente de Moraes<sup>6</sup> – em que morreu assassinado o ministro da Guerra, Carlos Machado de Bittencourt. O jornal de (Edmundo) Bittencourt apareceu, portanto, nesse contexto político brasileiro e nos anos seguintes potencializou sua oposição aos governantes ou aos seus representantes, como o senador gaúcho.

Esse comportamento do jornal evoluiu, a seguir, para um confronto específico com Pinheiro Machado, então já vice-presidente do Senado e líder informal de uma bancada numericamente significativa no Congresso e bem além dos limites geográficos do Rio Grande do Sul. Em 1906, descontente com as críticas de que era alvo, o gaúcho enviou à redação do Correio da Manhã o então coronel Hermes da Fonseca e o senador Ramiro Barcellos (PRR), como emissários do desafio a Bittencourt para um duelo, buscando nas armas o recurso que os argumentos não haviam alcançado. Segundo momento específico desta pesquisa (20 a 25/05/1906), a disputa a balas foi realizada na manhã de 23 de maio, com o político tendo Hermes da Fonseca e Barcellos como seus padrinhos; enquanto Bittencourt se valia de seu colega Vicente Piragibe e do capitão Ormindio Pimentel. Vitorioso, o senador poupou a vida do adversário, permitindo-lhe o uso de seu próprio automóvel para a retirada do ferido, cujo carro estava atolado nas areias de uma então desértica praia da Zona Sul carioca (A FEDERAÇÃO, 23 de maio de 1906, p.1-2).

Três anos depois, a sucessão presidencial envolvia novamente parte desses personagens: o candidato oficial era o já Marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra; seu oponente, o senador Ruy Barbosa (BA). Pinheiro Machado apoiou seu antigo padrinho de duelo; Bittencourt enfatizou nas páginas de seu jornal a chamada “campanha civilista”, que opunha um “civil” a um “militar”. Não foi a primeira disputa eleitoral da República no

---

<sup>6</sup> O tiro era dirigido a Prudente de Moraes (1841-1902), que governou o Brasil entre 1894 e 1898 como o primeiro presidente civil, mas atingiu o General Bittencourt, gaúcho de Porto Alegre que chegou a governar o Rio Grande do Sul em 1890 antes de ser nomeado Ministro da Guerra.



Brasil<sup>7</sup>, mas sim a primeira grande campanha sucessória (RODRIGUES, 1925, p. 54), vencida em março de 1910 pelo marechal<sup>8</sup> – constituindo o terceiro momento específico aqui trabalhado (24/02 a 1º/03/1910).

O acompanhamento das edições do Correio da Manhã no período subsequente permite observar uma extensão da campanha política pelos quatro anos seguintes, em que Hermes foi presidente e Pinheiro Machado, cada vez mais influente. Em 1914, quando se preparava a sucessão do marechal, portanto, o enfrentamento estava no auge, justificando a escolha do quarto momento específico tratado neste trabalho (1º a 08/03/1914). O nome do senador pelo Rio Grande do Sul chegou a ser indicado como “presenciável”; o do baiano novamente, e a disputa, sem a mesma expressão da anterior, se resolveu em favor do vice de Hermes da Fonseca, o mineiro Wenceslau Braz<sup>9</sup>.

Apoiado pelo antecessor e pelo senador rio-grandense, o novo presidente buscou exercer um mandato independente, o que lhe valeu certa condescendência inicial do Correio da Manhã, cujas páginas comemoravam o enfraquecimento dos dois gaúchos. Hermes, de fato, havia se retirado da vida pública ao transmitir o cargo ao sucessor, provavelmente intimidado com a impopularidade decorrente da oposição que sofrera e que era reverberada pelos jornais – já então várias outras publicações acompanhavam o Correio da Manhã na oposição ao marechal. Mas Pinheiro Machado continuava vice-presidente do Senado, exercendo o talento de articulação política ressaltado por seus biógrafos (ALVIM, 1985; CABRAL, 1969; PORTO, 1985) e reconhecido por importantes historiadores (BORGES, 2004; CAMPELLO DE SOUZA, 1995; CRUZ COSTA, 1967).

A providencial renúncia do senador Joaquim Augusto de Assumpção<sup>10</sup>, em meados de 1915, tornou necessária a realização de nova eleição para a escolha de seu substituto. No Rio e em Petrópolis Pinheiro Machado articulou a apresentação da candidatura de Hermes

---

<sup>7</sup> Antes, Deodoro havia vencido Prudente de Moraes; e Rodrigues Alves, Quintino Bocayuva.

<sup>8</sup> O Marechal Hermes da Fonseca (1855-1923) era gaúcho de São Gabriel, sobrinho do proclamador da República, Deodoro da Fonseca. Depois de sua turbulenta administração e dos episódios que envolveram sua eleição ao Senado, retirou-se para a Europa, de onde só voltou em 1920, envolvendo-se mais uma vez com a política, chegando a aspirar nova candidatura à Presidência.

<sup>9</sup> Vice de Hermes, Wenceslau (1868-1966) foi a solução possível no processo sucessório. Foi secretário e presidente de Minas Gerais, substituindo o presidente estadual João Pinheiro, que morreu durante o mandato.

<sup>10</sup> Joaquim Augusto Assumpção (1850-1916) foi um republicano filho de nobres, advogado, vereador em Pelotas, amigo de Júlio de Castilhos - e de Pinheiro Machado e Borges de Medeiros, que o fizeram e o desfizeram senador.

da Fonseca, num ato que chamou de “desagravo ao grande brasileiro” (ALVIM, 1985, p. 83).

Uma disputa regional de um estado periférico se transformou, então, num grande acontecimento nacional. O Correio da Manhã de imediato levou o assunto para suas páginas internas, sendo, porém, vencido, com a eleição consagrada em agosto de 1915, Hermes da Fonseca vencendo o “compadre” do duelo de há nove anos, Ramiro Barcellos, então dissidente do PRR por discordar da forma com que o ex-presidente havia sido indicado candidato. Pelas regras então vigentes, cabia ao Congresso Nacional ratificar ou corrigir a vontade popular, com a preterição de algum eleito sendo apelidada pelo Correio da Manhã como “degola”<sup>11</sup>. A campanha anti-hermista voltou-se, por conseqüência, para a pressão aos congressistas, na esperança de que não legitimassem a escolha dos gaúchos.

Chega-se, então, ao quinto e último momento específico da pesquisa (9 a 20/09/1915): a 8 de setembro de 1915, frustrado em sua tentativa de quorum para a sessão em que pretendia confirmar Hermes da Fonseca, Pinheiro Machado deixou o Palácio dos Arcos, sede do Senado, e saiu em visitas pelo Rio de Janeiro. Pouco depois das 16h30, enquanto esperava ser recebido pelo adversário e ex-presidente paulista Albuquerque Lins - companheiro de chapa de Ruy Barbosa da eleição presidencial de 1910 - no Hotel dos Estrangeiros, foi surpreendido por duas estocadas de punhal que lhe desferiu o padeiro desempregado Francisco Manço de Paiva Coimbra, falecendo minutos depois. Preso em flagrante em plena fuga, o assassino justificou o crime como a “salvação do Brasil” (SANTOS, 1917) e se disse inspirado pela leitura de artigo – abaixo parcialmente reproduzido na sua escrita original - veiculado na edição daquele dia da Gazeta de Notícias – diário que se alinhava à oposição conduzida contra o ex-presidente da República pelo Correio da Manhã:

Elle surgiu de um deslocamento do eixo nacional, de uma desgraça tamanha que, nela, a própria Morte foi apenas um incidente secundario: surgiu e foi subindo porque, se de um lado a Natureza o deixara com as pernas pouco agigantadas, em compensação o braço do Sr. Pinheiro Machado, e longo é esse braço, impulsionava-o com alma. (...) Sua candidatura pelas vagas pampas gauchas, para a dita do Sr. Assumpção, no Senado, foi um acontecimento nacional. Todo o Brasil, desde o Acre até o Caty, discutiu-a. Aqui mesmo tivemos meetings, discursos, artigos... Os jornais duplicaram as vendas, o comandante da Força

---

<sup>11</sup> Uma provável insinuação à participação de Pinheiro Machado na Revolução de 1893, cuja violência de ambas as partes em luta foi marcada pela decapitação dos vencidos.

Policial teve um pretexto para reformar os uniformes e exgotar a verba; varias carreiras politicas se encaminharam pela veemencia dos protestos contra a sua eleição (GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 8/9/1915, p. 1).

Importante figura política e como tal reconhecida pela mídia nacional – aqui, focada num dos principais jornais da então capital brasileira – Pinheiro Machado também o era, naturalmente, em sua terra natal. Protagonista da propaganda republicana desde jovem, signatário da ata de criação do Partido Republicano Rio-Grandense e da fundação do jornal que sustentaria suas idéias, estava legitimado como promotor de notícias (MOLOTCH e LESTER, 1974) na capital de seu Estado. Daí, a razão de incluir-se neste trabalho o exame das edições de A Federação dos mesmos momentos anteriormente alinhados, relacionando-o ao diário carioca, numa decisão ajustada ao objetivo geral<sup>12</sup> de verificar a participação de ambos os jornais na construção da imagem do homem público Pinheiro Machado.

Assim, apresentam-se como objetivos específicos da pesquisa: descrever e analisar o contexto sócio-histórico da época; sistematizar, com base em relatos e documentos da época, o processo de produção, transmissão e recepção de informações jornalísticas; analisar o tratamento dos jornais Correio da Manhã e A Federação aos episódios que culminaram com a morte do senador Pinheiro Machado; identificar o poder exercido pelos dois diários aqui examinados na construção da personagem Pinheiro Machado; identificar formas simbólicas que definam o personagem Pinheiro Machado na mídia impressa do período.

Busca-se, nessa investigação, responder ao seguinte problema: qual a participação do Correio da Manhã e de A Federação na construção da imagem do homem público Pinheiro Machado, justificando-se a opção pelos dois diários por suas posições divergentes em relação à personalidade aqui e ali tratada, além de serem de espaços geográficos distintos, mas ambos a ela ligados.

Responder tais questionamentos constituiu-se desafio que passou pelas pesquisas bibliográfica e documental, a primeira realizada sobre obras de História - do Brasil, do Rio Grande do Sul e da Imprensa nacional e estadual – e de Comunicação; a outra pelo exame de exemplares dos dois jornais. Como a época, as personagens e o contexto alvos desta dissertação foram igualmente tratados por escritores que produziram obras de literatura

---

<sup>12</sup> Para melhor visualização e acompanhamento da leitura, o tema, o objeto, os objetivos, o problema e o *corpus* desta pesquisa, aqui referidos, são reproduzidos em quadro nos Anexos.

brasileira, e ressalvada essa condição ficcionista, mereceram especial atenção autores como Lima Barreto (1997), além de Lee (2006) e Medina (2004).

A pesquisa documental foi realizada na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), na Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), na Biblioteca Irmão José Otão, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), na Biblioteca Pública de Pelotas, na Biblioteca (do município) de Pinheiro Machado, no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (Rio de Janeiro), no do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e no da cidade de São Luiz Gonzaga, no Museu Hipólito José da Costa (Porto Alegre), no Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre), no Museu Pinheiro Machado (São Luiz Gonzaga), no Memorial do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) e no Senado Federal (Brasília).

É evidente o vínculo entre Jornalismo e História nesta dissertação, que, produzida no campo da Comunicação, recorre ao campo da História na constatação de que ambos são ricos em possibilidades de aproximação a outras ciências. Como já observava o polemista francês Leon Daudet:

Em geral o jornalismo envelhece depressa, em razão de uma atualidade sempre móvel e mutante, e a arte do jornalista caduca rapidamente. Eu tive nas mãos uma coleção de obras dentro da qual estava “A lanterna de Rochefort”. Exalava-se dela, apenas entreabrindo-a, um cheiro de decadência, onde maxilares riam macabramente (Apud JOBIM, 1992, p. 26).

Mais de um século antes, seu conterrâneo Rousseau havia escrito: “A história, em geral, é defeituosa em se tratando de registro de fatos sensíveis e marcantes, dos quais não se pode fixar mais que nomes, lugares, datas, porque as causas lentas e progressivas desses fatos, por mudarem diariamente, permanecem desconhecidos” (Apud JOBIM, 1992, p. 29)

Valendo-se das duas referências acima, o autor brasileiro concluiu:

... desde o nascimento do grande informativo que os historiadores dispõem de um espelho de muitas faces refletindo os acontecimentos sociais sob vários ângulos, oferecendo-lhe, pois, a imagem viva e cambiante da nossa existência cultural, política, econômica, bem como de nossos costumes. Todo o universo num retrato dinâmico, em incessante mudança, eis o que essas enciclopédias cotidianas parecem querer aprisionar em suas páginas. Só o conseguem, por certo, captar em doses infinitesimais e, além do mais, deformando as imagens, mas o fato é que todo esse registro é uma contribuição inexcedível para a história, todos esses comentários e notícias são história, no senso lato da expressão. Mais propriamente,

só o serão na medida em que o historiador os recolha, pondere e coordene na síntese (JOBIM, 1992, p. 29).

Por circular nesse espaço comum entre dois campos, a pesquisa aqui apresentada buscou apoio em autores com esse tipo de experiência. Assim, para a inserção do período 1901-1915 na vida do Brasil, essencial à posterior composição do quadro sob análise acadêmica, recorreu-se à periodização proposta por Alceu Amoroso Lima (1923, 1981), então sob o pseudônimo de “Tristão de Athayde”, para a história nacional: 1) época colonial (de 1500 a 1808), época imperial (de 1808 a 1870) e época republicana (a partir de 1870), recaindo sobre esta última o interesse deste trabalho, como será à frente aprofundado.

Um objeto de estudo há quase um século distante inviabiliza, por óbvio, a tomada de depoimentos diretos dos protagonistas e coadjuvantes do que aqui se analisa. Por conseqüência, buscou-se a alternativa familiar como suplementação aos documentos, entrevistando descendentes, especialmente no caso de Manço de Paiva, cujos sobrinhos Érico e Mário Britto, hoje entre 75 e 85 anos de idade, foram ouvidos nas cidades de Pinheiro Machado e de Rio Grande, assim como pessoas que com ele conviveram e dele ouviram relatos, mesmo que esporadicamente, como o General Francisco Dutra, atualmente na reserva e estabelecido em Brasília, que o teve como companheiro de viagem por quatro dias de trem entre São Paulo e Porto Alegre na década de 40 do século passado, em cujo convívio descobriu serem oriundos da mesma cidade, a que agora leva o nome do senador assassinado.

A sustentação teórico-metodológica desta pesquisa se dará com o recurso ao estudo do poder da imprensa que vem sendo feito desde Lippmann (1922) até a sua recente sistematização por Wolf (1987) e por Traquina (2000), passando por Cohen (1963), McCombs e Shaw (1968, 1972, 1977), os já citados Molotch e Lester (1974, 1993), Rogers, Dearing e Bregman (1988), assim como às investigações em curso no Brasil (MOTTA, 2002); em combinação com a tríplice análise proposta por Thompson (2002) na *Hermenêutica de Profundidade*: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação – além de outros aportes contemporâneos e suplementares a uma pesquisa tão inserida no passado quanto esta (RODRIGUES, 1982).

Uma breve descrição sobre os capítulos que seguem: a aplicação da Hermenêutica de Profundidade se iniciará no com o “Panorama sócio-histórico”, que se estenderá pela “A República em consolidação” e por “Pinheiro Machado e a República”, completando-se com um quadro a que o pesquisador sentiu-se estimulado a produzir com o aprofundamento do contato com a metodologia.

A seguir, uma imersão na teoria, com o capítulo “Imprensa e poder”, que buscará refletir as relações entre a Comunicação e a Política, valendo-se especialmente dos estudos desenvolvidos no campo jornalístico desde a terceira década do século passado, pelo já referido Lippmann (1922), no rastro do qual se deflagrou um amplo espectro da pesquisa acadêmica, que no Brasil vem tendo seqüência em trabalhos liderados em Brasília por Luiz Gonzaga Motta (2002), na Bahia por Antonio Albino Canellas Rubim (2000) e por Wilson Gomes (2004) e no Rio Grande do Sul por Maria Helena Weber (1999, 2001) – entre outros pesquisadores. Esse capítulo terá, como se poderá observar por suas subdivisões - “Breve relato histórico”, “O Correio da Manhã e A Federação na trajetória da imprensa brasileira”, “Pinheiro Machado e a imprensa”, “O crime de Manço de Paiva” e “Imprensa e poder no Brasil” - uma natural intersecção com o anterior, estendendo a análise sócio-histórica que, com a análise formal ou discursiva e com a interpretação/reinterpretação, compõe a fórmula proposta por Thompson na Hermenêutica de Profundidade.

A Análise formal ou discursiva se fará no capítulo seguinte, “O senador e os dois jornais”, sob a forma da narrativa dos objetos em estudo, tomados os cinco momentos já apresentados nesta Introdução, veiculados por ambos os jornais entre 1901 e 1915.

Chega-se, assim, ao capítulo final desta dissertação, também integrante da Hermenêutica de Profundidade através do processo de interpretação/reinterpretação: “A personagem (des)construída”, que se fará a partir do mesmo material apontado acima.

Antes de iniciar a abordagem de cada capítulo, convém indicar algumas observações sobre critérios seguidos neste trabalho e desde este capítulo adotados: a) a opção usada nesta pesquisa, exercida sobre um intervalo de tempo a partir do qual já foram promovidas pelo menos duas grandes reformas ortográficas, é a de citar os nomes próprios tal como foram registrados originalmente, mas respeitando os usos diferentes por diferentes autores; b) pela mesma razão, a reprodução de textos antigos seguirá a escrita da época, a menos quando extraída de uma fonte mais moderna que já a tenha adaptado à grafia atual; c) além

das referências bibliográficas de natural indicação ao final de estudos acadêmicos, optou-se, neste, pelo apontamento de outras fontes consultadas e que constituíram recursos adicionais para a compreensão dos fatos de um século atrás, embora sem citações incluídas;

d) um registro sobre os anexos: dos cinco momentos pesquisados, apenas os de 1914 e 1915 estiveram passíveis de reprodução de imagens de exemplares reais dos dois diários. Os de 1901, 1906 e 1910 foram consultados em microfilmes, disponíveis na Fundação Biblioteca Nacional, mas com cópias e registros fotográficos proibidos, razão porque não aparecem como provas documentais ao final desta pesquisa.

## 1. PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO



Ao centro: Hermes da Fonseca, Nair de Teffé e Pinheiro Machado (Biblioteca Nacional).



A primeira fase da tríplice análise proposta por Thompson (2002) é a análise sócio-histórica. Como sua denominação sugere, ela permite reconstruir as condições sociais e históricas, levando em consideração as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais, a estrutura social e os meios técnicos em que são transmitidas. Em outras palavras: proporciona a contextualização social e histórica, que tem seqüência a partir de agora nesta dissertação.

O período em questão se insere nos anos iniciais da República defendida pel'A Federação, proclamada em 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que assumiu a presidência. A implantação do novo sistema não significou, porém, uma tranqüila substituição do anterior, nem mesmo uma harmonia plena entre os novos poderosos, dos quais Pinheiro Machado passou a fazer parte como senador pelo Rio Grande do Sul. Foi nesse contexto que já nos seus primeiros anos o novo governo brasileiro passou a enfrentar crises, como a que retirou Deodoro da presidência e colocou em seu lugar o vice-presidente e também Marechal Floriano Peixoto, época por isso tratada por alguns historiadores como “República da Espada” (1889-1894).

Deduz-se de Thompson que situações espaço-temporais são o “onde” e o “quando” ou o “local” e o “tempo” em que se estabelecem as relações de produtores e receptores das formas simbólicas. No caso aqui examinado, essa redução metodológica é respondida com certa amplitude, já que o “onde/local” pode ser compreendido, num sentido mais genérico, como o próprio Brasil; afunilando-se sucessivamente para opções como o Rio de Janeiro e Porto Alegre, o Catete, o Senado e o Palácio de Governo na capital gaúcha, as redações do Correio da Manhã e de A Federação, as tribunas convencionais e informais, até as páginas dos dois jornais. Já o “quando/tempo” pode ser entendido como uma parte, entre 1901 e 1915, da Primeira República ou República Velha (1899-1930).

Campos de interação, por sua vez, são os espaços, as posições, as trajetórias determinantes das relações pessoais, espectro que, no caso aqui pesquisado, inclui os presidentes da República e do Estado, os líderes políticos de situação e oposição, as emergências da vida pública – nas capitais federal e do Rio Grande do Sul e no período em questão. Pinheiro Machado e a imprensa estão aqui relacionados.

Instituições sociais, outro item da análise sócio-histórica proposta pela Hermenêutica de Profundidade, são os conjuntos relativamente estáveis de regras e

recursos, em combinação com as relações sociais estabelecidas por eles. Podem ser exemplificadas, neste estudo, por organizações formais e seus símbolos, como a República e o Palácio do Catete; o Governo do Rio Grande do Sul, o Senado, a Câmara e a Assembléia Provincial; os partidos políticos; mas também por agrupamentos ideológicos informais, constituídos por iniciativa objetiva ou interesses momentâneos, além dos jornais como empresas.

Já a estrutura social, também componente da análise sócio-histórica, inclui as assimetrias, as diferenças e divisões entre as instituições sociais e suas relações, numa espécie de hierarquia que, no caso em questão, envolve o Executivo e o Legislativo nacionais e o poder emergente da mídia, com sua inevitável repercussão no Rio Grande do Sul por incluir um de seus representantes no Congresso.

Entende este pesquisador que tais elementos não raras vezes produzem uma certa intersecção, com um ou mais deles abrangendo mais de uma situação. Por essa razão, julga adequado reuni-los sob uma única definição, a partir de agora aqui tratada como “conjuntura”, sob cuja denominação se estará avaliando as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais e a estrutura social. Mantém-se da proposta original de Thompson, contudo, o item seguinte da análise sócio-histórica: os meios técnicos de transmissão.

Os meios técnicos de transmissão, por onde se intercambiam as formas simbólicas – neste caso, os jornais - são aqui, por óbvio, examinados à exaustão, não só nos momentos propostos, mas também na sua própria constituição como veículos de comunicação de longa existência.

O agrupamento das situações espaço-temporais, dos campos de interação, das instituições sociais e da estrutura social sob o rótulo acima informado pode ser mais bem visualizado no quadro a seguir. Sua composição levou em conta, naturalmente, os quatro elementos propostos por ele, acrescida dos meios técnicos de transmissão e antecedida pelo exame ano a ano do período pesquisado, bem como dos governantes em âmbito nacional e estadual e do posicionamento de Pinheiro Machado nessa contextualização.

### Quadro nº 1: Análise sócio-histórica

Anos	Presidentes do Brasil e principais marcas	Presidentes do RS e principais marcas	Conjuntura	Meios técnicos de transmissão	Senador Pinheiro Machado
1901	Campos Salles: <i>política dos governadores</i> , instituição da comissão de verificação, rolagem da dívida externa. <i>Café com leite</i> .	Borges de Medeiros exerce seu 1º mandato. Julio de Castilhos permanece na presidência do PRR.	12º ano da República, Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, imprensa, sindicalismo emergente, Silveira Martins morre em Montevideú. População brasileira: cerca de 18 milhões de habitantes, 2/3 no campo.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. Surge o <u>Correio da Manhã</u> .	Cumprido o 10º ano como senador pelo PRR (interrompido durante 1893/95 pela revolução federalista). Discursivo no Senado em homenagem a Silveira Martins.
1902	Campos Salles: <i>política dos governadores</i> , rígida política financeira, subvenções à imprensa. <i>Café com leite</i> .  Rodrigues Alves: belle-époque, modernização e saneamento do Rio de Janeiro, atração de capital estrangeiro. <i>Café com leite</i> .	Borges de Medeiros inicia seu 2º mandato. Segue a influência de Castilhos na política estadual.	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, imprensa, sindicalismo emergente. Fundação do PSB. Manifestações contra a política econômica do governo.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. Rápida ascensão do <u>Correio da Manhã</u> , opondo-se ao governo Campos Salles.	Eleito vice-presidente do Senado, acentua-se a sua influência, também pela liderança sobre as bancadas dos estados menores. Presidiu a sessão de posse de Rodrigues Alves
1903	Rodrigues Alves: belle-époque, modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. <i>Café com leite</i> .	Morre Julio de Castilhos/Borges de Medeiros assume também a presidência do PRR.	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, imprensa, sindicalismo emergente, republicanos radicais, campanha do Acre, 1ª greve geral da República (indústria têxtil, SP).	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. Segue a ascensão do <u>Correio da Manhã</u> .	Pinheiro Machado no País e Borges no RS são as principais lideranças do PRR.
1904	Rodrigues Alves: <i>belle-époque</i> , modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. <i>Café com leite</i> .	Borges de Medeiros.	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, imprensa, revoltas da vacina e da Praia Vermelha, conquista do Acre.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. Segue a ascensão do <u>Correio da Manhã</u> , que se opõe à vacinação e às inaugurações de obras no Rio.	Acentua o seu poder, a partir da Comissão de Verificação de Poderes. Opõe-se à prática presidencial de indicar o sucessor, mas administra sua relação com Rodrigues Alves.
1905	Rodrigues Alves: <i>belle-époque</i> , modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. <i>Café com leite</i> .	Borges de Medeiros.	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, imprensa, estado de sítio, convocação de Constituinte.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> fortalece seu oposicionismo, já então dirigido também a Pinheiro Machado.	Opõe-se à prática presidencial de indicar o sucessor, o que inviabiliza a candidatura de Lauro Muller.
1906	Rodrigues Alves: <i>belle-époque</i> , modernização e saneamento do Rio de Janeiro (Pereira Passos e Oswaldo Cruz), atração de capital estrangeiro. <i>Café com leite</i> .  Affonso Penna: infra-estrutura nacional. <i>Café com leite</i> .	Borges de Medeiros. Acerta com a União a construção e exploração do Porto de Rio Grande.	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, imprensa, 1º Congresso Operário Brasileiro; instalação da Constituinte; criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio; Santos Dumont faz sucesso na França.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> consolida seu oposicionismo, em especial a Pinheiro Machado.	Vence duelo com Edmundo Bittencourt. Assimila a candidatura Affonso Penna.
1907	Affonso Penna: infra-estrutura nacional, <i>Jardim de</i>	Borges de Medeiros.	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças	Imprensa, tribunas formais, tribunas	Amplia sua liderança para além da bancada

	<i>Infância. Café com leite.</i>		históricas, lideranças emergentes, imprensa, Ruy Barbosa em Haia e nomeado embaixador pleni e extraordinário, greve geral em SP.	informais. <u>Correio da Manhã</u> consolida seu oposicionismo.	gaúcha, criando um bloco interestadual majoritário no Congresso Nacional.
<b>1908</b>	Affonso Penna: infra-estrutura nacional, <i>Jardim de Infância. Café com leite.</i>	Borges de Medeiros.  Carlos Barbosa: bondes elétricos em Porto Alegre.	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, lideranças emergentes, alistamento militar e reorganização do Exército, fundação da Confederação Operária Brasileira; Albuquerque Lins é presidente em SP, fundação da ABI, demissão de Hermes da Fonseca do Ministério da Guerra.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> consolida seu oposicionismo.	Enfrentamento do <i>Bloco</i> com o chamado <i>Jardim de Infância</i> , de lideranças emergentes antipinheiristas estimuladas pelo presidente Affonso Penna.
<b>1909</b>	Affonso Penna: infra-estrutura nacional, <i>Jardim de Infância. Café com leite.</i> Morte do presidente da República em pleno mandato.  Nilo Peçanha: intervensões em Estados, disputa de poder entre SP e MG.	Carlos Barbosa: Conflito entre o Governo do RS e o Grupo Corthell/Farquhar.	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, Wenceslau Braz assume o governo de MG, lançada e efetivada a candidatura Hermes, lançada a candidatura de Ruy Barbosa, morte de Affonso Penna, 1ª campanha sucessória da história do Brasil (outras capitais e regiões), estudantes mortos pela polícia em passeata no Rio (Primavera de Sangue).	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> apóia candidatura Hermes da Fonseca à Presidência, inicialmente, depois passa a defender a de Ruy Barbosa. O jornal (e também o <u>Diário de Notícias</u> ) relaciona o senador ao contrabando de charque.	Rompimento com Nilo Peçanha, apoio à candidatura Hermes da Fonseca, afastamento de Ruy Barbosa.
<b>1910</b>	Nilo Peçanha: intervensões em Estados, disputa de poder entre SP e MG.  Hermes da Fonseca: instabilidade política. Aliança entre o RS e o Exército.	Carlos Barbosa	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, eleição de Hermes, <u>OESP</u> publica manifesto de Ruy Barbosa, bombardeio de Manaus, levante da Esquadra, revolta da Chibata, anistia aos revoltosos, fundação do PRC, levante da Ilha das Cobras, prisão de João Cândido e marinheiros, 441 presos e prostitutas enviados para o Acre.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> bate-se violentamente candidatura militar de Hermes da Fonseca à Presidência e, com sua eleição e posse, passa a exercer forte oposição ao seu governo e aos que o representam.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira. Assume a presidência do PRC, com a morte de Bocayuva.
<b>1911</b>	Hermes da Fonseca: instabilidade política, <i>salvacionismo</i> . Aliança entre o RS e o Exército.	Carlos Barbosa	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, Pe. Cícero eleito prefeito de Juazeiro.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> passa a exercer forte oposição ao governo e aos que o representam.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira.
<b>1912</b>	Hermes da Fonseca: instabilidade política, <i>salvacionismo</i> , morte da primeira-dama Orsina da Fonseca. Aliança entre o RS e o Exército.	Carlos Barbosa	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças históricas, intervenções (Bahia, Ceará), demissão e morte do Barão do Rio Branco, Contestado, censura a filme sobre João Cândido.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> mantém forte oposição ao governo e aos que o representam.	Período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira.
<b>1913</b>	Hermes da Fonseca: instabilidade política, <i>salvacionismo</i> . Casamento	Carlos Barbosa. Borges de	Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, lideranças	Imprensa, tribunas formais, tribunas	Período de maior poderio de Pinheiro

	com Nair de Teffé. Aliança entre o RS e o Exército.	Medeiros volta a eleger-se, descontente com o governo de Carlos Barbosa: encampação dos serviços públicos e atração de investimentos estrangeiros.	históricas, cerca de 10 mil se manifestam contra deportação de sindicalistas, crise no Ceará, estado de sítio, nova disputa sucessória (Wenceslau x Ruy), Ruy desiste da candidatura. Pacto de Ouro Fino.	informais. <u>Correio da Manhã</u> mantém forte oposição ao governo e aos que o representam, detona com a candidatura de PM e volta a defender a candidatura Ruy.	Machado na política brasileira. Seu nome chega a aparecer como presidenciável.  Irmão, Salvador Pinheiro Machado, é nomeado vice-presidente do RS por Borges de Medeiros para o período 1913/1918.
1914	Hermes da Fonseca: instabilidade política. Aliança entre o RS e o Exército. Wenceslau Braz: em busca da pacificação. <i>Café com leite</i> .	Borges de Medeiros. Afastamento por doença, substituído por Salvador Pinheiro Machado.	Europa, Rio de Janeiro, Catete, Senado, Câmara, Largos, eclosão da 1ª guerra mundial, lideranças históricas, sitiado o Ceará, depostos os governos de PE, AL e BA, greve geral no PA, estado de sítio. Manifestações em frente a <u>O Paiz</u> são rechaçadas a tiros.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> mantém forte oposição ao governo Hermes e aos que o representam, mas aparenta um voto de confiança ao novo presidente, estimulando-o a afastar-se de Pinheiro Machado. O jornal decreta o fim político de PM e HF.	Novamente eleito para a vice-presidência do Senado, período de maior poderio de Pinheiro Machado na política brasileira. Presidiu a sessão de posse de Wenceslau Braz. WB tenta atenuar sua influência sobre o governo. Redige o seu testamento político.  Seu irmão assume a presidência do RS.
1915	Wenceslau Braz: em busca da pacificação e às voltas com os efeitos da guerra na economia nacional. <i>Café com leite</i> .	Borges de Medeiros. Afastamento por doença, substituído por Salvador Pinheiro Machado.	Manifestações em SP e Rio contra a guerra, <i>meetings</i> contra a candidatura Hermes ao Senado, eleição de Hermes, preparativos para sua posse, morte de Pinheiro Machado. Dez dias entre os funerais no Rio e o enterro em Porto Alegre.	Imprensa, tribunas formais, tribunas informais. <u>Correio da Manhã</u> mantém voto de confiança ao novo presidente e passa a combater violentamente a candidatura Hermes ao Senado pelo RS. Depois da morte do senador, insiste na idéia de que foi um crime isolado cometido por um insano. <u>A Federação</u> adota a linha de crime encomendado, com críticas a WB.	Passa parte do ano em ostracismo. Em discurso no Senado, admite que poderá “submergir”. Repete o mesmo em entrevista a João do Rio. Seu irmão permanece na presidência do RS. Acerta com Borges de Medeiros e Salvador Pinheiro Machado o lançamento da candidatura Hermes ao Senado pelo RS em vaga aberta pela renúncia do titular.

Elaboração do mestrando. Base: Barbosa Lessa, Borges, Calógeras, Campello de Souza, Castro, Gomes, Guanabara, Marcondes, Thompson.

A contextualização decorrente da análise sócio-histórica que aqui se pratica terá seqüência neste trabalho com os textos “A República em consolidação” e “Pinheiro Machado e a República”.

## 1.1 A República em consolidação

Alceu de Amoroso Lima (1981)<sup>13</sup>, escrevendo sob o pseudônimo de “Tristão de Athayde”, considera que o ano de 1870 marca, de fato, o início do período republicano brasileiro, tendo a Guerra do Paraguai (1864-1870) como o marco, substituindo o ciclo das lutas externas pelo das reivindicações interiores – em que a abolição da escravatura aparece como a principal e a proclamação, como sua herança. O período aqui examinado decorre, portanto, dessa trajetória histórica do País, na qual a sua imprensa está incluída. A análise que segue tem por referência os governos exercidos até 1915.

Assim, num salto de 31 anos a partir do marco referencial apresentado por Athayde (1981), observa-se que o Correio da Manhã apareceu em 1901 buscando e logo alcançando um posicionamento diferenciado entre os jornais existentes na então capital federal, em que pontificavam o vetusto Jornal do Commercio e O Paiz. E que já A Federação tinha, no surgimento do diário carioca, quase três décadas de existência. Ambos produzindo e circulando formas simbólicas, inseridos numa relação social junto às comunidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, com relativa expansão para além dessas fronteiras.

O Brasil de 1901 era um país de população (17.877.408 habitantes)<sup>14</sup> predominantemente agrária, na maioria analfabeta e excluída dos processos políticos, já que o voto era direito exclusivo dos homens, desde que maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever e que não fossem soldados, nem padres, nem prisioneiros. A República tinha 11 anos e sete meses de vida desde 1889 e estava sendo conduzida pelo quarto presidente, o segundo civil, num processo a caminho da consolidação, mas nem por isso, tranqüilo. Ao contrário, o regime liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca conseguiu abortar um golpe do próprio presidente menos de dois anos após ter sido proclamado, ascendendo, então, o vice-presidente Floriano Peixoto ao seu lugar.

Um golpe militar bem sucedido, outro frustrado, a eclosão de movimentos revolucionários pelo território nacional, a eleição de Prudente de Moraes como o primeiro governante civil do período republicano (1894-1898), o atentado contra ele e uma constante

---

<sup>13</sup> Texto integrante do livro “À Margem da História da República”, coordenado por Vicente Licínio Cardoso, originalmente lançado em 1923, reeditado em 1981 pela Câmara dos Deputados e pela Universidade de Brasília. Tomam-se aqui a reedição e o pseudônimo do autor como referências.

<sup>14</sup> Segundo o “Anuario Estatístico do Brazil 1908-1912”. Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

atenção aos movimentos pró-monarquia foram os acontecimentos que agitaram a vida brasileira na fase anterior ao aparecimento do Correio da Manhã. O atentado a Prudente de Moraes em 1897 levou Pinheiro Machado à prisão, como suspeito de conspiração, como já registrado anteriormente. Logo libertado pela inexistência de provas que o incriminassem, o senador manteve com Campos Salles, o presidente seguinte (1898-1902), uma aliança alimentada na origem propagandista republicana de ambos, com os políticos sob sua liderança ratificando no Congresso os atos de interesse do Palácio do Catete, a sede do governo federal – como abaixo explicado.

É de supor-se que o Governo e Pinheiro Machado mantinham com a imprensa carioca, então, um bom relacionamento – até o aparecimento do Correio da Manhã. Naquela época como agora, a política também era atraída para a popularidade de alguns comunicadores, parte dos quais convencida a se apresentar como candidatos. O Partido Republicano Federal, federação de agremiações regionais como o PRR e as seções fluminense (PRRJ), mineira (PRM) e paulista (PRP), era dirigido por republicanos históricos como Quintino Bocayuva<sup>15</sup> e Francisco Glicério<sup>16</sup>, submetido a dissensões rotineiras a cada processo sucessório presidencial. Nesses momentos, emergia o talento negociador do representante gaúcho, que cresceria ainda mais nos anos seguintes.

O governo Campos Salles, como também já referido, voltou-se economicamente para a solução de uma crise que se avizinhava com os credores internacionais, refinanciando a dívida externa; politicamente, buscou constituir uma aliança duradoura que facilitasse sua administração e não a submetesse às constantes crises do Partido Republicano Federal, inaugurando a que veio a ser conhecida como “política dos governadores”, em aliança com os líderes regionais, pela qual estes tornavam viável a escolha de deputados e senadores fiéis ao Catete, recebendo em troca nomeações de apadrinhados e a garantia de atendimento aos pleitos estaduais.

A “política dos governadores” encaminhava o Brasil para eleições presidenciais sem oposição, mas também concentrava as atenções dos presidentes sobre os Estados, na

---

<sup>15</sup> Quintino de Sousa Ferreira (1836-1912), jornalista e político, foi um dos maiores propagandistas da Abolição e da República. Adotou o apelido Bocayuva quando cursava Direito em São Paulo, seguindo moda dos estudantes de adotarem um nome nativista. "Bocayuva" é uma espécie de coqueiro brasileiro, também conhecido como macaúba e coco-de-catarro.

<sup>16</sup> Francisco Glicério (1846-1916) foi propagandista da Abolição e da República, ministro da Agricultura e senador, além de presidente do Partido Republicano Federal.

expectativa de que seus dirigentes mantivessem domínio sobre as bancadas no Congresso Nacional:

(...) enquanto isso, Pinheiro Machado ia aos poucos se infiltrando nesse Congresso e organizando em seu proveito uma liderança no legislativo. Começou impondo-se à própria bancada do Rio Grande do Sul, pois era o político preferido de Júlio de Castilhos, Governador de grande prestígio no Estado sulista; aos poucos, com sua vocação nata de líder, estendeu sua irradiação pessoal às demais bancadas estaduais (CASTRO, 1969, p. 359).

A partir do Senado, em que a cada Estado correspondiam – então, como agora – três representantes, Pinheiro Machado investiu na constituição de uma bancada periférica, que, sob sua liderança, passou a ser crucial nas votações. Logo essa sua iniciativa estendeu-se à Câmara, dando ao gaúcho uma expressão política e um poder incomparáveis, que precisavam ser levados em conta pelos presidentes da República (ALVIM, 1985; CASTRO, 1969).

Rodrigues Alves<sup>17</sup>, então presidente de São Paulo, assumiu a presidência do País (1902-1906) sem ser um republicano histórico, mas tendo sido assimilado pelo novo regime desde a Constituinte de 1891, chegando a ser ministro de Floriano Peixoto - com quem, porém, rompeu a seguir – e de Prudente de Moraes. Cercou-se de técnicos, como o Barão do Rio Branco, feito ministro das Relações Exteriores; o engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado prefeito do Rio de Janeiro; e o sanitarista Oswaldo Cruz, encarregado de livrar a capital brasileira da febre amarela e de outras doenças endêmicas. Foi um tempo de continuidade da “política dos governadores”, com Pinheiro Machado e Rodrigues Alves disputando no campo político a coordenação da sucessão presidencial, o paulista levando a melhor e conseguindo indicar o seu vice Affonso Penna<sup>18</sup> para substituí-lo em 1906. Também foi uma época de fortes críticas do Correio da Manhã ao Governo, potencializadas na condenação às reformas urbanas que deslocavam a população pobre e na veemente oposição à vacinação obrigatória.

---

<sup>17</sup> Francisco de Paulo Rodrigues Alves (1848-1918): paulista, ex-monarquista que derrotou o histórico Quintino Bocayuva na disputa presidencial. Depois, presidiu São Paulo e foi novamente eleito presidente da República, cargo que não chegou a exercer, vítima da gripe espanhola.

<sup>18</sup> Affonso Augusto Moreira Penna (1847-1909): mineiro, foi ministro da Guerra, da Agricultura e da Justiça durante o Império. Morreu em pleno mandato presidencial.



Affonso Penna instalou-se no Catete (1906-1909) tentando minimizar a influência pinheirista. Valeu-se para isso da constituição de um grupo de parlamentares emergentes alheios à liderança do gaúcho, logo apelidada de “Jardim da Infância” pela inexperiência política de seus integrantes – o grupo de Pinheiro Machado passou a ser conhecido como “Bloco”. O presidente morreu em junho de 1909 sem conseguir indicar o sucessor preferido, o mineiro João Pinheiro, que havia falecido em outubro de 1908, nem o seu novo predileto, o ministro Davi Campista, subjugado pela articulação em torno do ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, já então contando com o apoio do presidente-substituto, Nilo Peçanha<sup>19</sup>. O Correio da Manhã chegou a apoiar a candidatura oficial, mas por pouco tempo, abandonando-a depois pela de Ruy Barbosa.

O Brasil passava, então, pela primeira grande campanha sucessória nacional, que extrapolou os limites da capital federal e mobilizou os Estados em torno das duas candidaturas. O confronto Hermes x Ruy significou o afastamento entre este e o senador gaúcho, que se alinhou com o ministro, afinal vencedor. Hermes encerrou a campanha no Rio Grande do Sul, seu estado natal, com ampla cobertura d’A Federação (como será visto na análise formal ou discursiva, à frente). Ruy, que havia percorrido o país, estava em Minas Gerais, acompanhado por um jornalista do Correio da Manhã (também mais bem especificado na análise formal ou discursiva).

Em novembro de 1910, dias antes da posse de Hermes da Fonseca, surgiu o Partido Republicano Conservador (PRC), com a pretensão de reunir os PR’s regionais e garantir governabilidade aos presidentes da República, iniciativa a que o seu antecessor, o Partido Republicano Federal (PRF) não havia conseguido sucesso. Sem a adesão da seção paulista (PRP), o novo partido elegeu Quintino Bocayuva como seu presidente, “tão-somente porque Pinheiro não queria esse encargo. Desde o início, o Senador gaúcho foi o verdadeiro chefe do PRC, como Bocayuva logo iria admitir e, quando Bocayuva morreu em 1912, Pinheiro aceitou a tornar-se presidente do partido” (LOVE, 1975, p. 160).

A semelhança do PRC ao PRF, criado anteriormente sob a liderança do senador paulista Francisco Glicério, começava por sua composição, envolvendo os mesmos

---

<sup>19</sup> Nilo Peçanha (1867-1924): fluminense, abolicionista e republicano histórico, assumiu a presidência com a morte do titular Affonso Penna. Antes havia governado o Rio de Janeiro; em 1921 disputou e perdeu a presidência da República.

Bocayuva e Pinheiro Machado, entre vários outros dirigentes; continuava por sua linha anti-revisionista e completava-se com sua garantia de fidelidade ao líder nacional – o presidente da República. Com o novo partido Pinheiro Machado dominou o Senado e fortaleceu-se na Câmara, enquanto, como outros partidos estaduais, o PRR tentava influenciar a opinião pública da Capital Federal, “dando cobertura financeira a vários jornais cariocas, principalmente A Tribuna, o Correio da Noite, A Imprensa, a Gazeta de Notícias, e o prestigioso Jornal do Commercio” (LOVE, 1975, p. 161).

Love (1975) lembra que, fora do Rio de Janeiro, o papel da opinião pública era mínimo, devido ao baixo grau de urbanização e de alfabetização e às conseqüências do controle “coronelista”. E que, ao contrário, na então Capital Federal, a alfabetização superava 50% da população em 1910, o que reduzia o domínio das máquinas políticas e transformava os jornais em importante instrumento político.

Com Hermes da Fonseca presidente (1910-1914), Pinheiro Machado exerceu a sua fase de maior poder sobre a política brasileira, como analisado por Love (1975):

(...) o presidente eleito tratava-se de um homem de caráter fraco e inteligência sem brilho (...) e à medida que Hermes foi se tornando mais e mais dependente de Pinheiro, cada vez mais se patenteava que a definição inicial que dera de suas funções não era simples figura de retórica (LOVE, 1975, p. 159).

Calógeras (1957) compartilha dessa visão:

(...) tanto os paisanos como os militares repetiam unisonamente que Hermes não passava de um instrumento em mãos de Pinheiro Machado, o senador chefe do partido ao qual o Marechal cegamente seguia.

De fato, Pinheiro Machado era incontestavelmente a influência dominante da política brasileira (CALÓGERAS, 1957, p. 467).

Nem a discordância com a chamada “política das salvaçãoes”<sup>20</sup>, posta em prática pelo novo governo e que afastou políticos vinculados a Pinheiro Machado do poder em diversos Estados, retirou a sua influência sobre o presidente Hermes da Fonseca:

(...) sua estrela iria brilhar novamente com a morte de Orsina da Fonseca. O novo casamento de Hermes com Nair de Tefé leva Pinheiro Machado a tornar-se *persona grata* a esta família, fazendo Senador o próprio Almirante Tefé, pai da nova Primeira Dama do País (CASTRO, 1969, p. 368).

<sup>20</sup> A “política das salvaçãoes”, também chamada de “salvacionismo”, foi uma tentativa de quebra das oligarquias através de intervenções promovidas nos Estados durante o Governo Hermes da Fonseca.

O relacionamento entre um homem maduro viúvo há poucos meses e uma jovem de atuação incomum entre as mulheres da época gerou exaltações políticas, por sua vez registradas na imprensa<sup>21</sup>. Em Pernambuco, o general e líder político Dantas Barreto, atingido pelas instabilidades decorrentes das intervenções federais nos Estados, dizia que o presidente da República iria “abandonar as pesadas responsabilidades do cargo” em nome “da paixão por uma linda donzela, cujos dotes lhe inspiraram tão violenta paixão” (CASTRO, 1969, p. 368).

A seqüência desta análise sócio-histórica se fará, a seguir, com a inserção de Pinheiro Machado na República de que ele foi um dos propagandistas e conservadores.

## 1.2 Pinheiro Machado e a República

O ano de 1870 e os imediatamente seguintes, apontados por Athayde (1981) como origem da República no Brasil, encontraram Pinheiro Machado atuante na vida pública, militante estudantil na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo, já, passado pela Guerra do Paraguai. Depois, formado e de volta ao Sul, foi conselheiro municipal em São Luiz Gonzaga (então, das Missões), tornou-se senador na primeira eleição republicana, em 1890<sup>22</sup>; e já no Rio de Janeiro, nos momentos anteriores à renúncia de Deodoro, conversou com ele em palácio a pedido de Júlio de Castilhos, instando-o a moderar o relacionamento com os políticos, apelando em nome do Rio Grande para que não fechasse o Congresso Nacional - sem sucesso.

O diálogo entre o Marechal e o Senador, que os biógrafos de Pinheiro Machado dizem, impressionou o presidente da República, significou a sua emergência na vida nacional. Ele, que havia lutado como voluntário da pátria aos 14 anos e quando estudante de Direito em São Paulo fora um dos fundadores do Clube 20 de Setembro, inspirado nos ideais republicanos dos revolucionários farroupilhas de 1835-1845, iniciava no Rio de

---

<sup>21</sup> Hermes da Fonseca ficou viúvo em pleno exercício do mandato presidencial, casando com Nair de Teffé pouco mais de seis meses depois. Esse fato, aliado à diferença de idades entre eles, gerou muitas críticas ao marechal, acrescidas pela liberalidade da Primeira Dama, que promoveu saraus no Palácio do Catete.

<sup>22</sup> Pinheiro Machado passou a servir ao regime por que tanto postulou de uma forma curiosa: conselheiro municipal em sua cidade adotiva, para onde retornara após graduar-se em Direito e casar em São Paulo, ele foi convocado à eleição por Júlio de Castilhos, então a liderança máxima da causa no Rio Grande do Sul. Depois de uma resistência inicial, admitiu ser relacionado entre os candidatos do PRR, chegando dessa forma ao primeiro mandato, então, de nove anos, e logo se transferindo para o Rio de Janeiro (ALVIM, 1985).

Janeiro uma influência política que se prolongaria por mais de duas décadas e meia. O início dessa trajetória como “pai da República”, que no Rio Grande o equiparava a Júlio de Castilhos e a Borges de Medeiros, nacionalmente o aproximava de Deodoro, de Floriano, de Quintino Bocayuva e de Ruy Barbosa, entre vários outros dos principais nomes do novo regime.

Em 1901, portanto, ele já exercia o cargo de senador há uma década, período em que foi avançando espaços políticos até tornar-se uma expressão proeminente no partido e na própria República, influência levada em conta em decisões importantes como a tramitação de projetos no Congresso, a indicação de candidatos à presidência do Brasil e a composição do ministério. Mesmo os adversários políticos ressaltaram a sua lealdade ao regime implantado em 1889, o que lhe tem valido o registro histórico como um conservador da República, pairando essa condição acima dos governantes eventuais.

Athayde (1981) relaciona Pinheiro Machado como uma das duas forças contraditórias que marcaram a República: o “cesarismo” e o “caudilhismo”, respectivamente simbolizados por Ruy Barbosa<sup>23</sup> e por Pinheiro Machado. Essa sua forma de interpretação a Primeira República foi absorvida por diversos autores, que ao longo do tempo a reproduziram e lhe deram crédito:

No momento em que escrevia, ele reconhecia, inclusive, que se chegara a uma situação extrema (...) atribuindo-a ao desaparecimento de duas figuras contraditórias e por isso simbólicas desse dualismo da formação social brasileira. Dois políticos que encarnariam, mais que quaisquer outros, os trinta primeiros anos da República: Rui Barbosa e Pinheiro Machado. Eles representavam, cada um de per si, uma dessas tendências, porém representavam igualmente – e este é o ponto para Alceu e também para este texto – a tentativa de conciliá-las, donde a perda irreparável sofrida com a morte de ambos (GOMES, 1998, p. 495).

Athayde avaliava em 1923, quando seu texto aqui referenciado foi escrito e publicado pela primeira vez, que ainda era cedo para julgar com isenção essas duas figuras que influenciaram decisivamente as primeiras décadas da República e especialmente o período aqui analisado. Eis como via Pinheiro Machado:

---

<sup>23</sup> Ruy Barbosa (1849-1922) – Político de enorme influência em seu tempo, conselheiro do Império, ministro da Fazenda do Primeiro Governo da República, alternou sua atuação entre o apoio e a oposição aos presidentes a partir de Floriano Peixoto.

Pinheiro Machado foi o compromisso do caudilhismo. Conservando viva em sua alma de bárbaro, toda a nostalgia dos instintos atávicos de liberdade e de aventura, sabia corrigir essa tendência ao nomadismo pela intuição, pelo conforto da ordem social. Era o ponto de ligação - entre a anarquia natural da gente brava, mal conformada ainda ao senso da coletividade -, e a autoridade necessária a desenvolver esse sentimento ainda informe e a impedir a dispersão. De pequena cultura, cheio de ambição do poder, vaidoso, com meia dúzia de idéias vulgares e frases feitas, possuindo todos os bons e maus instintos do chefe, era uma figura que se contrapunha à de Pedro II, por exemplo. Nada de teórico, nada de abstrato em sua intuição de dominador. Profundamente conhecedor dos homens e do meio em que se movia, não se deixava prender pelos preconceitos do jurisdicismo, que geralmente dominava os nossos homens públicos, desde o período áureo do Império. Foi um realista político. Possuía apenas a cultura da experiência, da intuição e da coragem. E decorava o seu sentimento imediato das coisas com umas vagas tintas de idealismo primário, que não iludiam a ninguém. Muito menos a si mesmo” (ATHAYDE, 1981, p. 58, com a ortografia da edição mais recente).

#### E sua interpretação sobre Ruy Barbosa:

Rui Barbosa era o reverso. Um idealista, um romântico acima de todo. Todo o liberalismo político do parlamentarismo do Século XIX tinha moldado o seu espírito. Era o homem da lei e do direito, da política de modelos, do exemplo inglês ou norte-americano. Os homens o surpreendiam e daí, com a opulência verbal que possuía, a maior talvez da nossa língua, o seu poder formidável de sátira. Nenhuma intuição, nenhum senso do imediato, nenhuma cultura da experiência. Era o homem da biblioteca, o homem que li assombrosamente e retinha tudo o que lia. O homem cujo sonho mais vivo foi fazer do Brasil, pela força do direito, potência mundial (ATHAYDE, 1981, p.58).

Mas o fato é que os anos iniciais da República apresentaram Pinheiro Machado e Ruy Barbosa em constante alinhamento, com este último sendo habitual convidado dos almoços e jantares políticos que o primeiro promovia em sua residência – de início, na Tijuca e, a seguir, no Morro da Graça<sup>24</sup>. O gaúcho era um republicano de primeira hora; já o baiano era, antes, um parlamentarista que assimilou o novo regime como fato consumado, e chegou a ocupar o Ministério da Fazenda numa gestão polêmica e combatida por parte do próprio governo e da imprensa.

Também com base no texto escrito por Athayde na terceira década do Século XX, Gomes (1998) traça os retratos políticos de Pinheiro Machado e de Ruy Barbosa, realçando em primeiro plano “os signos do compromisso com o ‘caudilhismo’” do gaúcho:

Ele é o gaúcho da fronteira, grande em tamanho físico e político, sempre ladeado de parlamentares de diferentes estados e ambições. Era um homem que ‘fazia

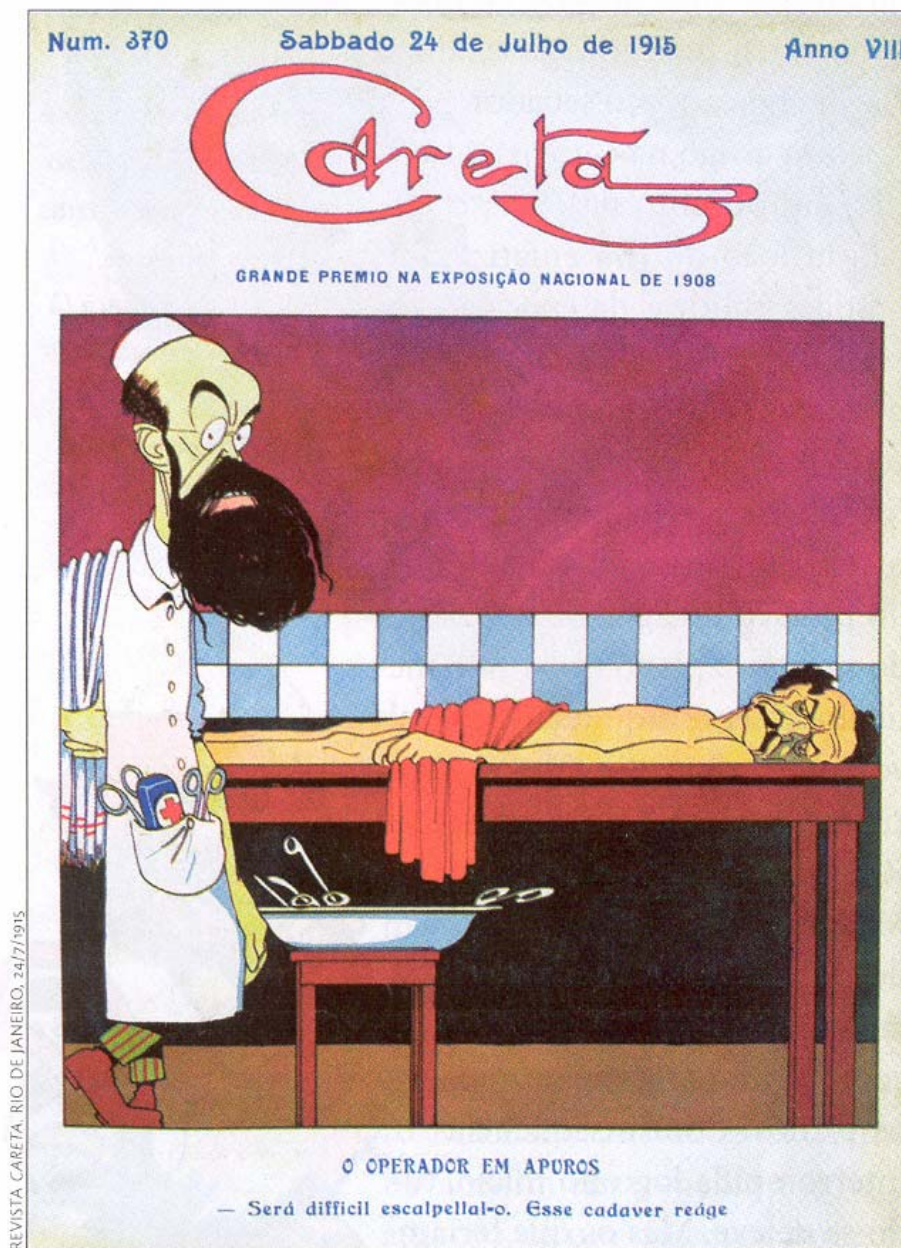
<sup>24</sup> Suntuosa mansão na Rua Guanabara, hoje Pinheiro Machado, no bairro Laranjeiras, residência onde o senador recebia correligionários e adversários políticos, chegando a ser considerada a verdadeira sede do governo durante a gestão de Hermes da Fonseca.

presidentes', sendo conhecido por suas indiscutíveis habilidades de articulador. É sua figura, por exemplo, que inspira a peça teatral humorística escrita pelo caricaturista Raul Pederneiras: *Pega na chaleira*. Mas Pinheiro Machado era também o homem que sabia corrigir a vocação caudilhesca pela 'defesa da ordem social' (GOMES, 1998, p. 495).

Já para o baiano ela aponta também uma "outra face, procurando corrigir os excessos de sua 'alma de romântico europeu' pela adequação de seu liberalismo 'às necessidades do americanismo brasileiro'" (GOMES, 1998, p. 495), observando que nem ele nem Pinheiro Machado conformavam-se ao meio em que viviam, ainda que por motivos distintos. "Ambos assinalavam tendências características e contrapostas do Brasil, e, ao mesmo tempo, procuravam fundir esses extremos" (GOMES, 1998, p. 495-496).

As trajetórias de Pinheiro Machado e de Ruy Barbosa seguirão paralelas também na imprensa de então, como se verá em capítulo à frente em que se fará a análise formal ou discursiva. Antes, julga-se oportuno complementar a apresentação da conjuntura em que estiveram inseridos Pinheiro Machado, o Correio da Manhã e A Federação com os estudos sobre as relações entre imprensa e poder, logo, entre a Comunicação e a Política.

## 2. IMPRENSA E PODER



A morte de Pinheiro Machado antecipada pela imprensa.

O poder do jornalismo é uma preocupação acadêmica posterior em alguns anos ao período de que trata a presente pesquisa. Foi só a partir de 1922 que o tema entrou em pauta, a partir da hipótese de uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública, com a visão geral de que a mídia era a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens que as pessoas fazem deles em suas mentes (LIPPMANN, 1966<sup>25</sup>). A evolução desse pensamento levou a um primeiro conceito de agendamento em 1963, agregando a idéia de que a imprensa pode na maior parte das vezes não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem capacidade enorme de dizer-lhes o quê pensar (COHEN, 1963, apud TRAQUINA, 2000).

A seguir, e levando em consideração os estudos anteriores, chegou-se à constatação de que as pessoas tendem a compartilhar o que a mídia lhes diz que é importante (McCOMBS e SHAW, 1972). Surgiu assim a teoria do agendamento (*agenda-setting*), estimuladora de uma série de estudos nos últimos anos, entre eles o de que esse processo envolve três (e não apenas dois) componentes: a mídia, o público e a política governamental (ROGERS, DEARING e BREGMAN, 1988, apud TRAQUINA, 2000), na percepção de que 1) os conteúdos dos meios de comunicação, 2) o interesse público pelos assuntos e 3) os fatos originados das instâncias governamentais constituem respectivamente essa tríplice relação e a alimentam.

Na seqüência, a idéia de que quanto mais ênfase a mídia dá a um tema maior é a importância a ele atribuída pela audiência, foi apontada como um primeiro nível de agendamento entre a imprensa e o público, constituído de uma relação direta de transmissão. Mas transmissões envolvem inúmeros atributos de temas e objetos, o que significa um segundo nível de agendamento. “O primeiro nível é o processo de transmissão de *saliency* do objeto, o segundo nível é a transmissão de *saliency* do atributo” (McCOMBS, apud LACERDA, 2002, p. 5).

*Saliencies* são os itens de atualidade, temáticos, que atribuem prioridades a determinadas informações. A idéia do segundo nível da *agenda-setting* se baseia no fato de os meios de comunicação, ao descreverem um acontecimento, valorizarem mais certos atributos que outros. Da mesma forma que alguns temas são hierarquicamente definidos como mais importantes do que outros (LACERDA, 2002, p. 5).

---

<sup>25</sup> Ano da reedição de “Public Opinion” aqui usada como referência.



Essa atribuição seletiva de assuntos pela mídia é exercida pelos *gatekeepers*, profissionais que por sua condição técnica própria e/ou por sua representação na organização jornalística têm o poder de estabelecer os temas relevantes a serem levados ao público (WHITE, 1950; SAPERAS, 1993). Mais recentemente, esse poder hierarquizador dos acontecimentos veiculáveis e, nestes, dos que merecem maior destaque, exercido pelos “porteiros” que historicamente vem privilegiando o conflito e a cobertura política, mereceu uma crítica de McCOMBS (1997), inconformado com que notícia seja sinônimo de má notícia e com que boa notícia equivalha à não-notícia. O fato é que veiculação de formas simbólicas pela imprensa dá-se a partir dessa triangulação de interesses entre as agendas. E que essa mediação acentua a importância dos processos de seleção do que será veiculado e de sua ordem de importância na veiculação.

À luz desses ensinamentos produzidos posteriormente ao período aqui pesquisado é que serão analisados o Correio da Manhã e A Federação, numa época em que a forma de produção de textos na mídia impressa não seguia a mesma lógica atualmente hegemônica no mundo jornalístico, com a pirâmide invertida.

Entre 1901 e 1915, intervalo de tempo que limita esta investigação acadêmica, se praticava no Brasil um jornalismo feito de muita opinião e pouca notícia, como é possível constatar-se pelo exame das edições de vários títulos da época e pelo recurso à pesquisa bibliográfica. A paginação era primária, com os textos se sucedendo verticalmente pelas colunas de cada página, em geral de tamanho *standard*, nem sempre com títulos que os destacassem na disputa pelo interesse dos leitores.

Os jornais tinham um (ou mais) proprietário (s), que poderia (m) ser (em) seu (s) redator (es)-chefe (s); um secretário de redação; um corpo de redatores e alguns repórteres, sendo comum que todos eles desenvolvessem outra carreira em paralelo – na Literatura ou no Direito, geralmente -, além dos revisores. Os redatores produziam artigos e anúncios publicitários – além de trabalharem sobre o material que os repórteres haviam apurado -, os repórteres apuravam temas junto às repartições públicas do Executivo e do Legislativo, que freqüentavam como responsáveis por setores. Era considerado bom texto o que abordasse o assunto com alguma erudição, incluindo palavras de pouco uso, valorizando-se o “nariz-de-cera”, não raramente representando um conteúdo hermético, um discurso pessoal ou encomendado.

Escrevia-se à mão, em tiras de papel bastante distintas às laudas que as sucederam com o uso das máquinas datilográficas, só popularizadas nas redações brasileiras a partir da década de 1930, e com o advento da diagramação, a seguir. Essas tiras eram sobras das bobinas usadas na impressão, divididas em folhas largas e compridas que sugeriram a denominação. A escrita manual ressaltava a importância de uma caligrafia legível, nem sempre atendida pelo autor; e de uma acurada capacidade de compreensão desses manuscritos pelos revisores.

Era comum o uso de pseudônimos que encobriam o nome verdadeiro de figuras importantes do jornalismo, como o próprio Leão Veloso Filho, redator-chefe do Correio da Manhã de 1901 até o início da década de 1920, que assinava textos como “Gil Vidal” - em geral “artigos de fundo” como eram então chamados os editoriais, veiculados quase sempre na primeira página.

Parece haver mais registros do modo de se fazer jornalismo dessa época na ficção do que na pesquisa jornalística. “O problema da imprensa”, indicada como obra inaugural dos estudos jornalísticos brasileiros, escrita por Barbosa Lima Sobrinho em 1922 e uma das referências deste trabalho, só apareceu quando as redações já haviam sido retratadas em romances como “Recordações do escrivão Isaías Caminha” (1909), entre outros de Lima Barreto<sup>26</sup>. O diário, seu proprietário e o redator-chefe são apresentados criticamente pelo ficcionista – respectivamente como O Globo<sup>27</sup>, Ricardo de Loberant e Pacheco Rabello (“Ayres D’Ávila”) – assim como vários de seus jornalistas. Loberant é um ditador temido, mulherego, ávido por elevar as vendas do jornal, o que consegue criticando ferozmente o governo.

Para melhor compreensão do período aqui investigado, este capítulo tem seqüência com um breve recorte histórico sobre a imprensa brasileira em geral e particularmente o Correio da Manhã e A Federação, com as relações do homem público Pinheiro Machado e do leitor Manço de Paiva com os jornais, e, afinal com uma análise sobre poder e imprensa no Brasil entre 1901 e 1915 - o que se relaciona com a análise sócio-histórica proposta por Thompson (2002), como já visto no capítulo 1.

---

<sup>26</sup> Lima Barreto (1891-1922): jornalista e escritor. Trabalhou no Correio da Manhã no início do Século XX. “Recordações...” foi seu primeiro romance.

<sup>27</sup> Sem relação com O Globo atual, fundado em 1940.

## 2.1 Breve recorte histórico sobre a imprensa brasileira

Quando dos acontecimentos de que trata a presente pesquisa, o Rio de Janeiro era o centro político, econômico e cultural do Brasil, sua cidade mais populosa (oscilando de cerca de 700 mil habitantes em 1901 para pouco mais de 1 milhão em 1915)<sup>28</sup> e sede dos principais meios de comunicação, então praticamente limitados à forma impressa. Natural, assim, que entre eles estivessem publicações que passaram como referenciais à História da Imprensa Brasileira como o Jornal do Commercio, O Paiz, a Gazeta de Notícias, A Tribuna, A Cidade do Rio, A Notícia, o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã (BAHIA, 1990; SODRÉ, 2004).

O jornalista Luís Edmundo<sup>29</sup> testemunhou essa época, da qual deixou relatos - às vezes repletos de ironia - como o que segue, em “O Rio de Janeiro do meu tempo” (1938), obra reeditada pelo Senado Federal em 2003:

O jornal, na alvorada do século, ainda é a anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, coisa precária, chã, vaga, morna e trivial. Poucas páginas de texto, quatro ou oito. Apenas. Começa, geralmente, pelo artigo de fundo, um artigo de sobrecasaca, cartola e *pince-nez*, ar imponente e austero, mas, rigorosamente, vazio de opinião; espécie de *puzzle* de flores de retórica, que foliculários escrevem com o dicionário de sinônimos a um lado e um jogo de raspadeiras afiadas noutra, literatura cor-de-rosa e que os homens mais ou menos letrados do país sorvem, logo de manhã cedo, ainda em *robe de chambre* e chinelo *cara-de-gato* no bico do pé, acavalando, nos beques estremunhados, enormes *pince-nez* de tartaruga, babando admiração pela obra-prima e a dizer: - Sim, senhores, a isto é que se pode chamar de artiguíssimo de fundo! (EDMUNDO, 2003, p. 553).

Segundo o autor, que transitou pelas redações cariocas até fixar-se por longos anos na do Correio da Manhã, eram, todos, jornais com paginação sem movimento ou graça, com colunas frias, monotonamente alinhadas, jamais abertas, títulos curtos, pobres, ausência quase absoluta de subtítulos e vaga clichéria. Os diários desconheciam as manchetes e outros processos jornalísticos já em uso na Europa e alguns ainda circulavam com soneto na primeira página, “dedicado ao diretor ou ao redator principal da folha”

<sup>28</sup> Conforme o já citado “Anuario Estatístico do Brazil”. Rio de Janeiro, Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927.

<sup>29</sup> Luís Edmundo (1878-1961): jornalista com longa passagem pelo Correio da Manhã, boêmio, poeta, autor de “O Rio de Janeiro do tempo dos Vice-Reis” (1932), “O Rio de Janeiro do meu tempo” (1938) e “A Corte de D. João no Rio de Janeiro” (1942).

(EDMUNDO, 2003, p. 554). A “solenidade” praticada não abria espaço para o humor, limitado às anedotas recortadas das revistas francesas. As caricaturas então publicadas diariamente pelo Jornal do Brasil constituíam a única exceção a essa regra.

Mesmo notícias, razão de ser dos jornais diários tal como são entendidos atualmente, eram raras, então. “As notícias que encontramos espalhadas pelas primeiras páginas são, muitas vezes, de interesse bem curto ou relativo... Que fazer, porém, se novas palpitações escasseiam?” (EDMUNDO, 2003, p. 554-555). Ele reconhece o “belo serviço de telegramas” do Jornal do Commercio – já se aproximando de sua oitava década de existência -, mas também o aponta como excepcional, e observa que “o infalível nariz-de-cera, desmesuradamente sentimental e florido, alambicado e piegas” (EDMUNDO, 2003, p. 555) inicia sempre a notícia de conteúdo policial.

“A reportagem anda louca, buscando crimes sensacionais. Não encontra. Não existem. Atribui-se ao atraso do país a ausência de tragédias horrendas. Comentam-se os comoventes crimes das grandes capitais do mundo, com uma pontinha de despeito e de ciúme, o patriotismo abalado” (EDMUNDO, 2003, p. 555). Esse autor lembra que certa vez o repórter “Jamanta” – pseudônimo de Luís Cordeiro – escreveu na abertura de uma notícia de polícia, felizmente submetida ao exame do secretário do jornal: “Quando teremos nós a ventura de ver a Capital do Brasil colocada no nível das grandes metrópoles do mundo e ufanarmo-nos, também, de possuir, como elas possuem, grandes e horrendos crimes?” (EDMUNDO, 2003, p. 555).

Era a época do folhetim-romance de capa e espada - “delírio das moçoilas histéricas e consolo das velhotas que lêem à luz dos bicos Auer<sup>30</sup>, engolindo sentimentalmente soluços que se afogam em vastas catarreiras crônicas” (EDMUNDO, 2003, p. 555-556) - registra ele, em exercício explícito de preconceitos; da seção de anúncios “relativamente pobre”; do (jogo do) “bicho”; das saudações pessoais de aniversário, namoro e “apedidos”. Para este último EDMUNDO reserva um diagnóstico severo:

Espécie de esgoto onde extravasa o esterquilínio anônimo, que mancha reputações alheias. E quanto mais austero o jornal, mais amplas são as liberdades concedidas nesse esgoto imundo. Passa o cano pelo balcão da empresa, vazando pelos

---

<sup>30</sup> Tipo de iluminação da época, comum tanto em residências quanto em ambientes públicos, que emitiam uma luz azulada e inspiraram autores como “João do Rio” em “A alma encantadora das ruas”.

interstícios, largando fezes e tostões... Linha a duzentos réis (EDMUNDO, 2003, p. 557).

Da obra desse autor extraem-se, além dessa visão geral sobre a imprensa do Rio de Janeiro, importantes retratos de cada um dos jornais então existentes e dos jornalistas que neles atuavam. Diz ele sobre o Jornal do Commercio, já chamado “vovô”, por ter surgido durante o Império e continuar circulando – como ainda hoje:

Caricaturam-no como um velhinho curvo, de barbas brancas e de pau na mão. Quando em contendas com seus colegas, estes chamam-no *caduco*, *velho tonto*, *gaiteiro*; descobrem-lhe reumatismos nas *Várias*, rugas na *Gazetilha* e, nos *A-pedidos*, flatulências senis. A verdade porém é que se ele não possui a ligeireza da Cidade do Rio e graça da Gazeta de Notícias, ainda está muito bem conservado para a sua idade e para o ambiente sisudo e conservador em que surgiu (EDMUNDO, 2003, p. 559- grifos originais).

“O Jornal do Commercio é lido pelos homens de comércio, da política, os funcionários públicos, os graduados da tropa, todos, enfim, buscando informes em primeira mão, discretos e garantidos” (EDMUNDO, 2003, p. 560) e até quem não o lê o assina, como os merceeiros que o põem à disposição da freguesia. “Não há empresa jornalística mais prestigiosa, mas sólida nem mais sisuda” (idem), com instalações num sobrado da Rua do Ouvidor, a redação no andar superior, a gerência, no térreo.

A Gazeta de Notícias é apontada como um dos jornais da elite – “elite agrária”, na complementação de Leal (2000, p. 2507) - cujo brilho é dado pelos redatores literários, entre os quais Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Coelho Neto, Guimarães Passos, Bastos Tigre e Emílio de Meneses – com remuneração complementada pelas quadras publicitárias que produzem para os anunciantes (EDMUNDO, 2003, p. 571).

Na chegada do século XX, O Paiz é conhecido simplesmente como “O”, gritado regularmente pelos pequenos jornaleiros. Também tradicional, é vizinho do Jornal do Commercio, ocupando um sobrado próximo com a mesma divisão do concorrente: a redação no andar superior, a gerência, no térreo. Edmundo aponta Quintino Bocayuva, um dos “pais da República”, como o mentor do jornal. Bocayuva divide então a redação com o governo do Estado do Rio, para o qual foi eleito, enviando por estafetas suas contribuições feitas de “suelos”, comentários e sugestões escritos à mão, “carriça viva e suculenta para o editorial, sempre muito bem informado em coisas do governo” (p 576). Seu diretor é o

português João de Sousa Laje, a quem Edmundo considera “amigo incondicional de todos os governos” (p. 577), servindo-os com “diligência e com agrado” (idem) e praticando a política do “toma lá, dá cá” que, denunciada pelo Correio da Manhã, leva “o poviléu” a apedrejar a sua sede e promover o enterro simbólico do “João Gazua” (EDMUNDO, 2003, p. 578).

O Jornal do Brasil é, na passagem do século, “o popularíssimo”, o “jornal do povo para o povo”, com redação e oficinas à Rua Gonçalves Dias, “um verdadeiro templo à Marte” (EDMUNDO, 2003, p. 583-584), sob a direção dos irmãos Fernando e Cândido Mendes, seguidores de idéias diferentes – o primeiro, republicano, o outro monarquista.

De A Notícia, diz ele ser o mais simpático, o mais lido e o de maior tiragem entre os vespertinos – “quatro páginas de papel cor-de-rosa que o Sr. Manuel Jorge de Oliveira Rocha, o ‘Rochinha’, orienta e dirige”, e, “quando escreve, usa uma literatura de confeitos e *brioche*s, prosa alambicada, leve, sempre bem penteadinha, tocada de *rouge* e de pó de arroz, onde os adjetivos se movem vestindo *toilettes* de cerimônia, casaca e luvas de pelicas brancas” (EDMUNDO, 2003, p. 596).

O vespertino A Tribuna tem como redator-chefe no início do Século XX Alcindo Guanabara, que o autor em referência aponta como “um grande nome do nosso jornalismo” (EDMUNDO, 2003, p. 607), comparando-o a Bocayuva, Ruy Barbosa, Ferreira de Meneses de Araújo e José do Patrocínio. “Seu talento cresce, avulta. É o apogeu de uma glória jornalística” (p. 607). O proprietário do jornal é o político Antonio Azeredo, misto de senador e de jornalista de “pena vibrante, desenvolta, arguta” (p. 608).

José do Patrocínio passou à História como “o abolicionista”, mas no jornalismo sua trajetória não tem o mesmo reconhecimento. Fundador da Cidade do Rio, sobre ele pesa a acusação de, conquistadas a Abolição e a República, comercializar a opinião do jornal. Edmundo associa-se a essa leitura, avaliando-o como “uma das maiores figuras desse núcleo ruinoso” – de “uma gazeta de boêmios” – “já quarentão mas ainda cheio de arroubos juvenis, de insanas impulsões, de fantasias loucas...”, embora reconhecendo “um enormíssimo talento, tão grande que, por vezes, chega a lhe encobrir as falhas de cultura” (EDMUNDO, 2003, p. 613-614).

Edmundo ainda cita três outras publicações como pontuais na fase da imprensa brasileira estudada nesta pesquisa: Os jornais Nacional e Jacobino, a que ele chama de

“terríveis panfletos”, e a Revista Contemporânea. O Nacional foi dirigido no período por Aníbal Mascarenhas, “professor, historiador e grande polemista”, e por Barbosa Lima, “um dos mais brilhantes oradores da nossa Câmara, eminente jornalista, escritor e político” e “não tinha a feição verrinária do Jacobino” (EDMUNDO, 2003, p. 626).

Diocleciano Mártir, “tipo meio doido, impulsivo, muitíssimo apaixonado, andando de muleta e dela, muita vez, valendo-se como arma de combate”, dirigia o Jacobino, cujo nome lembrava o movimento que, na França, um século antes, “havia conseguido firmar a República contra as facções reacionárias que a dilaceravam internamente a repelir do sol da pátria os exércitos invasores coligados para o restabelecimento da realeza e do predomínio clerical” (EDMUNDO, 2003, p. 627). O Jacobino era antilusitano e segundo o autor nunca perdoou o presidente Prudente de Moraes quando este reaproximou o Brasil de Portugal, após o rompimento de relações diplomáticas ocorrido no governo Floriano Peixoto, quando da revolta da armada, em 1893 (EDMUNDO, 2003).

A Revista Contemporânea teve o próprio Luís Edmundo como diretor, existindo entre 1889 e 1901, por iniciativa de Manuel Cardoso Júnior, “um gênio dos negócios”, voltada para o intercâmbio de letras entre os novos autores, vivendo de contribuições de um grupo de “secretários” e de doações do comércio local (EDMUNDO, 2003, p. 631).

É nesse quadro da imprensa da então capital do Brasil que se insere o Correio da Manhã - como se verá adiante - a partir do primeiro ano do século XX:

Foi para combater esse estado de coisas e restabelecer, na imprensa do país, aquele sentido patriótico que fez a glória de Evaristo e criou, por muito tempo, a autonomia do nosso povo, que um jovem advogado, cheio de audácia, de energia e de civismo, pensou em lançar, aqui, um periódico rompendo as normas que os outros, até então, haviam estabelecido, trincheira de ação ativa e patriótica, capaz de confundir e vencer tão forte e perigosa grei, folha exclusivamente nossa, onde se defendessem os conculcados interesses do povo que uma fatalidade histórica oprimia, humilhava. Era necessário, para isso, apenas um aparelho economicamente independente e rigorosamente brasileiro, um grupo de auxiliares cheios de fé e de bravura pessoal. A gazeta devia ser sem apresentações de espalhafato, porém feita com muita honestidade de conduta, muita lisura naquilo que afirmasse, e, sobretudo, persistência e esperança no futuro.

Esse advogado que, quando termina o século, não tem ainda trinta anos, chama-se Edmundo Bittencourt ( EDMUNDO, 2003, p. 646).

Ao contrário do que se registrava no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e no interior do Rio Grande ainda persistiam entre 1901 e 1915 diversas iniciativas de imprensa ligadas a partidos, em especial ao governista PRR, como A Federação e o Diário Popular de

Pelotas, e ao oposicionista Partido Federalista, sucessor do Partido Liberal, como A Reforma. Entre eles buscava espaço próprio o Correio do Povo, fundado em 1895 por Francisco Antônio Caldas Junior, anteriormente redator de A Reforma e diretor do Jornal do Commercio. A colônia alemã católica mantinha, desde 1871, em São Leopoldo, o Deutsches Volksblatt - que seria proibido de circular em 1941- enquanto os evangélicos liam o Deutsche Post e o Koseritz' Deutsche. Outros jornais existentes então eram a Gazeta da Tarde, O Mercantil, O Dia, A República, e os semanários Gazetinha e O Trinta e Cinco (GALVANI, 1995).

Mas como os jornais cariocas – e os das demais regiões brasileiras –, os de Porto Alegre se apresentavam em formato *standard*, com páginas nas opções de seis a sete colunas, sem manchetes ou títulos – no máximo com títulos curtos que ficavam longe de indicar aos leitores o conteúdo dos textos. Raramente utilizavam recursos gráficos como fotografias ou ilustrações e com certa frequência publicavam quadras e sonetos já nas suas capas. Nos políticos, à identificação da linha a que seguiam costumavam somar-se no cabeçalho da primeira página algumas palavras de ordem, como as usadas pel’A Federação: “Federação-Unidade-Centralização-Desmembramento” – na grafia da época.

A Reforma tinha uma circulação irregular, ao sabor das contribuições que lhes faziam os liberais e sujeita às injunções políticas desfavoráveis desde 1889. Órgão político, noticioso e comercial ligado ao Partido Liberal, que antecedeu o Partido Federalista, havia sido fundada em 16 de junho de 1869, por Gaspar Silveira Martins, tendo como colaboradores imediatos Antônio Eleutério de Camargo, que redigiu o artigo de apresentação do novo diário porto-alegrense, Felisberto Pereira da Silva, Florêncio de Abreu, Timóteo Pereira da Rosa, entre outros. Teve como primeiros redatores Carlos Thompson Flores e Corrêa de Oliveira e – anos mais tarde - Carlos von Koseritz. Só bem depois de sua fundação é que o nome do fundador foi incorporado ao cabeçalho de capa, acompanhado das seguintes frases: “Idéias não são metais que se fundem” e “A liberdade não se implora de joelhos”.

O Correio do Povo foi criado como um veículo independente, afastado das facções partidárias, pretendendo ser lido por todos – conforme entrevista de Mário Totta, um de seus fundadores, ao próprio jornal, em 1º de outubro de 1929 (GALVANI, 1995, p. 27-28). O poeta Caldas Júnior e o médico Totta tiveram a companhia do gráfico José Paulino de



Azurenha na fundação do jornal. Eles já haviam trabalhado juntos: os dois primeiros em A Reforma e no Jornal do Commercio e os três neste último, de onde saíram para a implantação do novo diário, com recursos próprios de Caldas Júnior, acrescidos de adiantamentos feitos pelos capitalistas Eugênio Du Pasquier e Antonio Mostardeiro Filho.

O Jornal do Commercio, de 1858, era um jornal “literário” (RÜDIGER, 2003) e simpatizante das idéias de Gaspar Silveira Martins (GALVANI, 1995), dirigido por Aquiles Porto Alegre, sogro de Caldas Júnior.

Entre os jornais em língua alemã editados à época, o Deutsche Post, de 1880 (ou 1881) sustentava o lado protestante na discussão com o católico Deutsches Volksblatt, fundado uma década antes. Até 1904 o Post teve à frente Hermann Wilhelm Rotermund - que a partir de então e até 1924 passou a colaborador - e editou a partir de 1893 o suplemento Folha Dominical, mantido pelo Sínodo Rio-Grandense. Já o Volksblatt, ligado aos jesuítas, durou cerca de 50 anos, sendo no período final chamado Gazeta Popular e escrito em português, com um suplemento em alemão (DA SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986).

Entre 1901 e 1915, os principais diários gaúchos já se encaminhavam para o formato empresarial, e mesmo os doutrinários buscavam a auto-suficiência para preservar o diletantismo e depender cada vez menos das subvenções dos partidos. Sufocada pela impossibilidade de atender a esse objetivo, A Reforma, por exemplo, diversas vezes ficou sem condições de circular, até deixar de ser publicada definitivamente em 1912.

No período aqui examinado, os jornais costumavam ostentar publicamente a defesa de algum interesse político ou preceito filosófico (GALVANI, 1995, p. 46), uns inclusive no título, como os já citados A República e O Trinta e Cinco, embora este se apresentasse como periódico “literário, humorístico e noticioso”. Assim, O Mercantil se declarava católico, a exemplo do Deutsches Volksblatt, que por óbvio representava também a colônia alemã; O Dia praticava oposição ao PRR de Júlio de Castilhos; e o Jornal do Commercio se inclinava pelas idéias de Gaspar Silveira Martins, o líder liberal e federalista, e não tem correspondência com o Jornal do Comércio hoje existente na capital gaúcha nem com o Jornal do Commercio carioca.

Na intenção de inserir o recorte desta pesquisa na formação histórica da imprensa brasileira, o recurso a autores diversos, feito a seguir, permite observar como a evolução do jornalismo tem sido vista por diferentes pesquisadores.

No Brasil, Amaral (1969) examina o jornalismo a partir de suas funções: política, educativa e de entretenimento. Bahia (1990) divide a trajetória da imprensa brasileira nas fases inicial, de 1808 a 1879; de consolidação, entre 1880 e 1925; e moderna, desde 1926. Beltrão (1969) sugere a divisão por gêneros: informativo (notícia, reportagem, histórias de interesse humano, informação pela imagem); interpretativo (reportagem em profundidade) e opinativo (editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada, opinião do leitor). Breguez (2000) indica o jornalismo ideológico e opinativo, o jornalismo informativo e o jornalismo interpretativo, numa divisão mais contemporânea e não excludente. Lage (2001) amplia as alternativas - e as relaciona com o tempo - para o jornalismo publicista (discursivo, séculos XVII e XVIII), jornalismo educador (na transição da população rural para as cidades, século XIX), jornalismo sensacionalista (novelesco, sentimentalista, aventureiro, exótico, incomum, século XIX) e jornalismo-testemunho (o jornalismo reproduzindo os dados obtidos junto às fontes, século XX).

Marcondes Filho (2000) também faz recortes temporais, anunciando o primeiro jornalismo e o associando à dominação e à manutenção da autoridade e do poder, entre 1789 e a metade do século XIX; o segundo jornalismo, de capitalização e de profissionalização da empresa, na segunda metade do século XIX; o terceiro jornalismo, monopolizador, fruto do desenvolvimento e do crescimento da empresa, ameaçado por guerras e descaracterizado pela publicidade e pelas relações públicas, no século XX; e o quarto jornalismo, o do tempo tecnológico iniciado por volta de 1970, em que o agente humano se vê trocado por máquinas recolhedoras de matérias em todos os cantos para a produção das notícias. Medina (1988) aponta os objetivos do jornalismo, entre informar, opinar, interpretar e educar, a partir dos quais propõe a sua classificação em jornalismo informativo, jornalismo opinativo e jornalismo de autor.

Melo (1985), que havia examinado anteriormente as razões do atraso da implantação da imprensa no Brasil, adicionando fatores socioculturais aos políticos e econômicos até então apresentados, sintetiza as opções em jornalismo informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista) e o jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo,

resenha, coluna, crônica, caricatura e carta). Peruzzolo (1972) divide a imprensa brasileira em artesanal (espírito polêmico e cultivando exclusivamente a opinião), vigente durante o Primeiro Reinado e a Regência; industrial (de transição da pequena para a grande imprensa, na passagem do século até as primeiras décadas dos anos 1900); moderna (a partir de 1950, com o *Diário Carioca* e a *Última Hora*); e interpretativa (a partir dos anos 60 do século XX, com o jornalismo de equipe e especializado aprofundando as coberturas).

Seabra (2002), partindo de contribuições múltiplas, monta um quadro com os cinco estilos que, segundo ele, constituem o jornalismo brasileiro até a atualidade: jornalismo literário, de seu aparecimento em 1808 ao final do século XIX; jornalismo informativo estético, abrangendo a transição entre os séculos XIX e XX até o fim da Primeira Guerra Mundial; jornalismo informativo utilitário, desde o entre-guerras até as décadas 60 e 70 do século XX; jornalismo interpretativo, dos anos 70 ao fim do século XX e jornalismo plural, desde então.

Sodré (2004) faz uma divisão no tempo: imprensa colonial (de 1808 a 1822); imprensa da independência, em períodos de convívio com os “pasquins” (de 1822 até o fim da quinta década do Século XIX); imprensa do Império (de então até a proclamação da República, avançando um pouco sobre seus anos iniciais) e grande imprensa (que se profissionalizou a partir dos primeiros anos do Século XX).

No Rio Grande do Sul, Alves (2000) divide a existência da imprensa gaúcha em três fases - que não chegou a denominar - e usa a Revolução Farroupilha como referencial, a exemplo de outros autores abaixo referidos. A primeira decorre da chegada da família real ao Brasil, da implantação da tipografia e é marcada no Rio Grande do Sul pelo já citado *Diário de Porto Alegre* (1827) e pela eclosão do movimento republicano de 1835-1845. A segunda tem essa agitação por início e a Revolução Federalista (1893-1895) por fim. A fase final é a do desenvolvimento da imprensa gaúcha (últimos anos do Século XIX) aos dias atuais, de “concentração das atividades jornalísticas”.

Da Silva, Clemente e Barbosa (1986) propõem três grandes períodos de aproximadamente 40 anos cada um para a imprensa sul-rio-grandense, “consideradas as lacunas entre os momentos de efervescência política, em que a propagação de idéias impulsionou o desenvolvimento da imprensa, antecipando a sua evolução em nosso Estado” (1986, p. 15). A Revolução Farroupilha é sua principal referência, como se verá abaixo.

Usando as denominações adotadas por Bahia (1990), os três autores apresentaram, porém, novos espaçamentos no tempo. Assim, a fase inicial da imprensa no Rio Grande do Sul ocorre entre 1827 e 1851, é chamada de período farroupilha, sendo subdividida de 1827 a 1844 pelo Diário de Porto Alegre, o primeiro jornal, e os jornais do decênio revolucionário e de 1845 a 1851, com os órgãos da época pós-revolucionária. A segunda fase, de consolidação, registra-se entre 1852 e 1895, com a seguinte subdivisão: 1852 a 1868, um período intermediário; 1869 a 1884, extremos marcados pelos aparecimentos de A Reforma e de A Federação; 1885 a 1895, iniciado pelas comemorações do cinquentenário da Revolução Farroupilha e o surgimento do Correio do Povo. A terceira fase da imprensa gaúcha, a que esses autores chamam de fase moderna na seqüência do modelo sugerido por Bahia, dá-se entre 1896 e 1935, sendo o período 1896/1910 marcado pelo fim do Século XIX e por mais um aniversário da Revolução Farroupilha, o 75º; e o seguinte até o seu centenário.

Dornelles (2004) compartilha os marcos acima traçados, do primeiro jornal e da Revolução Farroupilha; e do exercício do jornalismo a serviço da política partidária até 1930, mas em boa parte dividido com o que chama de jornalismo literário independente e com o jornalismo noticioso implantado pelo Correio do Povo e generalizado entre os títulos sobreviventes ao Estado Novo.

Fonseca (2002, 2005) indica as datas de 1827 (de surgimento do Diário de Porto Alegre, primeiro jornal em território gaúcho); de 1895 (aparecimento do Correio do Povo e do jornalismo moderno, fruto da empresa de comunicação); e de 1960 (renovação dos padrões gráficos e noticiosos, implantada pela Última Hora), como pontuais da trajetória da imprensa no Rio Grande do Sul, completada em 1964 pelo jornal que sucedeu a este último, Zero Hora, absorvido no ano seguinte pela Rede Brasil Sul de Comunicação.

Hohlfeldt (2003, 2006) é outro autor que aponta o fim do período revolucionário farroupilha como origem de um salto de qualidade da imprensa do Rio Grande do Sul, com a multiplicação de jornais e de vínculos – ideológicos e literários. Às fases iniciais (1827-1835 e 1830-1845) acima citadas ele agrega: a partidário-comercial (1850-1900), a literária (1860-início do Século XX), a industrial (1912-1960), a empresarial (1937-década de 1970), a da imprensa de massa (década de 1970-fim dos anos 1990) e a da imprensa de divertimento (fim dos anos 1990-atualidade).

Rüdiger (2003), em revisão de obra anterior, aponta duas fases para o jornalismo, afastando-se, apropriadamente, da expressão “jornalismo gaúcho” tal como da sua correspondente “jornalismo nacional”: uma comandada pelo conceito de jornalismo político-partidário, dominante desde sua formação no Século XIX até a década de 1930; e outra regida pelos conceitos de jornalismo informativo e de indústria cultural, que começou a se gestar lentamente no início do Século XX, quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidou com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação.

Frente às diversas avaliações da trajetória da imprensa brasileira – nela inserida a do Rio Grande do Sul - parece lícito observar que o período 1901-1915 é marcado por certa intersecção entre os gêneros e estilos de jornalismo – assim como entre os contextos históricos - apontados pelos autores acima citados, tanto no caso do Rio de Janeiro quanto no de Porto Alegre, o que, aliás, não constitui conclusão original, como abaixo se demonstra:

Uma tentativa de periodização pode indicar uma data de início de um período, uma tendência ou uma prática, mas raramente tem com fixar-se numa data de final de tal período; boa parte dos períodos ou tendências ou práticas, por isso mesmo, se cruzam e são contemporâneas, sem permanecerem exclusivas (HOHLFELDT, 2006, p. 7).

O período histórico limitado pelos anos 1870 e 1930 – no qual está inserido o intervalo de tempo desta pesquisa – é de modificações substanciais na vida nacional, caracterizando-se, segundo Hohlfeldt (2006) pela introdução da imprensa industrial; pela multiplicação de tendências e públicos-alvos; pelo crescimento das tiragens e pela estabilidade das publicações; pelo convívio catequese/divertimento como estratégia de preservação dos leitores; pela crescente importância à informação; pelo engajamento da imprensa em grandes campanhas como a abolicionista e a republicana; pela transição do formato tablóide para o *standard* e pela intervenção das autoridades sobre as publicações através da censura, da perseguição policial, dos empastelamentos e até dos assassinatos.

Pelo que se anotou das referências acima expostas, pode-se dizer que os 15 anos iniciais do Século XX foram marcados, na então capital federal, pela superação da vinculação partidária dos jornais que, contudo, mantinham com o poder constituído

vínculos de interesses econômicos e/ou políticos, à exceção do Correio da Manhã, que fez de sua declarada independência uma oposição permanente aos governos. Na capital gaúcha, os vínculos partidários eram explicitados objetivamente por A Federação e por A Reforma, mas crescia a importância da proposta equidistante dos facciosismos agremiativos, apresentada pelo Correio do Povo. Nos dois casos o jornalismo se encaminhava para a profissionalização, através da constituição de empresas que visavam ao lucro econômico ou político.

O quadro a seguir ilustra o que foi afirmado neste segmento.

**Quadro 2 – Trajetória do jornalismo no Brasil e no Rio Grande do Sul até 1940**

Período	Imprensa/Jornalismo	Contexto	Exemplos
<b>1808</b>	Iniciativa própria; patrocínio Estado.  Ofício tipográfico: privilégio real.  Censura.	Vinda da família real para o Brasil; abertura dos portos.	Correio Braziliense, Gazeta do Rio de Janeiro.
<b>1822</b>	Publicações independentes fomentando a luta política.	Independência do Brasil.	A Malagueta, Aurora Fluminense, Sentinelas.
<b>1827</b>	Surge o primeiro jornal do RS	Estagnação econômica do RS fomentando o processo político a desembocar na Revolução Farroupilha.	Diário de Porto Alegre
<b>Até 1850</b>	Pasquins.	Disputas políticas acirradas objetivando destruir o oponente.	O Guaianá, A Academia, A Honra, O Povo.
<b>Três últimas décadas do século XIX</b>	Folhas político-partidárias; jornalismo literário; aparecimento do jornalismo informativo.  Na 2ª década do século XX, <i>A Federação</i> tirava 10 mil exemplares/dia.	Consolidação do regime monárquico constitucional e do sistema parlamentarista; partidos embrionários; aproximação dos políticos à imprensa; Proclamação da República; Revolução de 1893.	(RS: A Reforma, 1869/1912; A Federação, 1884/1937; O Noticiador; Jornal do Commercio, 1865/1912; Correio Mercantil, 1875/1915; Opinião Pública, 1896/1962; Correio do Povo, 1895/atualidade; O Estado do Rio Grande, 1929/1961).
<b>Início do século XX</b>	Desenvolvimento da imprensa no Brasil e no RS e aumento das tiragens. Declínio do jornalismo político-partidário.	Transformações econômicas (aumento demográfico/geração de riquezas/industrialização/modernização da sociedade).	Mesmos acima.
<b>Décadas de 1910/20/30</b>	Declínio do jornalismo político-partidário; ascensão do jornalismo noticioso; consolidação do jornalismo estruturado em bases empresariais.	Guerra mundial; crise econômica; desvalorização da moeda; inflação; retração do consumo; Revolução de 1930 (conciliação das forças políticas no RS); Estado Novo e abolição dos partidos.	Jornal O Diário (1911/1918); revista Kodak (1912); jornal A Noite (1914); Última Hora (1915); revista Kosmos (1925).

Elaboração do mestrando; base: Bahia, Dillenburg, Dornelles, Edmundo, Fonseca, Galvani, Rüdiger e Sodré.

Na seqüência deste capítulo, se abordará a inserção do Correio da Manhã e de A Federação na imprensa brasileira.

## 2.2 O Correio da Manhã e A Federação na trajetória da imprensa brasileira

O Correio da Manhã surgiu com o Século XX, por iniciativa do gaúcho Edmundo Bittencourt (1866-1943), até então empregado de A Imprensa, de quem alugou as instalações da antiga Rua Moreira César<sup>31</sup>, 117 e o maquinário. Bittencourt era um advogado nascido em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que havia estudado em Porto Alegre e atuado em A Reforma, do Partido Federalista de Gaspar Silveira Martins, passado por São Paulo e ido para o Rio de Janeiro em 1889, trabalhando como solicitador no Foro ao mesmo tempo em que fazia a Faculdade de Direito. Lá se aproximou de Ruy Barbosa, com quem começou a advogar e para quem secretariou A Imprensa, fechada menos de um ano antes, logo iniciando a montagem de seu próprio empreendimento.

Luís Edmundo, um dos primeiros colaboradores do jornal, já referido anteriormente, escreveria depois, sobre seu tocaio Bittencourt:

(...) um jovem advogado, cheio de audácia, de energia e de civismo, pensou em lançar, aqui, um periódico rompendo as normas que os outros, até então, haviam estabelecido, trincheira de ação ativa e patriótica, capaz de confundir, desbaratando, comendador e sua grei, folha exclusivamente nossa, onde se defendessem os conculcados interesses do povo, que uma fatalidade histórica oprimia e humilhava. Era necessário, para isso, apenas um aparelho economicamente independente e rigorosamente brasileiro, um grupo de auxiliares cheios de fé e de bravura pessoal. A gazeta devia ser sem apresentação de espalhafato, porém feita com muita honestidade de conduta, muita lisura naquilo que afirmasse e, sobretudo, persistência e esperança no futuro. Esse advogado, que quando termina o século, ainda não tem trinta anos, chama-se Edmundo Bittencourt (EDMUNDO, 2003, p. 646).

A 15 de junho de 1901, realmente, os pequenos jornaleiros apregoaram o novo matutino. Sua primeira edição, num sábado, teve seis páginas, três delas tomadas quase que completamente por propaganda, incluindo na capa um texto assinado por seu proprietário, sob o título “Compromisso com a verdade. Um jornal de opinião”, reproduzido na escrita da época:

Poucas palavras e muita sinceridade, porque desta columna estamos escrevendo para o povo. O Correio da Manhã não tem nem terá jamais ligação alguma com partidos politicos. (...) jornal que propõe, e quer deveras defender a causa do povo, do comercio e da lavoura, entre nós, não pode ser um jornal neutro. Ha de, forçosamente, ser um jornal de opinião, e, neste sentido, uma folha politica. (...) Mas desta politica,

---

<sup>31</sup> A Rua Moreira César é a atual Rua do Ouvidor.



desapaixonada e nobre, só uma imprensa francamente independente e nobre pode se ocupar. (...) O povo está cansado, o povo sente que lhe ocultam a verdade, e que transformam até seus clamores em uma antifona sacrilega de aplausos. O povo quer a verdade, ele compreende que só ela salva e redime, embora às vezes fira. E hoje, magoa é dizel-o, todo o programa de um jornal, sincero e independente, pelo qual o povo anela, se pode resumir nestas palavras: dizer a verdade. É para dizel-a que aqui estamos. (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 15/06/1901, p. 1)

O novo diário não tinha manchete - como era então comum. Sua primeira página trouxe o título do jornal em tipo Bodoni ocupando o centro do cabeçalho, o editorial assinado pelo proprietário posicionando o novo veículo e notícias nacionais e do Rio de Janeiro, tudo exposto em oito colunas cujos textos orientavam uma leitura na vertical, eventualmente destacados por um ou outro título.

O Correio da Manhã foi marcado por “ferrenho oposicionismo e extrema virulência”, (SODRÉ, 2004, p. 278), mas também como o marco de transição entre a pequena e a grande imprensa, inserida no processo de transformações em curso no Brasil, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas. “O jornal será, daí por diante, empresa capitalista de maior ou menor porte. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades” (SODRÉ, 2004, p. 275).

Presidiu o país à época (1898-1902) o paulista Campos Salles, que segundo SODRÉ (2004) não tinha escrúpulo em “comprar” a opinião da imprensa e de confessar nuamente essa conduta. “Ela lhe parece honesta, justa e necessária”, diz por sua vez o já citado Luís Edmundo (apud SODRÉ, 2004, p. 277), que fez a seguinte avaliação da política palaciana da época para com os jornais: “(...) esta arrefeçada imprensa que ele, como outros presidentes, peitava com o ouro do Tesouro” (EDMUNDO, 2003, p. 646).

Conforme Leal (2001, p. 1625-1626), o Correio da Manhã auto-proclamava-se defensor da justiça, da lavoura, do comércio, dos direitos do povo, de seu bem estar e de suas liberdades e logo marcou sua atuação por campanhas como a que combateu o aumento do preço das passagens dos bondes da Companhia São Christóvão (1901)<sup>32</sup>; o combate aos jogos de azar, às extorsões dos comerciantes por servidores públicos e à obrigatoriedade da vacinação (1904). Também abriu espaços em suas páginas para os movimentos operários no mundo, condenando a coerção da legislação brasileira às reivindicações populares, e para os *meetings* e movimentos coletivos. Opôs-se ao serviço militar obrigatório (1908).

---

<sup>32</sup> O recuo da empresa lotou de manifestantes a frente do prédio do diário, com Bittencourt recebendo “vivas”.

Depois de uma breve aproximação à candidatura Hermes da Fonseca à Presidência da República, em 1909, trocou-a pela do senador Ruy Barbosa<sup>33</sup>, deflagrando a chamada “Campanha Civilista”, passando à oposição intransigente ao novo governante, em cuja sucessão voltou a defender a opção anterior. Mostrou simpatias com a posição alemã na Primeira Guerra Mundial (1914). Em 1915 desenvolveu mais uma oposição à candidatura de Hermes da Fonseca, então ao Senado pelo Rio Grande do Sul.

Também Laurita Pessoa Raja Gabaglia<sup>34</sup> registra a relação do governo com os jornais nos anos iniciais do Século XX:

Acuado (...), o grande presidente Campos Salles resolveu-a, subvencionando a imprensa. Confessou-o lealmente em seu livro (...), justificando a medida pela razão de Estado. Se não houvesse feito calar a grita dos jornais, não teria levado a termo a obra de salvação financeira do país. Depois de Campos Salles outros presidentes tiveram de adotar o mesmo alvitre (...) Em verdade, fizeram-no todos os governos da República, com exceção do Governo Provisório, que a censura preservava de qualquer ataque, e todos os Gabinetes do Império. (RAJA GABAGLIA, 1951, p. 441 v. 1).

Esse era o quadro em junho de 1901, quando do surgimento do Correio da Manhã. Como pode ser observado em outro trecho do artigo em que Bittencourt apresenta o jornal – igualmente reproduzido na escrita original:

A praxe de quantos até hoje têm proposto pleitear no jornalismo nosso a causa do direito e das liberdades populares tem sido sempre a afirmação antecipada, ao publico, da mais completa neutralidade. Em bom senso sabe o povo que essa norma de neutralidade com que certa imprensa tem por costume carimbar-se é puro estratagema, para, mais a gosto, e a jeito, poder ser parcial e mercenaria. Jornal que se propõe a defender a causa do povo não pode ser, de forma alguma, jornal neutro. Há de ser, forçosamente, jornal de opinião. (CORREIO DA MANHÃ, 15 de junho de 1901, p. 1).

Nas palavras de Sodré (2004), o Correio da Manhã rompeu efetivamente o cantochão de louvores ao governo Campos Salles e quebrou a placidez aparente alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra da opinião da imprensa; também ajudou a derrocar a Velha República e constituiu-se no veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana:

---

<sup>33</sup> Os “hermistas” exploraram a contradição do Correio da Manhã, republicando em 1910 textos de 1908 em que o jornal de Bittencourt atacava Ruy Barbosa, então ainda alinhado ao Governo.

<sup>34</sup> Filha do ex-presidente da República Epitácio Pessoa, outra vítima do jornal de Bittencourt.

Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima. Através desse caminho, vindo de baixo, portanto, é que se transformou, e depressa, em empresa jornalística. (SODRÉ, 2004, p. 287).

Mas não se restringiu à questão política a transformação proposta pelo jornal de Edmundo Bittencourt. Desde o início, o diário atraiu experientes nomes do jornalismo que então se praticava. Sua primeira equipe foi formada pelo redator-chefe Leão Veloso Filho (“Gil Vidal”), o secretário de redação Heitor Melo; os redatores Vicente Piragibe, Antônio Sales, Osmundo Pimentel, João Itiberê da Cunha e entre os colaboradores estavam Evaristo de Moraes, Alberto de Oliveira, Afonso Celso, José Veríssimo, Artur Azevedo, Carlos de Laet, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Morales de los Ríos e Melo Moraes Filho (BRAGA, 2001, p. 21), além do já citado Luís Edmundo.

O fato é que o diário de Edmundo Bittencourt, que morreu em 1943, tem sido considerado um modelo jornalístico a fazer escola<sup>35</sup>, introduzindo uma linguagem inovadora à empolgação então marcante nos textos jornalísticos brasileiros, sendo apontado como pioneiro na utilização de fotografias, caricaturas e ilustrações que evidenciaram uma preocupação estética pouco comum em seus similares (BAHIA, 1990; EDMUNDO, 2003; SODRÉ, 2004).

Em 1969, portanto, já muito além do período desta investigação, após manifestar-se em momentos cruciais da vida brasileira, o Correio da Manhã foi arrendado ao empresário Maurício Nunes de Alencar, deixando definitivamente de circular a 8 de junho de 1974. O jornal que havia chegado a tiragens diárias superiores a 200 mil exemplares e tivera cerca de mil empregados chegou ao seu último número com apenas oito páginas, três mil exemplares e 182 funcionários.

Já A Federação tem sua história iniciada em 1883, seis anos antes da Proclamação da República e em seqüência a movimento iniciado na Faculdade de Direito de São Paulo inspirado no ideal farroupilha, quando um grupo de gaúchos de que Pinheiro Machado fazia parte se reuniu em congresso para organizar um veículo de propagação das idéias que

---

<sup>35</sup> As principais mudanças ocorreram depois do período alvo deste trabalho. No entanto, já nos seus 15 anos iniciais o jornal apresentou evolução na forma e no conteúdo, embora o “fazer escola”, aqui, se aplique mais apropriadamente à estratégia de combatividade aos governos e de alinhamento aos movimentos populares.

defendiam. Surgia assim, a 1º de janeiro de 1884, como “orgam do Partido Republicano” - expressão impressa logo abaixo do nome do jornal, na capa.

Seus criadores foram Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Fernando Abott, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher, Venâncio Ayres<sup>36</sup> e Joaquim Francisco de Assis Brasil, que lhe sugeriu o nome, além de Pinheiro Machado, então com 32 anos de idade (SILVA, 1982). A Júlio de Castilhos coube a redação do diário, que circulava com quatro páginas impressas em oficinas próprias instaladas em vários endereços da Rua dos Andradas, inclusive onde é hoje o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Dillenburg (s/d) vê A Federação como iniciadora de uma nova e importante fase no jornalismo rio-grandense, apesar de seu formato pesado, raramente recorrendo a ilustrações e a manchetes e títulos principais; e de sua linguagem laudatória aos correligionários e agressiva aos adversários. Mas esse foi “o jornal que primeiro enfatizou a publicidade comercial, publicando anúncios ilustrados; que promoveu a melhor seleção de notícias de interesse público abolindo o arcaico estilo literário, tão usado nos jornais da época, além de reunir uma das mais brilhantes equipes de redatores”<sup>37</sup> (DILLENBURG, s/d, p. 12).

O Estado vivia também um movimento econômico marcado pela abertura de ferrovias e a implantação de linhas telegráficas; pela dragagem dos rios e a construção do porto de Rio Grande; pela chegada de imigrantes italianos e a produção de vinhos, calçados e demais artefatos de couro; pela extração da madeira, do carvão e do ouro; e pelo preparo do charque.

O Partido Republicano ganhava uma tribuna com A Federação. Antão de Faria, Assis Brasil e Júlio de Castilhos elaboraram um programa bastante específico para o jornal, motivados pela idéia de “discutir e sustentar a legitimidade e a oportunidade do sistema de governo republicano no Brasil”, conforme expresso em sua edição número um. “A linguagem da folha será invariavelmente moderada e cortês, instruindo e persuadindo, tratando os adversários ou a quem quer que seja com delicadeza e cavalheirismo”, seguia a

---

<sup>36</sup> Venâncio Ayres (1841-1885), advogado paulista em mudança para o Sul onde já viviam sua irmã e o marido dela (pais de Pinheiro Machado), foi o seu primeiro diretor.

<sup>37</sup> Dillenburg (s/d, p. 12) calcula que, quando do surgimento do veículo oficial do PRR, o Rio Grande do Sul contava com 56 jornais, sendo 11 diários, cinco dos quais em Porto Alegre e igual número em Pelotas, para uma população inferior a 500 mil habitantes, cuja preferência era disputada pelos Partidos Liberal e Conservador.

apresentação, promessa que, diz o autor em referência, seria freqüentemente quebrada: “O jornal não poupava os adversários, principalmente (...) A Reforma, surgida 15 anos antes e muito menos (...) o Correio do Povo e O Estado do Rio Grande, o tradicional jornal libertador, com quem manteve acesa disputa” (DILLENBURG, s/d, p. 13). Ele observa ainda que o jornal e seu diretor foram figuras indissociáveis:

Os graves obstáculos financeiros que marcaram o início da vida do jornal não impediram de mostrar a firme decisão daquele grupo em levar o empreendimento avante, revelando o brilhante jornalista Júlio de Castilhos. Os artigos eram objetivos, isentos de tiradas literárias, contundentes e implacáveis em se tratando de adversários. Ficaram memoráveis muitas matérias jornalísticas em que o autor expunha as idéias republicanas, a campanha abolicionista e a extinção da monarquia (DILLENBURG, s/d, p. 13).

Também outros historiadores da imprensa brasileira (BAHIA, 1990; FRANCO, 1988; RÜDIGER, 2003; SODRÉ, 2004) apontam uma relação indissolúvel entre A Federação e a figura de Júlio de Castilhos, o político cuja curta existência<sup>38</sup> não impediu de ter uma importante participação nos destinos do Brasil e do Rio Grande do Sul. “Castilhos contava com apenas 23 anos quando tomou a iniciativa de lançar o jornal, tendo entrado com um conto de réis para a integralização do capital” (DILLENBURG, s/d, p. 13). Dificuldades financeiras enfrentadas pelo empreendimento levaram-no, alguns meses depois, a assumir o lugar então ocupado por Venâncio Ayres, acumulando-o com a produção de texto “objetivo, isento de tiradas literárias, contundente e implacável em se tratando de adversários” (DILLENBURG, s/d, p. 13).

Júlio de Castilhos escreveu artigos de enfrentamento partidário, antes de ocupar a presidência do Estado, nas primeiras eleições pós-proclamação da República. Dillenburg (s/d) lembra um violento manifesto contra a Monarquia, coincidindo com a passagem do Conde d’Eu e da Princesa Isabel por Porto Alegre; o combate com Carlos von Koseritz, jornalista apoiador do regime monárquico; e a prolongada desavença traçada com Gaspar

---

<sup>38</sup> Júlio de Castilhos (1860-1903) morreu aos 43 anos, durante uma traqueotomia para retirada de um tumor na laringe.

Silveira Martins<sup>39</sup>, o chefe do Partido Liberal, “acirrando ódios e dividindo a opinião pública rio-grandense” (DILLENBURG, s/d, p. 14).

No intervalo de tempo de que trata a presente pesquisa, A Federação teve em Pinheiro Machado uma de suas fontes preferenciais, tratada nos textos como “nosso amigo, o senador ...”, reverência dividida então com outros próceres do PRR, como o seu “chefe” estadual Borges de Medeiros<sup>40</sup>. Essa ligação, em maior ou menor grau, marcou as referências feitas pelo jornal ao senador, como gerador de notícias ou como liderança a ser defendida em casos de ataque pela imprensa que lhe fazia oposição. No ano de 1915, os registros da atuação de Pinheiro Machado no Rio de Janeiro foram acrescidos pelos gerados no exercício do governo estadual por seu irmão Salvador, que substituiu Borges, então enfermo, até maio de 1916.

Da observação das edições do diário percebe-se que A Federação institucionalizou-se primeiro como veículo oposicionista, de importante atuação abolicionista (BAKOS, 2006) e a partir da proclamação da República como oficioso do regime e oficial do PRR, depois como veículo oficial, com a expressão “Diário Oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul” constando em seu cabeçalho em lugar do original “*Orgam* do Partido Republicano” e suas edições publicando atos, resoluções, leis, decretos e demais temas de interesse do Executivo. A partir de maio de 1935, com o lançamento do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, reconcentrou-se em sua condição de jornal partidário, então como “*Orgam* do Partido Republicano Liberal” sucedâneo do PRR:

Orgam partidário que tem sido esta folha, com uma tradição profundamente ligada à própria evolução política do Rio Grande do Sul em 52 anos de vida ativa, fecunda, criadora, é com o ânimo forte dos passados embates que A Federação vê surgir esta nova fase de sua vida, para a defesa dos ideais e dos princípios de um grande partido político (A FEDERAÇÃO, 1º de junho de 1935, p. 1).

---

<sup>39</sup> Gaspar Silveira Martins (1834-1901) rivalizou com Júlio de Castilhos na liderança das facções políticas do Rio Grande do Sul, à frente do Partido Liberal, depois Federalista. Foi ministro da Fazenda e presidente do Estado durante o Império.

<sup>40</sup> Borges de Medeiros (1859-1961) representou, com Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, o triunvirato que liderou a política gaúcha por várias décadas, desde a proclamação da República. Borges especialmente, porque governou o Rio Grande por cinco mandatos, sendo quatro consecutivos, período no qual enfrentou e venceu sucessivas rebeliões.

Vivia então o jornal uma trajetória de modernização, compatibilizando com a militância política o noticiário de interesse geral, o que significava incluir assuntos esportivos e culturais, em geral antecidos por manchetes e acompanhados por fotografias; e dedicar generosos espaços aos anúncios ilustrados, a maioria de produtos de saúde e de espetáculos programados. Desde 1912 já não existia mais o seu similar oposicionista, A Reforma, mas a concorrência incluía o Correio do Povo, um diário em ascensão surgido em 1895, afastado do posicionamento partidário mas simpático às idéias de Silveira Martins, do Partido Federalista e do Partido Libertador, que sucederam no tempo o Partido Liberal; o Diário de Notícias; A Noite; a Gazeta do Comércio e O Estado do Rio Grande.

Em 1937, o Estado Novo implantado por Getúlio Vargas<sup>41</sup> impôs a extinção dos partidos políticos, significando também o fim de A Federação, ao contrário do Diário Popular, de Pelotas, outro importante jornal criado pelo PRR, em 1890, hoje o mais antigo diário em circulação no Rio Grande do Sul, que optou por continuar existindo como um veículo noticioso.

### **2.3 Pinheiro Machado e a imprensa**

Em praticamente cinco décadas de seus 64 anos de existência Pinheiro Machado esteve no exercício da vida pública, como soldado, militante estudantil, conselheiro municipal, senador e presidente de partido político. Dentro do que abordam Molotch e Lester (1993) como os elementos que compõem o processo de comunicação<sup>42</sup>, a trajetória acima descrita fez do senador uma referência aos jornais da época, eles próprios, por sua vez, constituindo seus espaços na sociedade brasileira, então basicamente informada pela mídia impressa. Daí a aproximação e o enfrentamento entre o senador e os jornais, que o acompanharam desde que, em 1876, como estudante de Direito em São Paulo ainda durante o Império, foi um dos fundadores do Clube Republicano Acadêmico, engajando-se no

---

<sup>41</sup> Getúlio Vargas (1883-1954) foi um dos antigos redatores de A Federação, herdeiro político da geração de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, ex-presidente do Estado que desde 1930 ocupava a Presidência da República a partir de insurreição deflagrada no Rio Grande do Sul e a seguir nacionalizada.

<sup>42</sup> O promotor de notícias (a fonte), o produtor de notícias (os veículos e os jornalistas) e o consumidor de notícias (neste caso, os leitores), em livre tradução do mestrando para os termos *news promoters*, *news assemblers* e *news consumers* criados por Molotch e Lester.

lançamento do boletim de propaganda republicana inspirado nos ideais farroupilhas e posteriormente no jornal A República.

Já formado e de volta ao Rio Grande do Sul, advogando em São Luiz das Missões, Pinheiro Machado participou, em 1883, em Porto Alegre – como já informado - do 1º Congresso Republicano, em que se decidiu implantar A Federação como folha oficial do Partido Republicano Rio-Grandense a 1º de janeiro do ano seguinte.

A instauração da República o levou para o Rio de Janeiro, como senador eleito, em 1891. Lá, participou da cena política ao lado de personagens como Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Ruy Barbosa, Quintino Bocayuva, Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Assis Brasil, mas interrompeu o mandato em 1893 para defender o regime contra os federalistas que iniciavam rebelião no Sul. Em 1895, retornou ao Rio, após lutar e vencer importantes batalhas. Foi saudado com artigo de Bocayuva em O Paiz.

Enquanto no primeiro período revolucionário a imprensa em geral só salientava o nome de Gumerindo Saraiva como guerreiro destemido, idealizando as proezas de sua caudilhagem torpe, o senador Pinheiro Machado passava despercebido e órgãos de opinião houve que lhe assacaram as acusações mais degradantes, atribuindo-lhes rapinagens de que se envergonhariam os mais reles bandidos dos pampas. Os que conheciam, porém, a enfiatura moral do valente cidadão, a sua honradez inquebrantável, a sua dedicação incondicional à República, pela qual sacrificou posição, bem-estar e fortuna, viam nele o mais esforçado dos legionários que defendiam no território rio-grandense a honra da Pátria flagelada pela ambição de caudilhos, cujo impudor se media pela caveira dos mais lúgubres celerados (...) (SILVA, 1982, p. 38).

Em setembro de 1895, ele reclamou, da tribuna do Senado, de ameaça feita pelo Comandante do 6º Distrito Militar, General Galvão, contra jornalistas do Diário Popular de Pelotas – que então era do PRR. O Paiz publicara a notícia e Pinheiro Machado recebera um telegrama do Diário Popular:

Levamos ao conhecimento de V. Exa. o seguinte fato: hoje, à uma hora da tarde, veio à redação do Diário Popular o Alferes Sales Guerra, ajudante-de-ordem do General Galvão, que, em nome deste, nos avisou de que aquele general mandaria chibatear os redatores desta folha se ela o atacasse em sua família. Tópico incriminado pelo General Galvão é o seguinte: 'hoje, a inconsciência, posta a serviço da conspiração anti-republicana, dedica-lhes valsas, improvisa-lhes batalhas, flores e passeatas ridículas, como se por essa maneira pudesse abafar indignação pública'. À vista dessa ameaça, pedimos providências a V. Exª por julgarmo-nos ameaçados em nossas vidas. Redação Diário Popular. (SIMON, 2004, p. 60-61).



Um ano depois, a Gazeta de Notícias publicava notícia em que um certo General Teles pedia ao Ajudante-General do Exército licença para responder a discurso de Pinheiro Machado no Senado, denunciando violências e arbitrariedades cometidas pelo general em Bagé. O senador usou a tribuna para anunciar que abria mão das imunidades parlamentares para que o General lhe processasse, se quisesse.

A 14 de agosto de 1901, o Correio da Manhã atacou o presidente Campos Salles: “O governo do sr. Campos Salles tem sido um governo de dilapidação e de crueldade”. Sinalizava-se aí um possível enfrentamento com o senador que, no Congresso, fazia parte da sustentação ao governo. Essa tendência de fato se confirmou nos anos seguintes, com o jornal de Bittencourt dirigindo-se pessoalmente a Pinheiro Machado, que, por entender serem as “injúrias” dirigidas não ao político, mas ao cidadão, o desafiou para o duelo realizado em 1906.

A campanha que vinha sendo movida contra Pinheiro Machado por certa imprensa da Capital Federal prosseguia violenta e agressiva, procurando ferir a dignidade pessoal do benemérito cidadão. À medida que se elevava o prestígio do senador gaúcho, aumentava em virulência a campanha difamatória, sobressaindo-se o Correio da Manhã, nos ataques a sua honra e ao seu patriotismo. (SILVA, 1982, p. 84).

A influência de que fala o seu biógrafo acima citado se refletia nas escolhas dos candidatos à Presidência da República. Em 1909-1910, Pinheiro Machado alinhou-se ao Marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, contra o então amigo Ruy Barbosa, vencida pelo primeiro. O Correio da Manhã acusou a ocorrência de fraudes.

Atacado pelas páginas do jornal de Bittencourt, Pinheiro Machado sempre se valeu da tribuna do Senado para reagir. Em 1910, refutou afirmações que circularam por diversos jornais cariocas de que pedira ao Marechal Hermes para intervir na política do Estado do Rio:

É impossível andar catando estas falsidades para rebatê-las. Não teríamos mais outra preocupação senão esta, e todo o tempo seria pouco em respigar, para contraditar – não direi calúnias – mas invenções levadas à conta da nossa responsabilidade. (SIMON, 2004, p. 180).

Usou o mesmo recurso para reclamar do Jornal do Commercio – “inegavelmente uma folha de grande e incontestável autoridade e redigida por homens que até agora têm

merecido a minha deferência” (SIMON, 2004, p. 197) – que o relacionou com manipulação do câmbio.

A fundação do Partido Republicano Conservador, ao final de 1910, poucos dias após a posse de Hermes da Fonseca, foi alvo de duras críticas do Correio da Manhã e de outros órgãos da imprensa. A 13 de dezembro desse ano, o jornal publicava o que Pinheiro Machado apontou como notícia “evidentemente falsa” sobre diálogo entre ele e o senador Francisco Glicério (SIMON, 2004, p. 238). Na véspera do Natal, ele voltou à tribuna para rechaçar outra matéria - “Enorme escândalo no Rio Grande do Sul. Contrabando de charque. A imprensa rio-grandense ataca o senador Pinheiro Machado como protetor e talvez sócio dos contrabandistas” (Diário de Notícias de 24 de dezembro de 1910) - lembrando que o próprio Correio da Manhã, que vinha se ocupando do assunto, já publicara um esclarecimento que o isentava.

Entre 1910 e 1914, auge do poder exercido por Pinheiro Machado, influenciando a definição das políticas da gestão de Hermes da Fonseca, ampliaram-se as críticas do Correio da Manhã ao governo e a Pinheiro Machado. Esse poder o credenciava a aparecer como um provável candidato à sucessão presidencial, ainda em 1913. O Imparcial publicou entrevista-manifesto com o senador Ruy Barbosa reagindo à possibilidade: “Como aquele que apoiou o presidente Hermes sentia-se no direito de autonomear-se um nome da regeneração? Nem sou a Nação, nem me tenho por autoridade, para lhe ditar escolhas” – diz Ruy Barbosa ao repórter que lhe perguntou sobre quem deveria recair a escolha, apontando três mineiros: Sabino Barroso, Francisco Salles e Wenceslau Brás, ressaltando qualidades deste último:

(...) cuja atitude aliás, durante esses dois anos de orgia, tem sido, pela expressiva reserva, de uma alta dignidade, foi, bem que ilaqueda e arrependido logo após, o companheiro do marechal na chapa militarista de 1909, na eleição militar de 1910 e na depuração militar dos candidatos civis (BORGES, 2004, p. 192).

Em julho de 1913, Pinheiro Machado desmentiu da tribuna notícias que lhe relacionavam ao processo sucessório presidencial:

(...) após ter lido no Correio da Manhã e n’O Imparcial a narração de suposta conferência que se dera em nossa residência com o Sr. Bernardo Monteiro e outros políticos de Minas, sendo-me então atribuídas frases e conceitos

deprimentes ao ilustre sr. Deputado Junqueira, que agora diverge de nossa orientação mas que merece nosso respeito, portanto tal fato é inverídico (BORGES, 2004, p. 183).

Presidindo a sessão do Senado em 10 de setembro de 1913, Pinheiro Machado não estendeu o tempo de pronunciamento de Ruy Barbosa e foi criticado na imprensa por isso. Dias depois, voltou à tribuna para refutar a versão veiculada:

Alguns jornais desta Capital, fazendo referências ao incidente, o desnaturaram ao sabor de suas paixões. A verdade é que a Mesa usou para com S. Exa. da maior cortesia – o que era seu dever – e, ao terminar a sessão, tendo eu próprio ido à portaria indagar do funcionário incumbido da fiscalização do edifício por que razão a tribuna dos srs. diplomatas tinha sido ocupada por pessoas estranhas, encontrei naquele momento, eu, só, isolado, o pessoal que tinha sido atraído pela palavra de S. Exa. e S. Exa. mesmo, que se retirava acompanhado de vários amigos. E devo, em honra à verdade, declarar que não foi proferido um insulto, nenhum gesto que pudesse amesquinhar o vice-presidente do Senado. S. Exa. é disso testemunha. (BORGES, 2004, p. 186).

Em 29 de dezembro do mesmo ano, mais um discurso, em reação às notícias que insinuavam sua traição ao presidente Hermes da Fonseca:

(Hermes da Fonseca) tem sido de uma dedicação a toda prova às praxes republicanas. É possível que o governo de S. Ex<sup>a</sup>. tenha atos menos felizes e que ainda os tenha até o final do seu governo (...) mas estou certo de que, sejam quais forem as situações que ele tenha de atravessar, há de ter a seu lado, quando empalidecer o sol de sua administração, amigos fiéis, dedicado e zelosos de seu bom nome, capaz de o defender com denodo e impavidez próprios dos homens de convicção. (BORGES, 2004, p. 187).

No início de 1914 Pinheiro redigiu o seu testamento político (reproduzido nos anexos) “para ser aberto por minha mulher se porventura eu for vítima dos meus e dos inimigos da República” (ALVIM, 1985, p. 84). Esse conteúdo só seria valorizado pela imprensa, porém, no ano seguinte, com o assassinato do senador.

Em maio de 1914 O Imparcial publicou matéria sobre a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, incluindo no texto informação de que Pinheiro Machado venderia sua fazenda Boa Vista, localizada no município de Campos de Goytacazes (RJ) - que teria sido valorizada por sua influência nos governos - ao megaempresário Percival Farquhar. O senador discursou desmentindo a notícia (BORGES, 2004, p. 188-189).

Já em novembro de 1914, estudantes simularam o enterro público do marechal Hermes, que se preparava para transmitir o cargo a Wenceslau Braz, e dirigiram-se à sede

do jornal O Paiz, por vinculá-lo ao PRC, de cujo interior houve reação a tiros. Os manifestantes depredaram a entrada do prédio e espalharam-se pela cidade.

O momento é de angustia. Naturalmente o Sr. Dr. Wenceslau Braz accudirá ao reclamo geral do povo, dando-lhe um governo á altura da vontade da nação, capaz de emendar os erros e crimes, que ha quatro annos, destroem as forças vivas do Brasil.

O povo esperançoso no novo governo, desejando vel-o organizado com elementos estranhos ao feroz caudilhismo, viu-se ludibriado e protestou. Era o protesto que vive latente na alma nacional contra o feroz caudilhismo que suffoca as aspirações liberais de nosso povo (A RUA, 17/11/1914. p. 1).

Na posse de Wenceslau Braz, a 15 de novembro de 1914, a imprensa publicou conteúdos valorizando sua eleição e sua independência em relação a Hermes da Fonseca e a Pinheiro Machado. Porém, com o passar do tempo passou a criticá-lo ao perceber que seu ministério era composto por vários aliados do senador gaúcho.

Pinheiro Machado foi derrotado, no ano seguinte, em sua tentativa de influenciar na eleição para o governo do Estado do Rio. Em 13 de janeiro de 1915, a revista A Careta publicou charge de um crocodilo “engolindo” Pinheiro Machado (alusão a Nilo Peçanha, vitorioso em disputa regional contra a vontade de gaúcho), com os seguintes versos – na escrita original: “Ei-lo ativo e soberano./Assu. Quero-quero eterno,/manda chuva todo o ano,/da crise o avô paterno./Poderoso, obedecido/quis beber de um trago o Nilo./Mas foi seguro e tolhido/nas fauces de um crocodilo” (A CARETA, 13/02/1915, ano 8, nº 347, p. 1).

Também publicou versos de um diálogo hipotético entre Pinheiro Machado e Wenceslau Braz reproduzido como no original:

Wenceslau/Eu não receio o Gaucho/nem o ronco que ele tem,/o besouro também ronca/vai-se ver não é ninguém. Pintô que pintou Pinheiro,/pintô que pintou Teffé,/quando foi pintá Dudu,/cadê pincé? e A Republica:/ O demonio do Pinheiro/já não posso suportar,/já tenho vinte e seis anos/e quero me emancipar./Se o pobre do Dudu pudesse/tornar-se mais comilão,/certamente, certamente,/engoliria a nação (...) O Dudu vai ser este ano coroado rei do Carnaval. Já há dias que os cordões clamam por todos os angulos da cidade (A CARETA, 13/02/1915, ano 8, nº 347, p. 1).

Em maio de 1915, Pinheiro Machado concedeu ampla entrevista ao Jornal do Commercio (RJ), sobre o papel dos partidos políticos. Wenceslau Braz tentava mostrar-se independente em relação a Pinheiro Machado. Havia mesmo certo distanciamento entre as

duas lideranças – percebido e estimulado pelos jornais contrários a Pinheiro Machado. Recrudesceram nessa época as críticas da imprensa ao senador.

(...) a desenfreada demagogia dos gazeteiros e dos politiqueros contra a máscara individualidade de Pinheiro era assistida impassivelmente pelo governo da República sem que qualquer medida fosse tomada para coibir certos excessos. Proclamava-se nos *meetings* dos arruaceiros pagos às barbas da polícia, que o general Pinheiro Machado havia de tombar assassinado (SILVA, 1982, p. 110).

Por essa época, o Correio da Manhã, na seção “O dia no Senado”, registrava:

O Sr. Pinheiro Machado passava por detrás da mesa, cochichava ao ouvido do Sr. Pedro Borges e havia desaparecido por encanto. E os seus homens incondicionais, um a um, foram seguindo sorratamente o chefe do PRC. Foram todos trancar-se no gabinete destinado ao vice-presidente da Casa onde o Sr. Pinheiro os entreteve em rápida, porém definitiva conferencia resolvendo não dar numero – sobre as eleições em Pernambuco (CORREIO DA MANHÃ, 4 de julho de 1915).

E ampliava a cobertura no dia seguinte, publicando na capa:

E quando houver guerra, ou mesmo simples ameaça, é olhar onde está o Sr. Pinheiro e afirmar que ali também está a vitória, ou são por ella todas as probabilidades. Confiando demais na brandura, no espirito conciliador do Sr. Wenceslau Braz, acostumado às suas condescendências, ele esperava no caso pernambucano, vencer, impor sua vontade, dar uma mostra da sua força sem mais conseqüências. Suspeitou que desta vez não seria assim. Sentiu que o Sr. Wenceslau Braz estava duro (CORREIO DA MANHÃ, 5 de julho de 1915, p. 1).

Pode-se mesmo dizer que a preocupação politica do governo tem sido exclusivamente a de não parecer que hostiliza o Morro da Graça. A organização do ministério obedeceu a esse ponto de vista de sorte que nelle se encaixam pessoas, que outra coisa não fizeram durante todo o tempo da pagodeira hermista, senão obedecer a tudo quanto lhes exigia o Sr. Pinheiro, e, por isso mesmo são justamente odiadas pela opinião pública (idem).

É evidente que o Sr. Wenceslau não deve nem pode manter na presidência da República a mesma passividade do marechal Hermes da Fonseca (idem).

Se o Sr. Pinheiro não quer paz, tão almejada pelo presidente da Republica, então que tenha a guerra franca e declarada. E esta será melhor, porque trará como conseqüência o aniquillamento politico deste caudilho desabusado que pretende dispor eternamente dos governos como das suas éguas na fazenda da Boa Vista (idem).

Não ha neste país quem, fora das contingencias politicas, não deseje ver reduzida a nada a influencia do chefe conservador. Não é esta uma aspiração dos brasileiros originada do ódio gratuito a este nefasto personagem. São os seus

erros, é sua imoral politicagem, é a dilapidação dos cofres publicos, por ele permitida e até acoroçada que fazem com que a nação o repudie (idem).

E nas páginas internas:

Apesar de todos esses pesares, à reunião marcada no Morro da Graça, para as 9 horas da manhã, não devia faltar nenhum político do partido pinheirista. Principalmente os senadores que obedecem incondicionalmente ao vice-presidente do Senado, cairiam no índice do velho caudilho se ao ato do Morro da Graça deixassem de dar o amém partidário á voz do chefe, ainda que chovendo. (CORREIO DA MANHÃ, 5 de julho de 1915, p. 3)

Falava-se, abertamente, em eliminação física do senador Pinheiro Machado, tema, aliás, de um pretense projeto de lei “apresentado” pelo deputado Gonçalves Maia (MG) resumido a dois parágrafos: “1º Elimine-se Pinheiro Machado. 2º Revoguem-se as disposições em contrário”. De novo, o senador fez da tribuna do Senado o seu espaço de defesa:

É possível que durante a convulsão que nessa hora sacode a República em seus fundamentos, possamos submergir. É possível. É possível mesmo que o braço assassino, impelido pela eloquência das ruas, nos possa atingir. Afirmamos, porém, aos nossos correligionários que, se esse momento chegar, saberemos ser dignos da vossa confiança. Tombaremos na arena, fitando a grandeza da nossa Pátria, serenamente, sem maldição, nem desprezo, sentindo tão-somente compaixão para com aquele que assim avilta a nobreza inata do brasileiro. Não ocultaremos, como César a face com a toga, e, de frente, olharemos fito a treda e ignóbil figura do bandido, do sicário. (SILVA, 1982, p. 113).

Mas em articulações com o PRR – leia-se, o presidente licenciado Borges de Medeiros e o presidente em exercício Salvador Pinheiro Machado – foi acertada a renúncia do senador gaúcho Joaquim Assumpção. Abria-se, portanto, uma vaga na representação do Rio Grande do Sul. Pinheiro Machado e Borges de Medeiros convenceram Hermes da Fonseca a candidatar-se. Os jornais liderados pelo Correio da Manhã deflagraram de imediato intensa campanha contrária à candidatura gaúcha. Pinheiro Machado foi acusado de ignorar a vontade popular ao insistir na candidatura.

Hermes da Fonseca foi eleito senador pelo PRR em agosto de 1915. Intensificaram-se os protestos no Rio de Janeiro. O Correio da Manhã liderou as críticas, propondo que o

Senado não ratificasse sua eleição. Em entrevista a “João do Rio”<sup>43</sup>, da Gazeta de Notícias, Pinheiro Machado afirmava: “Morro na luta, menino. Eles matam-me, mas pelas costas; são uns ‘pernas finas’. Pena é que não seja no Senado, como César. Há de ser na rua. Morro em defesa da República”. (SILVA, 1982, p. 114).

O Correio da Manhã noticiou a 4 de setembro de 1915 sobre “rumores de revolução no Sul”, o que levou Pinheiro Machado a dizer aos repórteres que o procuraram para falar sobre o assunto: “Se houvesse revolução no Sul, eu não estaria aqui... já estaria a caminho da minha querida terrinha” (SILVA, 1982, p. 112, citando O Paiz da mesma data).

A 8 de setembro de 1915<sup>44</sup>, depois de malograda tentativa o político gaúcho suspendeu a sessão do Senado por falta de quorum e saiu em visitas diversas, sendo assassinado no Hotel dos Estrangeiros por Francisco Manço de Paiva Coimbra, que declarou ter-se convencido da “malignidade” de Pinheiro Machado ao ler os jornais cariocas e participar dos *meetings* em que o senador e o marechal eram duramente criticados, o que será abordado em 2.4, a seguir. A Federação e o Diário Popular, órgãos do PRR, suspenderam suas atividades tão logo receberam a notícia por telegrama enviado pelo deputado Joaquim Luiz Osório, a primeira deixando de circular no dia 9, o outro com a edição já encaminhada, em cuja capa foi inserido um breve relato, em tom de comoção.

Entre o dia 10 e o restante do mês de setembro, a cobertura do crime ocupou quase integralmente as edições de A Federação, envolvendo as cerimônias fúnebres e as investigações no Rio de Janeiro, a transferência do corpo e a preparação dos funerais em Porto Alegre.

## 2.4 O crime de Manço de Paiva

Francisco Manço de Paiva Coimbra assassinou Pinheiro Machado depois de perambular pelo Brasil, período em que foi acusado de roubar, assaltar, explorar e agredir mulheres, usar identidade falsa e desertar do Exército e da Polícia, crimes que vieram a público quando de sua prisão em flagrante em 1915. Filho do português Francisco de Paiva

---

<sup>43</sup> Paulo Barreto (1881-1921) era o seu verdadeiro nome. Segundo Medina (1988), “João do Rio” é considerado o introdutor da grande reportagem no jornalismo brasileiro. Teatrólogo e escritor, foi membro da Academia Brasileira de Letras.

<sup>44</sup> Importante ressaltar que era o dia seguinte ao feriado da Independência, que os parlamentares da época costumavam passar na cidade serrana de Petrópolis - o que favoreceu a ausência de quorum no Senado.

Coimbra, que havia chegado a Rio Grande na antepenúltima década do Século XIX e se estabelecido como padeiro na então vila de Cacimbinhas, e órfão de mãe desde a infância, Manço, que declarava ter nascido em 1889<sup>45</sup>, teve dificuldades de relacionamento com o pai, até ser expulso de casa na adolescência.

Entre a expulsão e o crime, ele percorreu Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Passo Fundo, São Paulo, Niterói e o Rio de Janeiro, em empregos dos quais era dispensado após algum tempo, em geral sob a alegação de falta de adaptação e de “mau comportamento” (SANTOS, 1917). De acordo com seus depoimentos à Polícia e à Promotoria, em Porto Alegre ele passou a se interessar mais por política e a participar das manifestações contra o governo Borges de Medeiros, renegando sua condição anterior de eleitor do PRR que mantinha em Cacimbinhas<sup>46</sup>, pois há muitos anos nutria profunda antipatia política por Pinheiro Machado, apesar do partidarismo do pai. A Xavier de Oliveira, professor e assistente da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro à época, que o ouviu diversas vezes na prisão para um estudo acadêmico, afirmou que havia se envolvido com a política na disputa presidencial de 1910, em Porto Alegre, pela leitura de um jornal do Distrito Federal, passando a ter por ídolo o senador Ruy Barbosa e a considerar Pinheiro Machado o homem mais nefasto do país.

Também disse que algum tempo antes do crime a sua única distração era ler os jornais. Pela manhã, graças ao conhecimento que tinha com os jornalheiros, conseguia acesso a quase todos os diários, preferindo os que faziam oposição ao Governo. “A sua paixão por esses jornaes era tal que, quando soldado do Exército, no Estado do Rio, procurava ocultar esses jornaes da vista dos seus superiores com o receio de ser punido caso fosse encontrado lendo artigos contrários ao Governo” (OLIVEIRA, 1928, p. 160).

Manço citou a Xavier Oliveira alguns textos que mais o haviam impressionado, incluindo um de Ruy Barbosa sobre um cadáver vaiado no Ceará; outro de Pinto da Rocha reclamando do desrespeito do governo à decisão do Supremo Tribunal – ambos veiculados pelo Diário de Notícias -; um artigo do Correio da Manhã sobre esse mesmo tema; outro de

---

<sup>45</sup> O pai de Manço declarou ser ele nascido em 1884 ou 1885 e não em 1899, como constante nos depoimentos à Polícia e no julgamento em 1917.

<sup>46</sup> O autor desta dissertação localizou na cidade de Pinheiro Machado registros manuscritos do cartório local com os nomes dos eleitores do PRR, entre os quais aparecem os dos Paiva Coimbra – o pai Francisco e o filho Francisco Manço.



O Estado de S. Paulo, posicionando-se contra a deposição do governo do Ceará; mais um do Correio da Manhã protestando contra o fato de um deputado ter ido a Poços de Caldas com “mulheres de má nota, afrontando as famílias, que por isso se retiraram do hotel” (OLIVEIRA, 1928, p. 160-161).

Foi nessa transição de uma posição política a outra que, leitor do Correio da Manhã mesmo quando ainda vivia no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 1928), Manço Paiva engajou-se nas manifestações feitas em Porto Alegre contra a candidatura do ex-presidente Hermes da Fonseca a senador pelo PRR. Bastante mais eloqüentes no Rio de Janeiro, esses protestos também aconteceram em Porto Alegre, onde, em 14 de julho de 1915, o confronto com a polícia levou a algumas mortes e inúmeras prisões. A morte de estudantes seria apontada por ele, depois, como a motivadora de sua decisão de eliminar Pinheiro Machado – o que, porém, a família de um dos jovens citados por ele desmentiria em depoimento à polícia.

... que o odio que tinha ao General Pinheiro Machado desde a campanha para a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, fôra sempre augmentando em face dos actos praticados no Governo passado, pois o declarante estava convencido, e ainda está, de que o General Pinheiro Machado era o unico responsavel e que precisava morrer pelo bem da Patria (SANTOS, 1917, p.29).

Em agosto de 1915, Manço Paiva já estava no Rio de Janeiro, mantendo-se graças aos biscates que fazia sob a proteção do deputado César Vergueiro (SP), com quem havia trabalhado antes também em São Paulo e se desentendido recentemente. Hóspede de uma pensão da Rua Bento Lisboa, nas proximidades do Palácio do Catete, mais uma vez com a falsa identidade de João Dias Regis, dividia-se na assistência das sessões da Câmara e do Senado e o passar do tempo no Largo do Machado. Era nesses momentos que fazia a leitura por empréstimo aos jornaleiros e motorneiros, gradualmente construindo uma visão dos acontecimentos e sobre os seus promotores a partir do noticiário a que tinha acesso.

Manço Paiva chegara ao Rio, segundo depôs, com a convicção, firmada quando dos acontecimentos de julho, em Porto Alegre, de que deveria ser ele o autor da morte de Pinheiro Machado, para vingar os estudantes sacrificados.

... tomando a resolução de exterminar o General Pinheiro Machado, tratou de pol-a em pratica, no que se sentia fortalecido pelas palavras incendiadas de deputados e senadores, e por artigos de jornaes que lia com vivo interesse; que ha cerca de 4 dias, estando no largo do Machado, vira um negro offerecendo uma faca-punhal á

venda e deante do que lia nos jornaes sobre o reconhecimento do Marechal Hermes, entendeu que era indispensavel assassinar o General Pinheiro Machado, e com este designio adquiriu a referida faca-punhal por 600 réis; que depois de ter adquirido a faca esteve prestes a se empregar, e por isso desistiu do seu intento (SANTOS, 1917, p.30-31).

Ele ressaltou, aos policiais que o ouviram, a retomada da idéia do crime ao ler, em 8 de setembro de 1915, o artigo da Gazeta de Notícias já referido neste trabalho.

... que hoje, lendo na *Gazeta de Noticias* um artigo sobre a candidatura do Marechal Hermes, sentiu novamente a necessidade de assassinar o General Pinheiro Machado; que cerca de 4 horas da tarde de hoje estava o declarante no largo do Machado conversando com um motoneiro da Light ..., quando, pouco depois, viu parar na frente do declarante um carro fechado, que *reconheceu* ser do General Pinheiro Machado; que este carro é um automóvel escuro, fechado e dentro, ao que suppunha, trazia o General Pinheiro Machado; que o declarante, vendo o automóvel parado por causa do transito, reacendeu-se-lhe a idéa de assassinar o mesmo General Pinheiro Machado, pelo que entrou precipitadamente em uma casa de bilhetes, no largo do Machado, e ahi escreveu um bilhete que nesta delegacia apresentou ao Dr. Chefe de Polícia e que reconhece ser o próprio que neste acto lhe é mostrado, e entregue em sua presença, por aquella autoridade ao Delegado que preside o presente auto; que sahindo da casa de bilhetes, no largo do Machado, verificou que o automóvel do General Pinheiro Machado seguia pela rua do Cattete em direção á Botafogo, pelo que o declarante a passos precipitados procurou acompanhá-lo; que chegando á praça José de Alencar, verificou que o mesmo automóvel estava parado próximo do Hotel dos Estrangeiros, e por isso para lá se dirigiu apressadamente (SANTOS, 1917, p. 31-32, grifos originais).

Manço de Paiva disse às autoridades que ao chegar próximo Hotel dos Estrangeiros e buscando a melhor forma de praticar o ato contra o senador, perguntou ao motorista de Pinheiro Machado como encontrá-lo – o motorista explicaria, depois do assassinato, que pensou tratar-se de um candidato a algum emprego, indicando-lhe como chegar ao político gaúcho. Já dentro do saguão do hotel, Manço viu-o dirigir-se a uma escadaria, acompanhado por duas outras pessoas, numa delas reconhecendo o deputado paulista Cardoso de Almeida.

... quando o General Pinheiro Machado ia sumir-se com os dous companheiros, entrou precipitadamente e quando chegou junto do general sacou da faca punhal e cravou-a nas costas, e retirando a faca da ferida, fugiu, sendo perseguido por pessoas que não conhece; que entrou e apunhalou-o pelas costas, porque a occasião não permittia que o fizesse de frente, pois seu firme desejo era eliminar o mesmo general fosse como fosse; que na faca-punhal que neste acto lhe é apresentada pelo Delegado, reconhece a mesma arma com que feriu o General Pinheiro Machado e que entregára ao guarda civil que o prendera (SANTOS, 1917, p. 37).

Cometido o atentado e iniciada a fuga, o criminoso foi preso em flagrante nas proximidades do Largo do Machado, por dois guardas que de dentro de um bonde observaram a agitação e desceram do veículo. “Matei um caudilho – e salvei a República!”, exclamou ele para a multidão que testemunhou sua prisão – conforme registros na imprensa carioca da época, também referidos por Oliveira (1928). Manço Paiva foi levado para o 6º Distrito Policial, com sua incomunicabilidade tendo sido quebrada pela tomada de seu depoimento em frente aos jornalistas e aos fotógrafos, o que valeu muita crítica às autoridades. Depois recolhido ao xadrez da delegacia, na manhã seguinte ele pediu jornais aos carcereiros, o que lhe foi negado.

Manço Paiva foi transferido dias após para a Casa de Detenção, sob forte aparato de segurança e ampla cobertura da imprensa. Por esses dias, lhe foram dirigidas cartas de protestos pelo assassinato e de congratulações por livrar o Brasil de um tirano – segundo noticiaram alguns jornais da época. Um pedido de *habeas corpus*, impetrado pelo advogado Edmundo de Miranda Jordão, foi negado pela Justiça. Menos de um mês depois, Caio Monteiro de Barros<sup>47</sup> apresentou-se espontaneamente para defendê-lo, passando a sustentar a versão de crime político: “... os elementos subjectivos do facto attribuido ao réo deixam evidente que seu fim foi político, seu móvel igualmente político, seu arrastamento á acção foi também devido á paixão política que o dominou” (SANTOS, 1917, p. 92).

A acusação derrubou essa tese ressaltando os antecedentes do assassino e se valendo de depoimentos como o do pai, que tão logo soube do fato deu uma entrevista ao jornal O Município, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense em Cacimbinhas, renegando o filho – posição que atenuaria anos depois. A entrevista foi reproduzida pelos jornais de Pelotas, de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. O promotor Galdino Siqueira contra-argumentou ao posicionamento da defesa:

... matando traiçoeiramente, alcançando a victima, pé ante pé, apunhalando-a e fugindo em seguida e, não fora a persistencia dos que o perseguiam, e lograria escapar.

É um mystico que procede assim?

Não é um abnegado, que se sacrificasse por uma idea, tudo levando a crer que agira mercenariamente, e a isto já tivemos occasião de nos referir, precisando circunstancias apuradas no processo... (SANTOS, 1917, p.110).

---

<sup>47</sup> Próximo a Ruy Barbosa, Caio Monteiro de Barros era um dos mais conceituados advogados penalistas da época; militante socialista que havia tido enfrentamentos com o governo nos protestos contra a carestia (1910).

Na cadeia, em conversa com os guardas, Manço de Paiva dizia reconhecer ter sido um leviano em outros tempos, mas que a experiência adquirida agora lhe permitia pensar e agir de outra forma; que percebia serem destituídos de princípios os políticos a quem nutria simpatia; e que os jornais que tanto o haviam entusiasmado eram “vendidos” – razão por que não cometeria o assassinato. Argumentava ter passado 25 anos na ignorância, e que de repente, lendo os artigos inflamados dos jornais, convencera-se inteiramente da verdade, acreditando na boa fé dos políticos e dos jornalistas. Contava dedicar as manhãs às leituras dos jornais graças as suas relações com os jornaleiros, preferindo os que faziam oposição ao Governo, entre os quais citava o Diário de Notícias e o Correio da Manhã.

Quando sabia das sessões da Camara ou quando lia um artigo incendiario dos jornaes de então, convencia-se de que só a morte do General Pinheiro Machado salvaria a situação. Certa vez sahiu da Camara tão exaltado que disse: ‘eu vou matar esse caudilho miseravel’, e hoje se admira de que não tenha sido preso nesta occasião. Tudo o que lia e o que ouvia dos opposicionistas ao Governo cada vez mais augmentava o seu odio contra o General Pinheiro Machado, chegando mesmo a sonhar quando dormia, com phrases que mais o haviam entusiasmado. Diz que era tal o odio que tinha ao General Pinheiro Machado que quando o via passar de automovel ou quando estava proximo delle ficava nervoso e tremulo, com um desejo enorme de lhe saltar em cima, sendo preciso muita força de vontade para conter-se (SANTOS, 1917, p. 83-84).

Ele também disse aos guardas da Casa de Detenção que a idéia de matar Pinheiro Machado, originada da morte dos estudantes porto-alegrenses, atenuara-se, mas logo voltara com o reconhecimento do senador Rosa e Silva<sup>48</sup> (PE), recrudescendo com a eleição do Marechal Hermes. Manço revelou que foi ao Senado dias antes do crime, decidido a matar o senador gaúcho, recuando da intenção ao vê-lo deixar o Palácio dos Arcos<sup>49</sup> acompanhado de duas senhoras. Sem se mostrar arrependido, declarava-se convencido de que prestou ao Brasil um grande serviço, mas relatou aos carcereiros que não repetiria o crime.

... reconhece que matar um homem é um acto muito reprovavel, que só Deus tem o direito de acabar com a vida das creaturas, mas que no seu caso elle só via esse desfecho para o engrandecimento da patria... que quando meditava sobre o crime, nunca pensou na impunidade do seu acto, acreditando sempre que seria morto no momento em que assassinasse o General Pinheiro Machado; e para provar essa

<sup>48</sup> Francisco de Assis Rosa e Silva (1856-1929) - Pernambucano, foi vice-presidente de Campos Salles, com quem rompeu em pleno governo. Foi senador, ministro da Justiça e jornalista.

<sup>49</sup> Sede do Senado à época.

asserção, declara que foi por esta razão que procurou, antes do crime, escrever o seu verdadeiro nome no bilhete mencionado, estabelecendo assim a sua identidade (SANTOS, 1917, p.85).

Nas conversas na prisão, ele anunciou que se depois de tudo isso algum dia tivesse liberdade ou perdão, não mais admitiria discussões com o nome de Pinheiro Machado. Manço manifestava esperanças de que algum Governo mais tarde lhe perdoasse. Um ano após o crime, quando da primeira de uma série de visitas na Casa de Detenção, como cientista, Xavier de Oliveira ouviu dele: “Estou certo de que a Nação está connigo, e pouco me importa o sacrificio que por ella fiz, e cujas conseqüências estou soffrendo” (OLIVEIRA, 1928, p. 178). Num outro encontro com o mesmo psiquiatra, Manço lhe disse:

Não sei bem o que fazia, tal o pavor que me inspirava aquelle homem. Quando vi que o tinha ferido, pois senti que a faca entrou toda, pelo contacto da mão que lhe tocou o corpo a cahir instantaneamente, logo após o golpe, sahi desvairado a correr sem saber para onde, mas confesso que não tive a intenção de fugir. (OLIVEIRA, 1928, p. 180).

O psiquiatra firmou convicção, nessa série de encontros com o presidiário, ser o jornal a sua paixão dominante e a política, “ou, antes, a regeneração política do paiz”, o seu aparente ponto de mira altruísta. Mas que no seu intimo era a necessidade de reagir, que o empolgou por toda a sua vida, que o impelia, agora, para um círculo maior que aquele que o envolvera até então, “e que o transformou de reagente individual, que era, para reagente social que passou a ser” (OLIVEIRA, 1928, p.168). O médico diagnosticou Manço de Paiva como um “magnicida jornalista e parlamentarista” (OLIVEIRA, 1928, p. 173)

Adiado seis vezes por estratégias da defesa, o julgamento ocorreu em junho de 1917 – com o confronto entre a tese de crime político, sustentada por Caio Monteiro de Barros e a de crime comum e de complô político, pelo promotor Galdino Siqueira, que teve Gumercindo Ribas e Flores da Cunha a auxiliá-lo na acusação. Laudo médico dos peritos José Elysio do Couto e Antenor Octaviano de Araújo Costa, apresentado pelos acusadores, apontou Manço Paiva portador de degeneração, sendo, porém, consciente e responsável pelos seus atos. O júri popular presidido pelo juiz Manoel da Costa Ribeiro condenou-o à pena máxima de 30 anos, descartadas as hipóteses de crime político e de complô. “Viva a Republica!”, repetiu ele ao ouvir a sentença do juiz, segundo Xavier Oliveira dirigindo o

olhar a um amigo, conterrâneo e correligionário de Pinheiro Machado, o ex-prefeito do Distrito Federal, Rivadávia Corrêa, então senador pelo Rio Grande do Sul, que acompanhava a sessão.

Em 1928, Xavier de Oliveira defendeu a anulação do julgamento de Manço de Paiva, com base nas suas entrevistas pessoais e nos laudos dos peritos judiciais, argumentando: “Perante a psiquiatria, eu afirmo que Manço de Paiva é um psicopata; perante o direito penal, a sociedade exige que elle seja um irresponsável” (OLIVEIRA, 1928, p. 205). Para ele, Francisco Manço de Paiva Coimbra era portador de uma afecção mental perfeita e cabalmente diagnosticável e individualizada na psiquiatria, uma psicose obsessional com síndrome paranóide de reivindicação altruísta (impulso homicida-magnicídio) que perturbava a sua inteligência, tornando-o irresponsável pelo crime que cometeu. “Seu logar é, não na Penitenciaria, onde está injustamente preso, mas no Manicomio Judiciario” (OLIVEIRA, 1928, p. 205).

Não houve anulação de julgamento. Francisco Manço de Paiva Coimbra cumpriu 22 anos de pena, recebendo em 1937 indulto assinado pelo presidente Getúlio Vargas, um político oriundo do mesmo PRR de Pinheiro Machado, de cujas cerimônias fúnebres chegou a ser um dos oradores em 1915.

Manço de Paiva sustentou durante a sua extensa vida tudo o que havia dito ao ser preso e reiterou no julgamento: sua decisão de matar Pinheiro Machado foi pessoal e vinha sendo amadurecida há algum tempo, por julgá-lo responsável pelos males do Brasil. “Não houve mandantes...” e “saí da cadeia arrasado pela tuberculose, porém não me arrependo do que fiz” (MOREL, 1999, p. 98) disse ao jornalista que, nos anos 1960, esperava ouvir dele os nomes de quem o teria contratado para cometer o crime. A mesma versão ele repetiu inúmeras vezes aos familiares residentes na cidade de Pinheiro Machado com quem se correspondia, e a conterrâneos e ao pai, que o visitaram na cadeia.

Após ser libertado, fez na década de 1940 uma visita discreta à cidade de seus parentes, que desde 30 de outubro de 1915 passara a denominar-se Pinheiro Machado (DUARTE, 2005), sendo recebido pelo cunhado Francisco Britto e pelo irmão Tertuliano Paiva. Mas a fria reação da irmã Conceição, a quem se referia nas cartas como “segunda mãe”, o decepcionou a ponto de jamais voltar a ter contato com os familiares no Sul. De volta ao Rio de Janeiro, sobreviveu “de um empreginho no Instituto Brasileiro do Café,

arranjado por Assis Chateaubriand<sup>50</sup>, além de vender bilhetes da Loteria Federal, embora ele não os apregoasse nas ruas. Comparecia diariamente à redação, jamais sem gravata e paletó. Manso<sup>51</sup> de Paiva morreu na mais completa miséria. Não foi sepultado como indigente graças ao pessoal do *Diário da Noite*, que fez o seu enterro” (MOREL, 1999, p. 99).

## 2.5 Imprensa e poder no Brasil até 1915

Imprensa e poder estão relacionados no Brasil desde a sua gênese como Estado Nacional (ALVES, 2000, p. 9), ocorrida no Século XIX, com a sucessão da vinda da família real, da Independência, da Abolição e da República. O tardio aparecimento dos periódicos no país é computado ao temor da Coroa por agitações na Colônia, só se fazendo possível a publicação do crítico Correio Braziliense em 1808 no exterior, logo sucedida pelo oficialista Gazeta do Rio de Janeiro em território nacional.

Essa dicotomia a favor/contra o governo estendeu-se por todo o restante dos anos 1800, cujas grandes transformações na sociedade brasileira foram marcadas pela participação dos jornais então existentes. Da Independência em 1822, passando pela militância de Evaristo da Veiga nas páginas da Aurora Fluminense; pelo generalizado engajamento pró-Abolição - e pró-República, sua imediata consequência - até o advento do Estado Novo, que pretendeu sepultar então os partidos políticos e o jornalismo-partidário, os jornais buscaram exercer poder e o exerceram, enquanto o poder constituído tentou limitar essa influência e a limitou através de medidas de força. Mas o poder formal também se valeu da imprensa como instrumento de sustentação de governabilidade (MOTTA, 2002) e até como fonte de fornecimento de quadros para o exercício político, como nos exemplos a seguir.

Já na década em que se deu a Independência, o militar português Luís Augusto May, que em 18 de dezembro de 1821 havia fundado no Rio de Janeiro A Malagueta, foi

---

<sup>50</sup> O paraibano Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello (1892-1968) marcou a vida pública, a cultura e o jornalismo brasileiros no Século XX. Fundou a rede Diários e Emissoras Associados, à sua época a maior do País.

<sup>51</sup> Essa grafia predomina nas referências escritas até hoje sobre Manço de Paiva. Ele próprio, porém, fazia questão de corrigi-la, segundo dizia com base no seu registro de nascimento. “Não sou cavalo para ser chamado de Manso”, reagia – lembram seus familiares. O “Manço” aqui utilizado tem por base suas assinaturas nas correspondências a familiares a que o mestrando teve acesso.

eleito deputado “graças ao prestígio conquistado na imprensa” (SODRÉ, 2004, p. 60); da mesma forma que os irmãos Andrada, no exercício da vida pública, puseram “em circulação outras folhas” (idem, p. 62). Além do jornal de May, a tensão política da época motivou o aparecimento de outros periódicos na Corte e nas províncias: em 1821 o Revérbero Constitucional Fluminense e O Espelho; em 1822 o Diário do Governo, o Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense, a Reclamação do Brasil, a Sabatina Familiar, A Causa do Brasil no Juízo dos Governos e Estadistas na Europa, O Império do Equador na Terra de Santa Cruz, entre outras iniciativas na capital e no interior do Brasil.

Apontado como pioneiro da imprensa libertária no Brasil (SODRÉ, 2004, p. 67), o baiano Cipriano José Barata de Almeida publicou uma série de *Sentinelas* pelo país afora, iniciada com a Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, de 1822, e acabou tendo grande número de imitadores; seis décadas antes da mudança do sistema de governo era já o fundador do primeiro jornal republicano brasileiro - iniciativas tomadas em paralelo à sua condição de constituinte eleito pela Bahia.

Eram tempos de perseguição à imprensa (SODRÉ, 2004) quando, em 21 de dezembro de 1827, começou a circular a já referida Aurora Fluminense, por iniciativa de José Apolinário de Moraes, Francisco Valdetaro e José Francisco Sigaud, grupo logo acrescido de Evaristo da Veiga, que de imediato passou a sofrer críticas das folhas já existentes. Fazia oposição aos ministros, poupava o imperador, defendia a liberdade e a ordem legal. “A ascensão política dos liberais já era visível (...) As eleições para a nova legislatura (...) confirmam essa ascensão. Evaristo da Veiga nela ingressaria, deputado por Minas Gerais, província em que jamais estivera. O jornalismo dava prestígio, realmente” (SODRÉ, 2004, p. 108).

A Independência foi antes uma conquista intelectual e política do que um movimento revolucionário popular (ATHAYDE, 1981): o que liberou o Brasil de Portugal foi a ação das melhores inteligências do tempo, como Evaristo da Veiga, Odorico Mendes, Hipólito da Costa e Soares Lima, citados por ele, aos quais se pode acrescentar Líbero Badaró, assassinado em 1830.

Feita a independência política, separam-se as orientações. Especializam-se já então os homens. Deixa em breve de haver um problema nacional único. Até o fim da



Regência ainda se estende a geração intelectual da Independência, preocupada com os problemas da nacionalidade. Com a Maioridade, porém, chega o país a uma espécie de planalto político, em que as questões de maior gravidade já se resolvem dentro de uma estrutura bastante firme. Até então estava sempre em jogo a sorte da nação. Era um constante ser ou não ser, presente a cada novo empecilho. De 1840 em diante, essas dificuldades já não conseguem pôr em dúvida a nacionalidade. Visado passa a ser o Regime, e não a Pátria (ATHAYDE, 1981, p. 62).

A ação política da imprensa viria a ser uma das razões que levariam à abdicação do primeiro imperador brasileiro, em 1831, fato que chegaria a ser denominado de “Revolução de 7 de Abril”. A partir do Período Regencial, das disputas políticas e da agitação revolucionária característica desta fase, “o jornalismo passou por um novo impulso” (ALVES, 2000, p. 17-18), constituindo este um dos grandes momentos da história da imprensa brasileira, quando desempenhou papel de extraordinário relevo e influenciou profundamente nos acontecimentos (SODRÉ, 2004).

Pode-se dizer que era, então, uma época em que os jornais alimentavam a luta política e forneciam quadros para os poderes constituídos e estes buscavam naqueles a sustentação de suas práticas. Foi sob esse clima de confronto de idéias através dessas tribunas que se deflagrou em 1835 a Revolução Farroupilha, ela própria mantenedora de um órgão oficial, O Povo, surgido em 1838 em Piratini e substituído em Alegrete pelo O Americano em 1842.

“A história da imprensa gaúcha não deixa de ser (...) a história da evolução política e também social do Rio Grande do Sul” (DA SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986, p. 124). O conflito alimentou-se por publicações de ambas as partes, tendo sido esta motivação político-partidária fundamental para o desenvolvimento da imprensa de então no Rio Grande do Sul (ALVES, 2000). A polêmica entre legalistas e revolucionários foi a raiz dos futuros órgãos de imprensa representativos dos partidos políticos na ainda província: “o Partido Conservador, com um jornal de igual nome; o Partido Liberal Histórico, com A Reforma; e o Partido Republicano Rio-Grandense, com A Federação” (DA SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986).

Os conflitos que marcaram essa fase da história brasileira não se restringiram ao Sul e, nas demais regiões, também se fez uso dos jornais para a manifestação das idéias em confronto, como na chamada “imprensa praieira” que, na década de 1840 e anos iniciais da de 1850, em Pernambuco, alimentou-se do debate entre dublês de jornalistas e militantes,

como o prolífico criador de publicações Antônio Borges da Fonseca; o juiz de Direito José Tomás Nabuco de Araújo, filho de um ex-governador da Paraíba; o padre-deputado Miguel do Sacramento Lopes Gama e deputado Sales Torres Homem – por exemplo.

São Paulo, então “uma cidadezinha pacata a que o curso jurídico viria proporcionar a animação dos estudantes” (SODRÉ, 2004, p. 176), teria seu primeiro jornal diário em 1853: O Constitucional, logo acrescido do Correio Paulistano (1854), de vocação liberal, ambos somando-se às publicações já existentes como O Ipiranga (1849), o Íris (1849) e O Acaiaba (1852), este último tendo entre seus redatores Quintino Ferreira de Sousa, mais tarde conhecido como Quintino Bocayuva, também fundador de A Honra (1853) – e um dos líderes do movimento republicano.

Em 1844 surgiu no Rio de Janeiro o primeiro jornal brasileiro de caricaturas, a Lanterna Mágica, que fazia a crítica aos costumes e cutucava o poder político, representado pel’ A Sentinela da Monarquia, segundo Sodré (2004) num momento difícil para a imprensa oposicionista, então ameaçada de desaparecimento. Mas, ainda de acordo com o mesmo autor, significou também “o primeiro sério avanço técnico na imprensa brasileira” (SODRÉ, 2004, p. 179), em “que a possibilidade do jornal diário e a introdução da caricatura são os dois dados mais importantes desse momento”, logo complementado por “inovações na técnica de impressão e alterações no sistema de distribuição” (idem).

Por essa época, começava a luta pela libertação dos escravos, “que muitos acreditam datar dos fins do século” (SODRÉ, 2004, p. 178), nos jornais estudantis O Guaianá e A Academia, de 1856, e se iniciava a expansão da imprensa para o interior paulista: “A imprensa como que se preparava, na fase em que o clima político – que fora o seu grande estímulo – declinava” e que só será retomada “ao aproximar-se o fim do século” (SODRÉ, 2004, p. 179) XIX.

A conjugação entre imprensa e literatura deu-se a seguir, com a afirmação da Corte sobre as lideranças regionais, antes predominantes (SODRÉ, 2004). Ao contrário do período anterior, os jornalistas das cinco últimas décadas dos anos 1800 e “até quase o nosso tempo” são, além de políticos e jornalistas, homens de letras, justificando o apelido dado por Silvio Romero (1954) ao período: a imprensa do Romantismo. Eram tempos de conciliação política entre liberais e conservadores, que se prolongou até 1869. Nesse ano, com o afastamento entre as duas facções, o Correio Paulistano, surgido em São Paulo,

alinhou-se aos liberais, divididos entre moderados e radicais – estes, defendendo a instauração da República.

No Rio de Janeiro, o Correio Mercantil diferenciava-se do Jornal do Commercio, este já longevo, aquele uma novidade da segunda metade do Século XIX, acrescida por sua vinculação partidária, propriedade de Francisco Alves Branco Moniz Barreto e dirigido por seu genro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, que montou uma redação repleta de futuros autores de clássicos da literatura brasileira, como Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar – que pouco tempo depois assumiria como redator-chefe do Diário do Rio de Janeiro. “... Alencar constituiria exemplo marcante de conjugação da literatura com a imprensa. Os homens de letras faziam imprensa e faziam teatro. Naquela, encontravam liberdade relativa para suas criações literárias, não para os impulsos políticos...” (SODRÉ, 2004, p. 191-192).

Na década de 60 dos anos 1800, o Diário do Rio de Janeiro assumiu maior combatividade sem deixar de lado a literatura. Dirigido por Saldanha Marinho, tinha na redação Quintino Bocayuva e Machado de Assis – a este cabia a cobertura do Senado. Às críticas desse diário respondiam o Correio da Tarde, órgão do governo, e A Cruz, católico. “Começam a reopontar, agora, os primeiros sinais de agitação política” (SODRÉ, 2004, p. 195), embora a literatura permanecesse na imprensa, inclusive na do Rio Grande do Sul, através de revistas literárias como as porto-alegrenses Revista Mensal (1869-1879), da Sociedade Partenon Literário, O Guaíba (1856-1858) e a rio-grandina Arcádia (1867-1870) e em jornais como o Jornal do Commercio (Pelotas), o Correio Mercantil (Pelotas) e O Mercantil (Porto Alegre) (DA SILVA, CLEMENTE e BARBOSA, 1986).

Literatura e política alimentavam, também, a imprensa acadêmica de meados do Século XIX, especialmente em torno da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi lá que surgiu em 1865 o Sete de Abril, jornal liberal e abolicionista que apresentava ao país uma geração de futuros homens públicos, entre os quais os gaúchos Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, os paulistas Rodrigues Alves e Campos Salles e o baiano Ruy Barbosa – entre outros. Segundo Sodré (2004), no Rio, pela mesma época, o Correio Mercantil publicava as críticas políticas de Tavares de Bastos, respondidas através do Correio da Tarde pelo ministro da Marinha, Joaquim José Inácio, enquanto proliferavam títulos como Bom Tom, Jornal das Moças Solteiras, Correio das Damas, Jornal para Fazer Rir, Mosquito e o Jornal

das Famílias - onde Machado de Assis publicava contos em meio a figurinos, receitas de bolos, moldes de trabalhos e conselhos de beleza.

Ao fim da década de sessenta, com a guerra (do Paraguai) terminada, tudo indica o início de fase nova, com reformas que se impõem e não podem ser proteladas; a luta política se acirra; a imprensa retoma o fio de sua história, interrompido com a Maioridade. Vai começar a agitação (SODRÉ, 2004, p. 201).

De fato, e em convergência ao que diz Athayde (1981) - conforme já visto neste trabalho - os anos da guerra dividiram governo e imprensa em questões decorrentes do próprio conflito, como o recrutamento de soldados; e fora dele, como a situação dos escravos. A Reforma, surgida no Rio de Janeiro em 1869 e sem relação com seu homônimo porto-alegrense, defendia as reformas eleitoral e judiciária e as abolições do recrutamento e da escravatura.

A República, que apareceu também no Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 1870, primeiro como propriedade e depois como órgão do Partido Republicano Brasileiro, adotou Tiradentes como herói nacional a quem o país deveria erguer um monumento, defendeu a separação entre Estado e Igreja, combateu o castigo corporal nas forças armadas e pregou a federação. Foi um entre os mais de 20 jornais republicanos surgidos no Brasil entre 1870 e 1872 – entre os quais Sodré (2004) relaciona dois do Rio Grande do Sul: Democracia e O Tempo.

À diferença de Athayde (1981), que considera o 15 de novembro de 1889 uma herança do movimento abolicionista consagrado no ano anterior, Sodré (2004) entende que a idéia republicana, retomada de suas fontes históricas por situações como as relatadas no parágrafo acima, ampliava-se progressivamente: “Na terceira e quarta décadas da segunda metade do século XIX, ganhava a consciência da camada culta do país, estudantes, intelectuais, militares, padres” (SODRÉ, 2004, p. 213).

A agitação do momento no Brasil, que levava preocupação aos fazendeiros paulistas, esteve na origem da criação, em 4 de janeiro de 1875, da Província de São Paulo, como um jornal “que não sendo republicano extremado, viesse a discutir com serenidade os absorventes problemas do momento” (SODRÉ, 2004, p. 225). Para a sua viabilização, optou-se pela constituição de uma sociedade entre acionistas, entre os quais, como minoritários, estavam um futuro presidente da República (Campos Salles) e o primeiro

presidente do Partido Republicano Federal e também senador (Francisco Glicério de Almeida Leite). Transformado em O Estado de S. Paulo e em empresa familiar anos depois, a Província é apontada como “o esboço da imprensa industrial. As alterações da empresa não invalidam – como propriedade individual, ou de família, que ocorre depois – essa origem marcadamente empresarial. Fazer um jornal importava, a partir daí, em despesa de vulto” (SODRÉ, 2004, p. 226).

Nas últimas décadas dos anos 1800, a imprensa veio sendo gradualmente conquistada pelas idéias reformistas – em especial, a federativa, a do trabalho e a do regime (SODRÉ, 2004, p. 229). Esse autor relaciona, além dos já referidas, outras dezenas de títulos comprometidos com a idéia, incluindo entre eles vários gaúchos: A Reforma, em 1869; Correio do Sul, A Exposição, O Pirlampo, Revista Literária, O Tabor, O Tipógrafo e O Progressista, em 1881; A Lente, O Atleta, O Boletim Teatral, A Convenção, O Mundo Novo, O Oceano, O Fanal e o Koseritz Deustcher Zeitung, em 1883; A Federação, em 1884; O Beija-Flor, O Cabrion, O Combate, O Contemporâneo, A Gazeta de Notícias, A Luta, O Pampeiro e O Pensamento, em 1886; A Vanguarda, O Colibri, A Época, A Folha da Tarde, O Caleidoscópio, O Mosquito, A Pátria, A Província, O Sete de Setembro, O Progresso, a Revista Musical e O Guarani, em 1887.

Note-se nessa relação aqui reproduzida parcialmente a presença de dois jornais que antagonizaram as posições políticas dos gaúchos nos anos finais do Século XIX e iniciais do Século XX, A Reforma e A Federação, sob as lideranças, respectivamente, de Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos, que chegaram a recorrer às armas nos enfrentamentos que marcaram esse período de suas vidas e da história brasileira. Ressalte-se, também, a omissão, entre as citações de Sodré, do Diário Popular, de Pelotas, fundado em 1890 como órgão do PRR e, portanto, também engajado na luta política da época.

Sodré (2004) usa expressões como “exaltação do ambiente” e “clima político progressivamente cálido” para traduzir a situação da imprensa e do Brasil nos anos de transição da Monarquia para a República, passando pela Abolição. Essa efervescência resultou em incidentes, revoltas, empastelamentos e até em assassinatos, como o de Apulcro de Castro em 1883, dos quais os jornais foram parte ou vítima.

Em meio a esse clima, aboliu-se a escravatura em 1888, consagrando jornalistas como José do Patrocínio, Joaquim Serra, Luiz Gama, o gaúcho José Antônio do Vale

Caldre Fião e jornais como a Gazeta de Notícias, a Gazeta da Tarde, O Paiz, A Cidade do Rio e A Federação. Sodré (2004) associa as campanhas pela Abolição e pela República: “A imprensa republicana conta com 74 jornais, então, 20 no norte e 54 no sul; havia 237 clubes republicanos, sendo 204 em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul” (SODRÉ, 2004, p. 238).

Segundo esse autor, a luta pela República não arrefeceu com a conquista de 1888; firmou-se. Ele exemplifica em texto de Antônio Prado, publicado pela Gazeta da Tarde de 22 de junho de 1889: “Os dias da monarquia estão contados”. O Paiz, a Gazeta de Notícias, o Diário de Notícias, “ateando incêndios todas as manhãs, expõem o trono aos assaltos dos audaciosos” (SODRÉ, 2004, p. 240), enquanto A Província de São Paulo, em editorial, argumentava: “A pátria sem escravos ainda não é a pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar os brancos, assentando a constituição política sobre bases mais largas e seguras para a felicidade do povo e glória nacional. Devemos ser hoje mais felizes que ontem, mas convém que amanhã o sejamos mais do que hoje” (SODRÉ, 2004, p. 240-241). Com a proclamação, em 1889, o jornal paulistano publicou uma capa equivalente a um cartaz, com a frase: “Viva a Republica!” em destaque, e a 1º de janeiro de 1890 passou a ostentar seu novo nome, O Estado de São Paulo.

Assim, a chegada do Século XX encontrou a imprensa brasileira dividida entre a militância político-partidária e a sua necessidade de profissionalização. Na política, estavam vencidas etapas importantes da trajetória nacional, como a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). No desenvolvimento da mídia impressa, única existente na fase de transição entre os anos 1800 e os 1900, experiências novas prosperavam, como o Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, 1891), o Correio do Povo (Porto Alegre, 1895) e o Correio da Manhã (Rio de Janeiro, 1901), mas mantinham-se casos de engajamento proposital, como os de A Federação (Porto Alegre), de A Reforma (Porto Alegre) e do Diário Popular (Pelotas) ou disfarçado, como o de O Paiz (Rio de Janeiro).

O novo regime tinha, então, pouco mais de uma década e era exercido por agentes que atuaram da propaganda à prática de poder, muitos até com passagens pelas redações. O Marechal Deodoro da Fonseca, seu sucessor imediato Floriano Peixoto, os jornalistas Quintino Bocayuva (O Paiz) e Ruy Barbosa (A Imprensa) e políticos que alternaram as

tribunas às armas contra o Império e logo pelo sistema que o substituiu, eram chamados “pais da República”. Entre eles estavam os gaúchos Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e José Gomes Pinheiro Machado (ALVIM, 1985).

Ocorreu, então, a sucessão de acontecimentos que integram os cinco momentos entre 1901 e 1915 anteriormente relatados e aqui lembrados sucintamente: o surgimento do Correio da Manhã (1901) e as campanhas desenvolvidas pelo jornal nesse tempo, o duelo entre Edmundo Bittencourt e Pinheiro Machado (1906), a disputa presidencial entre Hermes da Fonseca e Ruy Barbosa (1910), a eleição de Wenceslau Braz e o estado de sítio (1914) e o assassinato do senador gaúcho (1915).

Os fatos até agora descritos demonstram que os 15 anos iniciais do Século XX, aqui sob investigação, caracterizam ao mesmo tempo uma situação de instabilidade do regime que buscava se consolidar e de transição da imprensa nacional, em que a principal novidade foi, mesmo, o posicionamento de independência prometido pelo Correio da Manhã num Rio de Janeiro onde o Jornal do Commercio, O Paiz, a Gazeta de Notícias, A Tribuna, A Cidade do Rio, o Diário de Notícias, A Notícia e o Jornal do Brasil já ocupavam seus espaços. Até o aparecimento do jornal de Edmundo Bittencourt, a República e os principais jornais da capital federal mantinham uma relação de proximidade, provavelmente fruto, ainda, das lutas anteriores que haviam colocado quase todos eles no mesmo campo em oposição à escravatura e ao regime imperial. Mesmo em Porto Alegre essa transição estava presente, quer na adaptação buscada pel’ A Federação, quer na inovação representada pelo Correio do Povo.

Assim, a triangulação entre as agendas da mídia, do governo e do público<sup>52</sup> alimentava essa relação. Como é natural e já foi visto nesta pesquisa, o Brasil, o Rio de Janeiro e Porto Alegre tinham população muito menor; menor também era o número de leitores; e a imprensa carioca já ultrapassara o estágio da vinculação partidária ainda presente na gaúcha.

Na capital do Rio Grande do Sul a circulação entre as três agendas que compõem o processo de comunicação evidentemente também se registrava. Porto Alegre convivia

---

<sup>52</sup> Rogers, Dearing e Bregman (1988) apresentam as agendas mediática, pública e das políticas governamentais como componentes do processo de comunicação. Traquina (2000) reconfigurou essa triangulação, indicando a agenda das agendas políticas, a agenda jornalística e a agenda pública como paradigma do agendamento para a teoria da notícia.

igualmente com uma “novidade” desde 1895, com o Correio do Povo anunciando-se realizador de um jornalismo independente; mas ao lado dele persistiam as já prolongadas experiências partidárias de A Reforma e de A Federação, pregadoras de militâncias formadoras de opiniões públicas respectivamente favoráveis ao Partido Liberal (depois, Federalista e ainda Libertador) e ao Partido Republicano Rio-Grandense.

Tanto na cidade-sede do poder central quanto em Porto Alegre a política servia-se do jornalismo, dele compondo parte significativa de seus quadros, como senadores, deputados, ministros e até um presidente da República – caso de Campos Salles – e um presidente do Rio Grande do Sul, através da sua maior expressão pública de então, o presidente Júlio de Castilhos.

Esse inter-relacionamento entre a política e a imprensa cumpria, então, uma condição já histórica. Segundo Sodré (2004), a história da imprensa brasileira é marcada pelas grandes campanhas políticas da Independência (terceira década do Século XIX), da Abolição (décadas de 70 e 80 do mesmo século) e do Civilismo (1909-1910) entre tantas outras deflagradas após o limite de tempo com que se está trabalhando aqui.

Entre os pesquisadores mais antigos<sup>53</sup> o tema “imprensa e poder” costumava aparecer subsidiariamente, para explicar a trajetória histórica dos jornais brasileiros. Ainda assim, é interessante recorrer a eles para um acompanhamento da evolução do pensamento acadêmico e profissional sobre o tema.

Barbosa Lima Sobrinho (1922) lembra que Feijó<sup>54</sup>, “com sua inflexível energia”, exigiu a direção de um periódico para aceitar a regência; que a independência do Brasil decorreu da aproximação entre a imprensa e a tribuna popular; que a imprensa foi decisiva na conquista da Abolição e que a República, instaurada no ano seguinte, foi herança do movimento anterior – numa análise que vai dos jornais da Metrópole para os das Províncias. E observa, em citação reproduzida na escrita da época: “Para ter a seu lado essa força irresistível, os governos usam varios meios, como a violencia, a subvenção ou os premios, em posições” (BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1922, p. 144).

Rodrigues (1925), em livro escrito enquanto cumpria pena sob acusação de delito de imprensa, aponta o Correio da Manhã como a consequência da “phase terrifica das

---

<sup>53</sup> Incluindo SODRÉ (2004), em que a literatura de sua autoria aqui tomada como referência é baseada na segunda reimpressão da quarta edição de livro escrito originalmente nos anos 60 do século passado.

<sup>54</sup> Diogo Antônio Feijó (1784-1843): padre, vereador, senador, ministro e regente.



extorsões tributárias”, em que “o Tesouro comprava aos mercenários do jornalismo a consagração da benemerencia do presidente” (1925, p. 45) – referindo-se a Campos Salles. Continua ele, na grafia original de “Meu libello”:

Mas dahi nasceu o Correio da Manhã, com que Edmundo Bittencourt, cavalheiro *sans peur et sans reproche* de façanhas romanticas, se oppoz á enxurrada. Eil-o a prophetizar o descalabro da política dos governadores que estabeleceu as oligarchias estadoaes, sob o pallio da oligarchia central; eil-o a verberar a politica das encampações, por effeito das quaes se entrava toda a nossa expansão economica; eil-o... O Tesouro industriara o coaxar dos pantanos. Se as vagas ferveram e pularam e rugiram, o pamphletario incomparavel foi quem as arrepelou. No meio de injustiças de do seu trabalho de rhapsodo fulgurante, quanta, quanta justiça, quanto despudor coarctado, quantos castigos providenciaes! Edmundo creou a Opinião no Brasil republicano! (RODRIGUES, 1925, p. 46, grifos originais).

ATHAYDE (apud PINTO, 1969) vê na imprensa um “poder supremo” suplantando sua condição de “quarto poder”, recorrentemente atribuída por diversas fontes:

Mais do que um quarto poder ela representa um poder supremo porque se coloca acima dos regimes políticos e econômicos, de divergências de raça e religião, para lá da condição de desenvolvimento ou subdesenvolvimento dos povos contemporâneos, para além dos Continentes ou Hemisférios” (Apud PINTO, 1969, p. 34).

Continua ATHAYDE, no mesmo texto:

É preciso haver na imprensa de qualquer país um jornal desabusado, destes que cometem injustiças e não temem publicar as denúncias, sobretudo quando se trata do manejo das coisas do Estado. Se eu fosse governante, chegaria até mesmo a subsidiar um jornal desse gênero, tendo em mente o serviço que presta. Através dele, ou deles, a autoridade pode tomar conhecimento de uma infinidade de assuntos que, de outro jeito, nunca chegariam a saber. Já imaginaram o mal que se evita, só por temor à ação dos jornais que não têm papas na pena? Agem como cães de guardas, arreganham os dentes e mantêm os assaltantes à distância. Posto de um lado, o mal que fazem, e de outro o bem que praticam, concluo pela balança do bem, sendo que o mal, como diz o rifão, por si só se destrói (Apud PINTO, 1969, p. 37-38).

Coordenador do livro “Quando a imprensa é notícia”, Pinto (1969) traz ainda outras avaliações sobre a imprensa, o seu poder e o poder do poder sobre a imprensa. Como a que segue, de Danton Jobim (1969):

Por sua própria natureza, pela essência de seu poder ou influência sobre a opinião pública, a instituição jornalística tende para o mais amplo liberalismo e faz dos direitos do homem, das liberdades essenciais do cidadão, a defesa constante. Ela

cometeria suicídio se não o fizesse. Mas todos os jornalistas devem saber que, se a imprensa não contar com o apoio físico para o exercício tranqüilo de sua missão, esta igualmente se torna uma missão suicida, que acabará por destruir os próprios instrumentos do nosso combate (Apud PINTO, 1969, p. 40-41).

O coordenador da obra citada acima relata até uma declaração do Papa Pio XI, em 1928: “A imprensa é uma das forças mais consideráveis em nossos dias” (p. 49), para ele próprio expressar: “(...) não são poucos os governos que falam mal da imprensa. Falam mal e procuram, na sua maioria, criar embaraços à livre manifestação do pensamento” (PINTO, 1969, p. 52).

Pelas trajetórias desenvolvidas pelos dirigentes dos jornais e seus principais empregados, atuantes no Brasil nos espaços de tempo compreendidos por 1901 e 1915, percebe-se como regra quase geral o duplo exercício do jornalismo e da política, então praticamente confundidos numa só atividade. A exemplo do levantamento histórico acima exposto, também no período que sucede a proclamação da República ocorre essa mistura de funções, como pode ser observado nos exemplos indicados no quadro a seguir:

**Quadro 3 - Imprensa e poder nas redações brasileiras no início do Século XX**

<b>Jornalista</b>	<b>Cargo</b>	<b>Jornal</b>	<b>Política</b>
<b>José Barbosa</b>		Jornal do Commercio	Ministro em Portugal
<b>José da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco)</b>		Jornal do Commercio	Ministro das Relações Exteriores
<b>Otávio Fialho</b>		Jornal do Commercio	Diplomata
<b>Félix Pacheco</b>		Jornal do Commercio	Senador, ministro
<b>Carlo Parlagrecco</b>	Redator-chefe	Gazeta de Notícias	Professor
<b>Henrique Guimarães</b>	Repórter	Gazeta de Notícias	Conselheiro municipal
<b>João Lopes Chaves</b>	Colaborador	Gazeta de Notícias	Íntimo de políticos
<b>J. Penha</b>	Colaborador	Gazeta de Notícias	Tenente
<b>Quintino Bocayuva</b>	Redator-chefe	O Paiz	Presidente do Estado do Rio e do PRC
<b>Fernando Mendes</b>	Diretor	Jornal do Brasil	Coronel, comandante da Guarda Nacional
<b>Gaspar</b>		Jornal do Brasil	Coronel da Guarda Nacional
<b>James Andrew</b>		Jornal do Brasil	Coronel da Guarda Nacional
<b>Andrade e Silva</b>		Jornal do Brasil	Coronel da Guarda Nacional
<b>Vários</b>	Repórteres	Jornal do Brasil	Militares de patentes menores
<b>Paulo Vidal</b>		Jornal do Brasil	Diplomata
<b>Manuel Jorge de Oliveira Rocha</b>	Diretor	A Notícia	Íntimo de Campos Salles
<b>Pedro Jataí</b>	Redator	A Notícia	Procurador Geral da República
<b>Cesário Alvim Filho</b>	Redator	A Notícia	Desembargador
<b>Alcindo Guanabara</b>	Redator-chefe	A Tribuna	Deputado, senador
<b>Antonio Azeredo</b>	Proprietário	A Tribuna	Senador
<b>João Lopes</b>		A Tribuna	Deputado federal
<b>Alvarenga Fonseca</b>		A Tribuna	Juiz
<b>José Maria Metelo Junior</b>		A Tribuna	Senador
<b>José do Patrocínio</b>	Proprietário	A Cidade do Rio	Militante
<b>Vicente Piragibe</b>		A Cidade do Rio	Desembargador
<b>Ruy Barbosa</b>	Proprietário	A Imprensa	Ministro, senador
<b>Júlio de Mesquita</b>	Proprietário	O Estado de S. Paulo	Vereador
<b>Euclides da Cunha</b>	Colaborador	O Estado de S. Paulo	Militar
<b>Julio de Castilhos</b>	Redator-chefe	A Federação	Presidente do Rio Grande do Sul, constituinte, presidente do PRR.
<b>Gaspar Silveira Martins</b>		A Reforma	Ministro, presidente do RS e presidente do PF.
<b>Ildelfonso Pinto</b>	Diretor	A Federação	Deputado estadual
<b>Antonio Carlos Penafiel</b>	Diretor	A Federação	Deputado estadual
<b>Evaristo do Amaral</b>	Diretor interino	A Federação	Deputado estadual
<b>Arthur Pinto da Rocha</b>	Diretor	A Federação	Deputado estadual
<b>Gonçalves de Almeida</b>	Diretor	A Federação	Deputado estadual

Elaboração do mestrando. Fontes: diversas

A partir do próximo capítulo, esta pesquisa retoma a Hermenêutica de Profundidade, avançando para a segunda fase da metodologia proposta por Thompson (2002), a Análise Formal ou Discursiva.

### 3. O SENADOR E OS DOIS JORNAIS



O Correio da Manhã de 7 de setembro de 1915 combateu Pinheiro Machado pela tentativa de reconhecer a eleição de Hermes da Fonseca.

Já A Federação passou duas semanas repetindo a mesma manchete de pesar pela morte do senador.



Dentro de sua proposta com a Hermenêutica de Profundidade, Thompson (2002) apresenta como segundo passo a análise formal ou discursiva, na concepção de que as construções simbólicas são produtos contextualizados, que objetivam dizer alguma coisa sobre algo. A análise formal ou discursiva volta-se, portanto, para a organização interna das formas simbólicas, para as suas características estruturais, seus padrões, suas relações, num conjunto que conduz à construção do campo-objetivo, podendo ser desenvolvida de três formas: pela análise semiótica, pela análise sintática e pela análise narrativa. É para esta última que se dirige a presente pesquisa, por sua evidente relação com o material trabalhado: textos veiculados pelos jornais Correio da Manhã e A Federação entre 1901 e 1915.

Thompson (2002) define a análise narrativa como o discurso sobre um conjunto de fatos e/ou histórias, neste caso específico relacionados ao senador Pinheiro Machado e ao ambiente de que ele participou nesse espaço de tempo de sua atividade pública, ultrapassado que foi o estágio anterior de contextualizar a sua presença e as dos dois diários alvos desta pesquisa na vida brasileira entre o fim do Século XIX e o início do Século XX – feito através da análise sócio-histórica.

Assim, a narrativa aqui tomada por base na análise formal ou discursiva constitui-se de excertos de um largo período de tempo que tem por limites o surgimento do Correio da Manhã – portanto, com sua proposta de posicionamento frente a um estado de coisas do qual Pinheiro Machado era um dos protagonistas – e o dia posterior ao seu sepultamento em Porto Alegre – incluindo a cobertura dos funerais.

Pinheiro Machado é, pois, o tema comum – embora não exclusivo - no material selecionado nos dois jornais, assim como nos demais documentos e na bibliografia a que recorreu o pesquisador. Esse material permitirá que se observe a imagem ou as imagens construídas pelas duas publicações aqui examinadas para o político sul-rio-grandense, e que se chegue à fase final da Hermenêutica de Profundidade, com a interpretação dos fatos de há quase um século dentro desse espectro de referência.

Esta fase intermediária da Hermenêutica de Profundidade representou o exame e a leitura das edições do Correio da Manhã e de A Federação na constituição de um agrupamento de formas simbólicas constituído por cinco situações e cinco diferentes momentos desse limite de 15 anos, sob os critérios acima indicados – envolvendo certa

multiplicidade de temas, desde que relacionados ao senador Pinheiro Machado e/ou à conjuntura de que ele era parte integrante. Desse material mais amplo abordado nesta etapa da pesquisa, será extraído um novo conteúdo, composto pelo conjunto de textos selecionados sobre os quais se aplicará a fase final da Hermenêutica de Profundidade: a interpretação/reinterpretação.

A análise da narrativa a que se propõe esta fase da Hermenêutica de Profundidade se inicia com o Correio da Manhã, o que motiva a explicação seguinte: o espaço de tempo de que trata esta pesquisa tem por origem a primeira edição do jornal carioca e a escolha do diário e do período se justifica na novidade prometida pela publicação de Edmundo Bittencourt nas suas relações com os poderes constituídos e com a sociedade – mais uma vez, sob a ótica de seu relacionamento com o senador gaúcho. A Federação, embora bem mais antiga, é um veículo oficial do PRR, o que por origem representa um alinhamento a Pinheiro Machado como um de seus representantes no Senado e prócer do regime de governo implantado no Brasil em 1889.

As narrativas analisadas em cada período são as que seguem – mantidas em sua escrita original, quando reproduzidas:

### **3.1 Primeiro momento: 15 a 20 de junho de 1901**

#### Correio da Manhã em 1901

- Redação: Rua Moreira César, 117.
- Formato: *standard*, oito colunas.
- Diretor: Edmundo Bittencourt.
- Chefe de Redação: “Gil Vidal” (pseudônimo de Leão Velloso Filho).
- Ano: I.
- N°s 1 (15/06/1901) a 6 (20/06/1901).
- N° de páginas: de 6.
- Seções: “Tópicos e Notícias”, “Bisbilhotices”, “Telegrammas” (capa); Notícias e eventual seqüência à capa (página 2): Notícias, pequenos anúncios, anúncios destacados (página 3); anúncios destacados (páginas 4 a 6).

- Circulação: todos os dias da semana, raramente utilizando fotografias; muitos textos sem manchetes e/ou chamadas.

Correio da Manhã nº 1, de 15 de junho de 1901, sábado.

Esta edição inicial do diário lançado por Edmundo Bittencourt compreensivelmente volta-se para si mesma, pois precisa dizer a que vem, o que pretende, o que pensa do jornalismo e da conjuntura em que está inserida. Essa é a sua principal novidade, já que sua condição de transformador das práticas de imprensa no Brasil, que seria apontada no futuro, ainda não está clara: não há mudanças de forma em relação aos que fazem os diários já existentes. O Correio da Manhã surge com oito colunas por página, muito texto e poucos títulos e subtítulos, reproduzindo uma fórmula baseada em artigo de fundo, notícias, tópicos e o noticiário fornecido pelo serviço telegráfico, então reunido num mesmo espaço em que o nome da seção tem mais destaque do que as chamadas das matérias.

O artigo de fundo dessa edição inaugural não tem assinatura. Em duas colunas inteiras de alto a baixo da página *standard*, “*Ars Neva*” - em maior destaque que o texto de uma coluna assinado pelo proprietário do jornal e que anuncia as suas intenções - trata do caráter e das funções do jornal moderno.

É uma edição de seis páginas, a segunda ocupada pela agenda governamental e inúmeras notas diversas; as outras por anúncios, a terceira e a quarta divididas com notas que vêm da anterior e as duas últimas, dedicadas apenas à propaganda.

Ainda que não haja, em toda essa primeira edição do jornal, referências a Pinheiro Machado, então vice-presidente do Senado, optou-se por incluir sua narrativa nesta análise formal no entendimento de que ela traça um plano de vida para o diário de Bittencourt, além de tratar da conjuntura na qual o senador gaúcho estava incluído como agente político. Essas observações valem, igualmente, para a análise narrativa das demais edições do Correio da Manhã.

Correio da Manhã nº 2, de 16 de junho de 1901, domingo.

A capa vem com um longo texto de duas colunas inteiras sobre a situação nacional, assinado por Carlos de Laet, monarquista reconhecido e com passagens pelos principais jornais da época. Escrito na primeira pessoa, explica a longa ausência do autor que,

incomodado com os rumos da política nacional e seu tratamento pela imprensa, havia deixado a crônica política em 1897. Laet justifica essa sua posição, com referências aos convites de outros jornais e as razões por que só aceitou o de Bittencourt – “pelo que sei, republicano”. Também apresenta a primeira referência indireta a Pinheiro Machado – tratado como “o general gaúcho” -, que em 15 linhas da seção “Bisbilhotices” é criticado pelo sistema de reconhecimento eleitoral, capaz de reformar em gabinete as decisões das urnas. No mesmo espaço faz-se referência à sucessão presidencial, apontando articulações envolvendo o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão, de um lado; contra São Paulo, Minas Gerais e Bahia, de outro.

Luiz Velho assina a seção “Coisas da época”, da página 2, onde critica as oligarquias em 15 linhas de uma coluna: “Ditosa essa gente que nos governa”.

Correio da Manhã nº 3, de 17 de junho de 1901, segunda-feira.

“Coisas da época” aparece na capa, nesta edição. Não há alusão a Pinheiro Machado, mas ao regime que ele representa, pois Luiz Velho faz críticas à República tal como exercida então, lembrando o que pensariam dela os propagandistas que a defenderam por tanto tempo.

Não é esta a Republica, com que sonhou Benjamin Constant, exclamam fervorosos sectarios do fundador da Republica, sempre fiéis á memoria do mestre.

...

Pois os que estão arrependidos que façam de novo a propaganda; vamos ver se com a nova republica, encontramos a sonhada felicidade em matéria de governo.

Correio da Manhã nº 4, de 18 de junho de 1901, terça-feira.

Carlos de Laet assina artigo na capa, “Não-lei e não fórmula”, de críticas à política econômica do governo Campos Salles. Aparece na primeira página assunto que dominaria a cobertura do jornal pelos dias seguintes: os protestos da população contra a decisão da Companhia S. Christóvão de aumentar os preços das passagens de bondes.

Na página 2, Luiz Velho trata em “Coisas da época” do acerto entre o governo brasileiro e os credores internacionais para renegociação da dívida externa brasileira. “Ditosa condição a do Brasil, que de tanta amargura consola-se com ter pago em dia o



credor inglês”, escreve ele, enquanto os demais jornais em geral ressaltam como positiva a iniciativa brasileira de regularizar os pagamentos.

Correio da Manhã nº 5 de 19 de junho de 1901, quarta-feira.

Capa com destaque para artigo de duas colunas inteiras: “Regimen Parlamentar”, com Medeiros e Albuquerque defendendo esse sistema de governo. Em “Topicos e noticias”, a cobertura, em texto sem título, a uma audiência de dirigentes de jornais cariocas com o presidente da República, Campos Salles, apelando-lhe para que contenha a reação das autoridades às manifestações contra o aumento do preço das passagens de bondes. O texto reproduz o que o presidente teria dito aos jornalistas: “Para bala, bala”, a que o Correio da Manhã reage com indignação.

O mesmo assunto tem seqüência na página 2, na seção “Coisas da epoca”: Luiz Velho responsabiliza o presidente da República pelos acontecimentos, tendo por motivação a frase que Campos Salles teria dito aos jornalistas durante audiência na véspera no Catete.

Correio da Manhã nº 6, de 20 de junho de 1901, quinta-feira.

Na capa, o artigo de fundo, em uma coluna inteira sem assinatura, critica duramente a frase atribuída ao presidente da República. Pedro Tavares Junior assina o texto “Burros e Cães”, em duas colunas, condenando jornalista de outro órgão que teria insinuado manipulação política dos protestos contra o aumento das passagens. Em meia coluna, sob o título “Victoria do Povo”, o jornal trata o recuo da Companhia S. Christóvão, revogando o aumento antes pretendido. O texto resalta o papel do Correio da Manhã e tem seqüência em outras quatro colunas, reproduzindo os últimos acontecimentos da véspera e incluindo discurso feito pelo senador Ruy Barbosa contra a empresa e a ação policial.

A página 2 dá seguimento, em 4,5 colunas, ao discurso de Ruy Barbosa, e em uma outra coluna quase inteira Luiz Velho assina “Coisas da epoca”, ainda repercutindo a frase atribuída a Campos Salles. O mesmo assunto ainda ocupa meia coluna da página 3.

#### A Federação em 1901

- Redação: Rua dos Andradas, 130 A.
- Formato: *standard*, sete colunas.

- Proprietário: Eduardo Marques.
- Diretor de redação: Pinto da Rocha.
- Ano: XVIII.
- N° 140 (15/06/1901) a 144 (20/06/1901).
- N° de páginas: 4.
- Seções: “Estado”, “Representação Rio-grandense”, “Entrelinhas” (capa); notícias e eventual seqüência à capa, “Respigas” (página 2); notícias, pequenos anúncios, anúncios destacados (página 3); anúncios destacados e editais (página 4); “Ultima Hora”, em páginas variáveis.
- Circulação de segunda a sábado, raramente utilizando fotografias; muitos textos sem manchetes e/ou chamadas.

A Federação n° 140, de 15 de junho de 1901, sábado.

Capa com assuntos locais, a política restrita à cobertura dos trabalhos da representação gaúcha na Câmara dos Deputados – em 28 de maio! – além de uma pequena nota sobre a possibilidade de duelo entre dois adversários políticos, no Rio de Janeiro.

Na página 2, duas meias colunas da seção “Respigas” reproduzem resposta do comandante da Escola Preparatória de Rio Pardo, coronel Bellarmino Mendonça, ao Correio do Povo.

Duas páginas seguintes, que completam a edição, tomadas por anúncios.

A Federação n° 141, de 17 de junho de 1901, segunda-feira.

Sob o título “Data memorável”, destaque na capa para o aniversário da restauração da legalidade em 17 de junho de 1892, por Júlio de Castilhos. Outros textos recordam o mesmo assunto. A data segue lembrada em outros textos: “17 de junho”, em oito parágrafos; “*In excelsis*”, em 2,5 colunas.

A página 2 dá seqüência ao mesmo assunto, reproduzindo telegramas de congratulações enviados recebidos por Júlio de Castilhos, e faz breve referência aos acontecimentos do Rio de Janeiro.

A Federação nº 142, de 18 de junho de 1901, terça-feira.

Capa traz o artigo “Vencendo sempre”, em 1,5 coluna, sobre a situação política do Rio Grande do Sul, motivada ainda pelo aniversário da restauração da legalidade.

Os acontecimentos do Rio de Janeiro voltam a estar presentes na página 2, na seção “Serviço Telegraphico d’A Federação”, sem destaque.

A Federação nº 143, de 19 de junho de 1901, quarta-feira.

Capa com reprodução dos telegramas a Júlio de Castilhos, pelo 17/6/1892.

Página 2 acompanhando ainda os acontecimentos do Rio de Janeiro, através do serviço telegráfico. Informa o encontro do presidente Campos Salles com os dirigentes dos jornais cariocas, dizendo ter sido ele receptivo, tendo dito à polícia que agisse com “prudencia e cordura”. Na mesma página, na seção “Ultima Hora”, a informação sobre a suspensão do aumento das passagens da Companhia S. Christóvão, “o que acalmou os animos populares”.

A Federação nº 144, de 20 de junho de 1901, quinta-feira.

Seção “Entrelinhas”, de uma coluna na capa, critica a Companhia S. Christóvão pela inoportunidade do aumento, e os jornais que estimularam o conflito.

Há muito tempo os cariocas andavam sequiosos por um bate-barbas, mais ou menos caloroso, para se compensarem da quebra fraudulenta, com prejuízo total das bernardas do sr. Andrade Figueira e almirante Custodio.

...

Afinal, a Companhia S. Christovam caiu na esparrela de augmentar o preço das passagens nos seus carros.

Estava descoberta a incógnita.

A hydra affiou as unhas, perfilou as orelhas e, rabiosa, furibunda, saiu para o Largo de S. Francisco a vingar aggravos e a defender opprimidos.

O texto ironiza a comissão de imprensa e embora escrito na primeira pessoa, não tem assinatura. Restante da página ocupado por textos sobre o governo do Rio Grande do Sul e a representação gaúcha na Câmara dos Deputados.

Na página 2, o serviço telegráfico volta a ocupar-se dos acontecimentos no Rio de Janeiro: “O povo percorreu as ruas, saudando a redacção dos jornaes que combateram o augmento das passagens... Está restabelecida a calma”.

### 3.2 Segundo momento: 20 a 25 de maio de 1906

#### Correio da Manhã em 1906

- Redação: Rua Moreira César, 117.
- Formato: *standard*, oito colunas.
- Diretor: Edmundo Bittencourt.
- Chefe de Redação: Gil Vidal (pseudônimo de Leão Velloso Filho).
- Ano: VI.
- N° 1.773 (20/05/1906) a 1.778 (25/05/1906).
- N° de páginas: de 8.
- Seções: “Topicos e Noticias”, “Bisbilhotices”, “Pingos e Respingos” (capa); notícias e eventual seqüência à capa (página 2); notícias, pequenos anúncios, anúncios destacados (página 3); anúncios destacados (páginas 4 a 6 ).
- Circulando todos os dias da semana, raramente utilizando fotografias; muitos textos sem manchetes e/ou chamadas.

#### Correio da Manhã n° 1.773, de 20 de maio de 1906, domingo.

Artigo de fundo, sob o título “O dever do povo”, lembra os acontecimentos de cinco anos atrás, comparando os protestos contra o aumento das passagens à revolta da vacina e aos aumentos dos impostos, argumentando:

... O nosso dever de povo, de povo que tem consciência de seu direito, que conhece o seu poder, é reagir, desde agora, não considerando legal esse congresso de mentira, organizado pela fraude para cavar a ruína do paiz.

#### Correio da Manhã n° 1.774, de 21 de maio de 1906, segunda-feira.

Na capa, “Pingos e Respingos” traz nota irônica sobre Pinheiro Machado, que é ainda tratado no texto “A desidia do Congresso”, que critica o Legislativo e “a política aventureira do ‘Bloco’”:

Faz já dezessete dias que o poder legislativo se installou e durante todo esse tempo ainda não o preocupou medida alguma de utilidade publica.

Os conchavos sordidos sobre o reconhecimento de poderes, as combinações clandestinas visando depurar os legitimamente eleitos para enfraquecer e diminuir resistências á política aventureira do Bloco...

...

O povo que vê a direção de seus representantes não póde amar um parlamento que tão minguadas provas dá de patriotismo, de abnegação e de dedicação ao bem publico.

O “Bloco” volta a ser tema da página 4, reproduzindo matéria do jornal A Notícia, de 17 de maio, condenando a influência de Pinheiro Machado sobre Ruy Barbosa.

Todos sabem que o sr. Ruy Barbosa não tem uma firmeza de convicções á altura de seu grande talento. É uma ventoinha. O primeiro que o sabe empolgar com habilidade decide das suas resoluções. Ultimamente o sr. Pinheiro Machado, com sua grande finura politica, arrendou o sr. Ruy Barbosa para figura de proa... praticamente é quem lhe dita as resoluções que elle deve tomar.

Correio da Manhã nº 1.775, de 22 de maio de 1906, terça-feira.

Na capa, Serzedello Corrêa assina longo texto sobre crise política no Mato Grosso. “Pingos e Respingos” volta a tratar de Pinheiro Machado com ironia, anunciando adiamento de discurso que ele teria programado.

Correio da Manhã nº 1.776, de 23 de maio de 1906, quarta-feira.

No dia do duelo entre Edmundo Bittencourt e Pinheiro Machado, o Correio da Manhã silencia – sobre esse assunto – e poupa o senador gaúcho de qualquer referência.

Correio da Manhã nº 1.777, de 24 de maio de 1906, quinta-feira.

Idêntico procedimento ao do dia anterior: nada de notícias sobre o duelo e sobre Pinheiro Machado.

Correio da Manhã nº 1.778, de 25 de maio de 1906, sexta-feira.

Pinheiro Machado volta a ser criticado pelo jornal: sua página 3 traz a reprodução de texto veiculado pelo Diário de Santos, condenando os poderes do vice-presidente do Senado sobre os novos eleitos.

#### A Federação em 1906

- Redação: Rua dos Andradas, 130 A.
- Formato: *standard*, sete colunas.

- Proprietário: Eduardo Marques.
- Diretor interino de redacção: Evaristo do Amaral.
- Gerente: Agostinho José Lourenço
- Ano: XXIII.
- N° 117 (25/04/1906) a 122 (25/05/1906).
- N° de páginas: de 4.
- Seções: “Estado”, “Representação Rio-grandense”, “Entrelinhas” (capa); notícias e eventual seqüência à capa, “Respigas” (página 2); notícias, pequenos anúncios, anúncios destacados (página 3); anúncios destacados e editais (página 4); “Ultima Hora”, em páginas variáveis.
- Circulação: de segunda a sábado, raramente utilizando fotografias; muitos textos sem manchetes e/ou chamadas.

A Federação n° 117, de 21 de maio de 1906, segunda-feira.

Rápida menção aos acontecimentos do Mato Grosso, no serviço telegráfico, à página 2.

A Federação n° 118, de 22 de maio de 1906, terça-feira.

Nada digno de registro.

A Federação n° 119, de 23 de maio de 1906, quarta-feira.

O jornal vale-se de sua natureza vespertina para destacar no serviço telegráfico da página 2 o duelo acontecido nessa manhã entre Edmundo Bittencourt e Pinheiro Machado, “devido a injurias publicadas pelo Correio da Manhã”.

A mesma página 2 traz novas informações sobre os acontecimentos do Mato Grosso.

A Federação n° 120, de 24 de maio de 1906, quinta-feira.

O duelo vem para a capa, com o texto de meia coluna “Senador Pinheiro em desaffronta”.

A página 2 dá seqüência ao assunto, no seu serviço telegráfico. Texto alfineta o jornal carioca: “O Correio da Manhã não publicou noticia alguma a respeito do duello entre o senador Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt”. E amplia as informações veiculadas na véspera.

A Federação nº 121, de 25 de maio de 1906, sexta-feira.

Artur Toscano começa a publicar crônica na capa – estendendo-se por parte da página 2 - sobre “Jornaes e Jornalistas”, anunciando continuação nas edições dos dias seguintes.

### **3.3 Terceiro momento: 24 de fevereiro a 1º de março de 1910**

#### Correio da Manhã em 1910

- Redação: Rua do Ouvidor, 162
- Formato: *standard*, oito colunas
- Diretor: Edmundo Bittencourt
- Chefe de Redação: Gil Vidal (pseudônimo de Leão Velloso Filho)
- Ano: IX.
- Nº 3.144 (24/02/1906) a 3.149 (1º/02/1906).
- Nº de páginas: de 10.
- Seções: “Topicos e Noticias”, “Pingos e Respingos” (capa); Notícias e eventual seqüência à capa (página 2); Notícias, pequenos anúncios, anúncios destacados (páginas 3 a 6), Anúncios destacados (páginas 7 a 10).
- Circulação: todos os dias da semana, utilizando eventualmente ilustrações; muitos textos ainda sem manchetes e/ou chamadas.

Correio da Manhã nº 3.144, de 24 fevereiro de 1910, quinta-feira.

A ineleabilidade do candidato Hermes da Fonseca é apontada em artigo de fundo assinado por “Gil Vidal”, em uma coluna na capa, sob o argumento de que, como militar, ele não é eleitor e, se não pode eleger, igualmente não deve poder ser eleito.

Não sendo eleitor o marechal Hermes, a sua inelegibilidade para o cargo de presidente da Republica resulta do artigo da Constituição, que estabelece, como requisito essencial, para o brasileiro ser eleito presidente da República, o achar-se no exercício de seus direitos políticos ou na effectividade desses direitos.

...

Ora, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, não é eleitor; logo, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca não pode ser eleito presidente da Republica.

Na mesma página, 1/3 de coluna, sob o título “Desfazendo a perfidia”, tenta explicar situação anterior do Correio da Manhã, de condenação à candidatura Ruy Barbosa, que agora o jornal apóia. “Buscando desfazer a ‘exploração partidaria’ com nosso editorial de 21 de novembro de 1908 contra a candidatura Ruy Barbosa, então sorratamente levantada pelo corrilho que hoje apóia o sr. Hermes...”.

Outro texto, sem título, acusa o engenheiro Paulo de Frontin de usar o cargo público em favor da candidatura Hermes da Fonseca. E em “No aniversario d’Ella”, de 1/3 de coluna, texto irônico sobre a Constituição Federal de 1891.

A eleição presidencial é o tema principal da página 2, sob esse título, destacando incidentes que vêm ocorrendo no Rio de Janeiro nos últimos dias, que o jornal atribui a “grupos hermistas”.

Um grande anúncio (duas colunas por 1/3 da página) na página 5 reproduz a chapa Ruy Barbosa/Albuquerque Lins, sugerindo aos eleitores que levem as cédulas às urnas:

Os srs. Eleitores, recortando o pedaço de jornal acima, estarão munidos das cédulas com que deverão votar a primeiro de março próximo futuro. Será bastante collocar cada uma delas dentro de seus envelopes e sobrescriptar um deles: Para presidente, e outro: para vice-presidente.

Correio da Manhã n° 3.145, de 25 fevereiro de 1910, sexta-feira.

Capa com artigo de uma coluna, de “Gil Vidal”: “Minas gloriosa”, avalia a recepção dada a Ruy Barbosa em Belo Horizonte.

Debalde se esforça o hermismo por desfigurar os successos da excursão do senador Ruy Barbosa pelas terras de Minas. Ás suas escandalosas mentiras oppõe-se a verdade constante de informações imparciaes, algumas imparcialíssimas, de vários correspondentes dos jornaes desta capital e dos Estados...

A Minas caberá a honra e a gloria de conferir o louro triumphal a heróica sentença do civilismo nacional á negra perspectiva da tyramnia militar; e de Minas virá a contribuição decisiva para a definitiva consolidação da paz na liberdade civil”.



Na mesma página, outro texto sobre a posição de Minas Gerais frente ao processo sucessório em andamento, com o título “A honra de Minas”:

O desanimo acaba de invadir por completo os dismantellados arraiaes do hermismo, na gloriosa terra de Tiradentes: dil-o a confissão insuspeita de um dos proceres da situação politica daquelle Estado, appellando para a empreitada da fraude e das actas falsas do Norte, ‘porque Minas não quer manter o compromisso de seus chefes’.

...

Minas protesta, Minas reage, Minas se revolta, e já começa a exercer neste momento a mais alta e a mais necessária de todas as funções evangelicas: Minas castiga!

Ainda bem que assim é! A honra de Minas está salva!

E mais um texto crítico ao presidente Nilo Peçanha, por ter-se refugiado em Petrópolis nestes dias que antecipam a eleição. “... justamente quando os annimos se conservam mais accesos, quando permanecemos numa situação de incertezas, para a evidencia da qual em grande parte concorre o patrulhamento exhibitivo que se estende á noite pela cidade...”.

Ainda na capa, “Pingos e Respingos” traz nota procedente de São Gabriel (RS), informando com ironia que o dia 1º de março será marcado por “uma briga entre dois gallos sendo um do general Pinheiro e outro do dr. Fernando Abbott. Um marechal, que ainda não pôde chegar até aqui, foi nomeado super arbitro”.

Na página 2, a reprodução de “improviso” de Ruy Barbosa em Belo Horizonte, texto de 1,5 coluna excepcionalmente chamado por letras garrafais, pouco usuais à época. O Correio da Manhã tem um enviado acompanhando a comitiva de Ruy, que assina os textos com as iniciais “P.F”. Segundo outro de seu relato, também de 1,5 coluna, Minas ovacionou o candidato. Na mesma página, publicação do manifesto “Á NAÇÃO”, assinado por José Marcellino de Souza, Barbosa Lima, Galeão Carvalhal, Annibal de Carvalho e Cincinato Braga, pró-Ruy.

A eleição presidencial volta como tema na página 3, com 2,5 colunas noticiando “as arruaças da véspera”:

Continuaram, hontem, até por volta das 10 horas da noite, as mesmas arruaças da vespera, mas, felizmente, sem as consequencias lamentaveis que registramos.

Adeptos da candidatura Hermes andaram pela Avenida, aos vivas, que eram abafados pela maioria de aclamações ao candidato civilista...

Nessa mesma seção há uma nota sobre a visita do Marechal Hermes da Fonseca ao Rio Grande do Sul: “Em Livramento, não excederam de duzentos os governistas que compareceram á recepção do marechal Hermes, apesar da profuza distribuição de convites...” Nova reprodução da chapa civilista, com igual destaque ao da edição da véspera.

Correio da Manhã nº 3.146, de 26 de fevereiro de 1910, sábado.

Dois textos de uma coluna cada dividem o principal destaque da capa, um assinado por “Gil Vidal”, “Actas fraudulentas”, acusando a “imprensa hermista” de defendê-las; e “A masorcha e a fraude”, sem assinatura, dizendo estar o Rio de Janeiro entregue a “um bando de vagabundos”, ligando esse fato à ausência do Marechal – em visita ao Rio Grande do Sul.

Na página 2, em pouco mais de duas colunas, “Á Nação” reproduz o manifesto publicado na véspera. Já em 1/3 de coluna está texto veiculado pel’O Estado de S. Paulo: “A candidatura Hermes é candidatura militar”. A cobertura da eleição presidencial, em quatro colunas, traz denúncias contra o “hermismo” e defesa do “civilismo”.

A página 3 volta a reproduzir a cédula Ruy/Albuquerque.

Correio da Manhã nº 3.147, de 27 de fevereiro de 1910, domingo.

Capa dividida entre imensa ilustração sem assinatura, sob o título “*Vox Populi-Vox Dei/Pro-Patriae*. Agosto de 1909/1º de março de 1910” e o texto sobre a eleição:

... a delirante recepção do sr. Ruy Barbosa (...) Este homem de uma energia mascula, que deve contar as victorias do seu talento pelo numero de fios brancos que lhe adornam a cabeça (...) Não é uma cidade apenas que o recebe ao carinhoso estalar das suas palmas consagradoras; é o Brasil inteiro (...)

Essa primeira página reproduz manifesto de mulheres pró-Ruy, trata do enfrentamento policial no Rio de Janeiro, veicula a carta de um marechal “civilista” anônimo e um texto de ficção sobre os humildes – que continuarão na página 4.

A página 2 continua a falar das “arruaças no Rio de Janeiro”, em ½ coluna.

Na página 3, Gil Vidal assina o texto “A eleição e o sr. Nilo”, em uma coluna, mais uma vez responsabilizando previamente o presidente da República “se a eleição terminar

em sangue”. Outro texto sem título repete conteúdo de edições anteriores: “O marechal Hermes não pode ser eleito presidente da República...” Nota sobre o “civilismo” consagrado e o “hermismo” rejeitado. “Pingos e Respingos” trata do “O Canto do Marechal”, sobre a música “Bem sei que me desprezas”, assinado por “Cyrano & C”. Em ½ coluna, “A victoria do civilismo”, reproduzindo O Estado de S. Paulo, para quem Ruy e “os directores do civilismo” julgam certa a derrota do marechal Hermes.

O manifesto “Á Nação” dos dias anteriores volta na página 4 desta edição, que noticia em quatro colunas a “Eleição presidencial”, continuando as matérias sobre o manifesto de mulheres pró-Ruy, o enfrentamento policial no Rio, a carta de um oficial “civilista” anônimo ao Marechal Hermes. Ao pé da página uma nota corrige informação da véspera, que havia dado como arruaceiro o negociante Otton Madeira, “sem passado político”.

Na página 5, “P.F.” continua enviando narrativas sobre a passagem de Ruy por Minas Gerais, dando-lhe uma conotação positiva, já que o ex-presidente local Wenceslau Braz, é, agora, integrante da chapa oficial à sucessão presidencial, o que lhe tem valido muitas críticas dos “civilistas”.

Correio da Manhã nº 3.148, de 28 de fevereiro de 1910, segunda-feira.

“Gil Vidal”, em pouco mais de uma coluna, na capa, sob o título “O invencível”, anuncia a vitória de Ruy Barbosa na eleição do dia seguinte: “Affirmámos que ao sr. Ruy Barbosa caberá amanhã a victoria, e o reaffirmámos. Não póde ser vencida uma causa que, além de justa, é a causa da Nação (...)”.

Em “Topicos e Noticias”, mais ironia sobre o refúgio de Nilo Peçanha em Petrópolis, ½ coluna acusando a polícia de criminosa e de trabalhar para Hermes da Fonseca: “... Tudo isso, porém, será inutil: o Brasil não quer o marechal Hermes para presidente da Republica (...)”. Além de crítica à “rudeza e falsidade” do senador gaúcho, o jornal transcreve em duas colunas telegrama enviado por Pinheiro Machado à “Junta Hermista de São Paulo”, veiculado pel’O Estado de S. Paulo:

Sabemos que os nossos adversarios propalam defecção dos elementos politicos que sustentam os candidatos da convenção de maio. É uma torpe falsidade. Todos aquelles elementos continuam firmes, prestigiando nossos candidatos, podendo eu affirmar, com dados positivos, que estes serão suffragados por mais de

quatrocentos mil votos, não obtendo os nossos adversarios sinão cento e tantos mil. Continuarão intrigas proprias do momento. Tranquilizem-se.

A página 2 dá seqüência ao material da capa e traz em meia coluna um manifesto de Ruy Barbosa à Nação.

Correio da Manhã nº 3.149, de 1º de março de 1910, terça-feira.

Toda a capa dedicada às eleições, com os textos “Ás urnas”, de uma coluna, em que “Gil Vidal” enfatiza a defesa de Ruy e volta a criticar Nilo Peçanha; em “Inelegível”, de meia coluna repete a interpretação segundo a qual Hermes, não sendo eleitor, não poderia ser candidato. “O pleito de hoje” responsabiliza o presidente da República diante “da primeira disputa que divide o país”. Esse material inclui informações gerais sobre a eleição e segue na página seguinte.

Na página 2, continuidade do material de serviço eleitoral iniciado na capa. Amplo quadro eleitoral do País, estado por estado, indicando ter o Brasil 23.306.800 eleitores habilitados, dos quais 1.253.950 provavelmente compareceriam às urnas.

A página 3 volta a publicar o manifesto “Á Nação”, o mesmo dos dias anteriores, em 2,5 colunas.

### A Federação em 1910

- Redação: Rua dos Andradas, 403
- Formato: *standard*, sete colunas
- Diretor redação: Gonçalves de Almeida
- Gerente: Agostinho José Lourenço
- Ano: XXVI.
- N° 46 (25/02/1910) a 49 (1º/03/1910).
- N° de páginas: de 8.
- Seções: “Atos do Estado”, notícias (capa); notícias e eventual seqüência à capa, “Regimen da Mentira”, “Serviço Telegraphico d’A Federação” (página 2); notícias e eventual seqüência do serviço telegráfico (página 3); “Varias” e anúncios (página 4); notícias e anúncios (página 5); anúncios

(demais páginas) e eventualmente “Ultima Hora” e “Secção livre” (página 8).

- Circulando de segunda a sábado, raramente utilizando fotografias; muitos textos sem manchetes e/ou chamadas.

A Federação nº 46, de 25 de fevereiro de 1910, sexta-feira.

Capa com texto de uma coluna, intitulado “O Chefe”, reproduzindo os telegramas recebidos por Borges de Medeiros: “Nosso benemerito Chefe, o dr. Borges de Medeiros, recebeu os seguintes telegramas” (segue a lista).

Duas colunas sobre a administração José Montauray, “o benemérito intendente”, em Porto Alegre. Demais espaços da capa ocupados pelos serviços para a eleição de 1º/03 e pelos atos do governo do Rio Grande do Sul.

A página 2 tem matéria de seis parágrafos, com o título “O Marechal”, informando que “o illustre Marechal” será recebido festivamente em Porto Alegre no dia 27 ou 28. Em “Regimen da Mentira”, iniciando ao pé da primeira coluna da página, intensa crítica à Gazeta, de Santa Maria. O “Serviço Telegraphico d’A Federação” com notícias sobre a eleição, defende a candidatura Hermes e ataca a candidatura Ruy: “Florianópolis, 23 – Tem causado optima impressão as declarações do illustre bispo d. João Becker, de não ser contrario á candidatura do marechal Hermes da Fonseca. Aqui é certa a derrota do civilismo”.

A Federação nº 47, de 26 de fevereiro de 1910, sábado.

Capa com texto em uma coluna inteira: “As urnas livres”, em tom de manifesto, atacando a violência dos adversários do Partido Republicano.

Ampla cobertura em duas colunas da presença do marechal Hermes em Santa Maria, mais o “serviço” sobre a eleição, e 1,5 coluna sobre ato em Santiago do Boqueirão, de apoio a Hermes da Fonseca.

Na página 2, seqüência de matéria da página anterior, sobre manifestação pró-Hermes em Santiago do Boqueirão. “Regimen da Mentira” traz suspeitas sobre as notícias veiculadas por jornais anti-hermistas. O “Serviço Telegraphico” tem duas colunas de cobertura da viagem de Hermes ao Rio Grande do Sul.

A Federação nº 48, de 28 de fevereiro de 1910, segunda-feira.

Capa com uma coluna e quatro parágrafos: “Na linha”, sobre a eleição do dia seguinte. 1,5 coluna com “Apotheose”, assinado por Ildefonso Pinto, sobre o sucesso da excursão de Hermes ao RS.

Na mesma página, o “serviço” da eleição, informações sobre o governo do Rio Grande do Sul, programação de teatros e diversões e início do “Serviço Telegraphico”, que retoma o tema eleição.

Na página 2: “Serviço Telegraphico”, em seqüência ao iniciado na capa. Notícia sobre Pinheiro Machado respondendo à imprensa carioca. Meia coluna de cobertura à visita de Hermes a Porto Alegre, sob o título “Estrondosa manifestação”. Na seção “Regimen da Mentira”, A Federação acusa o Correio do Povo de publicar telegrama mentiroso sobre a adesão do coronel Augusto Leivas ao “civilismo”.

Na página 8, “Ultima hora” traz texto de oito parágrafos sobre artigo de Ribeiro Tacques que A Opinião Pública, de Pelotas, veiculará nesse dia, pró-Hermes: “As armas do civilismo e os conselheiros da monarchia”, que termina assim: “O povo brasileiro não pode votar nos conselheiros da monarchia, autores de todas as calamidades da Patria Republicana”.

Na seção livre, o texto “Votar no Marechal”, de oito parágrafos, assinado por F. Bastos, pró-Hermes e contra Ruy.

A Federação nº 49, de 1º de março de 1910, terça-feira.

Capa com texto inicial em pouco mais de 2 colunas, antecipa a vitória no título: “Victoria! Victoria!”, que não se esquece de relacionar Pinheiro Machado com a sucessão presidencial. Ainda um texto de Ildefonso Pinto: “A eleição e os candidatos” – naturalmente pró-Hermes -; e outro, “Covardia”, em seis parágrafos, parcialmente reproduzido aqui: “O Correio do Povo, sempre covarde para expender opinião, fez hoje, á ultima hora, a sua profissão de fé nos arraiaes do civilismo. Tirou a capa de neutralidade”.

### 3.4 Quarto momento: 1º a 08 de março de 1914

#### Correio da Manhã em 1914

- Redação: Rua do Ouvidor, 162
- Formato: *standard*, oito colunas
- Diretor: Edmundo Bittencourt
- Chefe de Redação: “Gil Vidal” (pseudônimo de Leão Velloso Filho)
- Ano: XIII
- N° 5.509 (1º/03/1914) a 5.514 (06/03/1914)
- N° de páginas: de 12 a 16.
- Seções: Topicos&Noticias, “O Tempo Hontem e Hoje”, “Pingos&Respingos”, “O Tempo Hontem e Hoje”, notícias (capa); notícias e eventual seqüência à capa (página 2); notícias, pequenos anúncios, anúncios destacados (páginas 3 e 4); idem + “Sociedade” (página 5); continuação de anteriores + “Folhetim”, “Secção livre”, anúncios (página 6); grandes anúncios, pequenas notícias (páginas 7 e 8); pequenos anúncios de aluga-se, vende-se e precisa-se (página 9); seqüência dos pequenos anúncios com alguns destacados (páginas 10 em diante).
- Circulação: todos os dias da semana, freqüentemente utilizando fotografias.

#### Correio da Manhã nº 5.509, de 1º de março de 1914, domingo.

Capa com uma coluna assinada por “Gil Vidal” sobre a eleição presidencial; 1/3 de coluna, sem título, com texto sobre a “torpissima e repugnante farça eleitoral que se vae representar hoje nesta capital...” Na mesma página, cerca de uma coluna sob o título “Supremo appello”, assinado por “C”, sobre os acontecimentos do Ceará; e meia coluna sobre “um duello original”, contra o ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar.

Página 2 dá seqüência à situação no Ceará: “A situação no Ceará é de extrema gravidade/officiaes da Guarnição Federal de Fortaleza telegrapham ao Club Militar./O governo ordena a partida immediata da divisão de cruzadores”. Em outras três colunas, fotos do cruzador Barroso e do capitão da divisão que segue para o Ceará, sob comando capitão-de-mar-e-guerra Castello Branco.

A página três tem três colunas sobre conferência de Ruy Barbosa (que deveria ter sido realizada em São Paulo).

A página 4, em quase toda a sua extensão, dá seguimento à reprodução da conferência.

Correio da Manhã nº 5.510, de 02 de março de 1914, segunda-feira.

A crise do Ceará domina a capa, em uma coluna; as eleições realizadas no dia anterior só aparecem em “Topicos & Noticias” depois de “O Tempo Hontem e Hoje”: são quatro parágrafos, cerca de 40 linhas em uma coluna, com críticas a Pinheiro Machado. Adiante, outra notícia sobre a política no Estado do Rio “tittere do Morro da Graça”, em quatro parágrafos.

Na página 2, uma coluna com foto do General Tito Escobar, presidente do *Club Militar*, dentro da cobertura à situação no Ceará; “Resposta da directoria do Club Militar aos officiaes da Guarnição de Fortaleza”; ao lado, em 1/3 de coluna, “Como se faz um presidente... A ‘eleição’ de hontem”.

Na página 3, cinco colunas de grande destaque (cartola, manchete de página e linha de apoio, com fotos), sobre o Ceará, com matéria crítica ao governo: “Mobilização na Armada/A partida da divisão de cruzadores/Cinco navios deixaram inesperadamente o porto do Rio de Janeiro, dirigindo-se alguns para o Ceará”.

Correio da Manhã nº 5.511, de 03 de março de 1914, terça-feira.

Capa com três colunas destacando a crise no Ceará: “Sangue no Norte!/A triste situação do Ceará/O governo e a assembléia do Club Militar”, com referências a Pinheiro Machado: “O Sr. Pinheiro Machado aconselha o fechamento do Club Militar” – em texto a ter seqüência na página 3. “Gil Vidal” assina texto de uma coluna também sobre a situação do Ceará, com referência a Pinheiro Machado.

Na página 2, meia coluna sobre a eleição presidencial: “Estrondosa victoria do Sr. Seabra na capital da Bahia que suffragou o sr. Ruy Barbosa com 1.500 votos mais do que teve o candidato dos srs. Vianna, Severino, Marcelino & Cia”.

A página 3 é praticamente toda dedicada à “Triste situação do Ceará”, com 10 fotografias e referências a Pinheiro Machado (sobre encontro com Hermes da Fonseca no



Catete: “... conversa longa e que, parece, pouco agradou ao chefe do PRC, pois s. ex. retirou-se visivelmente carrancudo...”).

Correio da Manhã nº 5.512, de 04 de março de 1914, quarta-feira.

Capa enfatizando a crise do Ceará, em três colunas chamando para continuação na página 3. “A situação no Ceará/Os primeiros actos do coronel Setembrino traduziram já a sua irritante parcialidade/Accudindo ás senhoras cearenses/Resposta do senador Ruy Barbosa”. Artigo de “Gil Vidal”, em uma coluna, sobre o mesmo tema, com referência a Pinheiro Machado: “...o governo do marechal Hermes, reduzido nessa aventura a mero executor das ordens do sr. Pinheiro Machado...”

Página 2 com meia coluna sobre a eleição – em São Paulo. Texto assinado por “C”: “Uma eleição avacalhada”: “O povo paulista – sempre escrevemos aqui – alheio ás negociações dos politicoides, jamais compareceria ás urnas para suffragar a chapa dos candidatos impostos a São Paulo e á Nação pelo sr. Pinheiro Machado”. Em outra matéria, pouco mais de meia coluna: “Eleição presidencial/A victoria extraordinária da candidatura Ruy Barbosa na Bahia, apesar dos esforços dos srs. Severino, Vianna, Marcelino & C., que apoiavam o candidato Braz”. Outra matéria volta a falar de “Um duelo original/Um official da Marinha quer metter a palmatoria no Sr. Alexandrino”.

A página 3 é toda dedicada à situação no Ceará, com fotos, uma de Pinheiro Machado saindo do Palácio. Um dos textos (ida e vinda de Hermes da Fonseca de Petrópolis ao Rio) cita Pinheiro Machado, que o acompanhou da Estação (Rio) até o Catete, em “conferencia prolongada”.

Correio da Manhã nº 5.513, de 05 de março de 1914, quinta-feira.

Capa com cinco colunas de grande destaque: “O Governo decreta o estado de sitio”, noticiando a “detenção dos srs. Vicente Piragibe, diretor da ‘Epoca’; Macedo Soares, d’O Imparcial’; Caio Monteiro de Barros” (que seria o defensor de Manço Paiva em 1915-1917), “Feliz Bocayuva e o sargento do Exército José de Oliveira”. Referências a Pinheiro Machado: recebeu Hermes da Fonseca na gare da Praia Formosa.

O texto sobre o estado de sítio – reproduzido no próximo capítulo - de abertura do assunto em destaque na página, está editado em corpo maior ao do restante da matéria, e em

negrito. Seguem-se a ele e nas mesmas condições a íntegra do decreto e informações esparsas sobre a situação no Rio de Janeiro, sem maiores posicionamentos do jornal – estas últimas em corpo normal.

A página 3 tem 1/3 de sua extensão ocupada horizontalmente com notícias sobre o Ceará, expondo cinco espaços em branco entre os textos.

Correio da Manhã nº 5.514, de 06 de março de 1914, sexta-feira.

Capa com três colunas sobre o primeiro dia do estado de sítio, referindo que Pinheiro Machado esteve com Hermes no Palácio de manhã e às 22h45. Notícia a continuidade das prisões, incluindo aos nomes citados no dia anterior os de Marques da Silva, de A Noite e Leal de Souza, de Careta. Mais uma vez o jornal parece evitar posicionar-se politicamente, contrariando sua tradição.

Página 2 continua a cobertura da capa.

Correio da Manhã nº 5.515, de 07 de março de 1914, sábado.

O Correio da Manhã teve a circulação suspensa, por conta do estado de sítio, desta data até 1º de abril.

#### A Federação em 1914

- Redação: Rua dos Andradas, 94
- Diretor de redação: Ildefonso Pinto
- Gerente: H. de Barros Figueiredo Júnior
- Ano XXXI
- N°s 50 (1º/03/1914) a 56 (08/03/1914)
- N° de páginas: de 8 a 12.
- Seções: “Atos do Estado”, notícias (capa); notícias e eventual seqüência à capa, (página 2); “Varias”, notícias e eventualmente pequenos anúncios (página 3); “Serviço Telegraphico d’A Federação” (página 4); notícias e eventual seqüência do serviço telegráfico (página 5); notícias locais, esportes, Protetora do Turfe e anúncios (páginas 6 a 8); anúncios (demais páginas) e eventualmente “Ultima Hora” e “Secção livre” (páginas finais).

- Circulação: de terças a domingos, raramente utilizando fotografias.

A Federação, nº 50, de 1º de março de 1914, domingo.

Capa com 1,5 coluna sobre “A eleição”, realizada nesse dia em todo o país. Aponta a “candidatura única: Wenceslau/Urbano Araújo”.

Na página 2, 2,5 colunas com a distribuição das chapas com os respectivos distribuidores (serviço).

Na página 3: “Eleição de 1º de março”: uma coluna reproduzindo matéria do Diário Popular de Pelotas, orientando o PRR a votar em Wenceslau Braz.

Com pleníssima confiança nos destinos da Republica, conscios de que as instituições só terão a lucrar com a vigencia do governo dos illustres candidatos do partido republicano conservador, recomendamos, pois, aos suffragios de nossos correligionarios na próxima eleição os nomes dos drs. Wenceslau Braz Pereira Gomes e Urbano dos Santos da Costa Araújo, para presidente e vice-presidente da Republica, no quatriennio de 1914 a 1918.

A Federação, nº 51, de 03 de março de 1914, terça-feira.

Capa com meia coluna ao pé da página com resultados eleitorais parciais; 1,5 coluna com resultados nas seções de Porto Alegre e Interior (apresentando votos em Ruy Barbosa em lugares como Alegrete).

Página 2 com 1/3 de coluna continuando os resultados da página anterior.

Página 5 tem duas colunas com resultados estaduais da eleição.

A Federação, nº 52, de 04 de março de 1914, quarta-feira.

Capa com uma 1 coluna acrescida de duas vezes 1/3 de coluna com os resultados das eleições em Porto Alegre e arredores. Rigorosamente só números.

Página 2 com 1,5 coluna com resultados no interior. Também só números.

Página 7 tem informações telegráficas, com resultados no Rio Grande do Sul e no Brasil, em 3 colunas.

A Federação, nº 53, de 05 de março de 1914, quinta-feira.

Apenas sua página 8, assim mesmo em menos de uma coluna, trata das eleições, com resultados eleitorais.

A Federação, nº 54, de 06 de março de 1914, sexta-feira.

Capa com longo texto, de 2,5 colunas, sobre o estado de sítio. Só ao fim da matéria é que surgem as informações objetivas sobre o decreto do estado de sítio, com a transcrição integral do comunicado assinado pelo ministro Herculano de Freitas, do Interior e Justiça.

A página 2 tem novo boletim eleitoral, em 1,5 coluna com os números mais atuais.

Na página 7, em 1/5 de coluna ao pé da primeira coluna, os resultados eleitorais parciais no Estado e no País.

A Federação, nº 55, de 07 de março de 1914, sábado.

As eleições só aparecem agora a partir da página 3, em duas colunas de boletim eleitoral (só números parciais), cobertura que segue na página 7, com novos resultados no Rio Grande do Sul e no Brasil. A mesma página tem informações sem destaque sobre o estado de sítio, com data de 5 de março, informando providências tomadas pelo governo, a presença do senador Pinheiro Machado no Catete, para conferência com o presidente Hermes da Fonseca, prisões, liberdades concedidas e um rápido relato da situação no Ceará.

A Federação, nº 56, de 08 de março de 1914, domingo.

Página 10 tem cerca de cinco colunas sobre o estado de sítio, com referências a artigo de Gilberto Amado em O Paiz, sob o título “Contra a anarchia”, condenando “os excessos de linguagem da *imprensa amarela* e principalmente do senador Ruy Barbosa”. Diz a nota da A Federação que o texto d’O Paiz “defende os ataques constantes à pessoa do senador Pinheiro Machado”. Também reproduz telegramas de solidariedade recebidos pelo presidente da República – alguns com elogios específicos ao senador Pinheiro Machado, chamado de “impoluto” numa das mensagens.

### **3.5 Quinto momento: 9 a 20 de setembro de 1915**

Correio da Manhã em 1915

- Redação: Rua do Ouvidor, 162
- Formato: *standard*, oito colunas

- Diretor: Edmundo Bittencourt
- Chefe de Redação: “Gil Vidal” (pseudônimo de Leão Velloso Filho)
- Ano: XV
- N°s 6.041 (09/09/1915) a 6.052 (20/09/1915)
- N° de páginas: de 12 a 16.
- Seções: “Topicos&Noticias”, “O Tempo Hontem e Hoje”, “Pingos&Respingos”, notícias (capa); notícias e eventual seqüência à capa (página 2); notícias, pequenos anúncios, anúncios destacados (páginas 3 e 4); (idem + “Sociedade” (página 5); continuação de anteriores + “Folhetim”, “Secção livre”, anúncios (página 6); grandes anúncios, pequenas notícias (páginas 7 e 8); pequenos anúncios de aluga-se, vende-se e precisa-se (página 9); seqüência dos pequenos anúncios com alguns destacados (páginas 10 em diante).
- Circulação todos os dias da semana, freqüentemente utilizando fotografias.

Correio da Manhã nº 6.041, de 09 de setembro de 1915, quinta-feira.

Capa toda dedicada ao assassinato do senador Pinheiro Machado, ocorrido na véspera, com a manchete: “O general Pinheiro Machado foi hontem, á tarde, assassinado no saguão do hotel dos Estrangeiros”. E as seguintes linhas de apoio: “O criminoso, natural do Rio Grande do Sul, foi preso, declarando ter agido por conta própria/O que dizem as testemunhas de vistas da tragica scena/As Forças de terra e mar estão de promptidão”.

Uma foto recente em *close* de Pinheiro Machado, outra de Pinheiro Machado deixando o prédio do Senado na véspera e dirigindo-se ao seu automóvel, uma foto de Manço Paiva, (então, como Manso), o assassino.

A página 3 também é toda dedicada ao assunto, com título principal “O assassinio do General Pinheiro Machado”, a linha de apoio “O criminoso narra á policia o homicidio e os motivos que o levaram a pratical-o”, uma fotografia do corpo de Pinheiro Machado no Hotel dos Estrangeiros.

Na página 4 a continuação da cobertura, em 2,5 colunas de alto a baixo mais uma coluna até a metade.

Correio da Manhã nº 6.042, de 10 de setembro de 1915, sexta-feira.

Capa inteira dedicada ao assunto, com manchete genérica: “O assassinato do general Pinheiro Machado” e as linhas de apoio: “O corpo do vice-presidente do Senado será hoje transportado para o edifício daquela casa do Congresso”; “O criminoso continua a afirmar que agiu por conta própria”; “A polícia prossegue no inquerito para esclarecer a tragédia do Hotel dos Estrangeiros”.

Uma ilustração ampla, composta por retrato de Manço de Paiva, o punhal usado no crime e o bilhete encontrado com ele.

A página 3 continua a cobertura em toda a sua extensão, sob o título “A tragédia de ante-hontem” e linhas de apoio: “Paiva Coimbra novamente interrogado, manteve ao chefe de polícia as suas anteriores declarações”; “A polícia toma providências para evitar alteração da ordem pública”. Uma fotografia da viúva, outra do quarto de pensão de Manço Paiva.

Sob o título “Scena emocionante”, um texto nessa página mostra a reação da viúva à perda:

Preparava-se o dr. Nabuco de Gouvêa para collocar o corpo do general Pinheiro Machado no caixão mortuário. Nesse momento, a exma. Viúva mandou chamar o dr. Nabuco e pediu-lhe que cortasse um cacho de cabelos do esposo. Recebendo-o da mão do dr. Nabuco mme. Pinheiro Machado levou-o aos lábios e vagarosamente foi se retirando, beijando aquella lembrança que molhava de lagrimas.

Ainda na página 3, um texto critica o diretor da Casa de Detenção, sob o título “Meira Lima apavora”:

... o sr. Meira Lima não é autoridade, nem aqui nem em parte alguma. Com o ódio de que se acha possuído pelo assassino do senador Pinheiro, o ‘suicídio’ de Paiva Coimbra são favas contadas, uma vez que a Detenção chegue a encerrá-lo num de seus cubículos.

Se é assim o sr. Meira Lima, e é assim mesmo, não se compreende que elle continue a ser o carcereiro de pessoas que estão, por isso mesmo que são prisioneiras, sob a égide da lei.

A administração policial já deve ser desatracada desse inventor de resoluções.

E outro reproduz declaração de Manço Paiva que atinge duas pessoas muito próximas ao senador Pinheiro Machado – seu secretário e seu sobrinho: “O meu lugar é o mesmo que deve estar reservado ao Gilberto Amado, ao Antonio Pinheiro Machado, sobrinho do general. É para lá que quero ir”.

A página 4 também continua a cobertura em quatro colunas de alto a baixo, mais uma coluna até a metade, descendo a detalhes sobre os hábitos turfísticos do senador falecido, o policiamento no Morro da Graça e o destino dado à cartola e à bengala que ele portava ao ser morto – “entregues á viúva”.

Correio da Manhã nº 6.043, de 11 de setembro de 1915, sábado.

Capa inteira tratando do assunto, com a cartola “A tragédia do Hotel dos Estrangeiros”, a manchete “O corpo do general Pinheiro Machado foi hontem trasladado do morro da Graça para o camara ardente do Senado” e as linhas de apoio “Prossegue o inquerito policial, continuando o criminoso sempre a afirmar que agiu por vontade propria”; “O ‘Deodoro’ transportal-o-á hoje para o Rio Grande do Sul, segundo desejo do Governo do Estado”. Uma fotografia maior do cortejo fúnebre saindo do Morro da Graça, uma menor do cortejo chegando ao Senado.

A página 3 também é toda dedicada ao assunto, incluindo um anúncio de filme sobre os funerais. Matérias em cinco colunas. Título: “O crime de Paiva Coimbra”. Linhas de apoio: “O assassino do general Pinheiro Machado não irá para a Casa de Detenção, provado, como está, ser desertor do exercito”; “O ‘Deodoro’ levantará ferros logo que chegar a bordo o corpo do general”. Anúncio ilustrado em 1/3 de página e duas colunas sobre o filme dos funerais, no Cinema Parisiense.

Na página 4, seqüência da cobertura em duas colunas de notas diversas.

Correio da Manhã nº 6.044, de 12 de setembro de 1915, domingo.

Toda a capa ao assunto, com cartola “A tragédia do Hotel dos Estrangeiros”; a manchete “O ‘Deodoro’ deixou, ontem, o nosso porto, conduzindo o corpo do general Pinheiro Machado” e linhas de apoio “O corpo do general Pinheiro Machado”; “Prossegue na Delegacia do 6º Districto o inquerito policial”.

Ainda na capa, dois blocos de fotografias, com cinco imagens: a carreta fúnebre chegando ao porto, o embarque do caixão no navio, o navio, a saída do corpo do Senado e o caixão sendo içado para bordo do navio.

Na página 3, cobertura do assunto em 2/3 da página, sob o título “Ainda o assassinato do general Pinheiro Machado”.

Na página 4, seqüência do assunto, em uma coluna.

Anúncio de meia página do Cine Avenida está na página 13: “Film em duas partes : Do Morro da Graça ao Senado; Do Senado ao Arsenal da Marinha”.

Correio da Manhã nº 6.045, de 13 de setembro de 1915, segunda-feira.

Capa mantém o assunto em pauta, mas agora apenas como artigos sobre a “vida nacional” e não sobre o crime em si. Artigo assinado por “Gil Vidal”, uma coluna e um pedaço, “Obra patriótica” – estimulando o presidente da República a assumir a direção política do País:

(...) O Brasil atravessa um dos mais graves períodos da sua existencia política. Nem, na sua historia, conhecemos outro de maior gravidade. Não voltamos, neste momento, os olhos para o passado, com o intuito de assignalar, mais uma vez, as responsabilidades pela situação em que elle se encontra. Meditemos no presente e olhemos o futuro (...)

“Traços da semana (...)”, do mesmo autor, sobre um preto velho que servia a um poderoso senhor e acaba por dar-lhe uma lição de vida e a ser considerado uma “alma branca”.

“Topicos & Noticias” trata da retomada das atividades do Senado após o luto por Pinheiro Machado.

A página 3 continua a cobertura em 2/3 da página, com o título: “O crime de Paiva Coimbra” e as linhas de apoio: “Prossegue o inquerito no 6º discripto”; “Um incidente entre o deputado Irineu Machado e o autor da tragedia do Hotel dos Estrangeiros”.

A página 11 repete o anúncio do filme do dia anterior.

Correio da Manhã nº 6.046, de 14 de setembro de 1915, terça-feira.

Capa com artigo de “Gil Vidal” (uma coluna), sustentando que o PRC morreu com o assassinato de Pinheiro Machado.

Acabou o Partido Republicano Conservador com a morte do seu chefe. Partido sem idéas, sem principios, sem um programma, pessoalissimo, não poderia sobreviver ao desaparecimento de quem era elle proprio o partido. Não é esse o P. R. C. na historia politica do mundo, o unico partido pessoal; outros tem havido e nenhum foi além da vida de quem o encarnou. Podem continuar, ainda, por algum tempo, os restos de uma organização partidaria com seu directorio eleito, com a sua representação, para fazer crer que o partido não morreu. Mas, de facto, não passarão de seus restos de simulacro do que elle foi. Os elementos que o



compunham se vão desagregando aos poucos para se reunirem a outros agrupamentos políticos, onde os há. E, com o desaparecimento do sr. Pinheiro e do seu partido, a única força que fica em pé, entre nós, é o presidente da República, que todos os políticos e politicantes, em porfia, tratarão de apoiar afim de merecer as graças e os favores officiaes. É o que quer, dizem os doutores do presidencialismo, o regimen, no que elles têm razão, o que confirma o conceito dos que qualificam esse regimen de uma autocracia electiva.

“Topicos & Noticias” criticando a interferência dos generais Pantaleão Telles e Joaquim Ignácio nas investigações policiais.

Na página 2, matéria sem título sobre as sessões da Câmara e do Senado, citando a “exploração partidária em torno da amante do assassino do senador Pinheiro Machado”.

Na página 3, matéria em quatro colunas inteiras sob o título “O crime de Paiva Coimbra” e linha de apoio: “O assassino foi, hontem, ás 7 horas da noite, removido para a Casa de Detenção...”

... em carro forte da Casa de Detenção precedido por um auto-socorro da brigada Policial, com praças da Infantaria e escoltado por 12 praças da Cavalaria. Seguido pelo automóvel da Policia, com Nascimento Silva, que pessoalmente ‘entregou’ Manço Paiva a Meira Lima.

O Correio da Manhã informa que Manço de Paiva teria dito, ao despedir-se do xadrez:

Não me protegeram, muito me fatigaram com os constantes interrogatórios, mas, felizmente, não fui martirizado. Não penso em me matar, mas, se for martyrizado, não resistirei e me suicidarei. Só nessa hipótese lançarei mão deste recurso para deixar a existencia.

E também revela que o advogado Edmundo de Miranda Jordão, da Assistência Judiciária, impetrou pedido de *habeas corpus* em favor de Manço de Paiva.

Correio da Manhã nº 6.047, de 15 de setembro de 1915, quarta-feira.

Matéria na capa, em “Topicos & Noticias”, em duas colunas inteiras: “O segundo inquerito”. Matéria sem alusão direta ao crime, mas como manchete: “Correram hontem á noite, boatos de um movimento rebelionario” – três colunas em meia página.

Na página 3, três colunas inteiras, cobertura sob o título “O crime de Paiva Coimbra” e linhas de apoio: “O chefe de policia resolveu abrir um novo inquerito, para apurar o falado ‘complot’”; “Outras notas sobre a tragedia do Hotel dos Estrangeiros”.

Segundo o jornal, o capitão Meira Lima reuniu-se com o ministro da Justiça, Carlos Maximiliano, recebendo dele recomendações de cuidados especiais para com Manço Paiva; o assassino está preso “no cubículo 1 da 1ª Galeria da Casa de Detenção”, e sua incomunicabilidade, cessada com a transferência do xadrez para a penitenciária, só foi comunicada ao advogado Jordão no dia 17.

Correio da Manhã nº 6.048, de 16 de setembro de 1915, quinta-feira.

O boato do dia anterior continua na primeira página (meia página), sob “Topicos & Noticias”: “A Hydra” – sobre o momento político e mais uma vez instando Wenceslau Braz a ocupar a liderança do país. No mesmo espaço, resposta aos políticos que culpam a “imprensa amarela” pela morte de Pinheiro Machado, em meia coluna. Idem, em texto de seis parágrafos sobre Alcides Maya, lembrando que “ontem ele criticava Pinheiro Machado e hoje o venera” graças aos benefícios que dele recebera, entre as quais a eleição para a Academia Brasileira de Letras e empregos públicos. Mais informações sobre os boatos de movimento revolucionário, sem alusão ao crime de Pinheiro Machado.

Na página 3, três colunas em 2/3 de página, sob o título “O crime de Paiva Coimbra” e linhas de apoio “Foi iniciado hontem o novo inquerito, tendo sido ouvidos varios individuos”; “A missa rezada hontem na Candelaria por alma do general Pinheiro”.

Correio da Manhã nº 6.049, de 17 de setembro de 1915, sexta-feira.

Página 3, com duas colunas inteiras, pouco menos de meia página, com o título “O crime de Paiva Coimbra” e linhas de apoio “O preso resolveu constituir seus advogados o dr. Caio Monteiro de Barros e o academico Demetrio Haman”; “Varios politicos (...)”; “O dia no Senado”; “O sr. Azevedo pede a união de todos os republicanos”; “O sr. Rodrigues vae ou não vae?”.

Correio da Manhã nº 6.050, de 18 de setembro de 1915, sábado.

Artigo de “Gil Vidal”, na capa: “O momento político”, sobre o PRC, em 1,5 coluna. “Topicos & Noticias” em cinco parágrafos sobre o desgosto dos gaúchos com a conduta do marechal Hermes.

Na página 3, três colunas em meia página, com o título: “A Tragedia do Hotel dos Estrangeiros”. Linhas de apoio: “Foi suspensa a incommunicabilidade de Manso de Paiva”; “O segundo inquerito adiado por ter adoecido o dr. Albuquerque de Mello”. Fotografia de grupo de estudantes saindo de visita à Detenção – boato de que Manço Paiva havia fugido.

Correio da Manhã nº 6.051, de 19 de setembro de 1915, domingo.

Capa, em “Topicos & Noticias”, sob o título “Hontem e hoje” – sobre a hipocrisia da política, tratando da candidatura de Hermes da Fonseca gerada por Pinheiro Machado – em uma coluna; sobre o PRC, tratando da demissão de Aurelino Leal – em uma coluna; citando o Jornal do Commercio, sobre a intenção de Hermes da Fonseca de renunciar ao Senado pelo Rio Grande do Sul - em uma coluna.

Correio da Manhã nº 6.052, de 20 de setembro de 1915, segunda-feira.

Na capa, matéria em sete parágrafos sob o título “Manifestações de ‘urucubaca’ em São Paulo”, sobre o azar do Marechal Hermes da Fonseca.

Na página 3, “O crime de Paiva Coimbra”, com a linha de apoio: “O corpo do general Pinheiro Machado foi hontem sepultado em Porto Alegre” – matéria em 17 parágrafos, uma coluna, 2/3 de página. A mesma edição traz a denuncia do promotor Mafra de Laet contra Manço de Paiva, com base no inquérito policial.

Nos dias seguintes – já fora do limite de tempo a que nos propusemos investigar, mas aqui citados a título ilustrativo -, o assunto gradualmente irá se esgotando nas páginas do jornal carioca, vez que outra renovado por um fato novo como o do dia 24 de setembro, com a definição de Caio Monteiro de Carvalho como advogado de Manço de Paiva, que de imediato alega motivação política no crime. Essa tentativa persistirá até 1917, quando após seis adiamentos ocorre o julgamento, com a imposição da pena máxima de 30 anos ao assassino.

#### A Federação em 1915

- Diretor de redação: Carlos Penafiel
- Gerente: A. J. Pereira da Silva
- Ano XXXII

- N°s 209 (10/09/1915) a 217 (20/09/1915)
- N° de páginas: de 6 a 10.
- Seções: “Atos do Estado”, notícias (capa); notícias e eventual seqüência à capa, (página 2); “Varias”, notícias e eventualmente pequenos anúncios (página 3); “Serviço Telegraphico d’A Federação” (página 4); notícias e eventual seqüência do serviço telegráfico (página 5); notícias locais, esportes, Protetora do Turfe e anúncios (páginas 6 a 8); anúncios (demais páginas) e eventualmente “Ultima Hora” e “Secção livre” (páginas
- Circulação: de terças a domingos, muito utilizou fotografias nesse período.

A Federação, nº 209, de 10 de setembro de 1915, sexta-feira.

Cinco das seis páginas dedicadas integralmente à cobertura da morte do senador gaúcho, ocorrida há dois dias – em luto, o jornal não circulou no dia seguinte ao crime. Na capa da edição desta sexta-feira, um título: “Senador Pinheiro Machado” e uma linha de apoio: “Demonstrações de pesar pelo seu assassinato” que acompanharão as edições até o dia do sepultamento. O primeiro texto é informativo e ocupa integralmente a primeira das sete colunas da página:

(...) Á A Federação, organ do partido republicano riograndense, têm sido também enviados do Estado e de outras partes do paiz inumeros telegrammas de pesames e á nossa redacção grande nummero de amigos e correligionarios nos têm vindo pessoalmente trazer as manifestações de pesar (...)

Outro texto, ainda na coluna inicial da capa, reproduz telegrama do ministro do Interior, Carlos Maximiliano, a Borges de Medeiros, informando as providências para o traslado do corpo. Nas outras seis colunas, uma sucessão de manifestações de pesar encaminhadas ao presidente licenciado, ao presidente em exercício e ao secretário do Interior. É um bloco inteiro de textos, sem qualquer ilustração ou fotografia.

Na página 2, em 5,5 colunas, seqüência dos telegramas ao general Pinheiro, vindos do Rio Grande do Sul e do Brasil; 1,5 coluna com os subtítulos: “Em casa do dr. Medeiros”, “Em Palacio”; “Commando Geral da Brigada Militar”- com a reprodução da ordem do dia do comandante da Brigada Militar, tenente-coronel Affonso Emilio Massot, sob o título “cobarde assassinato”.

Na página 3, seqüência da cobertura das páginas anteriores. Em duas colunas inteiras: “Solemnes exéquias”; “Escolas Superiores”; “Na nossa redacção”; “O depoimento do facinora é falso”:

Sabemos já estar provado que é falso quase todo o depoimento do miseravel facinora, que cobardemente apunhalou o egregio senador Pinheiro Machado.

O presidente da Republica, ao que nos consta, está empenhadissimo na punição exemplar de todos os culpados.

Está já apurado que o sicario seguiu o senador Pinheiro despreocupado, e vibrou-lhe nas costas uma punhalada, que attingiu a arteria pulmonar, e outra pela frente, por cima do hombro esquerdo, ferimento este pouco profundo, levissimo.

O inquerito está prosseguindo até apurar a verdade completa (na escrita da época).

Toda a coluna “Variar” (altura inteira da página) é dedicada aos telegramas recebidos pelo comandante provisório do Partido Republicano em Cruz Alta – terra natal do senador assassinado -, coronel Firmino Paula Filho, além de uma coluna com notas diversas (da “Variar”), sendo metade sobre o crime.

Na página 4, “Serviço Telegraphico d’A Federação”, inteiramente dedicado ao assunto, com textos separados pela procedência, sem títulos, alguns eivados de preconceitos:

O assassino, que diz ser praça desertora do Exercito e ter sido agente de policia, declarou morar á rua Bento Lisboa número 120, numa casa de commodos infecta, como muitas que por ali existem, quase que totalmente habitadas por gente de cor preta avultando em numero as mulheres que parecem não ser de vida muito honesta.

O “Serviço Telegraphico d’A Federação” continua na página 5 inteira (exceto anúncio de três colunas por 1/3 da altura, do “Monte Pio da Família”, outro de cima da página do “Theatro Apollo” e um rodapé com a programação do Coliseu).

A única página sem cobertura do crime é a última, inteiramente tomada por editais e anúncios.

A Federação, nº 210, de 11 de setembro de 1915, sábado.

Mais uma edição praticamente de assunto único – das suas seis páginas, só as duas últimas não tratam do crime. A capa é toda dedicada à cobertura, repetindo a manchete e a

linha de apoio da edição anterior: “Senador Pinheiro Machado”; “Demonstrações de pesar pelo seu assassinato”. Artigo nas três colunas iniciais: “Punhal e cinzel”, sem assinatura; reprodução notícia do Diário Popular de Pelotas; “Telegrammas ao dr. Borges de Medeiros” em três colunas inteiras.

Na página 2, continuação dos telegramas a Borges, em 2,5 colunas; em 4,5 colunas, os “Telegrammas ao general Salvador”; matéria de quatro parágrafos sobre “Manifestações de Pesar” (com s); em três colunas: “Em casa do dr. Medeiros”. Ao pé da página: “Em Palácio” (que segue na página seguinte).

A página 3 dá continuação à cobertura da página anterior. Em 1,5 coluna, “A trasladação do corpo”, “A classe acadêmica”, “7ª Região Militar”, “Na nossa redação” (texto mais extenso, com uma coluna inteira).

Na página 4, o “Serviço Telegraphico d’A Federação”, inteiramente dedicado ao assunto, exceto por uma de suas sete colunas, que trata de outros temas.

A Federação, nº 211, de 13 de setembro de 1915, segunda-feira.

Toda a capa dedicada ao assunto, repetindo a manchete e a linha de apoio das edições anteriores: “Senador Pinheiro Machado”, “Demonstrações de pesar pelo seu assassinato”. Bloco de texto da página abrindo com “Memórias de Jornalista”, título acompanhado de linha de apoio “Pinheiro Machado”, reproduzindo o que escreveu Dunshee de Abranches, deputado federal pelo Maranhão e jornalista, d’O Paiz do Rio de Janeiro, em 1913.

Outros títulos: “Momento trágico”, em três colunas, assinado por Arthur Toscano; “Martyr da Republica”, em uma coluna, reproduzindo material do Diário Popular de Pelotas; “Telegrammas, cartões, cartas e officios ao dr. Borges de Medeiros” – iniciando nas três últimas linhas da página.

Na página 2, seqüência das cartas e afins, incluindo as enviadas ao general Salvador Pinheiro Machado, em 2,5 colunas; convites: 1) de Salvador, 2) do coronel Marcos Alencastro de Andrade, “commandante superior interino da Guarda Nacional”.

Na página 3, seqüência dos telegramas ao general Pinheiro, em três colunas. Outros títulos ocupando o resto da página: “Em casa do dr. Medeiros”; “Em Palácio”; “Missa

funebre”; “A partida do ‘Javary’”; “No Rio Grande”; “Nesta capital”; “Representações”; “Na nossa redacção”.

Na página 4, o “Serviço Telegraphico” em 6,5 colunas ocupando-se do assunto.

A Federação, nº 212, de 14 de setembro de 1915, terça-feira.

Capa com mesmo título e linha de apoio das edições anteriores: “Senador Pinheiro Machado” e “Demonstrações de pesar pelo seu assassinato”; 2,5 colunas com “A suprema infâmia”, conclamando os republicanos em torno da memória de Pinheiro Machado (sem assinatura); 3,5 colunas com mensagens encaminhadas “ao dr. Borges de Medeiros”; uma coluna com os telegramas a Salvador Pinheiro Machado.

Na segunda página, 1,5 coluna com seqüência dos telegramas a Salvador; 1,5 com telegramas ao dr. Protasio Alves – secretário do Interior -; uma coluna com telegramas ao dr. Marinho Chaves – secretário da Fazenda -; duas colunas com “Em casa do dr. Medeiros”; “Em Palacio”; “Missa funebre”; e uma coluna para o programa completo das homenagens, seguindo com “Escolas superiores”; “Superior Tribunal”; “Tribunal do Jury”; “Club Militar de Officiaes da Guarda Nacional”.

A página 3 tem 3,5 colunas de continuação da página anterior e mais: “Representações”; “Na nossa redacção”; “No Rio Grande”; “Convites”.

A página 4 tem o “Serviço Telegraphico” em quatro colunas sobre a repercussão do crime.

A Federação, nº 213, de 15 de setembro de 1915, quarta-feira.

Capa mais uma vez com o mesmo título, “Senador Pinheiro Machado” e a mesma linha de apoio: “Demonstrações de pesar pelo seu assassinato”; uma coluna com “Convites” (para os funerais); duas colunas com o texto “O Senador”, assinado por Ulysses de Nonohay, sobre o “titan” Pinheiro Machado; uma coluna dividida em duas meias com o texto “O Martyr”, de Nominando Silva, além das mensagens encaminhadas ao presidente Borges de Medeiros.

Na página 2, duas colunas de seqüência dos telegramas; 4,5 colunas de telegramas ao general Salvador; programa das homenagens que serão feitas ao morto ilustre no Rio Grande do Sul.

Na página 3, em 4,5 colunas, segue o programa, acompanhado de outras notas sobre os atos fúnebres.

Na página 4, duas colunas sobre a repercussão do assunto, nas “telegraphicas”.

A Federação, nº 214, de 16 de setembro de 1915, quinta-feira.

Repetem-se o título e a linha de apoio das edições anteriores; uma coluna com convites; outra com o texto “Morto redivivo”, sem assinatura; duas com o texto “As conseqüências”, assinado por Arthur Toscano; e três colunas de telegramas a Borges de Medeiros.

Na segunda página, duas colunas continuam os telegramas a Borges; outras duas reproduzem os telegramas a Salvador Pinheiro Machado; em seis parágrafos, os enviados ao secretário Protásio Alves. Mais as matérias em seqüência: “Em casa do dr. Medeiros”; “Em Palacio”; “Votos de pesar”; “A formatura das tropas”; “Transito de vehiculos”; “Os trabalhos de decoração funebre na Intendencia Municipal”; “Escolas Superiores”; “Foro Federal”; “Club de Regatas”; “Representações” (esta em 1,5 coluna nessa página, avançando pela seguinte).

Na página 3, seguem as manifestações em cinco colunas, com “No Rio Grande”; “Na nossa redacção”; “A chegada do corpo”.

Na página 4, 1,5 coluna sobre o assunto em “Serviços Telegraficos”.

A Federação, nº 215, de 17 de setembro de 1915, sexta-feira.

Capa volta a reproduzir o título e a linha de apoio das edições anteriores, na concentração de uma cobertura que se estende por uma coluna com os “Convites”; uma coluna com o texto “Traído”, assinado por Junot Barreiros: “(...) Pinheiro Machado não morreu (...)”; e cinco colunas com telegramas a Borges.

Na página 2, cinco colunas com a seqüência dos telegramas a Borges de Medeiros. No restante da página: “Em Palacio”; “A formatura das tropas”; “Ordem do dia do Commando Geral da Brigada Militar”; “Club de Regatas”; “Uma herma”; “Sociedade Uruguay Artigas”; “Busto do Senador”; “Representações”.

Na página 3, 2,5 colunas dão seqüência às representações; 2,5 colunas de notícias diversas sobre o assunto; 2,5 colunas com outros temas (fora da cobertura).



A página 4 tem 4,5 colunas repercutindo o tema em “Serviços Telegraphicos”.

E a página 5 abre a seção de “Varias” com um texto sobre a “Politica Nacional”, tratando do momento político pós-morte de Pinheiro Machado.

A Federação, nº 216, de 18 de setembro de 1915, sábado.

Na capa, o mesmo título e a mesma linha de apoio que acompanha essa cobertura diariamente até aqui, quatro colunas pela metade, equivalendo à meia página, com ampla foto do corpo do senador deitado, ilustrando o texto “Palavra de ordem”; quatro colunas pela metade, com “Reliquias sagradas”; duas colunas de pé de página com “A chegada do corpo do Senador Pinheiro Machado ao seu estado natal/No Rio Grande”:

Realizou-se, esta manhã, a trasladação de bordo do Javary para uma das salas do edificio da Intendencia Municipal, do corpo exanime do eminente republicano rio-grandense, o senador Pinheiro Machado.

No desejo de recapitular as primeiras e eloquentes demonstrações de tributo cívico que está promovendo o arrasto da opinião e alma colectiva deste Estado à grandiosa, significativa e espontanea manifestação pública de pesar que há de ser a romaria amanhã, ‘A Federação’ relata, hoje, nestas columnas, o que foi a recepção no porto de Rio Grande dos despojos do grande brasileiro, conduzido pelo couraçado ‘Deodoro’ (...)

A página 2 ocupa suas sete colunas com a continuação da material do pé da página anterior, com intertítulos sobre a cerimônia programada para Porto Alegre, detalhando o transporte do corpo pelo “Couraçado Deodoro”.

Há ainda uma série de outros textos que vão a detalhes como “Os hospedes do Rio”, “Do caes á Intendencia Municipal”, “A volta do Javary”, “A camara ardente”, “A romaria”, “O toque dos sinos”, “O elogio funebre” – numa cobertura poucas vezes igualada pelo jornal porto-alegrense até então, e que se estende pela página 3, com 2,5 colunas de continuação da anterior, com a relação das pessoas autorizadas como “mundo official” mais o restante da programação e os telegramas a Borges; e pela 4, com 2,5 colunas continuando a reprodução dos telegramas ao presidente estadual licenciado e ao seu substituto legal.

A Federação, nº 217, de 20 de setembro de 1915, segunda-feira.

Mudam finalmente a manchete e os títulos de capa do jornal desde o início da cobertura: “Os funeraes do Senador Pinheiro Machado” e “Demonstrações de pesar pelo

seu assassinato” mantêm a intensidade e o detalhamento dos dias anteriores. Em três colunas, “Patria desollada”, quadro alegórico do pintor Helio Salinger simbolizando o cadáver no caixão; uma foto do busto do senador (autoria: escultor J. Corona); amplo texto de página inteira com alguns subtítulos: “As forças”; “No cemiterio”; “Discurso do Conselheiro Municipal do Districto Federal, coronel Zoroastro Cunha”; “Discurso do orador official, dr. Vieira Pires”. Há um texto específico sobre a presença de Borges de Medeiros no enterro, o que se explica por estar o presidente do Rio Grande do Sul e do PRR licenciado de suas funções, por enfermidade.

Ainda na capa se inicia a publicação do discurso do orador oficial, Vieira Pires.

Na página 2, em quatro colunas continua o discurso de Vieira Pires; a seguir os de Alvaro Neves, delegado dos estudantes republicanos da Capital Federal; Graciliano de Abreu Gonçalves, inferior do Exército; “A romaria á camara ardente e o acompanhamento á necrópole”; e a relação de coroas enviadas.

Na página 3, em cinco colunas, ampla foto do “Javary”, chegando ao cais; em outras quatro, colunas, outra foto de aspecto do cais. Ocupando toda a página afora as fotos: a continuação da relação de coroas.

A página 4 tem uma coluna continuando a relação de coroas; ampla foto em cinco colunas do cortejo na Avenida 7 de setembro; outra foto do préstito na mesma avenida; em três colunas: “Em casa do dr. Medeiros”; “Representações”; “A casa onde nasceu o senador Pinheiro”. Nas quatro colunas restantes: “A conflagração européia”; “Sports” (dividindo espaço com as fotos acima citadas).

A página 5 traz o “Serviço Telegraphico”, duas fotos, cada uma com quatro colunas, sobre os funerais em Porto Alegre; e 2,5 colunas com repercussão do assunto.

A cobertura segue nos dias restantes de setembro – igualmente já fora do limite de tempo a que nos propusemos investigar, mas aqui citada a título ilustrativo - embora menos intensa, e retoma o espaço generoso do jornal nos dias 8 e 9/10, apresentando e cobrindo as atividades do primeiro mês da morte de Pinheiro Machado.

Desse material a que o olhar do pesquisador verificou relevância com o tema aqui tratado, serão extraídos os textos que embasarão a terceira e última fase da tríplice análise proposta por Thompson (2002) através da Hermenêutica de Profundidade: a interpretação/reinterpretação, tema do próximo capítulo.

#### 4. A PERSONAGEM (DES)CONSTRUÍDA



Manço de Paiva à época do crime (Biblioteca Nacional)

Decorrente das duas fases anteriores da Hermenêutica de Profundidade, a interpretação permite dar ao objeto de estudo uma construção criativa de significado (THOMPSON, 2002), uma interpretação do que está representado ou do que é dito.

Thompson (2002) diz que as formas simbólicas têm um aspecto referencial: as construções que representam algo, referem-se a algo, dizem alguma coisa sobre algo. Encontrar esse aspecto referencial é o que se busca com o processo de interpretação. Mas conteúdos veiculados, como os aqui selecionados, são em si mesmos formas já interpretadas e, portanto, com significados constituídos. Por isso a interpretação de que trata a Hermenêutica de Profundidade é, ao mesmo tempo, um processo de reinterpretação, por sua vez baseado em campos pré-interpretados na sua contextualização sócio-histórica original.

Como já informado, a interpretação da cobertura jornalística desses acontecimentos pelo Correio da Manhã e pel' A Federação é feita, aqui, com base em textos selecionados a cada um dos cinco momentos históricos apresentados nas fases anteriores. Do primeiro ao quinto momento é destacado um texto ou um bloco de textos que, no entender do pesquisador, reúne(m) elementos facilitadores desse processo de compreensão sobre a construção da personagem em questão. A seleção usou como critério a inclusão de conteúdos de ambos os jornais em cada momento pesquisado, escolha essa por sua vez alinhada à importância desses acontecimentos. A reprodução dos textos selecionados dos dois jornais se fará na escrita em que foram originalmente publicados.

Antes de avançar sobre a interpretação e a reinterpretação das narrativas trabalhadas na fase anterior, superada igualmente a contextualização sócio-histórica, é interessante lembrar, ainda que sucintamente, os cinco momentos do período 1901-1915 aqui analisados.

O quadro a seguir cumpre esse objetivo:

#### Quadro 4 - Momentos da pesquisa

Momentos	Principais acontecimentos
15 a 20/06/1901	Surgimento do <u>Correio da Manhã</u> ; protestos no Rio contra aumentos das passagens de bondes.
20 a 25/05/1906	Duelo entre Edmundo Bittencourt e Pinheiro Machado.
24/02 a 1º/03/1910	Campanha sucessória/vitória de Hermes da Fonseca.
1º a 08/03/1914	Eleição presidencial; estado de sítio.
09 a 20/09/1915	Eleição e confirmação de Hermes Fonseca senador pelo RS; assassinato do senador Pinheiro Machado e cerimônias fúnebres no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

Elaboração do pesquisador. Base: Correio da Manhã e A Federação (1901-1915).

Assim, do primeiro momento, que coincide com a criação do jornal carioca, separou-se inicialmente o que ele diz de si próprio, como promessa e como plano de existência - estando o critério de importância acima indicado preenchido pelo caráter histórico que só o tempo é capaz de propor - de um lado; mas também o que ele apontou como o principal acontecimento desse espaço de tempo limitado pelos dias 15 a 20 de junho de 1901 – no caso, os protestos populares contra o aumento do preço das passagens de bonde no Rio de Janeiro, tema de vinculação com a conjuntura política da qual Pinheiro Machado era, já, elemento em consolidação e cujo desfecho o diário da capital federal da época relacionou ao seu posicionamento. Já para A Federação, existente há mais de 17 anos quando do aparecimento do periódico carioca, o tema selecionado foi a comemoração dos correligionários gaúchos do senador ao aniversário da retomada do poder pelo presidente estadual Júlio de Castilhos, no ano de 1892, a que o jornal dedicou generosos espaços. Quando não incluídos nesta fase da pesquisa, a reprodução total ou parcial desses textos estará inserida nos seus anexos.

O artigo de fundo da edição inaugural do Correio da Manhã, de 15 de junho de 1901, tem um título em latim, “*Ars Neva*”, e não é assinado. São duas colunas inteiras da página *standard* sobre o caráter e as funções do jornal moderno, em maior destaque que o texto de uma coluna assinado pelo proprietário do jornal e que anuncia as suas intenções – este já parcialmente reproduzido antes.

Já os protestos populares mereceram cobertura extensiva na capa do diário, no dia 19 de junho de 1901, na seção “Tópicos e Notícias”, sem título que lhe chamasse a atenção.

Na capa do dia 20, uma série de textos, começando com o assinado por Pedro Tavares Junior, com o título “Burros e cães”, continuando com o posicionamento

do jornal à frase atribuída por ele ao presidente da República na véspera e completando-se com a matéria sob o título “Victoria do Povo”:

É possível observar-se, na interpretação desse conjunto de textos selecionados ao diário carioca, o quanto o jornal deu-se importância, primeiro como meio de comunicação que buscava diferenciar-se dos já existentes, submetidos a um sutil julgamento desfavorável, expresso nas frases “A imprensa que para viver precisa do apoio e subsídios dos governos não tem a confiança de ninguém; nem d’aquelles que a auxiliam, que nesse mesmo auxilio dão a prova mais evidente de que nella não confiam...” e “A independência de um jornal é o único meio de lhes garantir essa segurança...”; e, ainda, ao atribuir a si próprio a solução do problema das passagens de bondes – o jornal aclamado “por milhares de pessoas” e sendo responsável por “grande parte” da decisão de recuo da Companhia São Christóvão, pondo fim “aos tristes acontecimentos” que se registravam no Rio de Janeiro. As críticas ao governo e especialmente ao presidente da República (“o pensamento de tyramnia que o domina...”) evidenciam já nos seus números iniciais uma proposta de confronto com o poder constituído – que se estenderá por todo o espaço de tempo desta pesquisa.

O primeiro conteúdo selecionado em A Federação, nesse momento inicial dos cinco aqui pesquisados, tem o título “Data memoravel” e circulou na edição de 17 de junho de 1901, uma segunda-feira, na capa, tratando do aniversário da restauração da legalidade em 17 de junho de 1892, por Júlio de Castilhos.

O mesmo assunto está presente na capa da edição do dia seguinte (18/06) e ainda na edição de quarta-feira, dia 19, com a reprodução de dezenas de telegramas de congratulações enviados a Júlio de Castilhos.

Percebe-se desses trechos selecionados ao jornal gaúcho o seu óbvio engajamento partidário (“um dos mais notaveis cometimentos do partido que salvou o Estado da anarchia”), o endeusamento da principal personalidade do PRR (“o chefe prestigioso e triumphador d’esse dia memoravel” e “com Júlio de Castilhos venceremos sempre”) e a desqualificação dos adversários políticos (através de expressões como “demagogos”, “despeitados”, “rio-grandenses desnaturados e indignos desse nome”).

O segundo momento (20 a 25 de maio de 1906) foi marcado pelo duelo a tiros entre Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt, realizado no dia 23 - que o jornal do Rio de

Janeiro ignorou e o gaúcho, explorou. Na ausência de conteúdo sobre o confronto entre os dois conterrâneos, o artigo de fundo “O dever do povo” foi o texto selecionado no Correio da Manhã de 20 de maio de 1906, um domingo, na capa, lembrando os protestos contra o aumento das passagens, cinco anos atrás, para compará-los à revolta da vacina e aos aumentos dos impostos.

Há um visível estímulo à reação popular ao que o jornal chama de “calma e resignação” frente aos golpes que lhes são desferidos, uma desqualificação objetiva do Congresso Nacional (“congresso de mentira”) e uma inconformidade entre a propaganda do regime implantado em 1889 e a República que se efetivou (“A democracia... sepultou-se”). E aparece a crítica, já então sistematizada no jornal, de atacar Pinheiro Machado, presidente de fato do Senado, líder do bloco parlamentar de sustentação ao governo e presidente da comissão a quem cabia ratificar ou modificar os resultados eleitorais. Essa ação condenatória do jornal, concentrada contra a figura do senador sul-rio-grandense, é que levará ao duelo do dia 23 entre ele e Edmundo Bittencourt. O silêncio do Correio da Manhã sobre esse assunto é injustificado, mas, ao existir, é revelador de uma contradição ética entre o que se propunha o jornal desde seus primeiros artigos de fundo e o que praticou nessa questão.

Em A Federação os textos selecionados são os que narram o duelo ocorrido no dia 23 de maio, entre o senador Pinheiro Machado e o proprietário do Correio da Manhã, Edmundo Bittencourt. Nesse mesmo dia 23 de maio de 1906, uma quarta-feira, o jornal gaúcho valeu-se de sua natureza vespertina para destacar no serviço telegráfico da página 2 o enfrentamento, acontecido durante o amanhecer, “devido a injurias publicadas pelo Correio da Manhã”.

A cobertura do enfrentamento continua no dia seguinte, 24/05, quinta-feira, em que o duelo entre Pinheiro Machado e Bittencourt está na capa, em texto de meia coluna - “Senador Pinheiro em desaffronta”.

E segue na segunda página da mesma edição, acrescentando detalhes às notícias anteriores, no seu serviço telegráfico, alfinetando o jornal carioca: “O *Correio da Manhã* não publicou noticia alguma a respeito do duello entre o senador Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt”.

Mais do que a extensa cobertura ao próprio duelo, em textos em que não falta o posicionamento do jornal (a notícia inicial diz que o enfrentamento deveu-se a “injurias publicadas pelo *Correio da Manhã*” e que o senador está “sendo muito felicitado” como vencedor), chama a atenção o julgamento feito pelo jornal de Porto Alegre na edição do dia 24: “Senador Pinheiro em desaffronta” é, já, um título sinalizador da visão que o diário tem sobre o acontecimento, e que transmite à sociedade. O texto, editorializado, faz uma tomada de posição num confronto entre a política (Pinheiro Machado e outros homens públicos que, como ele, são difamados pela “indústria jornalística”) e a imprensa (essa mesma “indústria jornalística”), da qual, aliás, A Federação é parte. O lado do jornal é a política, evidenciado nesse mesmo texto em referência na frase que lhe dá o título: “O Riogrande (sic) do Sul republicano se congratula com o eminente patriota por vel-o sahir incolume do imprevisto e supremo lance de arrojada desaffronta”.

Para o terceiro momento (24 de fevereiro a 1º de março de 1910), selecionou-se o texto publicado na capa do Correio da Manhã do dia 26, com o título “A masorcha e a fraude” – que divide o destaque da página com outro, de “Gil Vidal” acusando a “imprensa hermista” de defender as “actas fraudulentas”. O texto aqui tomado como referência não traz assinatura e diz estar o Rio de Janeiro entregue a “um bando de vagabundos”, ligando esse fato à ausência do Marechal Hermes da Fonseca – em visita ao Rio Grande do Sul.

O Correio da Manhã faz da candidatura de Ruy Barbosa uma de suas inúmeras campanhas – até então, já deflagradas pelo menos duas: contra o aumento das passagens em 1901 e contra a vacinação obrigatória em 1904. Importante lembrar aqui os vínculos entre o candidato e Edmundo Bittencourt, que haviam trabalhado junto como advogados e no jornal A Imprensa, de onde surgiu o próprio Correio da Manhã. Uma disputa sucessória nos moldes da que envolveu Ruy Barbosa e Hermes da Fonseca era novidade da política brasileira até então, estimulando a excitação dos engajados em cada facção. Mas o posicionamento do jornal, ainda que legítimo, deve ser interpretado, com base no texto selecionado, como uma manipulação dos acontecimentos ao generalizar na conta do candidato a que se opõe os problemas então verificados na capital federal.

Para o mesmo momento, escolheu-se em A Federação uma série de textos que tem por tema as eleições de 1º de março. “As urnas livres”, na capa do dia 26 de fevereiro, sábado, é o primeiro dessa seleção.



“Apotheose”, de 28 de fevereiro, também na capa, é assinado por Ildefonso Pinto e mantém por tema as eleições presidenciais, enquanto “Estrondosa manifestação”, sem assinatura, está na página 2 da edição do mesmo dia.

A 1º de março, dia da eleição, a capa de A Federação traz texto inicial em pouco mais de duas colunas que mantém o tom apoteótico do dia anterior e inclui um parágrafo intermediário que valoriz a figura de Pinheiro Machado.

A mesma manipulação apontada na interpretação das edições do Correio da Manhã, para o período, pode ser identificada nos textos de A Federação acima apontados – apenas em sentido oposto. Como órgão do PRR, obviamente o diário porto-alegrense apoiava o candidato do PRF, neste caso acrescido de ser ele um nativo do Rio Grande do Sul e de vir sustentado pelo senador Pinheiro Machado. Mas A Federação usou nesse engajamento armas similares às do diário carioca, valorizando o candidato de sua preferência (“o verdadeiro candidato do povo”), desqualificando o adversário (“A violencia dos adversarios do partido republicano nacional, o calor que estão dando á discussão e os processos condemnavéis que estão empregando”) e cantando vitória antecipadamente (“Podem ferir os ares as notas alegres dos clarins das hostes republicanas, annunciando a victoria do candidato do povo, o marechal Hermes da Fonseca.”), além de dar vivas ao marechal, ao candidato à vice-presidência e ao senador, “o gaúcho imperterrito”, “o homem de envargadura de aço”, “o general do exercito de patriotas...”

Para o quarto momento (1º a 8 de março de 1914), as eleições presidenciais constituem, novamente, o principal acontecimento, até a decretação do estado de sítio no dia 4 – razão por que foram selecionados conteúdos sobre esses dois assuntos. O Correio da Manhã veicula uma série de textos questionando a legitimidade do processo sucessório. A 1º de março “Gil Vidal” assina artigo sem título na capa, com uma coluna, sobre a eleição presidencial.

Na edição do dia seguinte o Correio dá seqüência ao tema, em tom irônico e dividindo a importância com a crise política no Ceará.

A 5 de março, o Correio da Manhã estampa na capa o estado de sítio.

O pleito de 1914 não teve o mesmo teor do de 1910, apesar de Ruy Barbosa ser novamente candidato – ou anticandidato, porque, sabedor previamente da derrota, concorreu para marcar posição. Isso se reflete na postura com que o Correio da Manhã

encarou o tema em suas edições, em que parece evidente a impossibilidade de vitória, mas nem por isso deve deixar de ser atacado o candidato oficial – Wenceslau Braz, o então vice-presidente, que havia composto a chapa vitoriosa de quatro anos atrás e sofrido ataques do jornal de Bittencourt por supostamente ter traído Minas Gerais. A eleição, assim, é “torpíssima e repugnante farça” para o jornal, num dia; no outro já nem é farsa, pois para que assim se pudesse qualificá-la “seria necessário que ao menos a um simulacro de eleição nos fosse dado assistir. E isso não vimos, porque, na realidade, hontem, ninguém votou”. Em meio a processo de apuração então bastante prolongado, o Correio da Manhã também pratica a antecipação da notícia, ao declarar Wenceslau Braz e Urbano dos Santos *eleitos* (com grifo original, o que em si mesmo envolve um posicionamento) presidente e vice-presidente do Brasil para o mandato 1914-1918. O que merece a atenção prioritária do diário, por esses dias, é, por isso, a crise política do Ceará, em que a ameaça de intervenção federal divide os republicanos e as forças armadas. São espaços generosos dedicados ao assunto, até o governo decretar estado de sítio a 4 de março, e, um dia depois, suspender a circulação de diversos jornais, entre os quais, o de Edmundo Bittencourt.

Eleições e estado de sítio também são os temas dominantes de A Federação nesse momento da pesquisa. A 1º de março de 1914, sua capa tem 1,5 coluna sobre “A eleição” realizada nesse dia em todo o país, apontando a “candidatura única: Wencesláo/Urbano Araújo”.

A sucessão presidencial é ainda o tema dominante do jornal até o dia 6, quando pela primeira vez o estado de sítio aparece em suas páginas. O jornal gaúcho não apenas o noticia - o defende em longo texto de capa, com 2,5 colunas.

Saltam à interpretação das edições de A Federação dessa época o engajamento à candidatura oficial à presidência da República e a defesa *a posteriori* do estado de sítio – o que não consiste novidade para um jornal pertencente a um partido político alinhado ao exercício do poder nacional e regional. O jornal não apenas defende a chapa oficial, como sustenta o vigor do próprio processo eleitoral e ressalta o que considera as qualidades dos candidatos a presidente e a vice-presidente. Já para o caso da medida de exceção, envolvendo prisões, toque de recolher e censura à imprensa, é preciso encontrar justificativas substanciais – e o jornal as tenta, apontando culpados: “... os propositos subversivos de alguns determinados ambiciosos sem idéas, sem principios e sem

patriotismo, que não encontrando o apoio dos... conservadores da nossa sociedade tentam por em prática os vícios mais condenáveis e perigosos á nação para satisfazerem os seus desejos incontinentes de posições, de mando e de vantagens” e defendendo a adoção do recurso extremo: “Semelhante providencia, imposta pela situação, é perfeitamente legitima e necessaria”.

Para o quinto e último momento da pesquisa (9 a 20 de setembro de 1915), os textos selecionados em ambos os jornais tratam do assassinato do senador Pinheiro Machado, ocorrido a 8 de setembro. O Correio da Manhã de 09/09/1915 dá-lhe intensa cobertura na capa, através de um longo artigo de fundo, sob o título geral “O general Pinheiro Machado foi hontem, á tarde, assassinado no saguão do hotel dos Estrangeiros” e as linhas de apoio “O criminoso, natural do Rio Grande do Sul, foi preso, declarando ter agido por conta propria/O que dizem as testemunhas de vistas da tragica scena/As Forças de terra e mar estão de promptidão”.

No dia seguinte, o jornal começa a posicionar-se em relação às pressões sofridas pela Polícia e pelo Governo Federal para encontrar os mandantes do crime.

Esse posicionamento seguirá as edições seguintes do jornal, como nas capas de 11 e 12 de setembro de 1915.

O Correio da Manhã fez no período uma concessão antes inimaginável a Pinheiro Machado que, morto, teve reconhecidos sua “vontade de aço” e seu mérito como “verdadeiro estrategista político”. Mas ficou aí qualquer esboço de elogio ao senador, para quem o jornal repetiu, numa cobertura concentrada pelo fato que a impôs, qualificativos desfavoráveis com que o vinha tratando em vida – como homem voltado para a glorificação própria e a dos amigos, que exercia influência funesta, praticante de atentados políticos, um desatinado. Embora não inscritas no texto acima, a expressão “caudilho” e sua variável “caudilhismo” aparecerão na cobertura da morte do gaúcho. Percebe-se em suas edições uma tentativa de desvincular-se do crime, num momento em que a hipótese de complô político era argüida pelos seguidores de Pinheiro Machado e as suspeitas lançadas na direção dos que o haviam atacado até então. Essa possibilidade, desde logo considerada injustificada pelo diário, levou-o a expressar indignação contra o que chamou de exploração “do cadaver ainda insepulto do senador” e percorreu várias de suas edições no período, antecipando-se mesmo ao julgamento do assassino, desde já classificado de

“desvairado como tantos outros que se excitam á pratica do crime politico e... é um jovem, em cuja mentalidade, dentro em pouco tempo, talvez se encontrem vestígios de taras perniciosas”. Adversário intransigente do senador Pinheiro Machado tanto quanto do marechal Hermes da Fonseca, o jornal encontra um motivo para atacar este último no meio da cobertura, dedicando-lhe críticas como a veiculada a 12 de setembro e que seguiria pelos demais dias: “Entre as pessoas que acompanharam as homenagens prestadas ao corpo do senador Pinheiro Machado, ninguém viu o marechal Hermes”.

N’A Federação, a morte de Pinheiro Machado foi, antes de notícia, luto: o jornal não circulou no dia seguinte ao crime. O assunto, assim, só chegou às suas edições na de nº 209, de 10 de setembro de 1915, sexta-feira, ocupando cinco das suas seis páginas. Na capa, um título, “Senador Pinheiro Machado”, e uma linha de apoio, “Demonstrações de pesar pelo seu assassinato” que acompanharão todas edições até o dia do sepultamento. O primeiro texto é informativo e ocupa integralmente a primeira das sete colunas da página.

A cobertura adota uma linha de valorização da personalidade do morto e de sua importância para a política nacional, ressaltados mais uma vez a partir do dia da chegada do corpo ao Rio Grande do Sul (primeiro, Rio Grande e a seguir, Porto Alegre), para os funerais. A 18 de setembro, na capa, e com o mesmo título e a mesma linha de apoio das edições anteriores, a cobertura ocupa quatro colunas pela metade, equivalendo à meia página, com ampla foto do corpo do senador deitado, ilustrando o texto “Palavra de ordem”; outras quatro meias colunas com “Relíquias sagradas”; duas colunas de pé de página com “A chegada do corpo do Senador Pinheiro Machado ao seu estado natal/No Rio Grande”.

A cobertura segue pela página 2, com suas sete colunas continuando o material da página anterior, em intertítulos detalhando a cerimônia programada para Porto Alegre e o transporte do corpo pelo “Couraçado Deodoro”:

A 20 de setembro de 1915, segunda-feira, a edição traz a cobertura do sepultamento do senador Pinheiro Machado no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, mudando parcialmente a manchete e os títulos de capa do jornal desde o início da cobertura: “Os funeraes do Senador Pinheiro Machado” e “Demonstrações de pesar pelo seu assassinato”. O quadro alegórico do pintor Helio Salinger “Patria desollada”, em três colunas, simboliza o cadáver no caixão ilustrando os longos discursos proferidos durante a

cerimônia fúnebre. A presença de Borges de Medeiros no enterro é valorizada pelo jornal, por sua condição de licenciado por motivo de doença.

Como se pode observar, A Federação adotou um comportamento, na morte de Pinheiro Machado, que mais uma vez priorizou a política à ação da imprensa, caracterizado na suspensão da edição de 9 de setembro, em sinal de luto; repetido nos dois dias imediatamente seguintes, com a reprodução extensiva dos telegramas de condolências encaminhados aos próceres do PRR e à própria redação, e nos demais conteúdos com que tratou do assunto. É visível e compreensível, dada a sua condição de órgão oficial de um partido, sua tentativa de exaltar as qualidades do morto, verificadas em adjetivações como “eminente cidadão e inclyto chefe republicano”, expressas logo após o assassinato, até transformá-lo no “venerando martyr riograndense” na cobertura do sepultamento. O jornal lançou suspeição sobre as responsabilidades pelo crime, associando-se à tese do complô político; e também buscou valorizar outros líderes do PRR, especialmente o irmão do senador morto, o general Salvador Pinheiro Machado, que exercia a presidência estadual durante a enfermidade do titular Borges de Medeiros, e o desprendimento deste último, que, mesmo doente, fez questão de comparecer ao enterro no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Multidão dirigindo-se à Intendência de Porto Alegre, para os funerais. (Sioma Breitman)

Pretendeu-se realizar esta pesquisa orientado pelos ensinamentos da Comunicação, acrescidos do aporte que sua característica multidisciplinar não apenas permite como estimula, neste caso com o recurso à Sociologia, através da Hermenêutica de Profundidade, e à História, pelas pesquisas bibliográfica e documental.

Relações entre meios de comunicação como os dois jornais objetos desta investigação e fontes de notícia como o senador Pinheiro Machado, resultando em circulação de informações dirigidas a uma audiência de que Manço de Paiva foi o exemplo, certamente envolvem o exercício de poderes que legitimam cada parte a ocupar o espaço que lhes é natural, daí o tema “Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915”. Jornais vivem de notícias (pelo menos tal como os entendemos contemporaneamente), notícias decorrem de acontecimentos sistematizados como tal, acontecimentos são gerados por pessoas a quem se concede autoridade para tanto e por quem busca no extraordinário a autoridade que de outra forma não teria no objetivo de “dizer” algo para um número considerável de pessoas, capilaridade esta tornada possível pelos meios de divulgação.

Assim, trabalhou-se com a idéia da inter-relação entre as agendas da política, da mídia e do público, entendendo-se a primeira como a forma pela qual os agentes públicos produzem acontecimentos e são condicionados pelos meios de comunicação; a segunda caracterizada pelos temas tratados por esses meios e a última pelos efeitos desses veículos sobre os receptores. O que, no caso em questão, como se buscou aqui demonstrar está representado respectivamente pelo senador Pinheiro Machado, pelos jornais Correio da Manhã e A Federação e pelo leitor Manço de Paiva.

O espaço de tempo 1901-1915 aparece, no caso da imprensa brasileira exemplificada no Correio da Manhã e n’A Federação, como um período de transição rumo à profissionalização como empresas jornalísticas, portanto condicionadas a condições de mercado como a viabilidade econômica e a necessidade de lucro. A multiplicidade de estilos e gêneros jornalísticos praticados na época decorre desse processo de adaptação e se insere no rico e novo momento da nacionalidade brasileira iniciado após a Guerra do Paraguai e que se consagrou institucionalmente com a abolição da escravatura e a proclamação da República.

Mas esta é uma pesquisa sobre as relações entre a Imprensa e o Poder - logo, sobre Comunicação e Política - exercida no exame do Correio da Manhã e d’A Federação e na

forma com que trataram uma personagem importante da primeira fase da vida republicana nacional. Assim, deve-se considerar, pelo que aqui veio sendo visto, que quando a República instalou-se no Brasil, em 1889, com o apoio da maioria dos jornais, a imprensa já havia dado mostras de protagonismo na vida nacional, inclusive um ano antes, em que a abolição da escravatura coroou uma campanha duradoura oriunda das vanguardas políticas, a seguir assimilada pelas classes conservadoras e afinal pela própria família imperial.

Esse poder da imprensa não justifica, mas permite compreender a dedicação que lhe deram alguns dos primeiros presidentes civis da República, tornando-se “compradores” das opiniões de jornais e de jornalistas dispostos a pô-las em negociação. É bem verdade que pelo menos um deles, Campos Salles, deixou registrado nas suas memórias como se deu esse relacionamento íntimo do governo com os meios de comunicação em seu mandato. Em “Da propaganda á Presidência” (1909), o presidente do quadriênio 1898-1902 explicita os recursos usados pelo Palácio do Catete com esse objetivo, e que, como já visto, foi usado pelo Correio da Manhã já no seu número inaugural para expor a “independência” do jornal que surgia e denunciar o engajamento de muitos dos que já existiam.

Argumentam os estudos contemporâneos sobre o poder do jornalismo que as pessoas absorvem assuntos através da mídia e os incluem em suas conversas. Com isso, conhecem ou ignoram, mantêm-se atentos ou mostram-se desinteressados, ressaltam ou reduzem a importância. Enfim: incluem ou excluem temas tornados públicos ou desprezados pelos meios de comunicação. Permite-se considerar como conseqüências desse processo que 1) assunto, situação e pessoa importantes são os que circulam nos veículos de comunicação; 2) a mídia tem importante papel na compreensão da realidade pelas pessoas; 3) essas condições não só são aplicáveis ao tempo que aqui vem sendo pesquisado, como foram agravadas por então só existir a mídia impressa como meio de comunicação de grande capilaridade.

Aplicando tais percepções ao que aqui vem sendo investigado, observa-se que as reações de Manço de Paiva (pessoa absorvendo assuntos através da mídia, dando-lhe importância, incluindo-os em suas conversas e então tomando decisões de vida) foram motivadas pelo que ele leu no Correio da Manhã e que então constituíram a base de seus pensamentos e de seus diálogos. O jornal transmitia a seus leitores a idéia de um Pinheiro Machado com poderes acima do normal, um “caudilho”, alguém que vinha tentando



governar em nome dos presidentes da República como o fizera no governo Hermes da Fonseca, tentando ele próprio viabilizar-se como o escolhido pelo Partido Republicano e que - supra-sumo da arrogância! - tornara possível eleger o mesmo Hermes da Fonseca senador pelo Rio Grande do Sul – entre outros julgamentos que lhe fez Edmundo Bittencourt ao longo desses 15 anos, incluindo acusações de desonestidade e de usufruto de benefícios materiais graças ao poder que exerceu, sem a apresentação de provas.

Decerto todos os leitores do Correio da Manhã estiveram submetidos, no período, à exposição dessa visão particular do jornal sobre o homem público Pinheiro Machado – e nenhum outro tentou, antes, assassiná-lo como Manço de Paiva. Isso não retira, porém, os efeitos do que o jornal publicou a respeito dos governos republicanos e de um de seus representantes entre 1901 e 1915, especialmente quando se percebe que a imagem do senador foi-se desgastando ao longo desse tempo que coincide com a ascensão do diário como o principal do Rio de Janeiro. Nesses 15 anos, o Correio da Manhã fez escola no jornalismo, influenciando títulos tradicionais como a Gazeta de Notícias, o Diário de Notícias (RJ) e O Imparcial, que o seguiram na estratégia de atacar o governo, os políticos que lhes davam sustentação e os jornais que ousavam defendê-los – tratados como vendidos, sob a denúncia geral de que recebiam verbas das autoridades.

Ao contrário, em Porto Alegre, a (boa) imagem do senador Pinheiro Machado não apenas era ressaltada nas páginas de A Federação - o que não surpreende por tratar-se do órgão oficial do PRR - como em geral respeitada pelos demais jornais, mesmo os que, sob o argumento da independência como o Correio do Povo e o Jornal do Commercio, estavam mais próximos do federalismo de Silveira Martins do que do republicanismo de Júlio de Castilhos, de Borges de Medeiros e do senador.

Do que foi até aqui exposto, permite-se alinhar ainda outras considerações, como as que seguem, baseadas na combinação entre os estudos sobre os efeitos do jornalismo.

Pinheiro Machado foi um promotor de notícias durante 50 de seus 64 anos de vida, em especial a partir de sua chegada no Rio de Janeiro em 1890, como senador eleito pelo PRR. Essa sua condição foi se acentuando à medida que ampliou-se o seu espaço político dentro do regime implantado em 1889, tendo por pontos de referência o diálogo com o Marechal Deodoro da Fonseca em 1891, quando, em nome de Júlio de Castilhos e do PRR, opôs-se contra o fechamento do Congresso Nacional – que significou seu reconhecimento

como articulador - e a indicação do Marechal Hermes da Fonseca, meses depois de ter deixado a Presidência da República, em 1915, candidato ao Senado pelo Rio Grande do Sul – que, combatida ferozmente pelo Correio da Manhã, acabou levando à morte o senador gaúcho.

O Correio da Manhã – com seus jornalistas - foi um produtor de notícias que inovou a relação dos jornais brasileiros com o governo federal na era republicana. Fez-lhe vigorosa oposição desde sua primeira edição, o que lhe tem valido um reconhecimento histórico como jornal independente. Pelo que foi aqui apurado, permite-se contestar essa identificação, na interpretação de que o jornal de Edmundo Bittencourt buscou estrategicamente ocupar um espaço então vago na postura crítica ao regime que em 1901 ainda engatinhava e tinha dificuldade em atender às próprias expectativas. Foi o sucesso dessa estratégia empresarial que acabou por consolidar o Correio da Manhã como um jornal popular, até mesmo populista, provavelmente fazendo-o refém dessa fórmula. A propalada independência com que o diário carioca buscou diferenciar-se dos demais também pode ser questionada ainda nas suas escolhas eleitorais, engajando-se, no período aqui investigado, no que apelidou de “Campanha Civilista”, ao apoiar o “civil” Ruy Barbosa contra o “militar” Hermes da Fonseca em 1910. O exame de suas edições de fevereiro e março desse ano evidencia constantes rupturas com o equilíbrio no trato do assunto eleitoral, em que ao candidato apoiado eram dirigidos espaços e conteúdos favoráveis enquanto o outro era tratado como adversário e responsabilizado por situações a que faltavam comprovações. Permite-se, por isso, considerar que o Correio da Manhã tivesse então um objetivo mais empresarial do que político, buscando sobreviver com a fácil adoção de crítica generalizada num momento propício para tanto, pelas frustrações com o sistema republicano e a eclosão de movimentos em busca de maior participação da sociedade.

A Federação foi um produtor de notícias que desde seu surgimento alinhou-se com a política partidária, como órgão oficial do PRR. Estar a serviço da política foi, logo, uma contingência de sua própria organização, embora então seus criadores julgassem política e jornalismo uma única coisa, podendo, até, estar imbuídos de boa fé na seleção dos temas que faziam circular. O jornal manteve-se coerente a essa fórmula por toda a sua existência e assim funcionou como porta-voz do partido e de seus dirigentes, entre eles Pinheiro Machado. Exerceu por conseqüência a mesma parcialidade apontada para o

Correio da Manhã, com a diferença de que essa era uma prática de resto conhecida por quem a escolhia como veículo de comunicação.

Os jornais reinavam absolutos como meios de informação no Brasil dos anos iniciais do Século XX – o cinema já existia, mas não tinha a mesma capilaridade. O País era, contudo, um território de população predominantemente rural e analfabeta, inferior a 20 milhões de habitantes, tendo o Rio de Janeiro como sua cidade mais populosa; o voto era exclusividade dos homens que soubessem ler, à exceção dos soldados e dos padres, e exercido sobre listas prévias apresentadas pelas facções políticas. Predominavam nesse contexto o voto a cabresto, o coronelismo, a imposição da vontade das oligarquias, situação que de imediato passou a ser combatida pelo Correio da Manhã, no Rio de Janeiro – em certos períodos estendendo-se para outros jornais e para outras cidades. No Rio Grande do Sul, o PRR mantinha-se hegemônico e tinha um veículo de comunicação oficial, alinhado ao poder central pela idéia republicana, em geral colocada acima das disputas vigentes em outras regiões. A Federação, assim, foi no período simultaneamente um órgão de sustentação tanto aos governos que se sucediam nacionalmente quanto aos que se repetiam no Estado.

O jornalismo brasileiro no período desta investigação caracterizou-se pela predominância da opinião à informação, cujas exceções nacionais exemplificadas no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro e no Correio do Povo, em Porto Alegre, apenas justificam a regra. O Correio da Manhã opinava acima dos partidos, alinhando-se em geral a quem se opunha ao governo federal. Por isso chegou a ser contrário a Ruy Barbosa, a quem destratou em suas páginas enquanto ele integrava os quadros situacionistas, passando a apoiá-lo, defendê-lo e a sustentar sua campanha quando ele abriu dissidência ao Palácio do Catete, na sucessão de Nilo Peçanha em 1909-1910. Essa tendência do jornalismo brasileiro vinha de sua origem em 1808, desde quando – e até o tempo desta pesquisa – a imprensa brasileira alternou-se entre estar com o governo ou contra ele.

Escrevia-se com estilos, regras, possibilidades e limites distintos: redigia-se à mão, não existia a diagramação, poucas vezes se usavam títulos, subtítulos e linhas de apoio para chamar a atenção para os textos e fotos e ilustrações, só em situações excepcionais. Os 15 anos aqui examinados registraram relativa evolução na forma de apresentação dos jornais, com a gradual absorção de títulos, ilustrações e fotografias que tornaram as páginas menos

maçudas, embora esteticamente ainda precárias e com textos que muitas vezes representassem mais a necessidade do autor em ser reconhecido bom escritor do que a dos leitores em serem informados.

Foi nesse quadro que o Correio da Manhã e A Federação trataram dos assuntos e de seus promotores, orientando-se pelo posicionamento político de seus dirigentes. Edmundo Bittencourt, proprietário e “porteiro” absoluto do diário carioca, dirigiu para Pinheiro Machado uma oposição que veio graduando-se ao longo dos 15 anos desta investigação, a ponto de tratá-lo, finalmente, como caudilho e eminência parda; qualificando-o ainda com outros adjetivos, como chefe, ditador, desabusado, nefasto personagem, maligno, e de ressaltar como defeito sua condição de general honorário<sup>55</sup>. Pela sua condição partidária, A Federação não tinha um dono individual, como o jornal do Rio de Janeiro: seus dirigentes eram sempre escolhidos pelo PRR, como uma missão agremiativa. Mas também dirigia elogios aos correligionários e impropérios aos adversários, igualmente selecionando os seus assuntos a partir desse viés partidário.

Manço de Paiva foi um consumidor de notícias cuja influência do que estava escrito nos jornais parece evidente. Tendo por base suas declarações à imprensa em diversos momentos de sua vida, seus depoimentos às autoridades à época e o que dele dizem seus descendentes, é difícil deixar de ver verossimilhança no argumento que usou para cometer o crime contra o senador Pinheiro Machado. Não fosse assim, teria, depois de preso, cinco ou seis décadas de existência em que poderia revelar eventuais mandantes e usufruído benefícios por ter cumprido o que lhe houvessem contratado. No entanto, passou 22 anos da pena de 30 na cadeia, só sendo libertado graças a indulto convencional; viveu na miséria; manteve até a morte a versão original com que justificou o assassinato e segundo se apurou só não teve enterro de indigente porque jornalistas do Diário da Noite se quotizaram para bancar seus funerais.

Assim, pode-se considerar a exposição de dois Pinheiros Machados tendo-se o Correio da Manhã e A Federação por referência. O Pinheiro Machado apresentado no Rio de Janeiro foi um déspota, um homem mais propenso a mandar do que a dialogar, um “caudilho” sobre quem pairavam suspeitas inclusive de desonestidade. O Pinheiro Machado

---

<sup>55</sup> O título foi concedido a Pinheiro Machado por sua participação decisiva na Revolução de 1893, liderando forças legalistas no Sul do Brasil. Tais concessões eram freqüentes nos anos iniciais da República.

exposto pel' A Federação foi um líder, um sábio, um “pai” da República disposto inclusive a sacrificar-se em nome do sistema de governo pelo qual havia lutado na juventude e dedicado a maturidade a conservar.

Essas constatações resultantes do exame sobre as edições dos dois diários nos 15 anos que constituem o espectro desta pesquisa levam, ainda, a uma outra, assustadora: o Correio da Manhã e A Federação não faltaram completamente à verdade quando expuseram Pinheiro Machado com as qualificações antagônicas de vilão e de herói. Podem-se discutir essas adjetivações e as próprias contestações à honestidade do senador, mas, pelo levantado por esta pesquisa, parece adequado indicar como reais tanto a idéia do poderoso mandão quanto a do líder conservador da República, que conduzem à mesma personagem traços de contradição a que todas as pessoas estão sujeitas.

Tal observação remete às potencialidades do jornalismo, este sim verdadeiramente poderoso na construção de imagens públicas como a (s) da (s) personagem (ns) aqui tratada (s). Nestes quase 100 anos decorridos desde 1915, o próprio jornalismo tratou de organizar-se em técnicas, regras, métodos e práticas que orientam da apuração à veiculação e que, se não garantem plena isenção nos fatos revelados, ao menos conduzem a um tratamento em tese movido pelo interesse público, no que se convencionou definir como valor-notícia.

Assim, visto a distância de quase um século, o intervalo de tempo 1901-1915 não foi marcante apenas para a vida nacional, portanto, para a Política e para a História – também o foi, pelo que se viu, para a Comunicação, então restrita ao jornalismo impresso. Trata-se, por conseqüência, de um período rico em possibilidades investigativas muito além da que foi aqui exercitada e para as quais se espera estar contriubindo com este modesto trabalho.

---

## REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves (org). **Imprensa & história no Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 2001.

ALVES, Francisco das Neves. **Imprensa gaúcha. História, historiografia & política**. Rio Grande: FURG, 2000.

AMARAL, Luiz. **Técnica de Jornal e Periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

ALVIM, Newton. **Pinheiro Machado**. Porto Alegre: Tchê! – RBS, 1985.

ATHAYDE, Tristão de. **Política e letras**. In CARDOSO, Vicente Licínio. **À Margem da História da República**, tomo II. Brasília: Câmara dos Deputados – Editora da Universidade de Brasília, 1981.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica. História da Imprensa Brasileira**. 4ª edição/2ª reimpressão. São Paulo: Ática, 1990.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Júlio de Castilhos: positivismo, abolição e República**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1997.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Morte na República. Os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 2004.

BRAGA, Regina Stela (org). **Cadernos da Comunicação. Série Memória. Correio da Manhã. Compromisso com a Verdade**. Rio: Prefeitura da Cidade, 2001.

CABRAL, Cid Pinheiro. **O senador de ferro**. Porto Alegre: Sulina, 1969.

CALÓGERAS, Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **O processo político-partidário na Primeira República**. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

CAMPOS SALLES, Manuel Ferraz de. **Da propaganda á Presidencia**. São Paulo: Laemmert & C., 1908.

CASTRO, Therezinha de. **Historia da Civilização Brasileira. v. II República.** Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1969.

COSTA, Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense.** Nova Petrópolis: Amstad - Stihl, s/d.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo “Comunitário” em Cidades do Interior.** Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

DUARTE, Luiz Antônio Nikão. **As últimas horas do senador Pinheiro Machado.** Parte I. In Revista Voto Política & Negócios nº 14. Porto Alegre: setembro/outubro de 2005, p. 56-60.

DUARTE, Luiz Antônio Nikão. **As últimas horas do senador Pinheiro Machado.** Parte II. In Revista Voto Política & Negócios nº 15. Porto Alegre: outubro de 2005, p. 62-64.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo.** Brasília: Senado Federal, 2003.

FONSECA, Virginia. **Sumária historia dos meios de comunicação no Rio Grande do Sul.** Versão eletrônica in [www.ufrgs.br/ppgcom](http://www.ufrgs.br/ppgcom) - várias consultas em 2006. UFRGS. Porto Alegre: s/d.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Um conceito para o Jornalismo. Conhecimento singular ou senso comum?** Versão eletrônica in [www.ufrgs.br/ppgcom](http://www.ufrgs.br/ppgcom) - várias consultas em 2006. UFRGS. Porto Alegre: 2002.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia. Reestruturação produtiva sob o capitalismo global.** Tese de Doutorado, PPGCOM/UFRGS. Porto Alegre: 2005.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988.

GALVANI, Walter. **Um século de poder. Os bastidores da Caldas Júnior.** 2ª edição, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. **A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado.** In SCHWARCZ, LÍlian Moritz. **História da Vida Privada 4: o contraste entre a intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo, Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. **Política de Imagem**. In Revista Fronteiras Vol. 1, nº 1. São Leopoldo: Unisinos, 1999 – p. 43-52.

GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Brasília: Senado Federal, 2002.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas. O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. **A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930**. In [www.compos.org.br/e-compos](http://www.compos.org.br/e-compos), dezembro 2006, consulta em janeiro de 2007.

LACERDA, Juciano de Sousa. **A tematização no jornal da Pastoral**. In AQUINO, Márcia R., BORGES, Luis Fernando R., BRAGA, Adriana. **Angulações, provocações e cultura**. Cadernos de Comunicação nº 10, São Leopoldo: Unisinos, 2002, p. 179-200.

LEAL, Carlos Eduardo. **Correio da Manhã**. In Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000.

LEAL, Carlos Eduardo. **Gazeta de Notícias**. In Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2000.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Borges de Medeiros**. Porto Alegre: Tchê! – RBS, 1985.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York - London: Free Press, 1966.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva, 1975.

MCCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald. L. **The Agenda-Setting Function of the Press**. In SHAW, Donald e MCCOMBS, Maxwell: The emergence of American Political Issues: The Agenda-Setting Function of the Press. Saint Paul, West Publishing Co., 1977.

MEDINA, Cremilda. **Notícia. Um produto à venda. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial**. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira. A implantação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marylin. **As notícias como procedimento intencional. Acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos**. In TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.



MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. São Paulo - Brasília: Imprensa Oficial SP/Editora da UnB, 2002.

MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

MUÑOZ, Paulina Leyva. **Entrevista a Maxwell McCombs: hay que reinventar el concepto de noticia**. In [www.saladeprensa.org/art.247.htm](http://www.saladeprensa.org/art.247.htm) - acesso em 30 de janeiro de 2007.

OLIVEIRA, Xavier de. **O magnicida Manço de Paiva**. Rio de Janeiro: Typographia Benedito de Paiva, 1928.

PINTO, José Machado da Silva. **Quando a imprensa é notícia**. ? : Temário, 1969.

PORTO, Costa. **Pinheiro Machado e o seu tempo**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. **Epitacio Pessoa (1865/1942)**. Rio: 1951.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa Histórica no Brasil**. 4ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982.

RODRIGUES, Mario. **Meu libello. Memórias de carcere escriptas em torno de duas revoluções**. 1ª parte. Rio de Janeiro, Lux, 1925.

ROGERS, Everett, DEARING, James e BREGMAN, Dorine. **Agenda-Setting Research: Where Has It Been? Where Is It Going?** In GRABER, Doris A. **Media Power in Politics**. 5ª edição, Oxford - Washington: CQ Press, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canellas. **Comunicação & Política**. São Paulo: Hacker, 2000.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.

SALLES, Campos. **Da propaganda á presidencia**. São Paulo: Laemmert & C., 1908.

SANTOS, Jacinto Ribeiro dos. **O assassinato do general Pinheiro Machado**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1917.

SAPERAS, Enric. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massa**. Lisboa: Asa, 1993.

SILVA, Ciro. **Pinheiro Machado**. Brasília: UnB, 1982.

SILVA, Jandira da, CLEMENTE, Irmão Elvo, e BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: PUCRS - Governo do RS, 1986.

SIMON, Pedro (Org.). **Discursos do Senador Pinheiro Machado**. Brasília: Senado Federal, 2004.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1922.

SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **O processo político-partidário na Primeira República**. In MOTA, Carlos Guilherme (Org). **Brasil em perspectiva**. 20ª Edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6ª edição, Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo, Análise e Textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

WEBER, Maria Helena. **Consumo de paixões e poderes nacionais – permanência e hibridação em espetáculos político-midiáticos**. Rio: UFRJ, 1999 (tese).

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

#### **Outras obras consultadas**

AMADO, Gilberto. **Mocidade no Rio e a primeira viagem à Europa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

AMORIM, José Salomão David. **Panorama da Cultura de Massa no Brasil**. In WRIGTH, Charles R. **Comunicação de Massa. Uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

BARRERAS, Maria José Lanzziotti. **Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul**. Corag, Porto Alegre: 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Sertório de. **A República que a Revolução destruiu**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

CHACON, Vamireh. **História Institucional do Senado do Brasil**. 2ª edição. Brasília: Senado Federal, 1997.

DUTRA, Odil Peraça. **Monografia histórica do município de Pinheiro Machado (ex-Cacimbinhas)**. Pinheiro Machado: do Autor, 1999.

FREITAS, Maria Ester de. **Viver a tese é preciso!** In BIANCHETTI, Lucídio, MACHADO, Ana Maria Netto (org). **A bússola de escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis/São Paulo: UFSC/Cortez, 2002.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GOLDESTEIN, Gisela Taschner. **Do Jornalismo Político à Indústria Cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GONÇALVES, João Felipe. **Rui Barbosa. Pondo as idéias no lugar**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GONZAGA, Alcides. **Homens e coisas de jornal**. Porto Alegre: Globo, s/d.

GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Brasília: Senado Federal, 2002.

HORA, Mário. **48 anos de jornalismo (1908 a 1956)**. Rio de Janeiro: São José/Ouvidor, 1959.

JOBIM, Danton. **O Espírito do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEE, Anna. **O sorriso da sociedade. Intriga e crime no mundo literário da belle époque**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

LIMA, Jacqueline de Cássia Pinheiro. **Harmonia e dissonância na Imprensa Carioca da Primeira Década do Século XX**. Disponível em [www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=30](http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=30), consultado em 27/07/2006.

MARCONDES, Ayrton. **Campos Salles: uma investigação na República Velha**. Bauru: EDUSC, 2001.

MARCONDES FILHO. **A saga dos cães perdidos**. Belo Horizonte: Hacker, 2000.

MARCONDES FILHO. **O capital da notícia. Jornalismo como produção social de segunda natureza**. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1989.

MAMOU, Yves. **“A culpa é da imprensa!”** Ensaio sobre a fabricação da informação. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MEDINA, Sinval. **A faca e o mandarim.** Giraffa: Rio, 2004.

MELO, José Marques de, e QUEIROZ, Adolpho (Org). **Identidade da Imprensa Brasileira no Final do Século.** São Bernardo do Campo, Unesco/Umesp, 1998.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal. Da forma ao sentido.** Brasília: Editora da UnB, 2002.

MÜLLER, Karla Maria. **Mídia e fronteira. Jornais locais em Uruguaiana-Libres e Livramento-Rivera.** São Leopoldo: Unisinos, 2003 (tese).

REVERBEL, Carlos e BONES, Elmar. **Luiz Rossetti: o editor sem rosto & Outros aspectos da Imprensa no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: LPM/Copesul, 1996.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **Nair de Teffé.** Vidas Cruzadas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RODRIGUES, João Carlos. **João do Rio. Uma biografia.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica.** 5ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.** In NOVAIS (coord.). **História da vida privada o Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVEIRA, Mauro César. **Adesão fatal. A participação portuguesa na Guerra do Paraguai.** Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade. Uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular/UFSC, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular/UFSC, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus, 1993.

## ANEXO 1 – Ficha técnica da pesquisa

Quadro 5 - Ficha técnica da pesquisa

<b>Tema</b>	Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915.
<b>Objeto</b>	Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais <u>Correio da Manhã</u> e <u>A Federação</u> .
<b>Objetivo geral</b>	Verificar a participação do <u>Correio da Manhã</u> e de <u>A Federação</u> na construção da imagem do homem público Pinheiro Machado.
<b>Objetivos específicos</b>	Descrever e analisar o contexto sócio-histórico da época.
	Sistematizar o processo de produção, transmissão e recepção de informações jornalísticas.
	Analisar o tratamento do <u>Correio da Manhã</u> e de <u>A Federação</u> aos episódios que culminaram com a morte do senador Pinheiro Machado.
	Identificar formas simbólicas usadas pelo <u>Correio da Manhã</u> e pel' <u>A Federação</u> para definir a personagem Pinheiro Machado na época.
<b>Problema de pesquisa</b>	Qual a participação do <u>Correio da Manhã</u> e de <u>A Federação</u> na construção da imagem do homem público Pinheiro Machado?
<b>Corpus</b>	Edições do <u>Correio da Manhã</u> e de <u>A Federação</u> de a) 15 a 20 de junho de 1901 b) 20 a 25 de maio de 1906 c) 24/2 a 1º/03 de 1910 d) 1º a 08/03/1914 e e) 9 a 20/09/1915.

## Anexo 2 - - Textos selecionados

Primeiro momento – 15 a 20 de junho de 1901

Correio da Manhã, 15 de junho de 1901, capa, artigo de fundo:

### **Ars Neva**<sup>56</sup>

O feitio, o caracter e as funcções de um jornal moderno não tem mais de ser obra das pretenções (ilegível) do empyrismo illetrado e (ilegível) da mais vulgar das indústrias.

...

O individuo, qualquer que seja o gráo de educação, precisa de ter o seu jornal, como necessita ter o seu medico, o seu advogado, o seu notário. Ou por afinidade de opiniões e sentimentos, ou por tradicções provadas de seriedade, de escrúpulo, de independência, de probidade o leitor affeição-se ao seu jornal e quase que lhe entrega a direcção de seu espirito, a justificação dos conceitos que emite, dos juízos que forma das críticas e censuras que faz e muitas vezes das resoluções publicas que toma.

...

O jornal é mais dos seus leitores do que dos redactores ou do proprietário, desde que creou e quer manter a sua clientella. O seu publico não é o governo que passa, não é o partido que se dissolve, não é o grupo de amigos que o cerca hoje porem que amanhã desaparece; o que constitue a massa dos que o lêem é essa infinidade desconhecida que nunca teve oportunidade de ver siquer qualquer d'aquelles que diariamente lhe transmittem impressões, idéas, resoluções, animo, conforto, esperança ou coragem. A imprensa que para viver precisa do apoio e subsídios dos governos não tem a confiança de ninguém; nem d'aquelles que a auxiliam, que nesse mesmo auxilio dão a prova mais evidente de que nella não confiam... O phenomeno mais característico da confiança que inspira um jornal está na segurança que teem os seus leitores da sua attitude ou atravez das vicissitudes e alternativas da vida política dos povos, A independência de um jornal é o único meio de lhes garantir essa segurança...

Correio da Manhã, 19 de junho de 1901, capa, texto sem título:

Jornalistas Eduardo Salamonde (redactor-chefe de *O Paiz*), Henrique Chaves (director da *Gazeta de Notícias*), José do Patrocinio (editor-chefe da *Cidade do Rio*) e Salvador Santos (gerente de *A Noticia*) em audiencia com o presidente Campos Salles:

“Toca o telephone: S. Exa. recebia então a communicacção do sr. ministro do Interior, que dizia:

- O povo recebeu a policia a tiros de revolver.

Voltando-se para os representantes dos jornaes o dr. Campos Salles teve esta phrase:

- Para bala, bala.

Viram os jornalistas que nada poderia levar s. exa. a tomar uma providencia seria e dali saíram de consciencia tranquila por ter fallado a verdade, que o sr. presidente da Republica ignorava, pelas informacções que lhes são prestadas por seus auxiliares.

<sup>56</sup> Supõe-se ter havido neste título um erro de imprensa, já que a expressão latina correta é “Ars Nova”, significando “Arte Nova”, o que se justifica numa publicação que se inaugura.

Correio da Manhã, 20 de junho de 1901, capa, texto “Burros e Cães”:

O jornalista, que nos protestos populares contra as extorções da Cia. S. Christovão enxergou *disturbios suspeitos* produzidos por um *tormento político em ódio á Republica*, ou aprecia os factos com incrível inconsideração ou sobre elles discorre com evidente má-fé...

O jornal posiciona-se contra a frase atribuída ao presidente da República na véspera, em relação aos protestos populares:

“Folha independente, que não tem, e não quer ter, os favores da verba secreta da policia ou do Banco da Republica, nem pretenderá , jamais, subvenção de empreza alguma, o *Correio da Manhã* só tem um interesse: o interesse do povo, causa que esposou.

...

Contra bala, bala, disse o sr. presidente da Republica, e não era preciso que o dissesse, porque os factos demonstraram o pensamento de tyramnia que o domina: - o povo foi espingardeado pela soldadesca que o sr. Enéas commanda, a coxear, coberto de ridiculo; ainda existem pelas ruas as manchas vivas do sangue das victimas da ferocidade selvagem da policia”.

E assume-se como protagonista dos episódios com a matéria “Victoria do Povo”:

Ao *Correio da Manhã* ..., hontem á noite acclamado por milhares de pessoas, e que se sente orgulhoso de contar inteira e incondicionalmente com o apoio popular, fôra, em grande parte, devida a resolução que poz fim aos tristes factos de que tem sido teatro o Rio de Janeiro.

O povo tinha razão. O povo venceu!”

A Federação, 17 de junho de 1901, capa.

#### **Data memoravel**

Esta data recorda-nos uma das páginas mais bellas da história do Rio Grande Republicano e um dos mais notáveis cometimentos do partido que salvou o Estado da anarchia em que o haviam lançado os demagogos.

A legalidade triumphou e a sociedade rio-grandense pôde ver definitivamente implantado o governo da liberdade e da ordem que se eclypsara momentaneamente em virtude da conflagração que em toda a República ateara o golpe de Estado.

Sete mezes de vergonhosa dominação dos despeitados, sete mezes de desastres e de mizerias, em que o Rio Grande, sem justiça, sem administração, sem ordem, sem direitos, sem garantias assistia ao desabar de sua felicidade e ao desmoronamento das suas instituições republicanas, tiveram fim nessa data que hoje comemoramos.

...

Nesta data, para nós sagrada, interpretando o pensamento do partido republicano rio-grandense, A Federação cumprimenta e felicita o sr. dr. Júlio de Castilhos, o chefe prestigioso e triumphador d’esse dia memorável.

A Federação, 18 de junho de 1901, capa.

E dizer que, enquanto um coro estrondoso, deslumbrante, canta louvores ao Rio Grande do Sul pela posição proeminente a que elle atingiu em tão poucos annos de vida autonoma, e glorifica seus estadistas mais eminentes – um punhado de rio-grandenses desnaturados e indignos desse nome, trama, em paiz estrangeiro, perturbar-nos na expansão da nossa prosperidade com uma nova guerra civil!

Não importa.

Com Júlio de Castilhos, venceremos sempre.

2. Segundo momento – a de maio de 1906

Correio da Manhã, 20 a 25 de maio de 1906, capa.

A calma e a resignação mantidas pelo povo ao receber os golpes desferidos contra os direitos que formam o patrimônio de cada cidadão têm constituído o principal incentivo para a perpetuidade do regimen de injustiças e violências, em que as más paixões e os baixos interesses transformaram, entre nós, as instituições republicanas. A democracia, cujas bellezas eram enaltecidas durante a propaganda que precedeu a queda do império, cujas grandezas eram esboçadas na invocação do liberalismo francez, nascida da reacção patriótica de 93, sepultouse, aqui, neste immenso marnel, cujas emanações tornam o ambiente incompatível com a liberdade.

...

Si provam, de um lado, o poder das nossas energias, repellindo o que contrariava o nosso querer, attestam, de outro, a passividade com que aguardamos a conducta de um Conselho e de um Congresso formados á revelia do eleitorado.

Houvéssemos defendido, de resto, o segredo do voto, tivéssemos impedido a constituição do parlamento que pensava e agia em desacordo com o povo, e não teríamos de nos levantar contra a decretação de leis absurdas e iníquas.

...

... temos um Congresso que não é de representantes do povo e sim de títeres dos governos estaduaes, aqui escolhidos na verificação de poderes, seguindo as ordens do sr. Pinheiro Machado – temos o Bloco. Ninguém dirá que parlamentares com tal feitio vão ouvir os interesses do povo para tomar qualquer deliberação...

O nosso dever de povo, de povo que tem consciência de seu direito, que conhece o seu poder, é reagir, desde agora, não considerando legal esse congresso de mentira, organizado pela fraude para cavar a ruína do paiz.

A Federação, 23 de maio de 1906, página 2

... o senador Pinheiro Machado ... desafiou Edmundo Bittencourt... para um duello.

O senador Pinheiro deixou a Edmundo Bittencourt a escolha das armas. Este escolheu a pistola e marcou a distancia de vinte passos.

O senador Pinheiro exigiu que a distancia fosse reduzida a dez passos.

O duello realizou-se hoje ás cinco horas da manhã, na praia de

Copacabana.

Foram padrinhos: o senador Ramiro Barcellos, por parte do senador Pinheiro, e Vicente Piragibe, por parte de Edmundo Bittencourt.



Chegados ao terreno, onde devia realizar-se o duello, foi tirada a sorte entre os padrinhos, para ver quem atiraria primeiro.

Coube a sorte a Edmundo Bittencourt.

Dado o signal, Edmundo disparou e pistola, negando fogo a arma.

Os padrinhos mandaram, então, o senador Pinheiro atirar.

Este deu o tiro para o ar.

Cabendo a vez a Edmundo Bittencourt, este atirou, errando o alvo, e passando a bala próximo á cabeça do senador.

Tocando a vez ao senador Pinheiro Machado atirou também, ferindo Edmundo Bittencourt no hypocondrio.

Examinado pelo senador Ramiro Barcellos verificou que o ferimento é grave.

A bala está alojada no interior do ventre.

Edmundo Bittencourt foi retirado do capo do duello para a sua residência.

O senador Pinheiro Machado almoçou depois em sua residência, sendo acompanhado por numerosos amigos.

Pinheiro Machado compareceu hoje mesmo ao Senado, sendo muito felicitado.

A Federação, de 24 de maio de 1905, capa.

#### **Senador Pinheiro em desaffronta**

A vida dos homens publicos é cada vez mais um repasto preferido da difamação calentada dos que exploram a industria jornalística.

E quanto mais eminente é o homem publico, quanto mais rija a inamolgavel... quanto mais profícuo alastra o seu vasto prestigio, e avultam os seus meritos, tanto mais revolta contra si a alma tortuosa dos agitados, tanto mais lhes visita as inclinações desvairadas.

O egregio senador general Pinheiro Machado acaba de ser jungido ao pelourinho da injuria e da calumnia. Resolveu desforçar-se batendo-se com o offensor. Entendeu esmagar o auctor das diatribes e aleives jogados á sua dignidade.

Julgou necessario lavrar essa licção excepcional, embora esquecendo a sua culminantissima posição pessoal e politica, para conter, com risco da própria preciosa existência a que estão cada vez mais vinculados os destinos nacionaes na actualidade, a onda de diffamação, que tudo vae assoberbando e salpicando de lama as mais caracterizadas individualizações da nossa pátria.

E, incolume, desaffrontado pelo meio que preferiu, havendo terminantemente exposto a vida ao acaso da sorte e de uma pontaria certa, generoso e cavalheiro mesmo em face da morte, voltou... para os braços de seus amigos, para o seio do Senado, tendo formulado, com sua conducta, uma advertência aos profissionaes da calumnia e erigido uma barreira em defeza dos que se dedicam á vida publica.

O Riogrande do Sul republicano se congratula com o eminente patriota por vel-o sahir incolume do imprevisto e supremo lance de arrojada desafronta.

### 3. Terceiro momento – 24 de fevereiro a 1º de março de 1910

Correio da Manhã, 26 de fevereiro de 1910, capa

#### **A masorcha e a fraude**

O Rio de Janeiro, capital da República e o maior centro de cultura e de população do paiz, tem sido testemunha de scenas escandalosas e deprimentes de seus foros de cidade civilizada, entregue como se acha, desde muitos dias, á sanha de um bando de vagabundos e desordeiros agindo sob a protecção immediata da policia, que nos envergonha e rebaixa aos olhos do estrangeiro.

O projeto do attentado não é novo; coincide com os preparos de sua execução a retirada do candidato militar para o Rio Grande do Sul, na doce ilusão de que não se lhe possam attribuir a conivência e a responsabilidade nos tristes successos que estão a pique de subverter a ordem e de ensangüentar as ruas desta capital, onde já campeia abertamente a anarchia, promovida por uma ou duas centenas de profissionais do crime, açulados pela própria policia, que é, no entanto, paga pelo povo para lhe garantir a propriedade e a vida.

A Federação, 26 de fevereiro de 1910, capa.

...  
É a primeira vez que se disputa entre nós uma eleição dessa natureza que desperte tão grande interesse em todo o paiz.

A violência dos adversários do partido republicano nacional, o calor que estão dando á discussão e os processos condemnaveis que estão empregando, bem dennunciam a importância do momento eleitoral.

...  
Não precisamos de artificios para vencer.  
A fiscalização eleitoral deve ser a mais ampla possível.  
O nosso lemma hoje como sempre é o seguinte:  
As urnas livres nesta terra de liberdade.

Não precisamos de artificios para vencer.

A Federação, 28 de fevereiro de 1910, capa.

#### **Apotheose**

Honra ao partido republicano pela oportunidade que teve de patentear, mais uma vez, a sua indiscutivel cohesão.

Gloria ao marechal Hermes, o verdadeiro candidato do povo, pelo brilhantismo das festas realizadas em sua homenagem, que valem por uma apotheose.

Na mesma edição, página 2:

#### **Estrondosa manifestação**

Voltou, hontem, de sua excursão ao interior do Estado, onde fez uma verdadeira marcha triumphal, o nosso eminente amigo marechal Hermes da Fonseca, candidato do Partido Republicano á presidencia da Republica.

A Federação, 1º de março de 1910, capa.

Victoria! Victoria!

Podem ferir os ares as notas alegres dos clarins das hostes republicanas, anunciando a victoria do candidato do povo, o marechal Hermes da Fonseca.

Das altas florestas do Amazonas, do clima tropical do norte, até ás campinas rio-grandenses, em toda a parte a vasta nacionalidade brasileira vibra de entusiasmo com a victoria republicana.

...

Viva a Republica!

Viva o marechal Hermes da Fonseca!

Viva o dr. Wenceslau Braz!

Viva o senador Pinheiro Machado!”

Esse texto traz um parágrafo intermediário sobre Pinheiro Machado:

Pinheiro Machado, o gaúcho imperterrito, cuja envergadura de aço não se abate nunca na defesa da obra republicana, Pinheiro Machado, o general do exercito de patriotas, o homem que nada aspira para si, que afasta da sua personalidade as posições de mando, Pinheiro Machado ganhou hoje mais uma victoria, enriqueceu com mais um ramo de louro a coroa que o Brasil lhe vae entretecendo sobre a cabeça veneranda.

4. Quarto momento – 1º a 8 de março de 1914

Correio da Manhã, 1º de março de 1914, capa.

... torpissima e repugnante farça eleitoral que se vae representar hoje nesta capital, onde os falsarios ao serviço do senador Rapadura e do general Pinheiro Machado já se valeram até do expediente de trocar os locais das secções, no edital de convocação, para mais facilmente levarem a cabo a deslavada obra de fraude e do estelionato politico, deu lugar a uma scena, que registramos nestas columnas, para que fique assinalado o grão de aviltamento a que chegou a capital da Republica, e o desanimo que se apoderou das consciências honestas, em face dos crimes e dos attentados diariamente commetidos pelos trampoloneiros do Partido Republicano Conservado (sic).

Hontem, por volta da uma hora da tarde, subiu as escadas da redacção desta folha um ancião já meio tremulo e curvado, trazendo na mão o seu título de eleitor.

Cheio de indignação, e depois de ‘verberar o procedimento do governo do general Pinheiro Machado e do senador Rapadura, a cuja acção criminosa se deve o estado de degradação e de miseria a que chegou o Districto Federal em materia de eleição, declarou-nos aquelle velho que desistia para todo o sempre do direito de voto que a Constituição lhe garantiu, e que depositava no *Correio da Manhã* o seu título de eleitor, para ser offerecido aos senadores Pinheiro Machado e Vasconcellos, afim de lhes ser poupado o incommodo de falsificarem outro, com o qual será augmentada a votação dos srs. Wencesláo Braz e Urbano dos Santos, na farça que se vae consummar no dia de hoje.

O título em questão tem o numero 1.601, decima segunda pretoria, quinta secção, e pertence ao eleitor Manoel Pereira da Cunha, de 62 annos, casado, filho de A. P. da Cunha e empregado publico.

Fica depositado esse documento á disposição dos seus destinatarios, senadores Pinheiro Machado e Augusto de Vasconcellos.

Correio da Manhã, de 2 de março de 1914, capa.

Não se póde a rigor dizer que tenha sido uma farça o pleito para presidente e vice-presidente da Republica. Para que assim se pudesse qualificar-o seria necessário que ao menos a um simulacro de eleição nos fosse dado assistir. E isso não vimos, porque, na realidade, hontem, ninguém votou.

A abstenção foi tão grande, que alguns mesarios, envergonhados do papel que representavam, trataram, antes das 11 horas da manhã, isto é, poucas minutos depois de receberem urnas e livros, de affixar boletins com resultados fantasticos, fugindo ao ridículo de não terem mais tarde que declarar que os votos apurados eram os delles somente...

Um facto caracteristico do que foi a eleição dos srs, Wencesláo e Urbano é o seguinte:

Appareceu, ás 11 horas, na 1ª secção, nos Telegraphos, lado do mar, um photographo. O rapaz queria tirar uma photographia.

A secção funcionava... mas não havia eleitores. O sr. Ernesto Garcez, que “dominava” o auditório, resolveu o problema, indo buscar na 2ª secção, do outro lado, na mesma repartição dos Telegraphos, os mesarios para fazerem de povo.

E um aleijado, um curioso, se fez de eleitor, protestando por demorar o photographo e estar cansado, tal o seu estado.

Terminada essa scena, o sr. Garcez offereceu chopps e sandwiches aos mesarios e ... afixou-se boletim!

...

E assim foram *eleitos*: presidente da Republica, o dr. Wencesláo Braz Pereira Gomes; vice-presidente, o sr. Urbano dos Santos.

Correio da Manhã, de 5 de março de 1914. capa.

#### **Governo decreta o estado de sítio**

Hontem á noite, immediatamente depois de occorridas as scenas tumultuosas que se desenrolaram no Club Militar, a proposito dos acontecimentos do Ceará, o presidente da Republica convocou uma reunião de seus ministros, deliberando decretar o estado de sitio para esta capital e para as cidades de Nictheroy e Petropolis.

É o seguinte o decreto:

‘Considerando ser imprescindivel á vida da Nação, á manutenção da ordem publica e dever maximo do Poder Executivo assegurar-a, bem como ser certo que elementos subversivos procuram perturbar-a, não só por meio de criminosa propaganda, mas também pelas pratica de actos característicos de rebellião, que constituem grave commoção intestina, e fundada nos artigos 48, ns. 15 e 80, paragrafo 1º da Constituição da Republica, decreta:

Artigo unico – São declarados em estado de sitio até 31 do corrente mez de março, o Districto Federal e as comarchas de Nictheroy e Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro, suspendendo-se ahi as garantias constitucionaes pelo referido prazo.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1914, 26º da República e 93º da Independencia. MARECHAL HERMES DA FONSECA. Herculano de Freitas’.

Em consequencia dessa medida foram detidos pela policia os senhores Vicente Piragibe e Macedo Soares, respectivamente directores da ‘Epoca’ e do ‘Imparcial’; Caio Monteiro de Barros, Felix Bocayuva e um sargento do Exercito de nome José de Oliveira.

Ficou estabelecida a censura á imprensa.

A Federação, de, 1º de março de 1914, capa.

Realiza-se hoje em todo o país a eleição de presidente e vice da República, São respectivamente candidatos do Partido Republicano Conservador a esses elevados cargos os illustres brasileiros, drs. Wenceslão Braz Pereira Gomes e Urbano dos Santos da Costa Araújo.

A nossa opinião sobre essas candidaturas ficou inteiramente definida logo que os nomes dos eminentes patrícios foram recommendados ao suffragio da nação pelos mais autorizados interpretes do pensamento do partido.

A origem partidária da indicação fornece um critério seguro para o julgamento da orientação política e administrativa do futuro governo, podendo-se prever qual será, em seus fundamentos essenciaes, o programma observado na supremacia direcção dos negócios públicos do país no quadriennio presidencial a inaugurar-se a 15 de novembro vindouro.

O partido que levantou e sustenta as candidaturas a serem hoje consagradas pela manifestação solemne e soberana da vontade geral da nação, rege-se por estatutos conhecidos, seguindo uma conduta perfeitamente determinada, no sustentáculo indefeso das instituições republicanas, da ordem e do progresso do país.

Sob a bandeira dessa forte e pujante aggremação, arregimenta-se a enorme maioria das forças políticas da pátria, sendo certo que não existe uma outra formação collectiva qualquer que legitimamente possa considerar-se como um partido nacional.

Aquelles poucos descontentes, que tem encontrado no partido victorioso e conceituado uma barreira indestructivel á satisfação de ambições pessoais e pontos de vista regionaes, fizeram repetidas tentativas para se congregarem em partido, com o lema da revisão constitucional, sem nada conseguirem mais do que ficar patente o seu desprestigio total e a confiança cada vez maior na lei básica da República.

Não comprehendendo que a verdadeira e intima causa do insuccesso reside na absoluta falta de apoio da opinião popular, e não se conformando com a situação de abandono e que se encontram, os falsos amigos da República appellaram para a anarchia e a desordem como ultimo recurso para conseguirem satisfazer os seus desejos de posições e mando, mesmo á custa da ruína completa do país.

Ainda uma vez o fracasso foi completo, evidenciando-se a repulsa geral da nação pelos pregoeiros da revolução, e o amor crescente pela estabilidade das nossas leis fundamentais, pela ordem e pela normalidade das manifestações da soberania popular.

Depois de tantos desastres, os insufladores da perturbação da ordem esqueceram qualquer princípio político, transformando-se, pela palavra do mais alto representante das suas intenções, em elementos de demolição, que tudo malsinam e condemnam, sem com tudo apresentar um remédio aos males que apontam com tanto clamor, acrimônia e violência de linguagem, muitas vezes desrespeitando até a vida privada dos vultos alvejados em suas arguições.

Na arena política ficou exclusivamente o Partido Republicano Conservador, que hoje comparece ás urnas para suffragar os nomes de seus candidatos, consagrando a escolha anteriormente feita e proclamada.

Não há duvida sobre o brilho da eleição, podendo-se garantir que os nossos dignos patrícios receberão os votos de um eleitorado numerosissimo, disciplinado e orientado, que representa, de direito e de facto, o lidimo pensamento nacional.

Apoiado nessa poderosa corrente de opinião e por ella prestigiada, o futuro governo da República certamente não encontrará obstáculos á sua acção, podendo desenvolvê-la de acordo e na medida das necessidades publicas.

Temos fundados motivos para apostar na lealdade política do futuro chefe da nação e no patriotismo esclarecido que presidirá aos actos do seu governo.

Ahi estão as declarações insophismaveis e promessas animadoras da sua plataforma que são verdadeiros compromissos contraídos com as forças políticas que o elegem e com a nação inteira.

O Rio Grande do Sul republicano applaudindo e sustentando ambas as candidaturas dos srs. Wencesláo Braz e Urbano Santos, prestigia a escolha do Partido Republicano Conservador, e assim procede conscientemente, nutrindo a firme confiança no civismo e dedicação patriótica dos notáveis brasileiros.

Os seus nomes são bastante conhecidos e portadores de títulos de recommendação ao apreço e apoio dos elementos conservadores da República.

Não precisamos lembrar aos nossos correligionários o comparecimento ás urnas, hoje, porque elles saberão cumprir o seu dever.

O nosso partido attingiu a um gráo de arregimentação e disciplina mais do que sufficiente para se ter toda a confiança no seu pronunciamento, quando toca a reunir os seus arraiaes para o desempenho dos grandes deveres cívicos.

Apezar de não haver competidores, reina animação geral no Estado para a eleição, que será concorrida e brilhante.

A Federação, de 6 de março de 1914, capa.

#### **O estado de sitio**

Por diversas vezes temos chamado a atenção do paíz para os propositos subversivos de alguns determinados ambiciosos sem idéas, sem principios e sem patriotismo, que não encontrando o apoio dos (...) conservadores da nossa sociedade tentam por em pratica os vicios mais condemnaveis e perigosos à nação para satisfazerem os seus desejos incontinentes de posições, de mando e de vantagens.

A principio foram manifestações indecisas e mal definidas, com que os mais audaciosos sondavam o terreno, antes de se lançarem afoitamente numa campanha aventureosa e suppremente impatriotica contra a autoridade constituída, contra as leis em vigor, contra as instituições e mesmo contra os principios basilares da Republica.

Tomando esse caminho tortuoso, os falsos apóstolos da boa fé política, mas exploradores cobiçosos da inexperiência das massas, não tardaram em deixar bem patente os seus negros intuitos, pregando abertamente a revolução, a desordem e a anarchia, depois de haverem plantado a cores carregadas a situação da patria como sendo de insolvabilidade do Thesouro, os descreditos do nome nacional no estrangeiro e do desmandos na direção governamental da União.

E tudo fizeram, em manifesto á nação e em publicações de conferencias que não foram realizadas, com o designado, bem claro e declarado de concluir que a vida nacional chegou a um momento de gravidade tal que somente comporta como remedio uma solução extrema: a aclamação revolucionaria de um predestinado indicado ao povo por inspiração divina, a que a nação ficasse entregue incondicionalmente, sem restrições de qualquer especie, livre do “jogo do aparelho...” e contando com o apoio deliberado da mesma nação e... dos extremados.

Ahi estava clara e ousadamente... á rua o facho rubro da revolta, para satisfazer paixões pessoases.

Não se encontrava e não se encontra ainda hoje nessa persistente campanha de descredito da autoridade, descredito das leis e descredito do paíz inteiro um principio director, uma idéa alevantada... de justiça e nobresa, bem como não se encontra, por mais que se procure, a indicação de um remedio aos males apontados, a não ser a entrega dos destinos nacionaes a um irresponsavel,

que nenhum compromisso formal assume, mais do que o de não querer o jogo do aparelho... e exigir o apoio a todos os extremos.

É evidente a campanha demolidora de taes elementos, e nós não somos dos últimos a denuncial-a... com firmeza e condenando-a sem reservas, assim que tivemos conhecimento do seu carater subversivo.

Ainda mais. A tentativa de rebelião procurou colher as sympathias e adhesoes das forças armadas para a obra da anulação da lei basica da Republica, para a abolição do “jogo do aparelho constitucional”, quando essas forças tem a missão superior de () e sustentar a defesa da Constituição.

A nossa analyse não deixou passar sem reparos a tendencia nefasta dessa onda revolucionaria de feia especie para invadir os quartéis e chegar até o convez de nossos navios de guerra.

Quando mostramos á nação esse rumo que procuravam tomar os agitadores impenitentes, expressamos a confiança na lealdade e disciplina das classes armadas, certos de que ellas não se deixariam... a um movimento em todo e em tudo illegal, injunto e profundamente prejudicial á vida do país.

Não nos enganamos quanto ás apreciações e interpretações das palavras incendiarias dos desorientados agitadores, confirmadas pelas ultimas noticias officiaes sobre a decretação do estado de sitio: não perdemos também nem diminuimos a nossa fundada confiança nas forças armadas, que se mantem firmes nos seus postos, como informam positivamente os nossos tellegramas.

As tendencias subversivas chegaram a um pronunciamento que não deixa duvidas sobre as suas... vis... ante-hontem, a uma tentativa de perturbação da ordem manifesta nas ruas da capital da Republica; o governo, porém... certo de conseguir os seus elevados propósitos de manutenção da ordem, relatam as informações transmitidas ao sr. Presidente do Estado.

Afim de assegurar a paz publica e o regular funcionamento das instituições, ameaçadas por tentativas caracterizadas de rebellião e esforço persistente para alcançar a sublevação das forças armadas, diz o despacho official, foi decretado o estado de sitio, até 31 do corrente para a Capital Federal e as comarchas de Nictheroy e Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

Semelhante providencia, imposta pela situação, é perfeitamente legitima e necessária.

No momento actual, mais do que nunca, o paiz precisa de ordem, paz, segurança e estabilidade do governo e das instituições; precisa do prestigio da autoridade publica e da conjugação de todos os elementos de trabalho constructor e conservador para attender honradamente os seus grandes compromissos, enfrentar com calma e resolução perseverante e inabalavel as difficuldades que se apresentam na ordem econômica e financeira.

Precisamos essencialmente dessas condições existenciaes de toda a nação organizada, que quer progredir, condições que ao nosso paiz se apresentam com caracteres especiaes de ineludivel gravidade.

Nada mais desastroso para a vida nacional, na actualidade, do que uma sublevação que enfraquecesse a autoridade publica, perturbando a actividade administrativa e abatendo ainda mais o nosso credito, já abalado perante o estrangeiro.

O governo da Republica trairia o mandato que lhe foi confiado pela nação, desde que por um instante de indecisão ou fraqueza deixasse a porta aberta ao successo da empresa de desmoralisação e descredito dos elementos que tentam a todo o transe convulsionar o paiz.

Foi exactamente para conjurar a tempo as crises do carater da que nos ameaça que o pacto fundamental da Republica armou o chefe da nação com a faculdade extraordinaria de decretar o estado de sitio, no período em que o Congresso não funciona.

Usando essa faculdade quando os factos publicos e notorios imperiosamente a reclamam, o primeiro magistrado da União nada mais faz do que

cumprir um dever e exercer um direito, mantendo-se na altura de suas responsabilidades.

A circunstancia mais grave ou a unica verdadeiramente grave da agitação que o governo federal procura combater é a do insistente esforço dos agitadores para conseguirem a adesão da força armada.

Afortunadamente, porém, esses manejos não lograram effeito, como era de esperar.

A força armada, conscia das suas responsabilidades, não se deixa levar a um movimento de desordem cujo epilogo seria a ruína total do Brazil.

A guarnição do Rio de Janeiro tem dado provas inequívocas da sua posição definida dentro da lei, ao lado da autoridade constituída, ao lado do governo, que precisa ser apoiado para dominar com firmeza a onda revolucionaria.

As manifestações de consideração e respeito recentemente apresentadas ao ministro da Guerra pelos commandantes das unidades e departamentos militares, a posterior reunião das altas patentes do Exercito, sob a presidencia do illustre general Souza Aguiar, demonstram a solidariedade e coesão da tropa, que se conserva leal e fiel ao governo.

São bastante expressivos os termos da moção combinada nesse encontro dos officiaes da força terrestre, evidenciando uma orientação reflectida, calma e ponderada de molde a justificar e confirmar a confiança que a nação deposita nas classes armadas, que não são mantidas para as desordens e para as sublevações movidas por intuitos subalternos.

Pode-se confiar na sabedoria das providencias do governo e no procedimento das forças armadas, para a obra patriótica de garantia da ordem e da estabilidade na vida nacional.

Eis o tellegrama recebido pelo nosso preclaro chefe e presidente do Estado, dr. Borges de Medeiros:

“Rio – Palacio da Presidencia (Urgente) – Exmo. sr. Presidente do Estado do Rio Grande – Communico a v. ex. que o sr. presidente da Republica decretou hontem o estado de sitio, até 31 do corrente para esta capital e para as comarchas de Nictheroy e Petrópolis, no estado do Rio, afim de assegurar a paz publica e o regular funcionamento das instituições ameaçadas por caracterizadas tentativas de rebelião e esforço persistente para alcançar a sublevação das forças armadas, agora, como sempre, modelo de disciplina e de patriótica dedicação á Republica. O governo está certo de conseguir os elevados propositos que lhe inspiraram a medida com o emprego dos meios preventivos que tornarão impossivel o exito da tentativa hontem manifestada nas ruas desta capital. Cordeaes saudações. Herculano de Freitas, ministro do Interior e Justiça”.

## 5. Quinto momento – 9 a 20 de setembro de 1915

### Correio da Manhã, 9 de setembro de 1915, capa.

A lamina de um punhal encerrou hontem, subitamente, a vida do senador Pinheiro Machado; e esse homem de vontade de aço, que enfrentou ... com o maior frio de todos os animos situações politicas tempestuosas, que collaborou em todas as aventuras de partido, quando dellas via que resultava o engrandecimento de seu poder pessoal, morre no momento em que, certo, menos esperava a morte.

De facto, não estava elle agora na luta, senão no preparo do luto. Suas ultimas eram nuanças mal succedidas, tinham-lhe demonstrado a necessidade de reorganizar o grupo de amigos com que contava no Parlamento. E, enquanto não emergia dos combates para a glorificação facil de seus proprios favoritos, era um homem na penumbra.



Por isso, supprimiram-n'ò de surpresa, pois mesma a sua impopularidade, sem precedentes em toda a historia política do paiz, soffria a depressão do ostracismo.

Adversario intransigente do senador Pinheiro Machado, este jornal não pretenderia nunca, e sobretudo neste momento, attenuar os seus erros, encobrir a influencia funesta que exerceu sobre os destinos da Republica, ou abrir excepção de tolerância para os detestáveis processos com que ele venciu seus lances da politica. Precisamente por isso é que nos julgamos obrigados a condemnar, antes de qualquer outro, o assassinato político como solução para as dificuldades políticas. E fazemol-o com insuspeição, pois, em virtude e em consequência da luta que travamos com o senador Pinheiro Machado, por duas vezes tivemos a vida do nosso diretor em perigo de morte imminente.

Desejamos extinguir não o sr. Pinheiro, mas o seu poder, a força de sua acção discrecional sobre todos os governos que se succediam, o absolutismo parlamentar, de que elle fôra creador, para rebaixamento e descrédito do regimen representativo. Queriamol-o vencido, mas vivo.

Assim, não ha como pretender que a nossa sympathia acompanhe o gesto do assassino de hontem. Este foi um desvairado, como tantos outros que se excitam á pratica do crime politico, e, á maneira dos que mataram Sadi, Canot, Canovas del Castillo e Jaurés, é um jovem, em cuja mentalidade, dentro em pouco tempo, talvez se encontrem vestigios de taras perniciosas. Isso bastaria para excluir a hypothese da solidariedade, com o assassinio, de qualquer dos políticos ou dos jornalistas políticos que encararam de frente e ainda encaravam a pessoa do sr. Pinheiro Machado.

Mas a maledicencia e a perversidade já insinuam que o crime foi uma consequencia da campanha vigorosa e cerrada da imprensa contra o morto de hontem. A observação é do numero daquelles que provam de mais, pois dessa campanha não havia, nem nunca houve, senão um unico responsavel – o proprio sr. Pinheiro. Não era a imprensa que estimulava os seus desatinos, pelo gosto de os denunciar em seguida. Todos os attentados politicos de que esse homem se fez o autor espiritual desde aquelles que se (ileegível) nas assembleas parlamentares, até os que culminaram no assalto armado ao poder, foram praticados, algumas vezes, para a satisfação de seu capricho pessoal, mas sempre visando o augmento do seu poder arbitrário e sem contraste. O desfecho sanguinolento do Hotel dos Estrangeiros emanou, desse modo, da própria natureza das contendas em que a vida do sr. Pinheiro Machado decorreu, nas alternativas dos tryumphos e dos revezes, aquelles conquistados, estes evitados sem que elle escolhesse para uns e para outros os melhores processos.

O sr. Pinheiro, embora velho, não era um desiludido ou blasé; tinha, na sua alma de ferro, constantemente acesa a paixão do mando. Conhecedor dos homens, em cujo convívio apprehendia a ser psychologo, sabia como os conquistar. Uma das suas armas predilectas era a cortesia diplomática. E foi quando se encaminhava para a exercer mais uma vez que o seu assassino o apunhalou.

Morreu, assim, como um verdadeiro estrategista político: na acção ...

Correio da Manhã, de 10 de setembro de 1915, capa.

O sentimento de reprovação geral que houve em torno do assassinato do senador Pinheiro Machado é a prova ineludivel de que felizmente ainda não accetamos o crime como processo regular de eliminação politica. Tendo o paiz experimentado, durante quatro annos de desatinos que o affundaram no descredito da moratoria todas as desilusões que os máos governos geram, nem por isso se nivelam ás nações desgraçadas pelo caudilhismo sanguinario e, no momento em que a suspeita do advento dessa praga maldita se faz sentir, corre, pelos seus

órgãos mais autorizados, a reclamar o logar que não perdeu no convívio dos povos adultos.

É ocioso procurar, com a exploração partidaria, dar ao acto do criminoso significação diversa da que elle tem. Nenhum homem de responsabilidade lhe emprestou, mesmo implicitamente, seguir a sua benevolencia; e a morte do senador Pinheiro Machado, pranteada na Camara por vinte e tantos oradores, representantes das correntes políticas e dos grupos políticos mais diversos, chorada nos jornais que foram os seus mais intransigentes adversarios, recebida pela população como uma fatalidade inutil, não póde dignamente servir de ensejo a recriminações. Della se deve dizer, como o faz o illustre brasileiro Ruy Barbosa, que é uma lição viva contra os excessos de violencia e sangue; e não se deve dizer mais nada.

Por isso, é profundamente extranhavel que pretendamos apurar as causas remotas do crime, attribuindo-as á campanha da imprensa contra o morto, quando é certo que essa campanha não foi feita sem os mais duros perigos e poderia hoje ter, igualmente, os seus martyres immolados não já pelos assassinos que se arriscam ás incertezas do seu golpe, mas pelos que sentem atraz de si o poder sem contraste, garantidos na impunidade.

Estamos virgens do pecado da subversão. Nunca fomos, neste jornal, órgão de sentimentos desequilibrados; nunca accendemos o estopim das reivindicações espurias, que disfarçam o punhal, como fez o assassino de Sadi Cannot, num ramallete; nunca combatemos pelo desejo de pregar a desordem, de instigar ao delicto. E, na critica vehemente que não deixamos em caso algum de formular contra os individuos, quando entendiamos que elles, no exercicio das funcções publicas, mentiam á nação, jamais se encontrou o resaibo, o vislumbre, a sombra, a possibilidade dum conselho máo ou dum cortejo de paixões subalternas. E as tempestades nunca as armamos contra os outros, sem dellas primeiro experimentar.

Nestas condições, não nos julgamos attingidos pela baixa exploração feita em volta do cadaver do senador Pinheiro Machado e levada mesmo á tribuna da Câmara, com o applauso de alguns membros isolados da representação rio-grandense e por um membro dessa representação repetido no Senado. Mas temos o dever de repellil-a, enfrentando os que, no desespero que lhes trouxeram as tristes consequências dos seus erros anteriores, porfiam por dar a outrem a responsabilidade dos ventos que só elles sopraram.

Reclamamos, para o nosso jornal, como órgão de opinião independente, a consideração que elle se esforça de merecer e que não perde quando faz a critica dos homens, sabendo que para ella existe, se excedida, uma sancção penal. Temos direito ao titulo de adversarios historicos do senador Pinheiro Machado, porque começamos a combatel-o quando esse ardente cidadão lançava, na politica, os alicerces da sua muralha chinesa. Mas estamos seguros de que nunca lhes pregamos o assassinato. Reptamos os adversarios desleais que escolhem este triste momento para as suas retalições calumniosas a que descubram, nas collecções da nossa folha, em quinze anos de sua existência, entre as phrases de candente indignação com que denunciámos e combatemos os processos da politica do senador Pinheiro Machado, uma donde se tire a ilação do crime politico.

Assim, temos offerecido aos inimigos impenitentes do *Correio* a melhor oportunidade que poderiam encontrar de nos confundir.

### Correio da Manhã, de 11 de setembro de 1915, capa.

Não é nosso desejo avançar sobre o assassinato do senador Pinheiro Machado juízos ligeiros. Tendo condenado esse crime, que nos pareceu, mais do que qualquer outro, merecedor de nossa censura formal e immediata, por dele haver sido victima precisamente o homem que fomos os primeiros a combater no Brasil e

que combatemos até no dia de seu tragico desaparecimento, estamos bem longe de admitir a duvida sobre a sinceridade das nossas manifestações.

Mas é evidente que se procura tirar do facto uma impressão pelo menos nova. Políticos, alguns com responsabilidades conhecidas, declaram acreditar que o gesto do criminoso não foi um acto isolado, e que elle tem cúmplices, unidos num mesmo trama, á que não falta o caracter de conluio político.

Repugna accetar esse hypothese, que a exploração partidaria insinua, sem o menor respeito pelo cadaver ainda insepulto do sr. Pinheiro. A impressão sobre o triste acontecimento é uma só: a de que se trata do mero impulso individual de um desequilibrado, e que o assassinio do chefe do Partido Conservador foi commetido nas mesmas circumstancias em que têm sido os de outros homens públicos em evidencia. O exemplo ainda recente de Canalejas, na Hespanha, offereceria a esse respeito, um parallelo exacto.

Demais, que interesse de partido poderia hoje exigir a eliminação do sr. Pinheiro Machado. Elle não era mais que um homem na penumbra. Seu poder estava quase que reduzido ao seu Estado. As ultimas defecções dos seus amigos tinham diminuido sensivelmente as proporções da sua figura de chefe da politica brasileira. No proprio Senado, quartel da sua velha guarda, alguns rumores de insubordinação davam o rebate da retirada iminente... A noticia da sua morte produziu grande e enorme sensação, mas não abalou a vida constitucional, a ponto de se pensar que esse doloroso acontecimento era precursor de horas amargas. Não houve o retraimento habitual nas praças, quando o panico se estabelece. Hontem, o cambio chegou até a subir. E finalmente, as inequivocas manifestações de solidariedade recebidas pela familia do morto da parte de todos os seus adversarios politicos, indicou que não foi a politica que armou o braço assassino.

Como, pois, persistir na exploração que se está fazendo?

Se há algum indício que houve o contrario – que o apure a policia, que aja, que interrogue, que esmerilhe e esmiuce, e de tudo dê logo conhecimento á nação. O que não póde continuar é a accusação sob a forma de insinuação. Os politicos que se têm externado nesse sentido devem ser interrogados, devem explicar porque é que acreditam na existencia dum conluio de que o assassino do sr. Pinheiro tenha sido a expressão inelludível. Precisamos acabar com essas reticencias e meias palavras, para que não acreditemos, e com justo motivo, que os verdadeiros conspiradores são os que assim procedem, lançando a duvida nos espiritos e preparando artificialmente uma situação que não existe.

### Correio da Manhã, de 12 de setembro de 1915, capa.

Entre as pessoas que acompanharam as hommenagens prestadas ao corpo do senador Pinheiro Machado, ninguém vio o marechal Hermes.

...

E o marechal era, sabe-se, o unico homem que tinha o seu logar ... no cortejo. Elle já não havia, deante do feretro, ... personalidade politica, abrigada ao lado do ... e das lagrimas ... mas um amigo excepcional, cuja dor só não podia comparar-se a de uma única pessoa: a viúva.

De facto, era inútil separar, nesses... tempos, a ... do ex-presidente da Republica, da do senador rio-grandense. Os ... do partido que este fundou e aquelle prestigiara, quando no governo, tinham ... entre ambos uma amizade indestructivel. Transparentemente cavalheiresco, habituado a ... de frente não só os homens, mas as circumstancias, o sr. Pinheiro Machado ainda agora acabamos de ... a repulsa tempestuosa dos seus amigos do Rio Grande contra a candidatura do marechal a senador. E na ultima ordem do chefe politico, dada ... antes de morrer, foi convencendo os membros do Senado para apressarem, no dia seguinte, o reconhecimento do malfadado candidato.

Como, pois, admitir que o marechal deixasse ficar vago no cortejo funebre do amigo o logar que lhe cabia? Como justificar ... contrario, defendel-o ou explical-o?

Não precisamos fazer profissão de fé de arrependimento para reconhecer no sr. Pinheiro Machado, ao lado do politico cuja influencia combatemos, um homem que olhou em linha certa. Não foi sua tremenda impopularidade senão a consequencia de sua irreductivel lealdade. Pelos amigos tudo fazia. Arriscava facilmente o desejo do escolhido quando via que não era o preço do ... dum amigo. E esse typo encouraçado para todas as luctas tendo sido, por uma ... contradição, o chefe da politica, não era senão um máo politico, pois, em vez de collocar-se deante as circumnstancias, queria, muitas vezes, crear as circumstancias.

Das amplas coxilhas onde formou a sua alma de rustico, que o verniz da cidade não escondeu nunca, fica-se-lhe a idéa de que na politica também se descortinam os horisontes abertos. Não tinha a astucia do homem da caatinga, acorado nas voltas do caminho para atacar ou defender-se. General feito nas batalhas, seria incapaz de comprehender a guerra moderna, de trincheiras. Sua tactica era a as grandes massas que se chocam na planicie. Estava, na militança, atrasado meio seculo; estava na politica como na militança.

Por isso, na vida politica do sr. Pinheiro Machado os fracassos e as victorias tão a miúdo se alternavam. E, tendo a idéa de dominar sempre o adversario, acontecia, não raro, esmagal-o, aniquilal-o, trucidal-o, quando poderia simplesmente aprisional-o.

Não fazemos essa pequena digressão senão para accentuar o caracter cavalheiresco do homem e, mais, que foi esse caracter que o levou, contra todas as conveniencias manifestas da politica, a apresentar e sustentar a candidatura do marechal Hermes a senador. Não temia a idéa da morte e teve o animo capaz para admitil-a e aceital-a nas contendas que travou. Mas... homem atrasado de meio seculo, não reflectiu nunca que essa idéa pudesse dar-lhe a visão dum marechal, e, portanto, dum guerreiro apavorado apenas deante de um esquife. E para que ficasse sempre com a sua alma antiga, morreu antes de aprender mais esta lição, no grande livro da vida...

### A Federação, 10 de setembro de 1915, capa.

Continuam as demonstrações de pezar pelo trágico passamento do eminente cidadão e inclyto chefe republicano general Pinheiro Machado e de protesto contra o nefando attentado que o victimou.

O dr. Borges de Medeiros, nosso egregio chefe e presidente do Estado, o general Salvador Pinheiro, illustre vice-presidente do Estado em exercíco e o dr. Protasio Alves, illustre secretario do Interior têm recebido extensivo numero de telegrammas de condolências de todas as partes do nosso e de outros Estados da União, bem como do estrangeiro.

Á A Federação, orgam do partido republicano riograndense, têm sido também enviados do Estado e de outras partes do paiz innumerados telegrammas de pêsames e á nossa redacção grande numero de amigos e correligionários nos têm vindo pessoalmente trazer as manifestações de pezar.

Os estabelecimentos de ensino, escolas superiores, gymnasios e outras instituições de ensino secundário, escolas publicas e particulares suspenderam as suas aulas em homenagem á memória do illustre morto.

As repartições federaes, estaduaes e municipaes, os diversos estabelecimentos de ensino e innumeradas corporações conservam em suas fachadas os pavilhões á meia haste.

A imprensa desta capital e de todo o Estado e de todo o paiz como se vê dos despachos telegraphicos, é unânime em verberar a monstrosidade do attentado e em reconhecer as grandes qualidades do excelso senador Pinheiro, como cavalheiro, cidadão e político.

Em todas as rodas em que se commenta o luctuoso acontecimento, domina a nota de profundo pezar pelo passamento do eminente homem publico e de reprovação ao processo torpe adaptado para ataca-lo.

Nas páginas internas:

O criminoso, **Francisco Manso Paiva Coimbra**, que diz ser natural de Jaguarão, não era completamente desconhecido. Há quem affirme ter sido elle visto nos ultimos meetings realizados no Largo de São Francisco de Paula, e, por vezes, parado nas immediações do Senado.

O guarda civil número 418, que o prendeu, disse que era elle conhecido como sendo um individuo que ordinariamente parava á praça Duque de Caxias (Largo do Machado).

Quando por occasião de ser lavrado o auto de flagrante, o assassino, que sempre se conservou inteiramente calmo, pediu, por vezes, agua para beber ao ver que se preparavam as machinas photographicas dos jornaes para retratal-o e se empertigou, tomando pose para ser photographado – idem, com grifo também do original.

Ou:

Interrogado, disse o assassino que as suas declarações são as de seu depoimento, já publicado em todos os jornaes; que affirmou estar satisfeito em haver cumprido um voto que há muito fizera.

Disse ter pae e mae vivos, no Rio Grande do Sul, de onde é filho. Seu pae é Francisco Paiva Coimbra, portuguez, padeiro; sua mae, d. Maria de Jesus, natural de Rio Grande; de parentes tem apenas uma irmã, Conceição, também no Rio Grande do Sul, não tendo aqui, no Rio, sinão ligeiros conhecimentos.

Sempre guardado á vista, o assassino passou a noite calmo, dormindo algumas horas, recusando, entretanto, qualquer alimentação a não ser só café. Tem o (...) abatido, pronunciadas olheiras e uma barba mais crescida. Veste ainda o mesmo terno escuro com que foi preso. Deixa-se photographar sem a menor resistencia. O maior temor que o criminoso manifesta é o que lhe poderá acontecer na Casa de Detenção, para onde não deseja ir. Sabe que o director desse presídio era amigo particular do general Pinheiro. Receia ser maltratado ali. Ás 11h da manhã foi entregue ao criminoso a nota de culpa, depois de ter sido elle identificado pela (...) do Gabinete de Identificação e de Estatística, no 6º districto – idem.

E mais:

Ainda não é conhecida a personalidade de Francisco Manso Paiva. No 58º batalhão de caçadores, com sede em Nictheroy, o coronel comandante informou o seguinte: que o actual batalhão foi organizado há 2 annos, e nelle se acham incorporadas as 9ª e 8ª companhias isoladas, ja extintas, ha quasi quatro anos e que os officiaes Americo Abreu Lima, Philadelpho Rocha e outros que pertenciam aquellas companhias não guardam a menor recordação do ex-sargento Manso e que esperam, por isso, os traços característicos do assassino para verificar, se de facto, é elle desertor ou não, visto pelo nome não o terem encontrado, parecendo que alli se alistou com outro nome – idem.

A Federação, de 18 de setembro de 1915, capa.

Realizou-se, esta manhã, a trasladação de bordo do Javary para uma das salas do edificio da Intendencia Municipal, do corpo exanime do eminente republicano rio-grandense, o senador Pinheiro Machado.

No desejo de recapitular as primeiras e eloquentes demonstrações de tributo cívico que está promovendo o arrasto da opinião e alma colectiva deste Estado à grandiosa, significativa e espontanea manifestação pública de pesar que há de ser a romaria amanhã, 'A Federação' relata, hoje, nestas columnas, o que foi a recepção no porto de Rio Grande dos despojos do grande brasileiro, conduzido pelo couraçado 'Deodoro'.

#### **A commitiva**

Conforme noticiamos, partiu daqui, a 13 do corrente o vapor 'Javary', do Lloyd Brasileiro, levando uma grand commitiva composta dos nossos amigos, srs. drs. Protasio Alves, secretário do Interior, representando o benemerito chefe do partido republicano e presidente do Estado, dr. Borges de Medeiros, o general Salvador Pinheiro Machado, illustre vice-presidente em exercício do governo estadual, Dr. Barreto Vianna, presidente da Assembléa dos Representantes, desembargador Epaminondas, presidente do Superior Tribunal, dr. Benito Elejalde, representando o Dr. Montaury Leitão, intendente de Porto Alegre, dr. Joaquim Ribeiro, representando o Conselho de Municipal desta capital, desembargador André da Rocha, director da faculdade de Direito, dr. João Ferlini, representando o Dr. João Pereira Parobé e a Escola de Engenharia, dr. Sarmiento Leite, director da Faculdade de Medicina, dr. Landell de Moura, director da Faculdade Homeopatica, representando este estabelecimento de ensino e a Assistencia Publica Municipal, Barão Von Bassewitz, director da Escola Médico-Cirurgica, Coronel Marcos de Andrade, deputado estadual e chefe do partido republicano de Porto Alegre, coronel Luiz da Rocha Faria, representante do Club Julio de Castilhos, coronel Euripedes Mostardeiro, representando a Praça do Commercio, coronel João Mariot (...) e segue uma longa lista – reproduzida aqui na escrita da época.

Página 2:

O 'Deodoro', construido nos estaleiros de Toulon, em 1895, segundo os planos navaes do governo do Marechal Floriano Peixoto, possui uma artilharia composta de 24 canhões de 0,24, quatro de 0,12, quatro de salvas de 00,57, e 3 torres.

O calado é de 3 ½ pés.

Apenas fez uma viagem ao estrangeiro, indo á Republica Argentina.

A guarnição deste cruzador é de 280 homens, sendo a officialidade a seguinte: commandante, capitão de fragata Pedro Vieira de Mello Pina, immediato, capitão de corveta Benjamin Goulart, encarregado de artilharia, capitão-tenente Esculapio César de Paiva, a quem está confiado o serviço de navegação, 1ºs tenentes Alfredo Sinay, Amaury Sadock de Freitas, Antão Barata, Valentim Dunham Filho, Raul Lobato Ayres e Nelson Noronha de Carvalho; chefe de machinas, capitão de fragata José Gomes de Paiva, 1ºs tenentes engenheiros machinistas Londolpho Rasteiro, José Alexandre de Menezes, José Veiga, e Seabra Muniz; commissario capitão-tenente Somerico Eugenio Ferreira Guimarães; médico, capitão-tenente Julio Pires Porto Carrero.

O 'Deodoro' desloca 4.500 toneladas, sendo a sua velocidade de 12 milhas por hora, com bom tempo...

Ante-hontem, quando o 'Deodoro' fazia o percurso do pharol de Mostardas á barra de Rio Grande, apanhou forte vento de S.W. que fez com que somente ás 7 ½ horas da noite fosse assinalado o pharol da barra.

Ahi recebeu o practico e demandou o porto, fundeando emfrente á Praticagem quasi á 1 hora da madrugada. Hontem pela manhã, comboiado pelo 'Javary', suspendeu e ás 9 ½ atracou no ao Porto Novo.

#### **A viagem do Deodoro**

Sabíamos que a viagem do couraçado 'Deodoro' foi assignalada por numerosos incidentes. Procuramos, para bem informar nossos leitores, ouvir os passageiros que nesse navio vieram acompanhando o corpo do senador Pinheiro Machado.

Segundo os informes que conseguimos obter, apuramos: que o 'Deodoro', depois de receber o corpo do general Pinheiro Machado, manobras indispensaveis dentro da bahia do Rio de Janeiro, fez-se ao mar em demanda do nosso Estado.

A viagem correu magnifica até Anhato Merim, no Estado de Santa Catharina. O navio penetrou o canal e ancorou emfrente á Fortaleza de Santa Cruz.

A noticia da estada do 'Deodoro' nas proximidades de Florianopolis fez com que, horas depois, viesse a bordo ver os restos mortaes do vice-presidente do Senado, o governador do Estado, coronel Phillippe Schmidt, que se fez acompanhar dos senadores Hercilio Luz e Vidal Ramos, Bispo Diocesano, Chefe de Polícia, coronel Eugenio Blum, deputados estaduaes e outras autoridades. Demorou-se algum tempo na camara ardente, armada no salão nobre do navio, e depois de apresentarem pesames aos representantes que acompanhavam o cadaver, retiraram-se.

Também estiveram a bordo o capitão do Porto, commandante da fortaleza e officiaes inferiores da capitania e da fortaleza.

Á tarde o 'Deodoro' aproou para o mar alto. Ao chegar, porém, á Barra Norte de Santa Catharina, o couraçado achou-se em meio de extraordinária cerração...

#### A Federação, de 20 de setembro de 1915, capa.

... da multidão consternada, cujo profundo reconhecimento expressa que nenhum vislumbre de inveja, de malevolencia, de odio ou de crueza infamou jamais a politica do venerando martyr riograndense, nem houve um só feito seu abjecto e indigno da República.

Muito antes da hora assignalada para a partida do cortejo, já pelas ruas – onde os consulados, repartições federaes, estaduaes e municipaes ... de associações locaes e outros estabelecimentos conservaram os pavilhões em funeral – se avolumava o movimento da população que, a pé, nos bondes, carros e automoveis, demanda a proximidade da Intendencia, a Praça XV de Novembro e as extremidades das ruas adjacentes regorgitavam de povo.

Já então se achavam na camara ardente, no saguão e escadarias da Intendencia, além dos membros da familia do illustre morto, dr. Ângelo Pinheiro Machado e sra. , Antonio, Damião, Hugo e Dulphe Pinheiro Machado, o capitão-tenente Alvim Pessoa, representando o presidente da república e Almirante Alexandrino de Alencar, deputados João Simplicio e João Benicio, pela bancada riograndense, dr. João Pedro pela mesa do Senado, dr. Álvaro Rodrigues, pela Prefeitura Municipal coronel Zoroastro Cunha, pelo Conselho Municipal; dr. Gastão Azambuja, pela exma. esposa do extinto; deputado Oliveira Machado e sr. Álvaro Novaes, pelo Centro de Estudantes Pinheiro Machado, todos membros da commitiva que acompanhou desde o Rio de Janeiro o corpo do extinto patricio; dr. Protásio Alves, secretário do Interior; dr. Marinho Chaves, secretário da Fazenda; dr. Pereira Parobé, secretário de Obras Públicas; dr. Barreto Vianna, presidente da Assembléia dos Representantes; os membros do Superior Tribunal; representantes do general Gabino Besouro, commandante da região militar, tenentes Ibanez Cardoso Agostinho Goulart; generaes Carlos Frederico de Mesquita e Ildefonso de Moraes Castro, commandantes da 9ª e 10ª brigadas de Infantaria e Bello Brandão, commandante da Brigada de Artilharia; corpo consular; representantes do partido republicano dos municipios de todo

o Estado; representantes da imprensa, dos estabelecimentos de ensino primario, secundario e superior e grande numero de commissões.

Às 10 horas o general Salvador Pinheiro Machado, o dr. José Montaury, membros do Conselho Municipal acercaram-se do ataúde e seguraram-lhe as alças, transportando o corpo do grande e inditoso brasileiro para a carreta de artilharia, que o aguardava junto ás escadarias que dão acesso ao recinto da Intendência.

O general Salvador Pinheiro Machado, rodeado de pessoas gradas, tomou logar á frente do esquife que era amparado pelos demais membros da família do pranteado senador; altas autoridades civis e militares seguraram nos cordões da carreta, e o prestito movimentou-se, observando a ordem seguinte, a começar pela frente: a escolta presidencial, commandada pelo tenente Arlindo Franklin Barbosa; dois coches fúnebres tirados cada um por duas parelhas pretas; dois carros do corpo de bombeiros e seis caminhões, conduzindo coroas; sete andores sobre os quaes iam as grandes coroas: dos funcionarios da Intendência Municipal e dos da Administração dos correios, conduzidas por funcionarios destas repartições; do Club Militar de Officiaes da Guarda Nacional; por officiaes da mesma milicia; da Brigada Militar, por inferiores; do exmo. Dr. Borges de Medeiros, por agentes municipaes – todas estas de flores naturaes; a coroa dedicada pelo Estado do Rio Grande do Sul, de bronze sobre um fundo de fino tecido com as cores da bandeira riograndense.

Continuava o prestito o pessoal da redacção, gerencia e officinas d' A Federação.

Vinha após a carreta, tirada por 20 inferiores da Brigada Militar, ladeada por um piquete de praças da mesma milicia.

Seguia-o o general Salvador Pinheiro Machado, em companhia de seus irmãos e sobrinhos e rodeado de representantes da presidencia da Republica, das altas autoridades civis e militares, corpo consular, representantes do clero, da imprensa, do partido republicano e dos municipios de todo o Estado e de grande numero de commissões, fechando o cortejo longa e compacta marcha popular.

Nessa ordem, passou pelas ruas Sete de Setembro, praça senador Florêncio, rua dos Andradas, Vigario José Ignacio, General Vitorino, Dr. Flores, Praça Conde de Porto Alegre e pelo Campo da Redempção até ao cemiterio.

Em todo o percurso, pelas calçadas, as janellas, sacadas e portas dos edificios notava-se grande aglomeração de exmas. famílias e de povo. Os combustores da iluminação publica estavam accesos e envoltos em crepe.

Á entrada do Campo da Redempção em frente ao Gymnasio Julio de Castilhos, estavam postados em fila dupla os alumnos do Instituto Technico Profissional da Escola de Engenharia.

### Sobre a presença de Borges de Medeiros no enterro:

O dr. Borges de Medeiros, illustre presidente do Estado, benemerito chefe do partido republicano que, por motivo de seu estado de saúde não pudera comparecer ás cerimonias, dirigiu-se directamente, de automovel, acompanhado do seu secretario particular e Octavio Rocha e do seu ajudante de ordens, capitão Lourenço Gatani, para o cemiterio, onde aguardou a chegada do corpo do egregio senador riograndense.

Nas immediações do cemiterio premia-se enorme multidão.

O serviço de transito no portão do cemiterio era feito por um cordão de agentes da policia administrativa.

O prestito marchou na ordem em que vinha até a base da colina do campo santo.

Estacaram então os vehiculos que conduziam as coroas. Os andores preosseguram, indo localizar-se ao fundo da avenida principal do cemitério.

Ao aproximar-se a carreta do portão, encaminharam-se á frente, para o recinto da necropole, o general Salvador Pinheiro Machado e os demais membros da familia do saudoso extinto, aos quaes o dr. Borges de Medeiros abraçou consternado, acompanhando, dali em deante, toda a solemnidade.



Transportado o feretro a mão para uma peça adrede preparada entre o monumento do saudoso Patriarcha e a sepultura destinada a receber os despojos do mallogrado senador Pinheiro Machado, falou o coronel Zoroastro Cunha. – conselheiro municipal do Districto Federal (segue a integra do discurso).

## ANEXO 3 – Resumo das coberturas nos momentos da pesquisa

Quadro 6 - Cobertura do Correio da Manhã – 15 a 20/06/1901

Data/Nº de páginas	Página	Conteúdo
15/06/1901, sábado/6	Capa	2 colunas inteiras: artigo ARS NEVA, sobre o caráter e as funções de um jornal moderno; 1 coluna de artigo de Edmundo Bittencourt.
	2	Agenda governamental e notas diversas
	3	Idem
16/06/1901, domingo/6	Capa	Longo texto (2 colunas) de Carlos de Laet retomando a escrita política interrompida em 1897; nota de 15 linhas em “Topicos e Noticias” criticando importação de papel de ofício pelo governo; em “Bisbilhotices”, críticas ao sistema de reconhecimento, com referência a Pinheiro Machado, tratado no texto como “o general gaúcho”, à sucessão presidencial e à articulação envolvendo RS, RJ, PE e MA contra BA, SP e MG.
	2	½ coluna sobre as oligarquias no Brasil, sem referências a Pinheiro Machado e ao RS: “Ditosa essa gente que nos governa”, assinado por Luiz Velho.
17/06/1901, segunda/6	Capa	Última coluna, quase inteira – “Coisas da época”: crítica a República.
18/06/1901, terça/6	Capa	Carlos de Laet assina crítica “Não-lei e não-formula”, à política econômica do governo; protestos contra impostos municipais.
	2	Luiz Velho em ½ coluna, “Coisas da época”, sobre a dívida externa: “Ditosa condição a do Brasil, que de tanta amargura consola-se com ter pago em dia o credor inglês”.
19/06/1901, quarta/6	Capa	+ 2 colunas “Regimen Parlamentar”, de Medeiros e Albuquerque, defendendo o parlamentarismo. Em “Topicos e Noticias” uma nota sem título de audiência de dirigentes de jornais com o presidente Campos Salles (reclamando de ação policial contra manifestantes), indicando que o presidente teria dito: “Para bala, bala”.
	2	“Coisas da Época”, Luiz Velho: com insinuações sobre a responsabilidade do presidente Campos Salles nos episódios contra o aumento das passagens da Cia. São Christovão.
20/06/1901, quinta/6	Capa	+ 2 colunas em que Pedro Tavares Junior assina o texto “Burros e Cães”, criticando jornalista que havia insinuado manipulação política nos protestos contra o aumento das passagens. 1 coluna de editorial crítico contra a frase que teria sido dita na véspera pelo presidente da República. ½ coluna de “Victoria do Povo”, sobre o recuo da Cia. São Christovão – que na verdade ressalta o papel do <u>Correio da Manhã</u> . 4 colunas sobre os fatos, incluindo discurso de Ruy Barbosa sobre o mesmo assunto.
	2	Seqüência do discurso de Ruy Barbosa, em 4,5 colunas . 2/3 de coluna com “Coisas da Época”, de Luiz Velho, ainda repercutindo a frase atribuída ao presidente Campos Salles.
	3	½ coluna de seqüência ao assunto.

**Quadro 7 - Cobertura d'A Federação – 15 a 20/06/1901**

<b>Data/Nº de páginas</b>	<b>Página</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>15/06/1901, sábado/4</b>	Capa	½ coluna de matéria sobre exposição, reproduzindo o <u>Alto Taquary</u> . 3,5 colunas sobre a participação da representação rio-grandense na Câmara dos Deputados-sessão do dia 28/05. 3 colunas sobre duelo proposto ao deputado e cônego Valois de Castro pelo almirante Custódio de Mello.
	2	Em “Respiga”, 1 coluna dividida em duas, com declarações em destaque em matéria que reproduz ordem do dia do Coronel Bellarmino Mendonça, comandante da Escola Preparatória do Rio Pardo, respondendo ao <u>Correio do Povo</u> .
	3 e 4	Anúncios.
<b>17/06/1901, segunda/4</b>	Capa	1 coluna e pequeno pedaço: “Data memorável”, sobre a restauração da legalidade no RS por Júlio de Castilhos, a 17/06/1892. Outros textos lembram a data, na mesma página.
	2	Pequena nota sobre o mesmo assunto da capa, informando telegramas recebidos por Julio de Castilhos e breve referência aos acontecimentos do Rio de Janeiro (protestos contra aumento das passagens).
<b>18/06/1901, terça/4</b>	Capa	1,5 coluna: “Vencendo sempre”, sobre a situação política no RS.
	2	“Serviço Telegraphico d'A Federação” noticia os acontecimentos do Rio de Janeiro.
<b>19/06/1901, quarta/4</b>	Capa	Novos telegramas a Julio de Castilhos sobre o 17/06/1892.
	2	“Serviço Telegraphico d'A Federação” noticia os acontecimentos do Rio de Janeiro. ½ coluna informando o encontro do presidente Campos Salles com dirigentes dos jornais, dizendo ter sido ele receptivo e determinado à polícia que agisse com “prudencia e cordura”. Em “Ultima Hora”, rápido texto sobre a suspensão do aumento das passagens.
<b>20/06/1901, quinta/4</b>	Capa	1 coluna, “Entrelinhas”, criticando tanto a Cia. S. Christovão quanto os jornais que estimularam o conflito. Em outras 3 colunas, textos sobre o Governo do RS, a Representação do RS na Câmara dos Deputados.
	2	“Serviço Telegraphico d'A Federação” noticia os acontecimentos do Rio de Janeiro: “O povo percorreu as ruas, saudando a redacção dos jornaes que combateram o augmento das passagens...”

**Quadro 8 - Cobertura do Correio da Manhã - 20 a 25/05/1906**

<b>Data/N° de páginas</b>	<b>Página</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>20/05/1906, domingo/8+4</b>	Capa	½ coluna de texto editorializados “O dever do povo”, em que trata de episódios como da Cia. São Christovão, a Revolta da Vacina e os aumentos de impostos e argumenta: “O nosso dever de povo, de povo que tem consciencia de seus direitos, que conhece o seu poder, é reagir desde agora...”
<b>21/05/1906, segunda/6</b>	Capa	“Pingos e Respingos”, pequena nota irônica sobre Pinheiro Machado; em “A Desidia do Congresso”, crítica ao Legislativo e à “política aventureira do Bloco”.
	4	Matéria sobre o Bloco reproduz editorial de <u>A Notícia</u> , de 17/05/1906, criticando a influência de Pinheiro Machado sobre Ruy Barbosa.
<b>22/05/1906, terça/8</b>	Capa	Longo texto de Serzedello Corrêa sobre a crise política no Mato Grosso. “Pingos e Respingos” volta a ironizar o adiamento de discurso de Pinheiro Machado.
<b>23/05/1906, quarta/8</b>		Silêncio do jornal sobre o duelo Edmundo x Pinheiro.
<b>24/05/1906, quinta/8</b>		Silêncio do jornal sobre o duelo Edmundo x Pinheiro.
<b>25/05/1906, sexta/6</b>	3	Reproduz matéria do <u>Diário de Santos</u> de 18/05/1906 sobre os diplomas eleitorais e o poder de Pinheiro Machado.

**Quadro 9 - Cobertura d’A Federação - 20 a 25/05/1906**

<b>Data/N° de páginas</b>	<b>Página</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>21/05/1906, segunda/4</b>	2	“Serviço Telegraphico d’A Federação “em três linhas: “Correm boatos de graves sucessos em Mato Grosso. Ha falta de communicações”.
<b>22/05/1906, terça/4</b>		Nada a registrar
<b>23/05/1906, quarta/4</b>	Capa	1,5 coluna sobre o ensino agrícola e rural, anunciando tema de que <u>A Federação</u> se ocupará (Pinheiro Machado, não citado no texto, era estimulador desse tipo de ensino).
	2	“Serviço Telegraphico d’A Federação” noticia a conflagração no Mato Grosso e o duelo entre Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt, “devido a injurias publicadas pelo Correio da Manhã”.
<b>24/05/1906, quinta/4</b>	Capa	½ coluna no centro da página: “Senador Pinheiro em desaffronta”, sobre o duelo da véspera.
	2	“Serviço Telegraphico d’A Federação” noticia o duelo. E alfineta: “O Correio da Manhã não publicou noticia alguma a respeito do duello entre o senador Pinheiro Machado e Edmundo Bittencourt”.
<b>25/05/1906, sexta/4</b>	Capa	2 colunas inteiras: “Crhonica/Jornaes e jornalistas”, assinado por Arthur Toscano e anunciando continuação.
	2	Seqüência do material da capa.

**Quadro 10 - Cobertura do Correio da Manhã – 24/2 a 1º/03/1910**

Data/Nº de páginas	Página	Conteúdo
24/02/1910, quinta/10	Capa	Artigo de “Gil Vidal”, em 1 coluna: “O marechal é inelegível”. 1/3 coluna sob o título “Desfazendo a perfídia”, tentando explicar críticas anteriores do <u>Correio da Manhã</u> ao senador Ruy Barbosa. Texto sem título acusando o engenheiro Paulo de Frontin de usar cargo público em favor de Hermes da Fonseca. 1/3 de coluna sobre “O aniversário d’Ella” – a Constituição, em texto irônico e sem assinatura.
	2	Texto de 4 colunas, com maior destaque na página: “A eleição presidencial”, atribuindo os conflitos de rua no Rio de Janeiro a grupos hermistas:
	5	Grande anúncio da chapa Ruy Barbosa/Albuquerque Lins em 2 colunas e 1/3 da página – sugerindo aos eleitores que a levassem como cédula às urnas: “Os srs. Eleitores, recortando o pedaço de jornal acima, estarão munidos das cédulas com que deverão votar a primeiro de março próximo futuro. Será bastante collocar cada uma delas dentro de seus envelopes e sobrescriptar um deles: Para presidente, e outro: para vice-presidente”.
25/02/1910, sexta/8	Capa	“Gil Vidal” assina longo texto de uma coluna: “Minas Gloriosa”, sobre a recepção a Ruy Barbosa em Belo Horizonte. Outro texto, sem título, critica o presidente Nilo Peçanha por refugiar-se em Petrópolis “justamente quando os annimos se conservam mais accesos, quando permanecemos numa situação de incertezas, para a evidencia da qual em grande parte concorre o patrulhamento exhibitivo que se estende á noite pela cidade...”. “Pingos e Respingos”, com nota com procedência de São Gabriel referindo o dia 1º de março como a data de “uma briga entre dos gallos, sendo um do general Pinheiro e outro do dr. Fernando Abbott. Um marechal, que ainda não pôde chegar até aqui, foi nomeado super arbitro”. ½ coluna “A honra de Minas”.
	2	1,5 coluna reproduzindo “improviso” do candidato Ruy Barbosa em Belo Horizonte, antecedido por título em letras garrafais. 1,5 coluna de relato do repórter (PF) que o acompanha. + de 2 colunas com título garrafal: Á NAÇÃO, assinado por José Marcellino de Souza, Barbosa Lima, Galeão Carvalhal, Annibal de Carvalho e Cincinato Braga, pró-Ruy.
	3	2 ½ colunas sobre “A Eleição Presidencial”, noticiando arruaças da véspera. Sob o mesmo título, nota sobre a visita do Marechal Hermes ao Rio Grande do Sul, dizendo não ter passado de 200 o número de participantes em recepção a ele em Livramento. Reproduz a chapa civilista, nas mesmas dimensões do dia anterior.
26/02/1910, sábado/8	Capa	Dois textos, cada qual em 1 coluna: “Actas fraudulentas”, de “Gil Vidal”, acusando a “imprensa hermista” de defendê-las; e “A masorcha e a fraude”, sem assinatura, dizendo estar o Rio de Janeiro entregue a “um bando de vagabundos”, em coincidência com a retirada do candidato Hermes para o Rio Grande do Sul.

	2	Em pouco mais de 2 colunas, “Á Nação” reproduz manifesto publicado na véspera. 1/3 de de coluna reproduz texto de <u>Q Estado de S. Paulo</u> : “A candidatura Hermes é candidatura militar”. 4 colunas de “A eleição presidencial” concentram noticiário de denúncia contra o hermismo e defesa do civilismo.
	3	Reprodução da cédula.
<b>27/02/1910, domingo/14</b>	Capa	Imensa ilustração: “Vox Populi-Vox Dei/Pro-Patriae. Agosto de 1909/1º de março de 1910”. Metade da página com texto de ficção sobre os humildes e a outra metade de “Traços da semana”, sobre as eleições, enfatizando a recepção a Ruy Barbosa.
	2	½ coluna de seqüência da matéria iniciada na capa, incluindo as “arruaças no Rio”.
	3	“Gil Vidal” assina texto “A eleição e o sr. Nilo”, em 1 coluna, responsabilizando previamente o presidente da República “se a eleição terminar em sangue”. Texto sem título repete conteúdo de edições anteriores: “O marechal Hermes não pode ser eleito presidente da Republica...” Nota sobre o civilismo consagrado e o hermismo rejeitado. “Pingos e Respingos”: “O Canto do Marechal”, sobre a música “Bem sei que me desprezas”, assinado por Cyrano & C. ½ coluna: “A victoria do civilismo”, reproduzindo <u>Q Estado de S. Paulo</u> , para quem Ruy e “os directores do civilismo” julgam certa a derrota do marechal Hermes.
	4	Reproduz o manifesto “Á Nação” dos dias anteriores e noticia em 4 colunas a “Eleição presidencial”, com outro manifesto, de mulheres pró-Ruy, enfrentamento policial no Rio, carta de um oficial civilista anônimo ao Marechal Hermes. Ao pé da página uma nota corrige informação da véspera, que havia dado como arruaceiro o negociante Otton Madeira, “sem passado político”.
	5	½ coluna de PF sobre a excursão de Ruy Barbosa a Minas Gerais.
<b>28/02/1910, segunda/8</b>	Capa	“Gil Vidal” em pouco mais de 1 coluna: “O invencível”, anunciando a vitória de Ruy Barbosa na eleição do dia seguinte. Em “Topicos e Noticias”, mais ironia sobre o refúgio de Nilo Peçanha em Petrópolis. ½ coluna acusa a polícia de criminosa e de trabalhar para Hermes da Fonseca. Transcreve em 2 colunas <u>Q Estado de S. Paulo</u> , noticiando telegrama enviado por Pinheiro Machado à Junta Hermista de São Paulo”, e critica Pinheiro Machado por sua “rudeza e falsidade”.
	2	Seqüência da última matéria da página anterior. Manifesto de Ruy Barbosa á Nação, em ½ coluna.
<b>1º/03/1910, terça/8</b>	Capa	Toda dedicada às eleições, com os textos “Ás urnas”, de 1 coluna, em que “Gil Vidal” enfatiza a defesa de Ruy e volta a criticar Nilo Peçanha; “Inelegível”, ½ coluna repetindo a interpretação segundo a qual Hermes, não sendo eleitor, não poderia ser candidato e “O pleito de hoje” responsabilizando o presidente da República diante “da primeira disputa que divide o pais”. Esse material inclui informações gerais sobre a eleição e segue na ...

	2	Seqüência do serviço eleitoral iniciado na capa. Amplo quadro eleitoral do País, estado por estado, indicando ter o Brasil 23.306.800 eleitores habilitados, dos quais 1.253.950 provavelmente compareciam às urnas.
	3	“À Nação”, o mesmo manifesto dos dias anteriores, em 2,5 colunas.

**Quadro 11 - Cobertura d'A Federação - 24/2 a 1º/03/1910**

<b>Data/Nº de páginas</b>	<b>Página</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>24/02/1910, quinta</b>		Não circulou: dia seguinte ao do aniversário da Constituição Republicana.
<b>25/02/1910, sexta/8</b>	Capa	1 coluna: "O Chefe", reproduzindo os telegramas recebidos por Borges de Medeiros. 2 colunas sobre a administração José Montaury na Intendência de Porto Alegre. Demais espaços da capa: serviços para a eleição de 1º/03 e atos do governo RS.
	2	Matéria de seis parágrafos: "O Marechal", informando que "o illustre Marechal" será recebido festivamente em Porto Alegre no dia 27 ou 28. "Regimen da Mentira", iniciando ao pé da primeira coluna da página intensa crítica à <u>Gazeta</u> e a Gaspar Martins. "Serviço Telegraphico d'A Federação" com notícias sobre a eleição, defesa da candidatura Hermes e ataque à candidatura Ruy.
<b>26/02/1910, sábado/8</b>	Capa	1 coluna inteira: "As urnas livres", em tom de manifesto, atacando a violência dos adversários do Partido Republicano: "Não precisamos de artificios para vencer". Ampla cobertura em duas colunas da presença do marechal Hermes no RS (Santa Maria). Serviço sobre a eleição.
	2	Seqüência de matéria da página anterior, sobre manifestação pró-Hermes em Santiago do Boqueirão. "Regimen da Mentira" com suspeitas sobre as notícias veiculadas por jornais anti-hermistas. "Serviço Telegraphico" com cobertura da viagem de Hermes ao RS.
<b>28/02/1910, segunda/8</b>	Capa	1 coluna e 4 parágrafos: "Na linha", sobre a eleição do dia seguinte. 1,5 coluna "Apotheose", assinada por Ildefonso Pnto, sobre o sucesso da excursão de Hermes ao RS. Serviço da eleição, governo do RS, teatros e diversões e início do "Serviço Telegraphico".
	2	"Serviço Telegraphico", em seqüência ao iniciado na capa. Notícia sobre Pinheiro Machado respondendo à imprensa carioca. ½ coluna de cobertura à visita de Hermes a Porto Alegre: "Estrondosa manifestação". "Regimen da Mentira", acusando o <u>Correio do Povo</u> de publicar telegrama mentiroso sobre a adesão do coronel Augusto Leivas ao civilismo.
	8	"Ultima Hora": 8 parágrafos sobre artigo de Ribeiro Tacques, em <u>A Opinião Pública</u> , de Pelotas, pró-Hermes. "Secção livre" com o texto "Votar no Marechal", em 8 parágrafos assinados por F. Bastos.
<b>1º/03/1910, terça/8</b>	Capa	+ 2 colunas: "Victoria! Victoria!": "Podem ferir os ares as notas alegres dos clarins das hostes republicanas, annunciando a victoria do candidato do povo, o marechal Hermes da Fonseca"... 1 parágrafo intermediário sobre Pinheiro Machado, "o gaúcho impertérito". 1,5 coluna de Ildefonso Pinto: "A eleição e as candidaturas". +- 6 parágrafos: "Covardia", acusando o <u>Correio do Povo</u> de covardia e de anunciar à última hora apoio ao civilismo.



**Quadro 12 - Cobertura do Correio da Manhã, 1º a 06//03/1914**

<b>Data/Nº de páginas</b>	<b>Página</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>1º/03/1914, domingo/16</b>	Capa	1 coluna assinada por “Gil Vidal” sobre a eleição presidencial; 1/3de coluna, sem título, com texto sobre a “torpesima e repugnante farça eleitoral...”, com referências a Pinheiro Machado. +- 1coluna sob o título “Supremo appello”, assinado por “C”, sobre os acontecimentos do Ceará. ½ coluna “um duelo original”, contra o ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar.
	2	Destaque para o Ceará: “A situação no Ceará é de extrema gravidade/officiaes da Guarnição Federal de Fortaleza telegrapham aoClub Militar/O governoordena a partida imediata da divisão de cruzadores”. 3 colunas com fotos do cruzador Barroso, capitão da divisão que segue para o ceará, sob comando capitão-de-mar-e-guerra Castello Branco.
	3	3 coluna sobre conferência de Ruy Barbosa (que deveria ter sido realizada em São Paulo).
	4	Praticamente toda de seqüência à conferência que Ruy deveria ter feito em São Paulo.
<b>02/13/1914,segunda-feira/12</b>	Capa	1 coluna sobre o Ceará (as eleições só aparecem em “Topicos&Noticias”, depois de “O Tempo Hontem e Hoje”: 4 parágrafos, +- 40 linhas em 1 coluna, com críticas a Pinheiro Machado. Adiante, outra notícia sobre a política no Estado do Rio “tittere do Morro da Graça”, em 4 parágrafos.
	2	1 coluna com foto do General Tito Escobar, presidente do Club Militar. A situação no Ceará/Resposta da directoria do Club Militar aos officiaes da Guarnição de Fortaleza. Ao lado, em 1/3 de coluna: Como sefaz um presidente... A eleição de hontem.
	3	5 colunas de grande destaque (cartola, manchete de página e linha de apoio, com fotos), sobre o Ceará, com matéria crítica ao governo.
<b>03/03/1914, terça-feira/14</b>	Capa	3 colunas destacando a crise no Ceará: “Sangue no Norte!/A triste situação do Ceará/O governo e a assembléia do Club Militar”, com referências a Pinheiro Machado ): ”O Sr. Pinheiro Machado aconselha o fechamento do Club Militar – em texto a ter seqüência na página 3. “Gil Vidal” assina texto de +- 1 coluna também sobre a situação do Ceará, com referência a Pinheiro Machado.
	2	½ coluna sobre a eleição presidencial (“Estrondosa vitória do Sr. Seabra na capital da Bahia que suffragou o ser. Ruy Barbosa com 1.500 votos mais do que teve o candidato dos srs. Vianna, Severino, Marcelino & Cia”)
	3	Praticamente toda dedicada à “Triste situação do Ceará”, com 10 fotografias e referências a Pinheiro Machado (sobre conversas com Hermes da Fonseca no Catete: “conversa longa e que, parece, pouco agradou ao chefe do PRC, pois s. ex. retirou-se visivelmente carrancudo...”).

<b>04/03/1914, quarta-feira/12</b>	Capa	Destaque ao Ceará, em 3 colunas chamando para continuação na página 3. “A situação no Ceará/Os primeiros actos do coronel Setembrino traduziram já a sua irritante parcialidade/ Accudindo ás senhoras cearenses/ Reposta do senador Ruy Barbosa”. Artigo de “Gil Vidal”, em 1 coluna, sobre o mesmo tema, com referência a Pinheiro Machado: “...o governo do marechal Hermes, reduzido nessa aventura a mero executor das ordens do sr. Pinheiro Machado...”
	2	½ coluna sobre a eleição – em São Paulo. Texto assinado por “C”: “Uma eleição avacalhada”: “O povo paulista – sempre escrevemos aqui – alheio ás negociações dos politicoides, jamais compareceria ás urnas para suffragar achapa dos candidatos impostos a São Paulo e á Nação pelo sr. Pinheiro Machado”. Em outra matéria, pouco mais de ½ coluna: “Eleição presidencial/A vitoria extraordinária da candidatura Ruy Barbosa na Bahia, apezardos esforços dos srs. Severino, Vianna, Marcelino & C., que apoiavam o candidato Braz”. Outra: “Um duelo original/Um official da Marinha quer metter a palmatoria no Sr. Alexandrino”.
	3	Toda dedicada à situação no Ceará. E fotos, uma de Pinheiro Machado saindo do Palácio. Um dos textos (ida e vinda de Hermes da Fonseca de Petrópolis ao Rio) cita Pinheiro Machado, que o acompanhou da Estação (Rio) até o Catete, em “conferencia prolongada”.
<b>05/03/1914, quinta-feira/12</b>	Capa	5 colunas de grande destaque: “O Governo decreta o estado de sítio”, noticiando a “detenção dos srs. Vicente Piragibe, diretor da ‘Epoca’; Macedo Soares, d’ ‘O Imparcial’; Caio Monteiro de Barros, Feliz Bocayuva e o sargento do Exército José de Oliveira. Referências a Pinheiro Machado: recebeu Hermes da Fonseca na gare da Praia Formosa.
	3	1/3 de página sobre o Ceará.
<b>06/03/1914, sexta-feira/</b>	Capa	3 colunas sobre o primeiro dia do estado de sítio, referindo que Pinheiro Machado esteve com Hermes no Palácio de manhã e às 22h45. Noticia a continuidade das prisões, incluindo aos nomes citados no dia anterior os de Marques da Silva, de <u>A Noite</u> e Leal de Souza, de <u>Careta</u> .
	2	Continuação da cobertura iniciada na capa.
<b>07/03/1914. sábado</b>		O JORNAL TEVE SUA EDIÇÃO SUSPensa DESTA DATA ATÉ 1º DE ABRIL

**Quadro 13 - Cobertura d'A Federação, 1º a 08/03/1914**

<b>Data/Nº de páginas</b>	<b>Página</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>1º/03/1914, domingo/10</b>	Capa	1,5 coluna sobre a eleição presidencial (realizando-se nesse dia em todo o País), com a chapa oficial: Wenceslau Braz/Urbano Araújo.
	2	2,5 colunas sobre a eleição, contendo a distribuição de chapas (serviço).
	3	1 coluna sobre a eleição, reproduzindo matéria do <u>Diário Popular</u> de Pelotas, de orientação do voto na chapa governista. ½ coluna sobre o mesmo assunto, criticando RB, o candidato desistente.
<b>03/03/1914, terça-feira/8</b>	Capa	½ coluna ao fim da página com resultados eleitores. 1,5 coluna com resultados por seções de Porto Alegre e interior (Ruy também votado em Alegrete).
	2	1/3 de coluna continuando os resultados iniciados na página anterior, com os votos do interior.
	5	2 colunas com resultados da eleição presidencial.
<b>04/03/1914, quarta-feira/</b>	Capa	1 coluna inteira + 1/3 + 1/3 de duas colunas com resultados eleitorais em Porto Alegre e arredores.
	2	1,5 coluna com mais resultados eleitorais no Interior...
	7	... que seguem na seção "Estaduaes" do "Serviço Telegraphico d'A Federação", por 3 colunas quase inteiras.
<b>06/03/1914, sexta-feira/8</b>	Capa	2 colunas e 1/5 de coluna sobre o estado de sítio – justificando a medida adotada.
	2	Boletim eleitoral em 1,5 coluna
	7	Resultados eleitorais em menos de uma coluna.
<b>07/03/1914, sábado/8</b>	3	+ 2 colunas de boletim eleitoral.
	7	Novos resultados e notícia, sem destaque, do estado de sítio (com data de 5/3).
<b>08/03/1914, domingo/12</b>	10	+ 5 colunas sobre o estado de sítio, com referências a artigo de Gilberto Amado em <u>O Paiz</u> , condenando a <i>imprensa amarela</i> e defendendo Pinheiro Machado.

**Quadro 14 - Cobertura do Correio da Manhã - 09 a 20 de setembro de 1915**

<b>Data/N° de páginas</b>	<b>Página</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>09/09/1915, quinta-feira/12</b>	Capa	Toda dedicada ao assassinato de Pinheiro Machado. Uma manchete, três linhas de apoio, três fotos.
	3	Toda dedicada ao tema. Um título principal, um subtítulo, uma foto.
	4	3 colunas dedicadas ao tema como continuação dos textos da página anterior
<b>10/09/1915, sexta-feira/12</b>	Capa	Toda dedicada ao tema. Uma manchete, linhas de apoio, uma ilustração.
	3	Toda dedicada ao tema. Um título, dois subtítulos, duas fotos.
	4	4,5 colunas dedicadas ao tema.
<b>11/09/1915, sábado/12</b>	Capa	Toda dedicada ao tema. Uma cartola, uma manchete, duas linhas de apoio, três fotos.
	3	Seis colunas dedicadas ao tema. Um título, dois subtítulos, um anúncio de filme sobre os funerais.
	4	Duas colunas da página com referências ao tema em “Notas Diversas”.
<b>12/09/1915, domingo/14</b>	Capa	Toda dedicada ao tema. Cartola, manchete, duas linhas de apoio, cinco fotos agrupadas em dois blocos.
	3	Três colunas dedicadas ao tema.
	4	Uma coluna em continuação à cobertura do tema da página anterior.
	13	Anúncio de meia-página de filme sobre os funerais.
<b>13/09/1915, segunda-feira/12</b>	Capa	O assunto divide-se entre a notícia sobre o Senado e dois artigos assinados sobre o momento político.
	3	Três colunas de cobertura sobre o assunto, com um título e um subtítulo.
	4	O mesmo anúncio do dia anterior do filme sobre os funerais.
<b>14/09/1915, terça-feira/12</b>	Capa	Artigo (uma coluna, sobre o “fim do PRC”) e referências esparsas ao assunto em “Tópicos&Notícias”.
	2	Três colunas sobre as sessões da Câmara e do Senado criticando a exploração do assassinato.
	3	Quatro colunas de cobertura sobre o crime, com um título e um subtítulo.
<b>15/09/1915, quarta-feira/12</b>	Capa	Cobertura restrita a “Tópicos&Notícias”. Manchete sem alusão ao assunto, falando de boato sobre rebelião política.
	3	Três colunas de cobertura sobre o crime, com um título e dois subtítulos.
<b>16/09/1915, quinta-feira/14</b>	Capa	O assunto aparece indiretamente em “Tópicos&Notícias”, num texto que critica Alcides Maia, antes oponente, agora apoiador de Pinheiro Machado.
	3	Três colunas de cobertura sobre o crime, com um título e dois subtítulos.
<b>17/09/1915, sexta-feira/12</b>	3	Duas colunas de cobertura ao crime, com um título e dois subtítulos. Duas outras colunas com referências ao assunto em “O Dia no Senado”.
<b>18/09/1915, sábado/12</b>	Capa	1,5 coluna de artigo sobre o momento político e cinco parágrafos de “Tópicos&Notícias” sobre a conduta do Marechal Hermes.
	3	Três colunas de cobertura sobre o crime, com um título e dois subtítulos.
<b>19/09/1915, domingo/14</b>	Capa	Três colunas de referências esparsas ao assunto em “Tópicos&Notícias”.
<b>20/09/1915, segunda/12</b>	Capa	Uma coluna com referência indireta ao assunto.
	3	Uma coluna de cobertura do sepultamento de Pinheiro Machado em Porto Alegre, com um título e um subtítulo.

**Quadro 15 - Cobertura d'A Federação - 9 a 20 de setembro de 1915**

<b>Data/N° de páginas</b>	<b>Página</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>09/09/1915, quinta-feira</b>		Não circulou
<b>10/09/1915, sexta-feira/6</b>	Capa	Toda dedicada à cobertura do assunto, com uma manchete, uma linha de apoio, um subtítulo em destaque e outros menores e reprodução dos telegramas a Borges de Medeiros e a Salvador Pinheiro Machado. Sem foto ou ilustração.
	2	5,5 colunas de continuação dos telegramas e 1,5 coluna para matérias divididas em quatro subtítulos.
	3	Toda dedicada à cobertura do assunto, com seqüência aos subtítulos iniciados na página anterior (agora, 4), os telegramas e notas diversas.
	4	Toda a página dedicada à cobertura, no espaço "Serviço Telegraphico", com textos separados pela procedência, sem títulos.
	5	Toda página dando seqüência á cobertura da página anterior, – exceto três anúncios publicitários.
<b>11/09/1915, sábado/6</b>	Capa	Toda dedicada à cobertura, com manchete, uma linha de apoio, incluindo um artigo de três colunas, sem assinatura; reprodução de matéria do <u>Diário Popular</u> de Pelotas e telegramas a Borges de Medeiros. Sem fotos ou ilustrações.
	2	Toda dedicada ao assunto. Continuação dos telegramas a Borges, telegramas a Salvador, três outros subtítulos.
	3	Toda dedicada ao assunto, iniciando com a continuação do último subtítulo da página anterior, mais quatro subtítulos.
	4	Praticamente toda a página do Serviço Telegraphico dedicada ao assunto.
<b>12/09/1915, domingo</b>		Não circulou
<b>13/09/1915, segunda/6</b>	Capa	Toda dedicada ao assunto, com manchete, uma linha de apoio, reprodução de artigo de Dunshee de Abranches sobre Pinheiro Machado (1913) e dois subtítulos e início da reprodução dos telegramas a Borges. Sem fotos ou ilustrações.
	2	Toda dedicada ao assunto, com seqüência dos telegramas, telegramas a Salvador, convites para os funerais.
	3	Toda dedicada ao assunto, com seqüência dos telegramas a Salvador. Oito subtítulos.
	4	6,5 colunas da página ("Serviço Telegraphico") ocupando-se do assunto.
<b>14/09/1915, terça-feira/6</b>	Capa	Toda dedicada ao assunto, com manchete, uma linha de apoio, artigo sem assinatura, telegramas a Borges e a Salvador. Sem fotos ou ilustrações.
	2	Toda dedicada ao assunto, com 1,5 coluna de seqüência dos telegramas a Salvador, 2,5 colunas com telegramas aos secretários do Interior e da Fazenda, duas colunas com três outros subtítulos, restante da página ocupado pela programação das cerimônias fúnebres em preparação.
	3	Toda dedicada ao assunto, com a continuação da programação iniciada na página anterior em quatro subtítulos.
	4	Quatro colunas do "Serviço Telegraphico" tratando do assunto.
<b>15/09/1915, quarta-feira/6</b>	Capa	Toda ao assunto, com manchete, uma linha de apoio, quatro subtítulos. Sem fotos ou ou ilustrações.
	2	Toda. Seqüência dos telegramas iniciados na anterior, em 4,5 colunas. Programa das homenagens fúnebres.
	3	Toda. Seqüência do programa e outras notas sobre os atos fúnebres.
	4	Dois colunas sobre o assunto.
<b>16/09/1915, quinta-feira/6</b>	Capa	Toda. Manchete, uma linha de apoio, quatro subtítulos. Sem fotos ou ilustrações.
	2	Toda, continuando os telegramas iniciados na anterior. Telegramas a Salvador. 11 subtítulos.
	3	Toda. Iniciando pela seqüência à cobertura da anterior.
	4	1,5 coluna de "Serviço Telegraphico" tratando do tema.
<b>17/09/1915, sexta-feira/6</b>	Capa	Toda, com manchete, uma linha de apoio, artigo assinado, telegramas a Borges. Sem fotos ou ilustrações.

	2	Toda, iniciando com telegramas a Salvador, mais oito subtítulos.
	3	Dois-terços da página dedicados ao tema, com seqüência da cobertura da página anterior.
	4	4,5 colunas de “Serviço Telegraphico” dedicados ao tema.
<b>18/09/1915, sábado/6</b>	Capa	Toda. Ilustrada com ampla foto do corpo do senador deitado. Manchete e uma linha de apoio, mais título de texto principal. Dois subtítulos.
	2	Toda. Continuação do conteúdo da página anterior.
	3	Toda. Continuação da cobertura das páginas anteriores, com a relação das pessoas autorizadas aos funerais. Programação. Telegramas a Borges.
	4	Toda. Continuação dos telegramas. Telegramas a Salvador.
<b>19/09/1915, domingo</b>		Não circulou.
<b>20/09/1915, segunda-feira/10</b>	Capa	Toda. Manchete (pela primeira vez, diferente das anteriores) e uma linha de apoio (igual). Fotos de pintura “Pátria desollada” e do busto do senador, com destaque na página. Amplo texto de página inteira com quadro subtítulos, iniciando a reprodução dos discursos feitos nos funerais.
	2	Toda. Quatro colunas de continuação do discurso do orador oficial, restante com os demais pronunciamentos, antecedidos por título específico, mais a visitação à câmara ardente e a relação de coroas enviadas.
	3	Toda, com ampla foto do Javary, o navio que trouxe o corpo desde Rio Grande, e outra do cais do porto de Porto Alegre. Continuação da relação de coroas enviadas.
	4	Parte, com duas fotos do cortejo na Avenida 7 de Setembro. Continuação da relação de coroas enviadas. Três colunas com três outros subtítulos. Três colunas no total da página.
	5	Duas fotos sobre os funerais em Porto Alegre, mais a repercussão no “Serviço Telegraphico”.

#### ANEXO 4 – Carta-testamento de Pinheiro Machado

(Entregue um ano e meio antes de seu assassinato, a sua sobrinha e afilhada Maria José Azambuja, filha de Joaquim Azambuja, administrador dos correios de São Paulo. Só alcançou interesse jornalístico com a morte do senador, sendo, então, publicada por diversos órgãos, entre eles o Correio da Manhã e A Federação – além de O Estado de S. Paulo, O Paiz, a Gazeta de Notícias e o Jornal do Brasil).

Para ser aberto pela minha mulher se por ventura for eu vítima de meus inimigos e dos inimigos da Republica – Rio, 4-3-1914.

Neste momento em que a capital da Republica está profundamente agitada por elementos subversivos, que evidentemente procuraram atentar contra a ordem, contra as autoridades legais e quiçá contra as proprias instituições, convencido de que minha vida corre perigo, pois que minha atitude agora, como sempre, tem sido antemural contra a onda que em mais um estadio da Republica, tem procurado ferir de morte o regime, entendo fazer as seguintes declarações que servirão de esclarecimento nos vindouros, sobre a minha acção politica, caso sucumba na luta que se avizinha.

Mantenho-me impavido perante os perigos que prevejo, porque tenho a consciencia tranqüila e estou convencido de que tenho com inexcedível dedicacão, servido com honra, não medindo sacrificios, o meu ideal politico que foi e é a implantação da Republica Federativa de nossa patria.

Nos altos postos que hei ocupado, jamais apartei-me da rota do dever civico, tendo no Parlamento e fora dele, defendido com serena energia nunca desmerecida os interesses que reputo cardeais para a grandeza da minha patria, atendendo com solicitude as aspirações legitimas desta terra, onde nasci, não pondo um momento sequer ao serviço de inconfessaveis a autoridade, o prestigio conquistado entre os meus concidadãos.

O thesouro publico contou sempre com minha assidua e vigilante cooperacão, para impedir que a cobiça o assaltasse, embora ela se desenhasse em individuos a mim ligados por estreitos laços pessoais ou partidarios.

Inflexivel tem sido a minha diretriz nesse sentido, comprovada por inumeros atos e atitudes e pelos meus proprios adversarios, cujos rancores não ousaram contestar essa feição do meu caracter.

No terreno propriamente doutrinario, não fiz concessão ás ambições que me rodearam, conservando intactas as minhas convicções, que julgo assecutorias da pureza do regime que adotamos e que não pode e não deve sofrer o influxo de alteracões que o deturpariam ao sabor dos interesses triunfantes na ocasião.

Se me for adversa a sorte na grande luta em que pelejamos, ha anos, morrerei sereno, certo de que as Historia fará justiça ao meu patriotismo.

Rio, 4 – 3 – 1914.

J. G. Pinheiro Machado.

## Anexo 5 - Reproduções de edições

Capa do Correio da Manhã de 11 de setembro de 1915.







Parte da capa de A Federação de 16 de setembro de 1915.

NUMERO AVULSO  
 por 100 réis e de mais avulso  
 por 200; outros 300 réis por ano  
 Publicação e administração  
 RUA DOS ANDIARAS — 24 A  
**Federação — Unidade**  
 Director da redacção — Carlos Penafiel  
 ANNO XXXII  
 PORTO ALEGRE — Quinta-feira, 16 de setembro de 1915  
 N. 211

ANUNCIATORES	1000
1ª linha	1000
2ª linha	800
3ª linha	600
4ª linha	400
5ª linha	200
6ª linha	100
7ª linha	50
8ª linha	25
9ª linha	12
10ª linha	6
11ª linha	3
12ª linha	1
13ª linha	1
14ª linha	1
15ª linha	1
16ª linha	1
17ª linha	1
18ª linha	1
19ª linha	1
20ª linha	1
21ª linha	1
22ª linha	1
23ª linha	1
24ª linha	1
25ª linha	1
26ª linha	1
27ª linha	1
28ª linha	1
29ª linha	1
30ª linha	1
31ª linha	1
32ª linha	1
33ª linha	1
34ª linha	1
35ª linha	1
36ª linha	1
37ª linha	1
38ª linha	1
39ª linha	1
40ª linha	1
41ª linha	1
42ª linha	1
43ª linha	1
44ª linha	1
45ª linha	1
46ª linha	1
47ª linha	1
48ª linha	1
49ª linha	1
50ª linha	1

# A FEDERAÇÃO

ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO

## SENADOR PINHEIRO MACHADO

Demonstrações de pesar pelo seu assassinato

### CONVITES

Comunicamos a todos os cidadãos que se interessarem pelo futuro do Estado, que se reúnam no dia 20 de setembro, às 10 horas da manhã, no salão nobre do Palácio da Federação, para discutir o plano de trabalho que se apresenta para o futuro do Brasil. A presença de todos é indispensável para a realização desta importante reunião.

### Morto redivivo

Trabalha o governo, que não Pinheiro Machado. Na verdade, o assassinato do senador Pinheiro Machado, em 1914, não foi apenas a morte de um homem, mas a morte de um ideal. O Brasil precisa de líderes que tenham a coragem de defender os princípios republicanos e a vontade do povo. A falta de Pinheiro Machado é uma grande lacuna que precisa ser preenchida.

### AS CONSEQUENCIAS

Depois de vinte e seis anos de república, o Brasil encontra-se em uma situação de profunda crise. A corrupção, a falta de moralidade e a ausência de líderes comprometidos com o futuro do país são os principais problemas. É necessário que haja uma mudança de rumo, que se abra espaço para a participação popular e para a defesa dos interesses nacionais.

### Telegramas de pesar, cartas e visitas ao Sr. Borges de Melo

O Sr. Borges de Melo recebeu muitas mensagens de pesar e visitas de amigos e familiares. A comunidade brasileira sente profundamente a perda do senador Pinheiro Machado e deseja expressar sua solidariedade e respeito por sua memória. A sua luta por um Brasil melhor será sempre lembrada e admirada.

### Atuação do Sr. A. Borges de Melo

A atuação do Sr. A. Borges de Melo durante sua carreira política foi marcada por uma firmeza de princípios e um compromisso com o bem comum. Ele sempre defendeu a legalidade e a justiça, mesmo quando isso lhe custava caro. Sua liderança e seu exemplo são fontes de inspiração para todos os cidadãos que desejam contribuir para o progresso do Brasil.

### Atuação do Sr. A. Borges de Melo

A atuação do Sr. A. Borges de Melo durante sua carreira política foi marcada por uma firmeza de princípios e um compromisso com o bem comum. Ele sempre defendeu a legalidade e a justiça, mesmo quando isso lhe custava caro. Sua liderança e seu exemplo são fontes de inspiração para todos os cidadãos que desejam contribuir para o progresso do Brasil.

### Atuação do Sr. A. Borges de Melo

A atuação do Sr. A. Borges de Melo durante sua carreira política foi marcada por uma firmeza de princípios e um compromisso com o bem comum. Ele sempre defendeu a legalidade e a justiça, mesmo quando isso lhe custava caro. Sua liderança e seu exemplo são fontes de inspiração para todos os cidadãos que desejam contribuir para o progresso do Brasil.



Capa da A Federação de 20 de setembro de 1915.

Fim